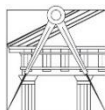




LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

# **ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO PATRIMONIAL**

## **Análise de casos exemplares e recomendações de boas práticas**

Doutoramento em Arquitetura

Teoria e Prática do Projeto

Doutoranda Arq.<sup>a</sup> Adriana Vieira

### **Orientação:**

Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa

Professor Associado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutor João António Costa Branco de Oliveira Pedro

Investigador Auxiliar, Laboratório Nacional de Engenharia Civil

### **Constituição do Júri:**

**Presidente e vogal:** Doutor Luís Miguel Cotrim Mateus

Professor Auxiliar, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

**Vogais:** Doutor António Júlio Marques Baptista Coelho

Investigador Principal com Habilitação, Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Doutor Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos Correia

Professor Auxiliar, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Doutora Bárbara Lhansol da Costa Massapina Vaz

Professora Auxiliar, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutor Alberto Flávio Monteiro Lopes

Professor Auxiliar Convocado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutor João António Costa Branco de Oliveira Pedro

Investigador Auxiliar, Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

Página propositadamente deixada em branco.

*“As cidades e a forma como as pessoas vivem nas comunidades reflectem os períodos históricos e a correspondente evolução da sociedade”.<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> UE, Comité Económico e Social Europeu, *Parecer sobre “Para uma evolução equilibrada do meio urbano: Desafios e oportunidades”*, 2009, Parecer 3.1.

# **ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO PATRIMONIAL**

## **Análise de casos exemplares e recomendações de boas práticas**

### **Resumo**

A promoção da acessibilidade propicia melhores condições para o uso e para a fruição dos espaços públicos. No património urbano a acessibilidade deve ser compatibilizada com a preservação da sua autenticidade. Assim, o estudo teve como objetivo sistematizar formas de atuação que promovem a acessibilidade no espaço público de núcleos urbanos patrimoniais.

Para prosseguir este objetivo, o estudo foi desenvolvido em três fases. Na primeira fase, foi realizado um estado de arte que abordou definições, conceitos e diretrizes sobre acessibilidade no espaço público patrimonial. Na segunda fase, foram analisados planos municipais de acessibilidade, intervenções exemplares em núcleos urbanos patrimoniais da Europa e do Brasil, e os núcleos urbanos de Guimarães e Évora, em Portugal, e de Olinda e Ouro Preto, no Brasil. Na terceira fase, a conjugação dos resultados obtidos nas fases precedentes fundamentou recomendações de boas práticas para promover a acessibilidade física e sensorial. As recomendações foram validadas por um painel de especialistas.

Verificou-se que, apesar de alguns bons exemplos, os espaços públicos patrimoniais em Portugal e no Brasil ainda não proporcionam adequadas condições de acessibilidade. As melhores práticas de outros países ainda não foram assimiladas pelo poder público Luso-Brasileiro. Portanto, os resultados do estudo são uteis para orientar ações futuras, e deste modo contribuir para a melhoria das condições de acessibilidade de núcleos urbanos patrimoniais, contribuindo para a promoção da igualdade de oportunidades.

**Palavras-chave:** Acessibilidade, Desenho universal, Núcleos urbanos históricos, Património urbano, Reabilitação urbana.



# **ACCESSIBILITY IN THE HERITAGE PUBLIC SPACE**

## **Review of exemplary cases and recommendations of good practice**

### **Abstract**

Improving accessibility provides better conditions for the use and fruition of public spaces. Accessibility to the urban heritage should be compatible with the preservation of its authenticity. Thus, the study's objective was to systematize operating forms that promote accessibility in public spaces of heritage urban centres.

To pursue this objective, the study was developed in three phases. In the first phase, a state of art was carried out about the definitions, concepts and guidelines on accessibility in the heritage public space. In the second phase, municipal accessibility plans, exemplary interventions in heritage urban centres in Europe and Brazil, and the urban centres of Guimarães and Évora in Portugal and Olinda and Ouro Preto in Brazil were analysed. In the third phase, the combination of the results from the previous phases grounded the recommendations to promote physical and sensorial accessibility. The recommendations were validated by a panel of experts.

It was found that, despite some good examples, heritage public spaces in Portugal and Brazil still do not provide adequate accessibility conditions. Best practices from other countries have still not been assimilated by the Luso-Brazilian public authorities. Therefore, the results of the study are useful to guide future actions, and thus contribute to improve the accessibility conditions of heritage urban centres, contributing to promoting equality of opportunities for everyone.

**Key Words:** Accessibility, Universal Design, Historic urban centres,  
Urban heritage, Urban rehabilitation.

## Agradecimentos

A Deus. Por permitir meus acertos e meus erros, todos os dias.

Aos meus orientadores, pelo apoio e incentivo que permitiram o estudo ter continuidade e chegar ao seu termo.

Aos professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, pela partilha do seu conhecimento durante as disciplinas cursadas.

Às equipas das bibliotecas do Instituto Nacional para a Reabilitação e da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, pela facilidade no acesso à documentação.

Aos técnicos que me possibilitaram a recolha de informação, nomeadamente: Filipe Fontes, José Antônio Lanchoti, Pedro Homem Gouveia, Rodrigo Brogna e Sabine Neusüb.

Aos especialistas que participaram na avaliação das recomendações de boa prática, nomeadamente: Alba Nelida de Mendonça Bispo, Ana Garcia, Armando Fernandes, Fernanda Corghi, Maria Lúcia Refinetti, Maria Regina M. Lopes Silva, Patrícia Roque Martins, Pedro Appleton, Peter Colwell, Jean Pierre de Moraes Crete e Rodrigo Brogna.

À Maria João Freitas, pela leitura e análise deste documento.

A todos aqueles com quem tive a oportunidade de partilhar os 15 anos em Portugal, porque foi uma etapa de intensa aprendizagem em todos os aspetos da minha vida.

Aos amigos da Prefeitura de São Paulo, companheiros que, com criatividade e carinho, ajudam a ultrapassar as limitações diversas e ainda ter dias divertidos. Aos meus superiores da Prefeitura de São Paulo, por confiarem na minha capacidade.

Aos meus pais, Sebastião e Ivete, por terem investido na minha formação.

Ao meu irmão Alexandre. Às minhas irmãs e companheiras Selminha, Cláudia, Mariza, Aldinha, Carlinha, Ivone e Sônia.

Aos meus fiéis e amorosos colaboradores, Vera e Tomás.



## Índice

1.	INTRODUÇÃO .....	1
1.1	Enquadramento .....	1
1.2	Objetivos e hipótese .....	2
1.3	Delimitação do objeto de estudo.....	3
1.4	Metodologia .....	5
1.5	Estrutura do documento .....	6
1.6	Convenções de escrita e apresentação .....	8
2.	DEFINIÇÕES E CONCEITOS .....	9
2.1	Notas introdutórias.....	9
2.2	Espaço público patrimonial.....	10
2.3	Deficiência e incapacidade .....	11
2.4	Acessibilidade.....	13
2.4.1	Acessibilidade física .....	13
2.4.2	Acessibilidade sensorial.....	17
2.5	Plano de acessibilidade .....	19
2.6	Notas Conclusivas.....	20
3.	DIRETRIZES SOBRE A ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO PATRIMONIAL .....	23
3.1	Notas introdutórias.....	23
3.2	Documentos internacionais.....	24
3.2.1	Igualdade de direitos de todas as pessoas .....	24
3.2.2	Igualdade de direitos no acesso ao património .....	26
3.3	União Europeia .....	33
3.3.1	O Conceito Europeu de Acessibilidade .....	34
3.3.2	European Accessibility Act .....	36
3.4	A realidade portuguesa .....	36
3.5	A realidade brasileira .....	39
3.6	Análise do quadro legal e regulamentar.....	43
3.7	Notas conclusivas .....	45
4.	PLANOS DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE .....	47
4.1	Notas introdutórias.....	47
4.2	Portugal.....	48
4.2.1	Guimarães.....	48
4.2.2	Lisboa .....	52
4.3	Brasil.....	58
4.3.1	Ouro Preto.....	58
4.3.2	Olinda .....	63
4.4	Notas conclusivas .....	65
5.	PRÁTICAS EXEMPLARES DE ACESSIBILIDADE NO PATRIMÓNIO URBANO.....	69
5.1	Notas introdutórias.....	69

5.2	Europa .....	70
5.2.1	League of historical and accessible cities .....	70
5.2.2	Rutas Accesibles – Ciudades Patrimonio de la Humanidad .....	72
5.2.3	Access City Award, Ávila e Salzburgo.....	75
5.2.4	Pantou.org .....	83
5.2.5	Plan Especial del Casco Histórico de Toledo .....	84
5.3	Portugal .....	86
5.3.1	Plano Integrado de Soluções de Lousã Acessibilidade para Todos .....	87
5.3.2	Parques de Sintra – Monte da Lua .....	88
5.3.3	Acesso do Chiado ao Castelo de São Jorge, Lisboa.....	89
5.3.4	Castelo de Guimarães .....	90
5.4	Brasil .....	92
5.4.1	Socorro Acessível .....	92
5.4.2	Parque Nacional do Iguaçu .....	93
5.4.3	Parque Marítimo de Fernando de Noronha.....	94
5.5	Turismo .....	95
5.6	Notas conclusivas.....	98
6.	CASOS DE ESTUDO .....	101
6.1	Notas introdutórias .....	101
6.2	Portugal .....	102
6.2.1	Guimarães .....	102
6.2.2	Évora.....	111
6.3	Brasil .....	117
6.3.1	Ouro Preto.....	117
6.3.2	Olinda.....	121
6.4	Análise comparativa.....	124
6.4.1	Acessibilidade física .....	124
6.4.2	Acessibilidade sensorial.....	126
6.4.3	Acessibilidade à informação .....	126
6.5	Notas conclusivas.....	127
7.	RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS .....	131
7.1	Notas introdutórias .....	131
7.2	Acessibilidade física.....	131
7.3	Acessibilidade sensorial .....	175
7.4	Acessibilidade à informação .....	192
7.5	Notas conclusivas.....	202
8.	VALIDAÇÃO .....	203
8.1	Notas introdutórias .....	203
8.2	Consulta de especialistas.....	204
8.3	Avaliação geral.....	205
8.4	Situações particulares.....	208
8.4.1	Acessibilidade física – Recomendação n.º 6.....	208

8.4.2	Acessibilidade física – Recomendação n.º 38.....	209
8.4.3	Acessibilidade sensorial – Recomendação n.º 1 .....	209
8.5	Notas conclusivas .....	210
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
9.1	Síntese dos resultados .....	211
9.2	Limitações do estudo .....	212
9.3	Discussão dos resultados .....	213
9.4	Linhas de desenvolvimento futuro.....	215
	REFERÊNCIAS .....	217
	Publicações .....	217
	Sítios de Internet .....	237
	ANEXO 1 – SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES DE BOA PRÁTICA.....	241
	Acessibilidade física .....	241
	Acessibilidade sensorial .....	245
	Acessibilidade à informação .....	247
	ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO .....	249
	ANEXO 3 – AVALIAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DE BOA PRÁTICA.....	257
	Respostas.....	257
	Comentários .....	265
	ANEXO 4 – PAINEL DE ESPECIALISTAS.....	267
	Especialistas de Portugal.....	267
	Especialistas do Brasil .....	271

## Índice de figuras

Figuras 1 e 2 – Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos. ....	18
Figura 3 – Mapa do número de fornecedores do turismo acessível na UE. ....	39
Figura 4 – Lisboa, modelo tátil da Torre de Belém. ....	44
Figura 5 – Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos, Túmulo de Luís de Camões. ....	44
Figura 6 – Escultura “Guanabara”, de Alfredo Ceschiatti, Pinacoteca de São Paulo. ....	44
Figura 7 – Planta de diagnóstico de barreiras. ....	50
Figura 8 – Planta de classificação de percursos. ....	50
Figura 9 – Legendas do Plano Municipal de Acessibilidade. ....	51
Figura 10 – Propostas tipo para adaptação de arruamentos. ....	51
Figuras 11 e 12 – Lisboa, Avenida João XXI. Área de repouso e passagem nivelada. ....	53
Figura 13 – Lisboa, Rua das Janelas Verdes. ....	53
Figura 14 – Lisboa, placa central da Praça do Rossio fechada por “frades”. ....	55
Figura 15 – Mapa de declividades da rede viária de Lisboa. ....	56
Figura 16 – Ouro Preto, proposta de melhoria para a Praça Tiradentes. ....	59
Figuras 17 e 18 – Ouro Preto, Praça Tiradentes com o alargamento da calçada. ....	59
Figura 19 – Ouro Preto, proposta de melhoria urbanística do Largo da Casa dos Contos. ....	60
Figura 20 – Ouro Preto, Largo da Casa dos Contos. ....	60
Figura 21 – Ouro Preto, Rua São José na década de 1940. ....	61
Figura 22 – Ouro Preto, Rua São José em obras em 2011. ....	61
Figuras 23 e 24 – Ouro Preto, Rua São José. ....	62
Figura 25 – Olinda, Av. da Liberdade. ....	63
Figura 26 – Olinda, Ladeira da Sé. ....	63
Figura 27 – Olinda, Praça do Carmo. ....	64
Figura 28 – Olinda, Rua Bispo Coutinho. ....	64
Figura 29 – Olinda, Quatro Cantos. ....	64
Figura 30 – Olinda, Mercado da Ribeira. ....	64
Figura 31 – Olinda, Ladeira da Misericórdia. ....	64
Figuras 32 e 33 – Lisboa, Praça do Rossio. ....	66
Figuras 34 e 35 – Namur, Praça do Teatro, antes e depois da intervenção. ....	67
Figuras 36 e 37 – Exemplos de falta de manutenção nas de cidades históricas brasileiras. ....	67
Figura 38 – Cidade de Ávila no LHAC. ....	71
Figuras 39 e 40 – Sítio Rutas Accesibles – Ciudades Patrimonio de la Humanidad. ....	73
Figuras 41 e 42 – Salamanca, Universidade Pontifícia. ....	73
Figuras 43 e 44 – Segóvia, faixas com pavimento uniforme. ....	74
Figuras 45 e 46 – Mérida, Teatro Romano. ....	74
Figura 47 – Ávila, guia de recursos acessíveis e planta anexa. ....	77
Figuras 48 e 49 – Ávila, recursos de acessibilidade sensorial. ....	77
Figura 50 – Ávila, conjunto de rampas e elevador para acesso à muralha. ....	78
Figura 51 – Ávila, parte superior da muralha. ....	78

Figuras 52 e 53 – Ávila, vista noturna. ....	79
Figuras 54 e 55 – Ávila, espaços internos da muralha. ....	79
Figuras 56 e 57 – Salzburgo, travessia acessível e saliência de alerta e orientação. ....	80
Figura 58 – Salzburgo, rampa em jardim público. ....	80
Figuras 59 e 60 – Salzburgo, área pedonal de Linzergasse com Cornelius-Reitsamer. ....	81
Figura 61 – Salzburgo, área pedonal de Linzergasse com Cornelius-Reitsamer. ....	81
Figura 62 – Salzburgo, sinalização tátil de alerta em pedra junto a escada. ....	82
Figura 63 – Salzburgo, sinalização tátil com pedras irregulares para indicar direção de percurso. ....	82
Figura 64 – Salzburgo, pavimento nivelado e controle de acesso de veículos. ....	82
Figuras 65 e 66 – Salzburgo, exemplos de faixas uniformes. ....	82
Figuras 67 e 68 – Salzburgo, pontos de água potável encontram-se no espaço público. ....	83
Figuras 69, 70 e 71 – Toledo, Safont. ....	85
Figura 72 – Toledo, secção do Palácio de Congresso El Greco. ....	85
Figuras 73 e 74 – Toledo, Paseo de Recaredo. ....	86
Figura 75 – Toledo, Paseo de Recaredo. ....	86
Figura 76 – Lousã, requalificação urbana. ....	88
Figura 77 – Projeto Parques de Sintra Acolhem Melhor. ....	88
Figura 78 – Lisboa, percurso pedonal assistido da Baixa ao Castelo. ....	89
Figuras 79 e 80 – Lisboa, acesso do Largo do Carmo à Baixa. ....	90
Figuras 81 e 82 – Guimarães, muralha do castelo, antes e depois da intervenção. ....	91
Figuras 83 e 84 – Guimarães, escada da muralha do castelo. ....	91
Figura 85 – Cidade de Socorro, atividade desportiva acessível. ....	92
Figuras 86 e 87 – Foz do Iguaçu, Parque Nacional do Iguaçu. ....	93
Figura 88 – Fernando de Noronha, trilha acessível. ....	94
Figura 89 – Lousã, destino de turismo acessível. ....	97
Figura 90 – Contribuição para a conservação e engrandecimento do Património Cultural. ....	103
Figuras 91, 92 e 93 – Guimarães, Largo Condessa do Juncal. ....	104
Figuras 94 e 95 – Guimarães, Largo dos Laranjais. ....	104
Figuras 96, 97 e 98 – Guimarães, Largo Martins Sarmiento Carmo. ....	105
Figuras 99 e 100 – Guimarães, Rua de Santa Maria e acesso lateral à CM de Guimarães. ....	106
Figuras 101 e 102 – Guimarães, área exterior ao perímetro definido pela UNESCO. ....	106
Figura 103 – Guimarães, artesanato local. ....	107
Figura 104 – Guimarães, artesanato local. ....	107
Figura 105 – Exposição “As memórias de Guimarães”. ....	107
Figuras 106 e 107 – Guimarães, mobiliário técnico. ....	107
Figuras 108 e 109 – Guimarães, bebedouro e estacionamento de bicicletas. ....	108
Figura 110 – Guimarães, passagem de peões. ....	108
Figura 111 – Guimarães, Paço dos Duques de Bragança. ....	109
Figura 112 – Guimarães, Paço dos Duques de Bragança. ....	109
Figura 113 – Guimarães, Paço dos Duques de Bragança. ....	109
Figura 114 – Sítio da Câmara Municipal de Guimarães. ....	110
Figura 115 – Sítio do Turismo de Guimarães. ....	110

Figura 116 – Évora, folheto “Percurso Acessível”.....	111
Figura 117 – Mapa do itinerário acessível de Évora. ....	113
Figura 118 – Évora, planta com as áreas reabilitadas.....	113
Figuras 119 e 120 – Évora, guia rebaixada e lugar de estacionamento reservado. ....	114
Figura 121 – Évora, rampa de acesso da Igreja de São Francisco.....	114
Figura 122 – Évora, detalhe da estrutura da rampa. ....	114
Figuras 123 e 124 – Évora, rampas na entrada de edifícios públicos.....	115
Figuras 125 e 126 – Évora, Praça de Sertório. ....	115
Figura 127 – Sítio da Câmara Municipal de Évora. ....	116
Figura 128 – Sítio VisitPortugal.....	116
Figura 129 – Planta da Cidade de Ouro Preto, em 1888. ....	117
Figura 130 – Ouro Preto, Rua do Tiradentes em 1875.....	118
Figuras 131 e 132 – Ouro Preto, Rua de São José após reabilitação.....	119
Figura 133 – Ouro Preto, desnível no acesso aos edifícios. ....	119
Figura 134 – Ouro Preto, ladeira com corrimão.....	119
Figuras 135 e 136 – Ouro Preto, Museu da Inconfidência. ....	120
Figura 137 – Sítio de turismo de Ouro Preto.....	120
Figuras 138 e 139 – Olinda, nivelamento de passagem e calçadas assimétricas.....	122
Figuras 140 e 141 – Olinda, Igreja do Carmo e Mosteiro de São Bento.....	122
Figura 142 – Olinda, elevador no Edifício da Caixa de Água.....	123
Figuras 143 e 144 – Olinda, pavimento “cabeça de negro”. ....	123
Figura 145 – Guia turístico de Olinda. ....	124
Figura 146 – Guimarães, exemplo de integração. ....	125
Figura 147 – Sítio do Conselho Nacional de Turismo Alemão.....	129
Figura 148 – Livreto “Simplesmente. Viajar”.....	129
Figura 149 – Ouro Preto. ....	132
Figura 150 – Ouro Preto. ....	132
Figura 151 – Lisboa, elevador de Santa Justa.....	133
Figura 152 – Selos da série Elevadores Públicos de Portugal.....	133
Figura 153 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara. ....	134
Figura 154 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara. ....	134
Figura 155 – Guimarães, faixa uniforme no pavimento. ....	135
Figura 156 – Évora, faixa uniforme no pavimento.....	135
Figura 157 – Toledo, continuidade da faixa uniforme no pavimento.....	136
Figura 158 – Ávila, percursos interligados.....	136
Figura 159 – Guimarães, calçadas assimétricas. ....	137
Figura 160 – Olinda, calçadas assimétricas.....	137
Figura 161 – Évora, Praça de Sertório.....	138
Figura 162 – Lisboa, área de descanso. ....	138
Figura 163 – Évora, área de descanso. ....	138
Figura 164 – Guimarães, passagem assegurada pelo ordenamento do uso. ....	139
Figura 165 – Lisboa, ordenamento do mobiliário urbano. ....	139



Figura 166 – Salamanca, passagem assegurada pelo ordenamento do uso.....	139
Figura 167 – Guimarães, passeio com sombreamento. ....	140
Figura 168 – Águeda's Umbrella Sky Project. ....	140
Figura 169 – Guimarães, fonte em praça arborizada.....	141
Figura 170 – Salzburgo, fonte implantada em espaço público.....	141
Figura 171 – Salamanca, iluminação uniforme na circulação e destacada nos monumentos. ....	142
Figura 172 – Segóvia, iluminação diferenciada salienta marcos urbanos.....	142
Figura 173 – A reflexão dos revestimentos dificulta a orientação. ....	143
Figura 174 – Escadaria sem manutenção. ....	143
Figura 175 – Salamanca, projeções sobre a via pública.....	144
Figura 176 – Lisboa, Museu de Arqueologia.....	144
Figura 177 – Degrau com focinho em esquina viva.....	145
Figura 178 – Brno, degrau com focinho facetado.....	145
Figura 179 – Salamanca, acesso à praça por inclinação de pavimento.....	146
Figura 180 – Évora, concordância de pavimento.....	146
Figuras 181 e 182 – Lisboa, Rua Vitória. ....	147
Figura 183 – Exemplo de acesso que não tira proveito da topografia.....	147
Figura 184 – Telc, faixa inclinada associada à escada.....	148
Figura 185 – Amsterdão, faixa inclinada associada à escada.....	148
Figura 186 – Lisboa, entrada da capela do Museu dos Azulejo.....	149
Figura 187 – Salzburgo, rampa em jardim público.....	149
Figura 188 – Salzburgo, rampa associada à escada.....	150
Figura 189 – Toledo, rampa associada à escada.....	150
Figura 190 – Salamanca, rampa associada à escada.....	150
Figura 191 – Escada sem corrimão duplo.....	151
Figura 192 – Lisboa, Museu do Azulejo. Rampa com corrimão duplo.....	151
Figura 193 – Lisboa, percurso pedonal assistido da Baixa ao Castelo.....	152
Figura 194 – Toledo, escadas rolantes.....	152
Figura 195 – Aveiro, rampa com pavimento em tiras de madeira.....	153
Figura 196 – Lisboa, acesso à Torre de Belém em chapa texturada.....	153
Figura 197 – Lisboa, proteção de desnível.....	154
Figura 198 – Salzburgo, proteção de desnível.....	154
Figura 199 – Ávila, área visitável da muralha.....	155
Figura 200 – Lisboa, Miradouro de Santa Catarina (do Adamastor).....	155
Figura 201 – Salamanca, barreira que impede o uso do guarda-corpo como banco.....	156
Figura 202 – Lisboa, Castelo de São Jorge.....	156
Figura 203 – Brno, Castelo de Spilberk.....	156
Figura 204 – Guimarães, via com restrição de horário.....	157
Figura 205 – Aveiro, via com restrição de horário.....	157
Figura 206 – Guimarães, estacionamento de bicicletas.....	157
Figura 207 – Évora, lugar de estacionamento reservado.....	158
Figura 208 – Ávila, lugar de estacionamento reservado.....	158

Figura 209 – Guimarães, Largo dos Laranjais. Marcação da via partilhada. ....	159
Figura 210 – Ávila, marcação da via partilhada. ....	159
Figura 211 – Salzburgo, marcação da via partilhada. ....	159
Figuras 212 e 213 – Brno, vias sem desníveis assinaladas com pavimento tátil. ....	160
Figura 214 – Bratislava, vias sem desníveis assinaladas com pavimento tátil. ....	160
Figura 215 – Évora, sarjeta junto a passadeira. ....	161
Figura 216 – Salzburgo, sarjeta junto a passadeira. ....	161
Figura 217 – Salzburgo, exemplos de pavimento tátil. ....	162
Figura 218 – Dinamarca, exemplos de pavimento tátil. ....	162
Figuras 219 e 220 – Brno e Bratislava, orientação tátil nas passagens de peões. ....	163
Figura 221 – Viena, espaçamento desigual entre corrimãos. ....	164
Figura 222 – Salzburgo, faixa de orientação em baixo relevo. ....	164
Figura 223 – Ouro Preto, pavimento irregular. ....	165
Figura 224 – Paraty, pavimento irregular. ....	165
Figura 225 – Guimarães, Castelo de Guimarães. ....	166
Figura 226 – Évora, Igreja de São Francisco. Rampa sobreposta. ....	166
Figura 227 – Madrid, Palácio de Cristal. Rampa sobreposta. ....	166
Figuras 228 e 229 – Salzburgo, rampa associada à escada. ....	167
Figura 230 – Ávila, rampa associada à escada. ....	167
Figura 231 – Lisboa, itinerário acessível de Belém. ....	168
Figura 232 – Universidade de Utrecht. ....	169
Figura 233 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara, acesso sinalizado. ....	169
Figura 234 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara. ....	169
Figura 235 – Lisboa, fonte de água potável. ....	170
Figura 236 – Lisboa, mesas de jogos em praça, Janelas Verdes. ....	170
Figuras 237 e 238 – Guimarães, fonte e zona de recreio. ....	171
Figura 239 – Oeiras, Parque dos Poetas. ....	171
Figura 240 – Lousã, atividades acessíveis. ....	172
Figura 241 – Atividades acessíveis na cidade de Socorro. ....	172
Figura 242 – Falta de manutenção no percurso acessível. ....	173
Figura 243 – Falta de manutenção. ....	173
Figura 244 – Guimarães, percurso acessível. ....	173
Figura 245 – Veículo mal estacionado. ....	174
Figura 246 – Lisboa, espaço com uso ordenado. ....	174
Figura 247 – Informação tátil disponível no Museu do Azulejo. ....	176
Figura 248 – Mapa tátil da Pinacoteca do Estado de São Paulo. ....	176
Figura 249 – Exemplo de imagem em relevo. ....	177
Figura 250 – Exemplo de imagem em relevo. ....	177
Figura 251 – Cracóvia, rota de modelos táteis. ....	178
Figura 252 – Modelo tátil de baluarte e muralhas. ....	178
Figuras 253 e 254 – Mérida, porta do Museu Nacional Romano. ....	179
Figura 255 – Guimarães, baixo-relevo com representação do mapa do núcleo histórico. ....	179

Figura 256 – Guimarães, artesanato local, espigueiro.....	180
Figura 257 – Guimarães, artesanato local. ....	180
Figura 258 – Guimarães, modelos de edifícios representado por artista local. ....	180
Figuras 259 e 260 – Viena, modelos táteis do Palácio de Schönbrunn. ....	181
Figuras 261 e 262 – Escultura “Guanabara” e postal da Bahia da Guanabara. ....	182
Figura 263 – Aachen, catedral em modelo tátil.....	183
Figura 264 – Lisboa, Torre de Belém em modelo tátil. ....	183
Figura 265 – Cracóvia, modelo do mapa do núcleo histórico. ....	184
Figura 266 – Cracóvia, modelo de baluarte e muralha.....	184
Figura 267 – Cracóvia, modelo do Cloth Hall. ....	184
Figura 268 – Viena, modelo do Palácio de Schönbrunn. ....	185
Figura 269 – Lisboa, modelo da Torre de Belém.....	185
Figura 270 – Cracóvia, modelo do Cloth Hall. ....	185
Figura 271 – Lisboa, modelo da Torre de Belém.....	186
Figura 272 – Interior do modelo da Torre de Belém.....	186
Figura 273 – Lisboa, modelo da Torre de Belém.....	187
Figura 274 – Ávila, modelo de parte da muralha e edifícios adjacentes. ....	187
Figura 275 – Mérida, detalhe da arquitetura romana em alto-relevo, exposto em via pública. ....	188
Figura 276 – Guimarães, mapa em baixo relevo, exposto em via pública. ....	188
Figura 277 – Magiczny Krakow.....	189
Figura 278 – Magiczny Krakow.....	189
Figura 279 – Soest, “Cityguide”. ....	190
Figura 280 – Cadeira de rodas especial para locais inacessíveis.....	191
Figura 281 – Recursos para visitantes com limitações visuais.....	191
Figura 282 – Sítio Rutas Accesibles – Ciudades Patrimonio de la Humanidad.....	193
Figuras 283 e 284 – Informação de acessibilidade do teatro e anfiteatro de Mérida. ....	193
Figura 285 – App Segóvia para todos. ....	194
Figura 286 – Guia multimídia oficial de Ávila. ....	194
Figura 287 – Guia multimídia oficial de Lisboa.....	194
Figura 288 – Sítio Museu do Azulejo. ....	196
Figuras 289 e 290 – Sítio Germany travel.....	196
Figura 291 – Sítio Rutas Accesibles – Ciudades Patrimonio de la Humanidad.....	197
Figura 292 – Sítio Rutas Accesibles – Informação de Mérida, Museo Nacional de Arte Romano. ....	197
Figura 293 – San Marino, mapa de percursos acessíveis. ....	199
Figura 294 – San Marino, legenda dos percursos. ....	199
Figura 295 – Rota 4 do guia de turismo acessível de San Marino. ....	199
Figura 296 – Tur4all Portugal. ....	200
Figura 297 – The most popular sights for 2017.....	200
Figura 298 – Questões “A Better World for WheelsGoogle”. ....	201
Figura 299 – “A Better World for Wheels on Google Maps”.....	201

## Índice de quadros

Quadro 1 – Património urbano de origem portuguesa inscrito na UNESCO. ....	4
Quadro 2 – Fases da tese e respetivos capítulos. ....	6
Quadro 3 – Definição de acessibilidade. ....	16
Quadro 4 – Tipos de Plano de Promoção de Acessibilidade, segundo poph.qren.pt. ....	20
Quadro 5 – Resumo dos conceitos utilizados no estudo. ....	21
Quadro 6 – Principais documentos internacionais que incidem no património urbano e na promoção da igualdade de direitos. ....	27
Quadro 7 – Cidades galardoadas pelo Access City Award. ....	76
Quadro 8 – Entidades portuguesas inscritas no Pantou. ....	84
Quadro 9 – Comparação dos recursos disponíveis, por caso de estudo. ....	127
Quadro 10 – Painel de especialistas em acessibilidade ....	204
Quadro 11 – Avaliação geral, por tema. ....	205
Quadro 12 – Avaliação das questões de Acessibilidade Física. ....	206
Quadro 13 – Avaliação das questões de Acessibilidade Sensorial. ....	207
Quadro 14 – Avaliação das questões de Acessibilidade à Informação. ....	207

## Abreviaturas, siglas e acrónimos

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AENOR	<i>Asociación Española de Normalización y Certificación</i>
ANED	<i>Academic Network of European Disability Experts</i>
App	<i>Application</i>
ARCIL	Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã
BR	Brasil
CCPT	<i>Central Coordinating Commission for the Promotion of Accessibility</i>
CEA	Conceito Europeu de Acessibilidade
CEN	Comité Europeu de Normalização
CES	Comité Económico e Social Europeu
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CM	Câmara Municipal
CME	Câmara Municipal de Évora
CMG	Câmara Municipal de Guimarães
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CML/GEO	Câmara Municipal de Lisboa / Gabinete de Estudos Olisiponenses
CRID	<i>Consorti de Recursos per a la Integració de la Diversitat</i>
DL	Decreto-Lei
DL 163/2006	Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto
DOU	Diário Oficial da União
EBU	<i>European Blind Union</i>
EIDD	<i>European Institute for Design and Disability</i>
ENAT	<i>European Network for Accessible Tourism</i>
EUA	Estados Unidos da América
EuCAN	<i>European Concept for Accessibility Network</i>
FA-UL	Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
GAM	Grupo de Acessibilidade aos Museus
GMRtv	Guimarães TV
GNTB	<i>German National Tourist Board</i>
GPRS	<i>General Packet Radio Service</i>
GTL	Gabinete Técnico Local
GVAM	<i>Guías Virtuales Accesibles para Museos</i>
IAB-RJ	Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Rio de Janeiro
ICF	<i>International classification of functioning, disability and health</i>
ICOMOS	<i>International Council on Monuments and Sites</i>
IEDS	Instituto de Estudos e Desenvolvimento Sustentável
IEPHA	Instituto Estadual Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

IPAC-BA	Instituto do Patrimônio Artístico da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPQ	Instituto Português da Qualidade
LHAC	<i>League of Historical and Accessible Cities</i>
MACPS	Curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
MG	Minas Gerais
NBR	Norma Brasileira
OMS	Organização Mundial de Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONCE	<i>Organizacion Nacional de Ciegos de España</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMO	Prefeitura Municipal de Olinda
PMPA	Programa Municipal de Promoção da Acessibilidade
PNPA	Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
PT	Portugal
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAMPA	Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNRIPD	Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
UE	União Europeia
UE-LNEC	Universidade de Évora e Laboratório Nacional de Engenharia Civil
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	<i>United Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization</i>
UNWTO	<i>United Nations World Tourism Organization</i>
USP	Universidade de São Paulo
WHPO	<i>World Heritage Portuguese Origin</i>

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Enquadramento

A acessibilidade é uma condição essencial para assegurar a todas as pessoas igual oportunidade de participação social, económica, cultural e política, de uma forma direta, imediata, permanente e com a maior autonomia possível.

A adequação do espaço urbano às necessidades especiais das pessoas tem implicações diretas na sua independência, segurança, mobilidade, conforto e, consequentemente, na sua qualidade de vida. Proporcionar adequadas condições de acessibilidade a todas as pessoas é assim uma política inadiável e que concretiza as diretivas internacionais.

De um modo geral, as dificuldades de adaptação agravam-se nos núcleos urbanos que foram construídos segundo requisitos de funcionalidade diferentes dos atuais. Embora nesses espaços algumas das exigências atuais tenham sido implementadas (*e.g.*, iluminação pública elétrica, transporte coletivo), outras mais recentes ou perçecionadas como menos prementes ainda estão em processo de concretização (*e.g.*, acessibilidade e a sustentabilidade ambiental).

No passado, existiu a noção de que a preservação da autenticidade pode dificultar a realização das adaptações necessárias para garantir condições de acessibilidade. Porém, o impacte da acessibilidade sobre a autenticidade já foi refutado, assim como outros preconceitos.<sup>2</sup>

As cidades e os núcleos urbanos inscritos como Patrimônio Cultural estão sujeitos a um turismo intenso, devendo, portanto, assegurar condições de acessibilidade que respondam às exigências locais e dos visitantes. A acessibilidade ao património assegura não só a integração das pessoas com mobilidade condicionada, como dinamiza a economia

---

<sup>2</sup> Ferreira, *Patrimônio Cultural e Acessibilidade. As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005*, 2011, p. 288.

e competitividade, pois espaços acessíveis são mais confortáveis para uma grande parcela da população e atraem mais visitantes.

Apesar de ser reconhecida a importância da acessibilidade no espaço público patrimonial, são poucas as orientações de projeto e não se conhece uma coletânea de boas práticas de ações em espaços públicos em Portugal ou no Brasil. A única coletânea de bons exemplos conhecida não aborda o espaço público patrimonial.<sup>3</sup> Ferreira afirma que *“Há poucos livros publicados sobre o binômio: património cultural e acessibilidade. Porém, em todos, está presente a percepção de que adaptar é antes de tudo um benefício, não apenas para as pessoas com deficiência, mas para todos os usuários do patrimônio cultural, sejam eles turistas ou funcionários”*.<sup>4</sup>

Assim, verifica-se que se justifica um aprofundamento do estudo da dicotomia acessibilidade *versus* património urbano, nestes dois países.

## 1.2 Objetivos e hipótese

O objetivo geral do estudo é identificar e sistematizar formas de atuação que promovam a acessibilidade física e sensorial no espaço público de núcleos urbanos patrimoniais, respeitando a sua autenticidade. Este objetivo divide-se nos objetivos específicos seguintes:

- 1) Apurar se as medidas que promovem a acessibilidade no espaço público estão vertidas em normas legais e regulamentares;
- 2) Estudar a abordagem preconizada nos planos de promoção da acessibilidade nos espaços públicos;
- 3) Identificar práticas exemplares de promoção da acessibilidade nos espaços públicos adotadas na Europa, em Portugal e no Brasil;

---

<sup>3</sup> SNRIPD, *Acessibilidade exemplos de Portugal*, 1999.

<sup>4</sup> Ferreira, *Patrimônio Cultural e Acessibilidade. As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005*, 2011, p. 148.



- 4) Verificar em que medida a acessibilidade está assegurada nos espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais;
- 5) Elaborar recomendações de boa prática para promover a acessibilidade nos espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais.

O estudo visou testar a hipótese seguinte: A análise empírica de práticas exemplares e de casos de estudo permite definir recomendações de boa prática para promover a acessibilidade física e sensorial em espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais.

Os resultados pretendem apoiar intervenções que melhorem o uso e a fruição de núcleos urbanos patrimoniais por todas as pessoas, e consequentemente contribuir para a valorização do património, bem como para a igualdade de oportunidades.

### 1.3 Delimitação do objeto de estudo

O objeto de estudo é o espaço público de matriz portuguesa inscrito como Património da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), no contexto luso-brasileiro.

Embora o legado português seja significativo, o que permitiu a criação em 2006, pela Comissão Nacional da UNESCO portuguesa, de uma rede de países com bens do Património Mundial de Influência Portuguesa <sup>5</sup> (WHPO – *World Heritage Portuguese Origin*), o estudo limitou-se ao contexto luso-brasileiro por sediar a maioria dos exemplos.

O Brasil e Portugal são os países que concentram, atualmente, o maior número de cidades de matriz portuguesa reconhecidas como património

---

<sup>5</sup> Comissão Nacional da UNESCO, *Sítio na Internet “Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa”*. [S.D].

pela UNESCO (Quadro 1): seis locais no Brasil e cinco locais em Portugal.<sup>6</sup>

Os casos de estudo são os núcleos urbanos de Guimarães e Évora, em Portugal, e de Olinda e Ouro Preto, no Brasil. Estas cidades, com fundações distintas e desenvolvimento em diferentes épocas, têm elevada importância histórica e influência económica. Évora é uma cidade com herança romana e com sobreposição de culturas. Guimarães é exemplo de cidade com expansão na época medieval. Olinda é uma das primeiras cidades brasileiras e considerada uma das mais ricas da “colónia”. Ouro Preto foi capital de província e um exemplo requintado do urbanismo do Ciclo do Ouro.

País	Local
Portugal	Zona Central de Angra do Heroísmo
	Centro Histórico de Évora
	Centro Histórico da Cidade do Porto
	Centro Histórico de Guimarães
	Elvas e suas fortificações
Brasil	Cidade Histórica de Ouro Preto
	Centro Histórico de Olinda
	Centro Histórico de Salvador
	Centro Histórico de São Luiz do Maranhão
	Centro Histórico de Diamantina
	Centro Histórico da Cidade de Goiás
China	Centro Histórico de Macau
Moçambique	Ilha de Moçambique
Cabo Verde	Cidade Velha
Marrocos	Mazagão (atual <i>El Jadida</i> )

*Quadro 1 – Património urbano de origem portuguesa inscrito na UNESCO.*

*(Fonte: desenvolvido pela autora a partir da Lista do Património Mundial da UNESCO<sup>7</sup>)*

<sup>6</sup> Nota-se que no contexto brasileiro, seis, entre os sete locais distinguidos como património urbano pela UNESCO, foram fundados pela Corte Portuguesa (o único património urbano fundado após a Independência em 1822 é o Plano Piloto de Brasília).

<sup>7</sup> UNESCO, *World Heritage List*. 1992-2017 [on-line].

## 1.4 Metodologia

Com vista a alcançar os objetivos do estudo foram realizadas as tarefas seguintes, organizadas em três fases.

### ***Fase 1 – Estado da arte***

- Levantamento da bibliografia de referência sobre a promoção da acessibilidade na reabilitação urbana e no património construído.
- Análise de diplomas legais, diretrizes e recomendações emanadas por entidades internacionais, europeias, portuguesas e brasileiras, sobre a promoção da acessibilidade no espaço público.

### ***Fase 2 – Análise empírica***

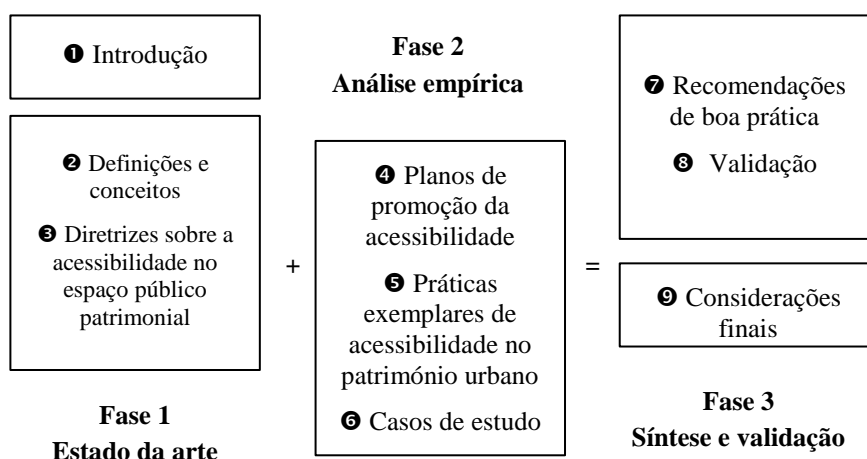
- Análise de Planos de Promoção de Acessibilidade das cidades de Guimarães e Lisboa, em Portugal, e de Ouro Preto e Olinda, no Brasil.
- Estudo de práticas exemplares para a promoção da acessibilidade física e sensorial adotadas na Europa, em Portugal e no Brasil.
- Análise das condições de acessibilidade em quatro casos de estudo Guimarães Évora, Olinda e Ouro Preto.

### ***Fase 3 – Síntese e validação***

- Elaboração de recomendações de boa prática para promover a acessibilidade física e sensorial, assim como a acessibilidade à informação nos espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais.
- Validação das recomendações por um painel de especialistas de Portugal e do Brasil.

## 1.5 Estrutura do documento

O documento está dividido em nove capítulos, cujo conteúdo se descreve a seguir (Quadro 2).



Quadro 2 – Fases da tese e respectivos capítulos.  
(Fonte: desenvolvido pela autora)

### 1. Introdução

Apresenta-se o enquadramento do tema, indicam-se os objetivos e hipótese e delimita-se o objeto de estudo. A seguir, descreve-se a metodologia de investigação, a estrutura do documento e as convenções de escrita e apresentação.

### 2. Definições e conceitos

Sistematizam-se os principais conceitos sobre o tema, tais como espaço público patrimonial, deficiência e incapacidade, acessibilidade física e sensorial e plano de acessibilidade.

### 3. Diretrizes sobre a aplicação da acessibilidade no património

Verifica-se se a exigência da acessibilidade física e sensorial no espaço público patrimonial está vertida nos documentos de referência internacionais, europeus, portugueses e brasileiros.

### 4. Planos para a Promoção da Acessibilidade

Descrevem-se os Planos de Acessibilidade em Portugal, com ênfase nas cidades de Lisboa e de Guimarães. Analisam-se as ações de promoção

da acessibilidade implementadas nas cidades brasileiras de Ouro Preto e Olinda.

### ***5. Práticas exemplares de acessibilidade no património urbano***

Identificam-se práticas exemplares que promovem a acessibilidade no património urbano na Europa e no contexto luso-brasileiro. Em Portugal, destacam-se o Plano Integrado de Lousã, os Parques de Sintra, o percurso entre o Chiado e o Castelo de São Jorge (Lisboa) e o Castelo de Guimarães. No Brasil, destacam-se a cidade de Socorro, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Marítimo de Fernando de Noronha.

### ***6. Casos de estudo***

Analisa-se as condições de acessibilidade e as medidas adotadas para a sua promoção na área delimitada pela UNESCO das cidades de Guimarães, Évora, Olinda e Ouro Preto. Verifica-se se as informações sobre os recursos acessíveis estão disponibilizadas nos sítios das câmaras municipais ou entidades oficiais.

### ***7. Recomendações de boa prática***

Estruturam-se recomendações de boa prática, organizadas em acessibilidade física, sensorial e à informação.

### ***8. Validação***

Validam-se as recomendações de boa prática por um painel de especialistas de acessibilidade de Portugal e Brasil, utilizando-se um inquérito por questionário.

### ***9. Considerações finais***

Apresenta-se uma síntese e discussão dos resultados, identificam-se as limitações do método de investigação adotado, discutem-se os resultados e apontam-se linhas de investigação futura.

## 1.6 Convenções de escrita e apresentação

A redação da tese cumpre as normas estabelecidas no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

As citações e os títulos de documentos editados anteriormente à entrada em vigor do acordo mantêm a ortografia original. É utilizado o vocabulário técnico do Português de Portugal.

## 2. DEFINIÇÕES E CONCEITOS

### 2.1 Notas introdutórias

Neste capítulo apresentam-se as principais definições e conceitos que enquadram o estudo.

São abordados os temas seguintes:

- Espaço público patrimonial;
- Deficiência e incapacidade;
- Acessibilidade física e sensorial;
- Plano de acessibilidade.

As fontes utilizadas foram os documentos oficiais e a bibliografia de referência sobre cada um dos temas.

Com esta sistematização pretendeu-se estabelecer um quadro de referência para a leitura e interpretação do documento.

## 2.2 Espaço público patrimonial

O reconhecimento das cidades enquanto testemunho cultural, portadoras de memória e de valores estéticos, com sua construção realizada segundo princípios artísticos, preconizado por Sitte <sup>8</sup> no final do século XIX, foi o marco introdutório no processo de legitimação do valor patrimonial do conjunto urbano histórico. Defensor das propriedades pitorescas que moldaram o espaço público desde a antiguidade, e crítico das alterações desnecessárias que são propostas na cidade histórica, Sitte alertou para a salvaguarda da imagem urbana composta por ângulos visuais, que consolidou composições citadinas irregulares, singulares e plasticamente complexas.

No início do século XX, a cidade-museu de Sitte, latente de transformações que harmonizem as necessidades impostas pela vida moderna com o complexo resultado da herança urbana, tornou-se parte integrante da perspectiva de urbanização proposta por Giovannoni. Este autor é reputado como o primeiro a empregar a expressão “*património urbano*” para designar a área das cidades antigas com memórias históricas e artísticas. <sup>9</sup>

As ideias de Giovannoni consolidaram-se na legislação italiana e na produção teórica, e foram recebidas com entusiasmo na Conferência de Atenas de 1931. Giovannoni “*apresentou o progressivo caminho em direção ao entendimento do valor patrimonial de inteiras zonas urbanas, para as quais seriam aplicadas medidas de conservação e restauro equivalentes àquelas voltadas aos monumentos individuais (...)*”. <sup>10</sup> Como consequência, a Carta de Atenas <sup>11</sup> reconhece a herança cultural na escala urbana e recomenda o respeito pela fisionomia das cidades, conforme anunciado por Sitte, acrescentando que “*(...) alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser*

---

<sup>8</sup> Sitte, *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, 1992 [1889].

<sup>9</sup> Rufinoni, *Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano*, 2013, p. 68.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 81

<sup>11</sup> Sociedade das Nações, *Carta de Atenas*, 1931.



*preservadas*”. Alerta, inclusive, para a composição urbana livre de publicidade, de postes e de fios elétricos.<sup>12</sup>

O conceito atual de “*património urbano*” é mais alargado, associando-se à estrutura física a dimensão sensorial e os seus valores agregados. A paisagem urbana histórica é definida como “(...) *a área urbana compreendida como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais, que se estende além da noção de "centro histórico" ou "ensemble" para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua localização geográfica*”.<sup>13</sup>

O conceito adotado neste estudo foi o de “*espaço público patrimonial*”. Duas razões suportam esta limitação:

- 1) A análise e as propostas incidem especificamente na cidade enquanto estrutura física de apoio à circulação e à fruição. Consideram-se relevantes todos os elementos abrangidos pela herança cultural que formam a paisagem urbana histórica, mas os valores imateriais não são o foco deste estudo.
- 2) Aborda-se, unicamente, o espaço público (*e.g.*, ruas ou praças) para circulação e comunicação da sua imagem enquanto componentes de paisagens urbanas.

## 2.3 Deficiência e incapacidade

A Organização Mundial de Saúde (OMS), através da *International Classification of Functioning disability and health* (ICF)<sup>14</sup> considera as características individuais para avaliar o nível de interação com o ambiente. O fator relevante é a capacidade que uma pessoa tem num

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, Item III – A valorização dos monumentos.

<sup>13</sup> UNESCO, *Recommendation on the Historic Urban Landscape*, 2011. I Definição, Itens 8 e 9.

<sup>14</sup> OMS, *International classification of functioning, disability and health: ICF*, 2001.

ambiente padrão, assim como o nível de desempenho de algumas atividades cotidianas.<sup>15</sup>

Do modelo médico, em que se apresentavam as doenças e eventuais deficiências,<sup>16</sup> evoluiu-se para o modelo biopsicossocial da ICF, integrando o funcionamento humano e a deficiência, e alertando para a importância do ambiente físico e social sobre as dificuldades que as pessoas com deficiência experimentam nas suas vidas.<sup>17</sup> Um tipo específico de deficiência gera um padrão de dificuldades, mas as características do espaço são decisivas para potencializar a exclusão ou, por outro lado, promover o acolhimento e a integração. Uma pessoa com limitações visuais tem a sua acuidade visual reduzida em qualquer local, mas sente-se segura e com autonomia numa cidade que está dotada de recursos que lhe permitem ultrapassar as suas limitações.

A definição de deficiência e incapacidade da OMS estabelece o conceito que se adota neste estudo: *“Uma deficiência é um problema em função do corpo ou estrutura; uma limitação da atividade [incapacidade] é uma dificuldade encontrada por um indivíduo na execução de uma tarefa ou ação; enquanto uma restrição de participação é um problema experimentado por um indivíduo no envolvimento em situações da vida. Deficiência, portanto, não é apenas um problema de saúde. É um fenômeno complexo, refletindo a interação entre as características do corpo de uma pessoa e características da sociedade em que ele ou ela vive. Superar as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência requer intervenções para remover barreiras ambientais e sociais”*<sup>18</sup>

Para alicerce do estudo, a causa da restrição física ou sensorial não se demonstra relevante, e sim a capacidade de uso e de fruição

---

<sup>15</sup> OMS, *Towards a Common Language for Functioning, Disability and Health [WHO/EIP/GPE/CAS/01.3]*, 2002, p. 2.

<sup>16</sup> OMS, *International classification of impairments, disabilities and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease*, 1980.

<sup>17</sup> OMS, *Towards a Common Language for Functioning, Disability and Health [WHO/EIP/GPE/CAS/01.3]*, 2002, p. 19.

<sup>18</sup> OMS, *Health topics > Disabilities*, 2017.

disponibilizada a todos os usuários do espaço público patrimonial. *Designers*, arquitetos e urbanistas são responsáveis por conceber espaços que proporcionem um uso seguro e sem discriminação, aumentando a acessibilidade física e sensorial, e consequentemente promovendo a integração de pessoas com deficiência, idosos, crianças e outras situações particulares.

O ambiente é determinante na promoção da igualdade de oportunidades. Tratando-se da herança cultural, o compromisso é duplamente obrigatório, deve permitir seu uso seguro e ao mesmo tempo promover o usufruto do espaço sem ferir suas características de reconhecido valor universal.

## 2.4 Acessibilidade

### 2.4.1 Acessibilidade física

O movimento de direitos civis dos anos sessenta nos Estados Unidos da América forneceu bases para a defesa do direito das pessoas com deficiência, influenciando a legislação nos anos seguintes. Como resultado, em 1961 a *American Standards Association* publicou a primeira norma de Acessibilidade: “A 117.1 – *Making Buildings Accessible to and Usable by the Physically Handicapped*”. Apesar de originalmente não ser uma obrigação legal, houve uma grande aceitação por parte dos estados americanos que progressivamente impuseram o seu cumprimento, de tal forma que em 1984 esta norma adquiriu força de lei ao ser exigida por legislação federal.<sup>19</sup>

Nos anos setenta destacou-se o trabalho realizado pelo arquiteto e *designer* Ron Mace. Mace cunhou o conceito de “*universal design*” para designar o projeto de produtos e serviços que são esteticamente apelativos e utilizáveis pelo maior número possível de pessoas, sem a necessidade de adaptação ou *design* específico. Em especial, Mace

---

<sup>19</sup> Mace, Mueller e Story, *The Universal Design File. Designing for People of All Ages and Abilities*, 1998, p. 7.

defendeu os direitos das pessoas com deficiência. O seu trabalho, desenvolvido no *The Center for Universal Design* da Universidade da Carolina do Norte, definiu os *Sete princípios do desenho universal*.<sup>20</sup>

Na Europa, o *Design for All* teve origem “(...) no funcionalismo escandinavo na década de 1950 e no design ergonómico de 1960. É também influenciado pelas políticas sócio económicas escandinavas que na Suécia no final dos anos 1960 deram origem ao conceito de «Uma sociedade para todos» referindo-se principalmente à acessibilidade”.<sup>21</sup> O seu objetivo é permitir a igualdade de oportunidades em todos os aspectos, sendo que para se alcançar este objetivo, o ambiente, os objetos e os serviços, incluindo a comunicação, devem ser acessíveis a todos e sensíveis à diversidade humana e à sua evolução. Este conceito foi adotado pelo *European Institute for Design and Disability* (EIDD<sup>22</sup>), em 1995, e após a *Declaração de Estocolmo*,<sup>23</sup> outras declarações promovem o conceito “*For All*”.

Por exemplo, o *Conceito Europeu de Acessibilidade* (CEA) utiliza os princípios do *Design for all*<sup>24</sup> e, no que respeita ao meio edificado, indica que este deve ser:

- “1. **Respeitador:** deve respeitar a diversidade de utilizadores; ninguém deve sentir-se marginalizado e todos devem ser capazes de a usufruir.
2. **Seguro:** deve estar isenta de riscos para todos os utilizadores; portanto, todos os elementos que fazem parte de uma envolvente têm de ser concebidos tendo a segurança em linha de conta (pisos escorregadios, elementos salientes, dimensões, etc.).

---

<sup>20</sup> The Center for Universal Design, *Sítio na Internet “The Center for Universal Design”*, [2008].

<sup>21</sup> *European Institute for Design and Disability*, *Stockholm Declaration*, 2004.

<sup>22</sup> *European Institute for Design and Disability*, *Sítio na Internet “Design for all Europe”*, [2017].

<sup>23</sup> *European Institute for Design and Disability*, *Stockholm Declaration*, 2004.

<sup>24</sup> EuCAN, *Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações*, 2008, p. 21.

3. **Saudável:** não deverá ser um risco para a saúde ou causar problemas para aqueles que sofrem de determinadas doenças ou alergias.
4. **Funcional:** deve ser concebida de modo a que possa realizar, sem qualquer problemas ou dificuldades, a função para a qual foi destinada.
5. **Compreensível:** todos os utilizadores devem ser capazes de se orientar sem dificuldade dentro de um determinado espaço e, portanto, são essenciais as seguintes condições:  
  
As informações devem ser claras e a distribuição espacial tem que ser coerente:
  - a) Uma informação clara, ou seja: uso de ícones que são comuns a vários países, evitando o uso de palavras ou siglas a partir do idioma local que podem causar confusão, por exemplo, usando a letra C em torneiras, sugere frio (Cold) em Inglês, mas também quente (Caliente) – exactamente o oposto), em Espanhol.
  - b) Distribuição espacial: esta deve ser coerente e funcional, em vez de segregadora e exclusiva.
6. **Estético:** o resultado deve ser esteticamente agradável, pois irá tornar mais provável a sua aceitação por todos (tendo os últimos cinco pontos sempre em consideração)”.<sup>25</sup>

Na legislação portuguesa é utilizado o termo “acessibilidade”. O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, e as “Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada” anexas ao diploma não definem “acessibilidade”. Porém este diploma sublinha a sua importância: “A promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a

---

<sup>25</sup> EuCAN, *Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações*, 2008, p. 20.

*qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conseqüentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito”.*<sup>26</sup>

A norma brasileira em vigor, ABNT 9050:2015, exigida através do Decreto 5 296/2004<sup>27</sup>, tem o título de “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”.

As definições de “*acessibilidade*”, em Portugal e no Brasil, encontram-se elencadas no Quadro 3.

<b>Portugal</b>	<i>“(…) quaisquer condições de acesso e circulação nos edifícios e espaço público, possibilitando a movimentação de forma livre e independente de qualquer cidadão.”</i> <sup>28</sup>
<b>Brasil</b>	<i>“Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida”. (Artigo 3.º)</i> <sup>29</sup>

Quadro 3 – Definição de acessibilidade.  
(Fonte: desenvolvido pela autora)

Neste estudo considera-se que a acessibilidade física é a característica do espaço que permite o acesso físico e o seu uso, confortável e seguro. A capacidade de permitir que pessoas com mobilidade condicionada possam se locomover e ter liberdade de ação é uma qualidade do espaço.<sup>30</sup>

A acessibilidade física deve promover o uso seguro para todos, incluindo grávidas, pessoas com carrinho de bebê, idosos, crianças e

<sup>26</sup> Portugal, *Decreto-Lei n.º 163/2006*, 8 de agosto de 2006.

<sup>27</sup> Brasil, *Decreto 5 296/2004*, 2 de dezembro de 2004.

<sup>28</sup> Metello, *Manual de Acessibilidade e Mobilidade*, 2010, p. 24.

<sup>29</sup> ABNT, *ABNT 9050:2015 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, 2015.

<sup>30</sup> Araújo, *Cidadãos Portadores de Deficiência. O seu lugar na Constituição da República*, 2001, p. 148.

todas outras eventuais situações particulares, temporárias ou definitivas.

#### 2.4.2 Acessibilidade sensorial

O conceito de acessibilidade sensorial adotado no estudo é a capacidade de comunicar a imagem.<sup>31</sup> A imagem do património pode ser comunicada nas suas partes ou no todo, possibilitando que pessoas com limitações visuais possam ter acesso à informação do património tangível, e assim desfrutar da herança cultural no seu aspeto, por outros processos de perceção sensorial (e.g., audiodescrição, exploração tátil).

Assim como a acessibilidade física, a acessibilidade sensorial é reconhecida e defendida na União Europeia, em Portugal<sup>32</sup> e no Brasil<sup>33</sup>. A *Carta de Monumentos para Todos de Castilla y León* refere a importância da informação para “(...) *crear y transmitir una imagen o identidad del patrimonio de Castilla y León, como herramienta de comunicación del mismo y señalización*”.<sup>34</sup>

Porém, na legislação portuguesa ou na brasileira não existem normas para assegurar a acessibilidade sensorial com a finalidade de comunicar os valores artísticos do espaço para as pessoas com limitações visuais severas. As normas de proteção das pessoas com limitações visuais estão associadas à sua mobilidade e enquadram-se na acessibilidade física ou de comunicação que apoie a localização, nomeadamente ao exigir recursos de piso tátil ou sinalização de andares e de instalações sanitárias.

Sobre a realidade brasileira, Ferreira relata que “(...) *a maior parte das pessoas com deficiência no país apresenta, em graus variados,*

---

<sup>31</sup> Vieira e Pedro, *O direito à imagem do património*, 2012.

<sup>32</sup> Portugal, *Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008*, 2008, Artigo 7.º.

<sup>33</sup> ABNT, *ABNT 9050:2015 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, 2015.

<sup>34</sup> Junta de Castilla y León, *Carta de Monumentos Para Todos de Castilla y León*, 2010, p. 2 e 3.

*problemas de visão*".<sup>35</sup> Existe um equívoco na implantação da acessibilidade, sendo que as intervenções normalmente negligenciam as necessidades de comunicação. Sem a capacidade de visão, qualquer ambiente se torna velado (Figuras 1 e 2).



*Figuras 1 e 2 – Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos.*

*A imagem do Mosteiro dos Jerónimos para um normovisual e para uma pessoa com baixa visão.*

*(Fonte: fotografia da autora, imagem editada, 2012)*

As experiências acústicas enriquecem as informações visuais,<sup>36</sup> mas observa-se que espaço patrimonial é repleto de informações singulares que compõem a sua imagem de valor universal. Hall afirmava que os *designers* e engenheiros não souberam reconhecer o significado de tocar.<sup>37</sup> Pallasmaa acrescenta que “*A visão e a audição hoje são os sentidos socialmente privilegiados, enquanto os outros três são considerados resquícios sensoriais arcaicos, com uma função meramente privada e, em geral, são reprimidos pelo código cultural*”.<sup>38</sup>

Estudos específicos de acessibilidade aprofundam o tema da comunicação sensorial (e.g., Mineiro,<sup>39</sup> Martins,<sup>40</sup> Vieira, Aguiar e

---

<sup>35</sup> Ferreira, *Patrimônio Cultural e Acessibilidade. As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005*, 2011, p. 138.

<sup>36</sup> Pallasmaa, *Os olhos da pele: a arquitetura dos sentidos*, 2011, p. 45.

<sup>37</sup> Hall, *A dimensão oculta*, 1986, p. 75.

<sup>38</sup> Pallasmaa, *Os olhos da pele: a arquitetura dos sentidos*, 2011, p. 16.

<sup>39</sup> Mineiro, *Temas de Museologia, Museus e Acessibilidade*, 2004.

<sup>40</sup> Martins, *A Inclusão pela Arte: Museus e Públicos com Deficiência Visual*, 2008.



Pedro <sup>41</sup> e Neves <sup>42</sup>), com ênfase no sentido do tato e na audição para transmitir valores artísticos. Numa análise comparativa de três exemplos de acessibilidade sensorial em Lisboa, observou-se que há um leque alargado de possibilidades para transmitir a imagem do património a todos os públicos. <sup>43</sup>

## 2.5 Plano de acessibilidade

Em Portugal, a definição de Plano de Promoção da Acessibilidade é “(...) um instrumento que programa as intervenções necessárias para assegurar a acessibilidade física numa determinada área de intervenção, identificando as situações de desconformidade com as normas, tipificando e definindo de forma sistemática as medidas correctivas a implementar, estimando o custo de cada medida e de todas no seu conjunto, e estabelecendo uma metodologia e um calendário para a sua execução futura. Não integra projectos de execução nem obras de construção específicas”. <sup>44</sup>

Consoante a escala de atuação, o Plano de Promoção de Acessibilidade pode ter a denominação de municipal, local, setorial ou individual, conforme discriminado no Quadro 4.

---

<sup>41</sup> Vieira, Aguiar e Pedro, *O que os olhos não vêem, mas o coração sente. O reconhecimento do espaço arquitetónico por invisuais*, 2012.

<sup>42</sup> Neves, *Guia de Audiodescrição – Imagens que se ouvem*, 2011.

<sup>43</sup> Vieira, Aguiar e Pedro, *O que os olhos não vêem, mas o coração sente. O reconhecimento do espaço arquitetónico por invisuais*, 2012.

<sup>44</sup> QREN-POPH, *Nota Técnica n.º 1/UAI/POPH/2010*, 2010, p. 10.

#### Plano de Promoção da Acessibilidade, segundo POPH

Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade	Plano de promoção da acessibilidade que tem por área de intervenção o conjunto do espaço público sob tutela municipal integrado no meio urbano de um Concelho.
Plano Local de Promoção da Acessibilidade	Plano de promoção da acessibilidade que tem por área de intervenção o conjunto do espaço público sob tutela municipal integrado numa parte contínua e bem delimitada do meio urbano de um Concelho (e.g., freguesia, aglomerado, bairro, avenida, praça) que não é passível de circunscrição a um lote de terreno.
Plano Sectorial de Promoção da Acessibilidade	Plano de promoção da acessibilidade que tem por área de intervenção uma rede de equipamentos públicos do mesmo tipo (e.g., cultural, social ou educativo) ou de transportes coletivos.
Plano Individual de Promoção da Acessibilidade	Plano de promoção da acessibilidade que tem por área de intervenção uma edificação individual, específica, integrada no meio urbano (e.g., museu, creche, escola, jardim), circunscrita a um lote de terreno

*Quadro 4 – Tipos de Plano de Promoção de Acessibilidade, segundo poph.qren.pt.*

*(Fonte: desenvolvido pela autora <sup>45</sup>)*

Não foi encontrada uma definição para Plano de Acessibilidade no Brasil. A exigência da acessibilidade no espaço público em escala urbana encontra-se inserida no Plano de Mobilidade Urbana, conforme a Seção II, Art.º 5.º, da Lei Federal n.º 12.587 de 2012. <sup>46</sup>

Uma vez que não foi possível comparar definições, utiliza-se o conceito de Plano de Acessibilidade como o projeto ou implantação de normas de acessibilidade em escala urbana.

## 2.6 Notas Conclusivas

O estudo adota conceitos padronizados internacionalmente para espaço público patrimonial e para deficiência e incapacidade. No que se refere à acessibilidade, embora sem definição expressa no quadro legal português, o conceito é similar, e a sua exigência objetiva os mesmos resultados. Quanto aos Planos de Acessibilidade, não se encontra uma definição equiparada entre Portugal e Brasil.

<sup>45</sup> *Ibidem.*

<sup>46</sup> Brasil, *Lei Federal n.º 12.587*, de 3 de janeiro de 2012.

O resumo dos conceitos é apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Resumo dos conceitos utilizados no estudo.

(Fonte: desenvolvido pela autora)

Espaço público patrimonial	Espaço público (e.g., ruas ou praças) de cidades históricas patrimoniais.
Deficiência e incapacidade	Deficiência é um problema em função do corpo ou estrutura; uma limitação da atividade [incapacidade] é uma dificuldade encontrada por um indivíduo na execução de uma tarefa ou ação.
Acessibilidade física	Característica do espaço que permite o acesso físico e o seu uso, confortável e seguro. A capacidade de permitir que pessoas com mobilidade condicionada possam se locomover e ter liberdade de ação é uma qualidade do espaço. <sup>47</sup> A acessibilidade física deve promover o uso seguro para todos, grávidas, pessoas com carrinho de bebê, idosos, crianças e todas outras eventuais situações particulares, temporárias ou definitivas.
Acessibilidade sensorial	A capacidade de comunicar a imagem do património, nas suas partes ou no todo, possibilitando que pessoas com limitações visuais possam ter acesso à informação tangível e artística do património, e assim desfrutar da imagem da herança cultural.
Plano de acessibilidade	Proposta para implantar as normas de acessibilidade na escala urbana.

<sup>47</sup> Araújo, *Cidadãos Portadores de Deficiência. O seu lugar na Constituição da República*, 2001, p. 148.

Página propositadamente deixada em branco.

### 3. DIRETRIZES SOBRE A ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO PATRIMONIAL

#### 3.1 Notas introdutórias

Neste capítulo verifica-se se a acessibilidade física e sensorial no espaço público patrimonial é exigida nos documentos de referência internacionais, europeus, portugueses e brasileiros.

Para tal, são analisados os principais documentos que incidem no património urbano e incluem normas que influenciam a acessibilidade, emanados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e seus organismos, assim como pelo *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) <sup>48</sup>, e pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM).

Em seguida, descreve-se o modo como a acessibilidade tem vindo a ser tratada pela União Europeia (UE) ao longo do tempo, focando-se em particular o Conceito Europeu de Acessibilidade e o *European Accessibility Act*.

Depois, apresenta-se a principal legislação portuguesa e brasileira, procurando verificar se, para o espaço público, está regulamentado o princípio da igualdade de direitos de todos os cidadãos, independente das suas capacidades físicas ou sensoriais.

Com este levantamento, pretendeu-se reunir referências que consagram a igualdade de direitos das pessoas com deficiência no acesso ao espaço público patrimonial, assim como investigar a dicotomia entre património construído e acessibilidade.

---

<sup>48</sup> Organização consultora da UNESCO.

## 3.2 Documentos internacionais

### 3.2.1 Igualdade de direitos de todas as pessoas

Desde a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*<sup>49</sup> que estão consagrados, no mundo moderno, os princípios de igualdade e de fraternidade. Esta Declaração estabelece que “*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos*”.<sup>50</sup> É também declarado que “*Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam*”.<sup>51</sup> Fica assim reconhecida a igualdade de direitos, inclusive das pessoas que possuem limitações físicas ou sensoriais, ao acesso e à fruição das obras de arte.

Após este documento basilar, foram realizadas pela ONU ações específicas. Em 1975 foi proclamada na Assembleia Geral a *Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*.<sup>52</sup> Afirma-se que “*As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível*”.<sup>53</sup>

Em 1981, foi comemorado o *Ano Internacional das Pessoas com Deficiência*,<sup>54</sup> e entre 1983 e 1992 decorreu a *Década do Deficiente*.<sup>55</sup> Em 1993 foram aprovadas as *Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência*<sup>56</sup> em que se defende a

---

<sup>49</sup> ONU, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

<sup>50</sup> *Ibidem*, Artigo 1.º.

<sup>51</sup> *Ibidem*, Artigo 27.º.

<sup>52</sup> ONU, *Declaration on the Rights of Disabled Persons*, 1975.

<sup>53</sup> *Ibidem*, Artigo 3.º.

<sup>54</sup> ONU, *The International Year of Disabled Persons*, 1981.

<sup>55</sup> ONU, *United Nations Decade of Disabled Persons*, 1984.

<sup>56</sup> ONU, *Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities*, 1993.

acessibilidade em *Áreas Fundamentais para a Igualdade de Participação*,<sup>57</sup> distinguindo a acessibilidade ao meio físico, ao acesso à informação e à comunicação. Em relação à cultura, é determinado que “*Os Estados devem tomar as medidas que garantam às pessoas com deficiência estar integradas e a participar em atividades culturais em condições de igualdade*”, acrescentando que “*Os Estados devem promover condições de acessibilidade a locais e serviços culturais (...)*”.<sup>58</sup>

Uma década depois, em 2006, a ONU reforça a importância da integração e da acessibilidade através da *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*,<sup>59</sup> em que determina a eliminação de barreiras ao “*(...) ambiente físico, ao transporte, à informação e comunicações, incluindo as tecnologias e sistemas de informação e comunicação e a outras instalações e serviços abertos ou prestados ao público*”.<sup>60</sup> Convencionou-se, também, que os Estados reconheçam os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade, na vida cultural, devendo implementar medidas apropriadas para que sejam disponibilizados materiais em formato acessível, acrescentando a necessidade de possibilitar o acesso “*(...) a locais destinados a atividades ou serviços culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços de turismo e, tanto quanto possível, a monumentos e locais de importância cultural nacional*”.<sup>61</sup>

Em 2015, a necessidade de tornar o espaço público mais acolhedor é reafirmada pela ONU na *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.<sup>62</sup> Pretende-se tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, ao “*(...) proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros,*

---

<sup>57</sup> *Ibidem*, Norma 5.º.

<sup>58</sup> *Ibidem*, Norma 10.º.

<sup>59</sup> ONU, *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006.

<sup>60</sup> *Ibidem*, Artigo 9.º.

<sup>61</sup> *Ibidem*, Artigo 30.º.

<sup>62</sup> ONU, *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, 2015.

*inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”.*<sup>63</sup>

### 3.2.2 Igualdade de direitos no acesso ao património

No Quadro 6, são listados os principais documentos internacionais, por ordem cronológica, que incidem no património urbano e na promoção da igualdade de direitos, independente da instituição signatária ou do tipo de documento (*i.e.*, carta, recomendação ou memorando). Todos os documentos têm caráter indicativo e são reunidos para analisar a evolução dos conceitos e conteúdos sobre intervenção no espaço público que defenda a acessibilidade física ou sensorial.

Nota-se que são apenas analisados os documentos aprovados por órgãos internacionais<sup>64</sup> e as publicações que mereceram amplo reconhecimento.

Em 1933, na *Carta de Atenas*,<sup>65</sup> alertou-se para o uso inadequado de estilos do passado em áreas históricas<sup>66</sup> e para os problemas resultantes da implantação de modernos meios de transporte,<sup>67</sup> inadequados para estas cidades. Neste documento refere-se que “*Essas composições de ordem arquitetónica deveriam ser preservadas da invasão de veículos mecânicos, para os quais não foram feitas e à cuja velocidade nunca poderão ser adaptadas*”.<sup>68</sup> Reconhece-se ainda que “*Nem tudo o que é passado tem por definição direito à perpetuidade*”.<sup>69</sup>

---

<sup>63</sup> *Ibidem*, Artigo 11.7.º

<sup>64</sup> O que justifica, por exemplo, a exclusão da *Carta de Burra*, do Comité Nacional ICOMOS Austrália.  
ICOMOS – Comité Nacional Austrália, *Carta de Burra*, 1980.

<sup>65</sup> CIAM, *Carta de Atenas*, 1933.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 23. Acrescenta que “*A rua única, legada pelos séculos, recebia outrora pedestres e cavaleiros indistintamente e só no final do século XVIII o emprego generalizado de coches provocou a criação das calçadas*”. *Ibidem*, p. 24.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 25.



Quadro 6 – Principais documentos internacionais que incidem no património urbano e na promoção da igualdade de direitos.

(Fonte: desenvolvido pela autora)

Ano	Entidade	Documento
1931	Soc. das Nações	Carta de Atenas (“do restauro”)
1933	CIAM	Carta de Atenas (“do urbanismo”)
<b>1948</b>	<b>ONU</b>	<b>Declaração Universal dos Direitos Humanos</b>
1960	UNESCO	<i>Recommendation concerning the Most Effective Means of Rendering Museums Accessible to Everyone</i>
1964		Carta de Veneza – Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios (adotada pelo ICOMOS)
1965		Fundação do ICOMOS
1975	UE	Declaração e Carta de Amsterdão
<b>1975</b>	<b>ONU</b>	<b>Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência</b>
1976	UNESCO	Recomendações de Nairobi
<b>1981</b>	<b>ONU</b>	<b>Ano Internacional das Pessoas com Deficiência</b>
<b>1983</b>	<b>ONU</b>	<b>Década do Deficiente (1983 a 1992)</b>
1987	ICOMOS	Carta de Washington – Carta Internacional para a Salvaguarda de Cidades Históricas
<b>1993</b>	<b>ONU</b>	<b>Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência</b>
1999	ICOMOS	Carta Internacional do Turismo Cultural
2005	UNESCO	Memorando de Viena
<b>2006</b>	<b>ONU</b>	<b>Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiências e seu Protocolo Opcional</b>
2008	ICOMOS	Declaração de Québec de Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural
2011	ICOMOS	Princípios de <i>La Valletta</i> para Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos
2011	UNESCO	Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana
2013	UNWTO	Recomendações do Turismo Acessível
2014	UNWTO	Declaração de San Marino do Turismo Acessível
<b>2015</b>	<b>ONU</b>	<b>Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável</b>

#### Legenda

Cartas e recomendações referentes ao património, turismo ou acessibilidade

Documentos internacionais referentes à igualdade de direito publicados pela ONU

Em 1960, nas *“Recomendações sobre os meios mais eficazes de tornar os Museus mais acessíveis para todos”*<sup>70</sup> é estabelecido que o conceito de museu inclui qualquer espaço de exposição com o propósito de preservação, e, em particular, exposição para contemplação e instrução.<sup>71</sup> Este conceito estende-se aos espaços urbanos com reconhecido valor patrimonial. É também referido que as coleções devem ser comunicadas de forma compreensível para todas as pessoas e adaptadas a várias categorias de visitantes.<sup>72</sup> Acrescenta-se, ainda, que os museus devem ser facilmente acessíveis e os mais atrativos possíveis, assim como confortáveis.<sup>73</sup>

Em 1964, a *Carta de Veneza*<sup>74</sup> reconhece o papel essencial da *Carta de Atenas*<sup>75</sup> (do “restauro”), herdando e atualizando os seus princípios. Complementa Kühl, “(...) ao oferecer um conjunto coerente e rigoroso de critérios, incorporando muitos deles – com ênfase na manutenção constante e o respeito pelas várias fases de uma mesma obra – que permanecem como pilares fundamentais para a intervenção em edifícios de interesse cultural até os dias de hoje”.<sup>76</sup>

Na *Carta de Veneza* é afirmado que *“A conservação de um monumento implica a preservação de um enquadramento que não esteja fora de escala. Sempre que o enquadramento tradicional exista, ele deve ser conservado. Não deve ser aprovada nenhuma construção nova, demolição ou modificação que vá alterar a relação de massas e de cores”*.<sup>77</sup> Não foi especificado o grau de alteração aceitável, sendo que o texto refere que não devem ser realizadas novas construções e omite-se quanto aos elementos constituintes do espaço público, tais como os pavimentos. Destaca-se que o conceito de património isolado é

---

<sup>70</sup> UNESCO, *Recommendation concerning the Most Effective Means of Rendering Museums Accessible to Everyone*, 1960.

<sup>71</sup> *Ibidem*, Recomendação n. 1.º.

<sup>72</sup> *Ibidem*, Recomendação n. 4.º.

<sup>73</sup> *Ibidem*, Recomendação n. 6.º.

<sup>74</sup> ICOMOS, *Carta de Veneza*, 1964.

<sup>75</sup> Sociedade das Nações, *Carta de Atenas*, 1931.

<sup>76</sup> Kühl, *Notas sobre a Carta de Veneza*, 2010, p. 29.

<sup>77</sup> ICOMOS, *Carta de Veneza*, 1964, Artigo 6.º.

alargado, passando a integrar os sítios monumentais. Salienta-se, ainda, a necessidade de assegurar o saneamento e a valorização dos conjuntos históricos: “*Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização*”.<sup>78</sup>

Em 1976, as *Recomendações de Nairobi*<sup>79</sup> alertam para a importância de integração de elementos novos da composição urbana, tais como o mobiliário urbano e os pavimentos. Entretanto, não se declara que o pavimento original seja elemento de composição a se preservar.<sup>80</sup> É afirmado que “*Entende-se por “ambiência” dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, económicos ou culturais*”<sup>81</sup> e retoma-se a “*fisionomia das cidades*”, citada na *Carta de Atenas*<sup>82</sup> 45 anos antes.

Em 1987, a *Carta de Washington*<sup>83</sup> recomenda conservar todos os elementos que determinam a imagem da cidade histórica, especialmente a forma urbana definida pela sua trama e o seu parcelamento, assim como a relação entre os diversos espaços, edifícios, áreas verdes e livres.<sup>84</sup> Não foi esclarecida a necessidade de se manter a relação entre as faixas de circulação ou qualquer outro elemento do espaço público, mas fica clara a salvaguarda do tecido urbano e de suas proporções volumétricas através do edificado.

Para salvaguardar as cidades históricas, nesta carta determina-se “*uma manutenção permanente do que está construído*”<sup>85</sup> e indica-se que “*As funções novas e as redes de infra-estruturas exigidas pela vida*

---

<sup>78</sup> *Ibidem*, Artigo 14.º.

<sup>79</sup> UNESCO, *Recomendações de Nairobi*, 1976.

<sup>80</sup> *Ibidem*, Medidas técnicas, económicas e sociais, p. 9.

<sup>81</sup> *Ibidem*, Princípios Gerais, p. 3.

<sup>82</sup> Sociedade das Nações, *Carta de Atenas*, 1931.

<sup>83</sup> ICOMOS, *Carta de Washington*, 1987.

<sup>84</sup> *Ibidem*, Norma 2.º.

<sup>85</sup> *Ibidem*, Norma 7.º.

*contemporânea devem ser adaptadas às especificidades das cidades históricas*".<sup>86</sup> Acrescenta-se ainda que *"O melhoramento do "habitat" deve constituir um dos objectivos fundamentais da salvaguarda"*.<sup>87</sup>

Retorna-se ainda, nesta carta, à questão da necessidade de regular a circulação de veículos no interior dos bairros ou cidades históricas,<sup>88</sup> conflito que tinha sido alertado 54 anos antes, na *Carta de Atenas*.<sup>89</sup>

Em 2005, o *Memorando de Viena*<sup>90</sup> descreve que a paisagem urbana histórica *"(...) é composta de elementos que definem o seu carácter, incluindo usos do espaço e seus padrões, organização espacial, relações visuais, topografia e solos, vegetação, e todos os elementos da infraestrutura técnica, mesmo em pequena escala, objetos e detalhes de construção (guias, pisos, calhas, luzes, etc.)"*<sup>91</sup> (tradução livre).

Neste memorando alerta-se que as intervenções *"(...) devem melhorar a qualidade de vida e eficácia de produção, melhorando a vida, o funcionamento e condições de lazer e adaptando usos sem comprometer os valores existentes retirados do carácter e significado do tecido urbano histórico e de sua forma. Isto significa não só a melhoria dos padrões técnicos, mas também a reabilitação e desenvolvimento contemporâneo do ambiente histórico com base em um inventário apropriado e avaliação dos seus valores, bem como a adição de expressões culturais de alta qualidade"*<sup>92</sup> (tradução livre).

Acrescenta-se, ainda, que *"(...) deve ser dada especial atenção à funcionalidade, escala, materiais, iluminação, mobiliário urbano, publicidade e vegetação"* e que as infraestruturas devem *"(...) incluir todas as medidas para respeitar o tecido histórico, a construção de*

---

<sup>86</sup> *Ibidem*, Norma 8.º.

<sup>87</sup> *Ibidem*, Norma 9.º.

<sup>88</sup> *Ibidem*, Norma 12.º.

<sup>89</sup> CIAM, *Carta de Atenas*, 1933.

<sup>90</sup> UNESCO, *Vienna Memorandum*, 2005.

<sup>91</sup> *Ibidem*, Artigo 8.º.

<sup>92</sup> *Ibidem*, Artigo 17.º.

*reserva e contexto, e para mitigar os efeitos negativos da circulação do tráfego e estacionamento”*<sup>93</sup> (tradução livre).

Em 2008, a *Carta para Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural*<sup>94</sup> definiu que os princípios básicos de interpretação e apresentação são elementos essenciais nos esforços de conservação e comunicação do património,<sup>95</sup> ao declarar que “*Os programas de interpretação e apresentação devem facilitar o acesso físico e intelectual por parte do público ao património cultural*”<sup>96</sup> (tradução livre). Na carta é estabelecido que: i) se devem realizar todos os esforços para comunicar o valor do património e seu significado a todos os públicos,<sup>97</sup> ii) os programas de interpretação e apresentação devem considerar recursos educativos para pessoas de diferentes faixas etárias,<sup>98</sup> iii) a apresentação e a interpretação devam ser fisicamente acessíveis ao público, em toda a sua variedade,<sup>99</sup> e iv) nas situações sem acessibilidade física a apresentação e a interpretação devem ser garantidas em outro lugar.<sup>100</sup>

Em 2011, a UNESCO publicou as *Recomendações sobre a Paisagem Urbana Histórica*.<sup>101</sup> São reconhecidos como elementos da paisagem urbana histórica “*(...) as infraestruturas acima e abaixo do solo, os seus espaços abertos e jardins, os seus padrões de pavimentos e sua organização espacial, percepções e relações visuais, bem como todos os outros elementos da estrutura urbana*” (tradução livre).<sup>102</sup>

Nestas recomendações é referido que “*A abordagem da paisagem urbana histórica visa preservar a qualidade do ambiente humano, melhorando o uso produtivo e sustentável dos espaços urbanos, embora*

---

<sup>93</sup> *Ibidem*, Artigo 24.º.

<sup>94</sup> ICOMOS, *Interpretación y Presentación de Sitios de Patrimonio Cultural*, 2008.

<sup>95</sup> *Ibidem*, Preâmbulo.

<sup>96</sup> *Ibidem*, Princípio 1.º.

<sup>97</sup> *Ibidem*, Princípio 3.º.

<sup>98</sup> *Ibidem*, Princípio 7.º.

<sup>99</sup> *Ibidem*, Princípio 5.º.

<sup>100</sup> *Ibidem*, Princípio 6.º.

<sup>101</sup> UNESCO, *Recommendation on the Historic Urban Landscape*, 2011.

<sup>102</sup> *Ibidem*, recomendação 9.º.

*reconhecendo o seu carácter dinâmico, e promovendo a diversidade social e funcional”* (tradução livre).<sup>103</sup>

Em 2013, nas *Recomendações do Turismo Acessível* é reconhecido que a acessibilidade é um imperativo de direito humano e uma oportunidade comercial excepcional.<sup>104</sup> Nestas recomendações é sublinhado que os benefícios da acessibilidade não se restringem somente aos portadores de deficiência.<sup>105</sup> Diversos setores que influenciam a qualidade da indústria turística são abordados, tais como a informação e a publicidade, a acessibilidade do espaço público e do edificado, os meios de transporte e as estações, o alojamento e os serviços, e as atividades culturais e outros eventos turísticos.

Em 2014, a *Declaração de São Marino do Turismo Acessível*<sup>106</sup> foi acordada na *Primeira Conferência de Turismo Acessível na Europa*. Declarou-se que se devem observar os princípios do Desenho Universal<sup>107</sup> na criação de novas infraestruturas, produtos e serviços turísticos, além de se melhorar as infraestruturas existentes, particularmente no caso do património cultural de interesse turístico.<sup>108</sup>

Reconhecendo a importância da acessibilidade no turismo e atendendo ao assumido nas *Recomendações do Turismo Acessível*,<sup>109</sup> de promover e disseminar boas práticas, a UNWTO disponibiliza várias publicações sobre o tema no seu sítio da Internet.<sup>110</sup>

Em 2016, foi comemorado o *Dia Mundial do Turismo* com o tema *Promovendo a acessibilidade universal*.<sup>111</sup> Nessa data, o Secretário-geral da UNWTO, alertou que em 1950 eram 25 milhões de pessoas, por ano, cruzando fronteira em decorrência do turismo, tendo esse valor

---

<sup>103</sup> *Ibidem*, recomendação 11.º.

<sup>104</sup> UNWTO, *Recommendations on Accessible Tourism*, 2013. Esta postura foi inicialmente defendida em 1991, conforme referido em: UNWTO, History [on-line], 2010.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>106</sup> UNWTO, *San Marino Declaration on Accessible Tourism*, 2014.

<sup>107</sup> The Center for Universal Design, *Principles of Universal Design*, 1997.

<sup>108</sup> UNWTO, *San Marino Declaration on Accessible Tourism*, 2014, Norma 3.º.

<sup>109</sup> UNWTO, *Recommendations on Accessible Tourism*, 2013.

<sup>110</sup> UNWTO, *Sítio na Internet “UNWTO Publications”*, S.D.

<sup>111</sup> UNWTO, *World Tourism Day – Promotion Universal Accessibility*, S.D.

subido para 1,2 mil milhões de pessoas em 2016. Atendendo a que se estime que 15% da população tenha alguma deficiência ou incapacidade, o Secretário-geral afirmou que não se pode esquecer que viajar pode ser difícil para cerca de mil milhões de pessoas. Portanto, concluiu que a acessibilidade para todos deve estar no centro das políticas e estratégias comerciais do turismo.<sup>112</sup>

### 3.3 União Europeia

Na UE verificou-se uma evolução na forma de defender a acessibilidade ao longo do tempo. Iniciou-se com uma abordagem genérica, sem cunho da Comissão Europeia (*i.e.*, Conceito Europeu de Acessibilidade<sup>113</sup>), tendo-se evoluído para Mandatos (*i.e.*, M/420<sup>114</sup> e M/473<sup>115</sup>) e consequentes normas assinadas pelos Organismos Europeus de Normalização.

Como exemplo desta evolução e em atendimento ao *M/420 Standardization mandate to CEN, CENELEC AND ETSI in support of European accessibility requirements for procurement in the built environment*<sup>116</sup>, vem sendo estruturada a primeira norma europeia para a acessibilidade do espaço construído externo.<sup>117</sup>

Refere-se também o exemplo de deferimento ao *M/473*,<sup>118</sup> que exige o atendimento ao “*Design for All*”<sup>119</sup> nas iniciativas de normalização, em que várias normas já atendem a este mandato, a exemplo da CWA

---

<sup>112</sup> UNWTO, *WTD 2016 Official Message by UNWTO Secretary – General Taleb Rifai* [video], 2016.

<sup>113</sup> EuCAN, *European concept for accessibility*, 1996.

<sup>114</sup> UE, *M/420 Standardization mandate to CEN, CENELEC AND ETSI in support of European accessibility requirements for procurement in the built environment*, 2007.

<sup>115</sup> UE, *M/473 Standardization mandate to CEN, CENELEC AND ETSI to include “Design for All” in relevant Standardization initiatives*, 2010.

<sup>116</sup> UE, *M/420 Standardization mandate to CEN, CENELEC AND ETSI in support of European accessibility requirements for procurement in the built environment*, 2007.

<sup>117</sup> AENOR, *AENOR y Fundación ONCE lideran la primera norma europea de accesibilidad del entorno construido*, 2016.

<sup>118</sup> UE, *M/473 Standardization mandate to CEN, CENELEC AND ETSI to include “Design for All” in relevant Standardization initiatives*, 2010.

<sup>119</sup> The Center for Universal Design, *Principles of Universal Design*, 1997.

16267:2011, *Guidelines for Sustainable Development of Historic and Cultural Cities – Qualities* <sup>120</sup>, que possui uma secção dedicada à acessibilidade.

Na UE, a acessibilidade encontra-se atualmente defendida enquanto requisito de qualidade, afirmado no Parecer do Comité Económico e Social Europeu (CES):

*“O CES considera desejável, em particular, que a nível comunitário seja promovida uma ampla sensibilização:*

*I) sobre os requisitos de qualidade urbana (possibilidades de trabalho, qualidade dos serviços e do ambiente, condições de acessibilidade e de mobilidade, etc.), que deveriam ser garantidos a todos os cidadãos”.* <sup>121</sup>

Destaca-se também a *Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 – Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras* <sup>122</sup>, que na *Lista de Ações 2010-2015* <sup>123</sup>, apresentou o *European Accessibility Act* (vd. 3.3.2) e o *Access City Awards* (vd. 5.2.3).

Com o *European Accessibility Act* almeja-se o apoio legal uniforme, consciente de um mercado global e alinhado com especificações internacionais. <sup>124</sup>

### 3.3.1 O Conceito Europeu de Acessibilidade

O CEA <sup>125</sup> publicado pela *European Concept for Accessibility Network* (EuCAN), apresenta critérios mínimos para se assegurar a

---

<sup>120</sup> CEN, *Guidelines for Sustainable Development of Historic and Cultural Cities – Qualities*, 2011.

<sup>121</sup> UE, *Parecer sobre "O papel da UE no sector urbano"*, 1996, item 4.8.6.

<sup>122</sup> UE, *Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras*, 2010.

<sup>123</sup> UE, *European Disability Strategy 2010-2020: A Renewed Commitment to a Barrier-Free Europe – Initial plan to the European Disability Strategy 2010-2020. List of Actions 2010-2015*, 2010.

<sup>124</sup> UE, *European Accessibility Act*, 2015, p. 3.

<sup>125</sup> EuCAN, *European concept for accessibility*, 1996.



acessibilidade ao espaço edificado e aos produtos, com o objetivo de ser fonte de informação para o desenvolvimento de regulamentos e normas. A representação portuguesa na *Central Coordinating Commission for the Promotion of Accessibility*, que desenvolveu este trabalho, teve presença, entre outros, do Professor Doutor José Callado da FA-UL.<sup>126</sup>

O EuCAN divulga boas práticas e referências sobre a aplicação do CEA. A exemplo, *The City for All Plan* contém recomendações para ações na escala urbana.<sup>127</sup> Trata-se de uma metodologia de intervenção para coordenar e integrar os diversos agentes no processo, sendo um potencial plano de ação e de gestão. Indica-se que o meio edificado deve ser respeitador, seguro, saudável, funcional, compreensível e estético.<sup>128</sup>

Relativamente aos edifícios históricos, o CEA refere que algumas administrações têm relutância de adaptá-los para assegurar condições de acessibilidade física, justificando que isso pode afetar a preservação do património. Porém, o CEA esclarece que existe uma diferença entre um monumento arqueológico e um edifício com uso cívico. Se um castelo ou palácio permanecem sem adequações, como casas de banho ou eletricidade, pode ser aceitável não assegurar condições de acessibilidade física. Mas, se o edifício patrimonial foi adaptado para o uso cívico, com instalações como as anteriores, não devem existir razões para impedir a promoção da acessibilidade.<sup>129</sup>

A acessibilidade no património urbano é também apresentada, a exemplo das intervenções realizadas em Paderborn e Novi Sad, publicadas no *Design for All em progresso, da teoria à prática ECA 2013*.<sup>130</sup>

---

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>129</sup> EuCAN, *Technical Assistance Manual*, 2003, p. 75.

<sup>130</sup> EuCAN, *Design for All em progresso, da teoria à prática ECA 2013*, 2013.

Com ênfase no turismo, a publicação de 2017 do CEA apresenta-se como um guia de implantação e boas práticas do *Design for all*, comprovando a importância que a acessibilidade tem assumido nos diversos eixos econômicos.<sup>131</sup>

### 3.3.2 European Accessibility Act

A Comissão Europeia reconhece que para atender ao exigido pela Convenção da ONU sobre os *Direitos das Pessoas com Deficiência*<sup>132</sup>, é necessário que se adotem critérios mínimos de acessibilidade. É reconhecido que a competitividade dos produtos, quando em desacordo com normas de outros Estados-Membros, torna-se reduzida.<sup>133</sup>

O *European Accessibility Act* foi proposto em dezembro de 2015 e encontra-se em desenvolvimento.<sup>134</sup> Trata-se de uma diretiva que tem o objetivo de aproximar as disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros, definindo critérios mínimos de acessibilidade a se exigir na UE para alguns produtos e serviços, reduzindo as diferenças legais e normativas dos Estados-Membros. Entre estes produtos incluem-se os terminais *self-service* e os meios de transporte.

Destaca-se que estes requisitos mínimos, assim como os definidos pelos organismos europeus de normalização, poderão ser também exigidos para projetos em que sejam utilizados fundos da UE.<sup>135</sup>

## 3.4 A realidade portuguesa

Encontra-se consagrado que “(...) compete ao Estado adoptar medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com

---

<sup>131</sup> EuCAN, *Design for All in Tourist Destinations ECA 2017*, 2017.

<sup>132</sup> ONU, *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Opcional* (A/RES/61/106), 2006.

<sup>133</sup> UE, *European Accessibility Act*, 2015, Artigo 4.º.

<sup>134</sup> UE, *European Accessibility Act*, 2015.

<sup>135</sup> *Ibidem*, Artigo 1.º, p. 1.

*deficiência à cultura e à ciência, mediante, nomeadamente, a afectação de recursos e instrumentos que permitam a supressão das limitações existentes”.*<sup>136</sup>

As normas em vigor que regulam as ações para cumprimento dos princípios defendidos por força de lei estão vertidas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto (DL 163/2006).<sup>137</sup>

Quanto ao património, nas situações em que se verifique que o cumprimento do diploma pode afetar as características morfológicas, arquitetónicas ou ambientais, permitem-se exceções, se devidamente fundamentadas.<sup>138</sup>

Em 2007, foi publicado o *Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade* (PNPA),<sup>139</sup> que estabelece um conjunto de medidas para proporcionar igualdade de oportunidade e autonomia às pessoas com mobilidade condicionada ou com dificuldades sensoriais, fomentando o cumprimento das normas técnicas exigidas pelo DL 163/2006. Este plano visa assegurar a acessibilidade no espaço público e meio edificado e a promoção de *Programas Municipais de Promoção da Acessibilidade* (PMPA).<sup>140</sup>

Em 2009, Portugal ratificou a *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências* e seu respetivo *Protocolo Opcional*,<sup>141</sup> reforçando o seu compromisso com a implantação de ações para atender a igualdade de direitos.<sup>142</sup>

Em 2010, dando continuidade à política iniciada pelo PNPA, foi lançado o *Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade*

---

<sup>136</sup> Portugal, *Bases Gerais do Regime Jurídico de Prevenção, Habitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência*, 2004, Artigo 35.º.

<sup>137</sup> Portugal, *Decreto-Lei n.º 163/2006*, 8 de agosto de 2006.

<sup>138</sup> *Ibidem*, Artigo 10.º.

<sup>139</sup> Portugal, *Resolução do Conselho de Ministro n.º 9/2007*, 17 de janeiro de 2007.

<sup>140</sup> *Ibidem*, linhas de intervenção n.º 2 e n.º 3.

<sup>141</sup> ONU, *Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiências e seu Protocolo Opcional (A/RES/61/106)*, 2006.

<sup>142</sup> Portugal, *Decretos do Presidente da República n.º 71/2009 e n.º 72/2009*, 30 de julho de 2009.

(RAMPA).<sup>143</sup> Este programa considera que “(...) *as autarquias são agentes locais de mudança, revela-se essencial dotá-las de meios para corresponderem positivamente aos desafios e necessidades da comunidade em matéria de acessibilidade, e às novas exigências legais*”.<sup>144</sup>

O PNPA tinha por objetivo apoiar a elaboração de “(...) *planos de promoção da acessibilidade, que permitam à Administração Pública (central e local) programar a adaptação das edificações integradas no espaço público, nomeadamente com vista ao cumprimento das obrigações legais estabelecidas pelo DL 163/2006*”.<sup>145</sup> Porém não foi encontrada uma lista de investimentos realizados ao abrigo destes programas.

Em 2012, dando continuidade à política de reconhecimento dos direitos fundamentais a todos os cidadãos, a Assembleia da República recomendou que deveria ser desenvolvida, com caráter de urgência, uma estratégia para promover o turismo acessível em Portugal.<sup>146</sup> Como resultado, foi desenvolvido o projeto *Tornar Portugal num destino acessível para Todos*, “(...) *incentivando dessa forma a mobilização dos agentes públicos e privados, tendo em vista incrementar, em toda a cadeia de valor, o acesso e a fruição turística a todos*”.<sup>147</sup>

Inserido no programa “*All for All*”<sup>148</sup> do Turismo de Portugal, encontra-se uma linha de apoio para implantação de recursos de acessibilidade física e de serviços, para entidades públicas ou privadas. O esforço foi reconhecido em 2015. Segundo a Comissão Europeia,<sup>149</sup>

---

<sup>143</sup> QREN-POPH, *Programa Rampa*, 2010.

<sup>144</sup> QREN-POPH, *Nota Técnica n.º 1/UAIH/POPH/2010*, 2010, p. 1.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>146</sup> Portugal, *Resolução da Assembleia da República n.º 132/2012*, 2012.

<sup>147</sup> Turismo de Portugal, *Sítio na Internet “Turismo Acessível”*, [2016].

<sup>148</sup> Turismo de Portugal, *Programa “All for All: Portuguese Tourism”*, [2016].

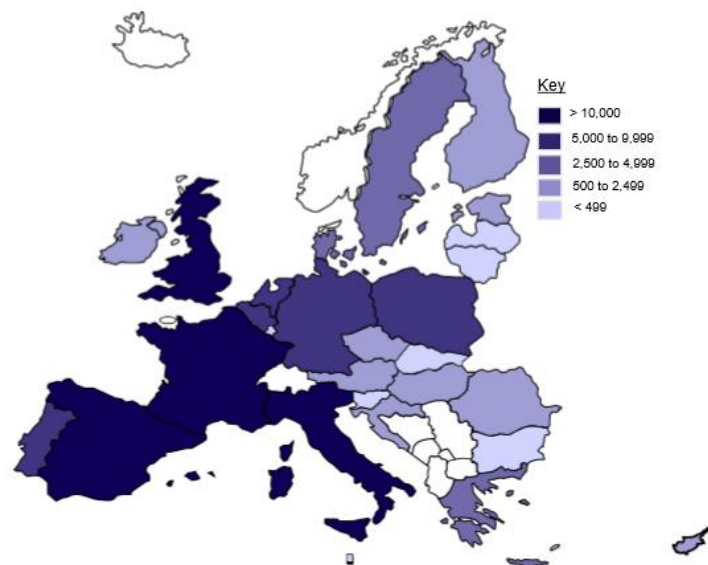
<sup>149</sup> UE, *Mapping and Performance Check of the Supply of Accessible Tourism Services (220/PP/ENT/PPA/12/6491) Final Report*, 2015, p. 6.

o número de fornecedores de turismo acessível em Portugal encontra-se entre 5 000 a 9 999 estabelecimentos (Figura 3).

Tendo em consideração que este valor não é proporcional ao número de estabelecimentos por país, ou da sua população, pode-se considerar que, através das informações desta base de dados, Portugal tem uma oferta significativa.

Figura 3 – Mapa do número de fornecedores do turismo acessível na UE.

(Fonte: Comissão Europeia <sup>150</sup>)



Também é de se mencionar que em 2017 a cidade do Funchal obteve uma menção honrosa no *Access City Award*, por melhorar a sua acessibilidade, apesar da sua geografia desfavorável. <sup>151</sup>

### 3.5 A realidade brasileira

O direito de acesso está defendido na Carta Magna, especificamente no que se refere aos bens culturais, quando determina que “*O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais*”. <sup>152</sup>

<sup>150</sup> *Ibidem*.

<sup>151</sup> UE, *Access City Award 2017 Special Mention for continued commitment to Accessibility in difficult circumstances: Funchal (Portugal)*, 2017.

<sup>152</sup> Brasil, *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988, Artigo 215.º.

Em 2003, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) publicou a normativa n.º 1,<sup>153</sup> que dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível Federal. É recomendada a implantação de acessibilidade física e de comunicação (item 1.1) e acrescenta que as *“Soluções em acessibilidade deverão ser implementadas em curto prazo, tendo em vista proporcionar à comunidade o efeito demonstrativo da ação do IPHAN, verificada a disponibilidade imediata de recursos técnicos e financeiros”*.<sup>154</sup>

Não são apresentadas exceções, o que não é usual nas normas de implantação de acessibilidade no patrimônio. Por outro lado, declara que os bens serão adaptados gradualmente *“(...) respeitando-se a disponibilidade orçamentária, os níveis de intervenção estabelecidos pelos responsáveis para cada imóvel, a ordem de relevância cultural e de fluxo de visitantes, bem como a densidade populacional da área no caso de sítios históricos urbanos”*,<sup>155</sup> o que já justifica qualquer omissão. É referida a importância de *“Informar ao público em geral sobre as condições de acessibilidade dos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, assim como dos demais bens culturais imóveis, de propriedade ou sob a responsabilidade do IPHAN”*.<sup>156</sup>

Em 2004, foram regulamentadas leis federais que estabelecem normas e critérios para a prioridade ao atendimento, assim como para a promoção da acessibilidade e das normas aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Norma Brasileira NBR 9050<sup>157</sup>, através do Decreto n.º 5.296/04.<sup>158</sup> Na Seção *“Da Acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis”*<sup>159</sup> é determinado que *“As soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras*

---

<sup>153</sup> Brasil, Instrução Normativa n.º 01 de 25 de novembro de 2003, 2003.

<sup>154</sup> *Ibidem*, Artigo 1.º.

<sup>155</sup> *Ibidem*, Artigo 1.º.

<sup>156</sup> *Ibidem*, Artigo 2.º.

<sup>157</sup> ABNT, NBR 9050:2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2004.

<sup>158</sup> Brasil, Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, 2004.

<sup>159</sup> *Ibidem*, seção IV, Artigo 30.º.

*na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa n.º 01 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, de 25 de novembro de 2003”, citado anteriormente, legitimando o seu caráter legal e alargando a sua influência a todas as esferas governamentais. A ABNT, através da NBR 9050- 2015,<sup>160</sup> para o património determina que:*

*“10.2.1 Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nesta Norma, compatibilizando soluções com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores, e sempre garantindo os conceitos de acessibilidade.*

*10.2.2 No caso de sítios, áreas ou elementos considerados inacessíveis ou com visitação restrita, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável, com divulgação das condições de acessibilidade do bem patrimonial informadas com antecedência ao visitante e vinculadas a todo material publicitário”.<sup>161</sup>*

Destaca-se que no artigo 10.2.2, acima citado, são exigidos os recursos sensoriais somente para locais sem acessibilidade física, o que demonstra que há uma comunhão de soluções sem o entendimento do seu objetivo, misturando necessidades distintas com soluções específicas. Ou seja, para atender às pessoas com mobilidade condicionada, são exigidos recursos destinados às pessoas com limitações visuais. Por outro lado, em situações em que esteja garantida a acessibilidade física, não se impõe a comunicação da imagem do património para responder às necessidades especiais das pessoas com deficiência visual.

---

<sup>160</sup> ABNT, *NBR 9050: 2015 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, 2015.

<sup>161</sup> *Ibidem*, Norma n.º 10.2.

Os recursos sensoriais deveriam ser sempre disponibilizados, uma vez que todos os que não podem compreender o patrimônio pelo sentido da visão necessitam da sua descrição para apreciá-lo.

A ABNT NBR 9050:2015 alerta para a necessidade de comunicação dos recursos implantados e das suas restrições em todo material publicitário,<sup>162</sup> que se encontra exigido também na normativa n.º 1 do IPHAN.<sup>163</sup> Salienta-se que foi promulgado um termo de ajustamento de conduta em que as normas da ABNT, referentes à acessibilidade, deverão ser disponibilizadas, sem custo aos interessados.<sup>164</sup>

Assim como em Portugal, a *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências* e seu respetivo *Protocolo Opcional*<sup>165</sup>, de 2006, foram ratificados pela Presidência da República.<sup>166</sup> Em decorrência, foi lançado em 2011 o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência,<sup>167</sup> sendo que a acessibilidade é um dos seus quatro eixos de ação.<sup>168</sup>

Em 2013, o Ministério do Planejamento criou, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma linha destinada aos sítios históricos urbanos acautelados ao nível federal.<sup>169</sup> O PAC Cidades Históricas, com coordenação do IPHAN, apoia 425 obras de restauro de edifícios e revitalização de espaços públicos, incidindo em 44 cidades. Além do PAC, o património encontra-se abrangido, ao nível Federal, pelo programa *Monumenta*, destinado às áreas patrimoniais de cidades com bens tutelados pelo IPHAN.<sup>170</sup> Este programa foi instituído pelo Ministério da Cultura, possui financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e conta com o apoio da UNESCO.

---

<sup>162</sup> *Ibidem*, Norma n.º 10.2.

<sup>163</sup> Brasil, *Instrução Normativa n.º 1 de 25 de novembro de 2003*, 2003, Norma n.º 2.9.

<sup>164</sup> Brasil, Ministério Público Federal, *Termo de Ajustamento de Conduta*, 2004.

<sup>165</sup> ONU, *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Opcional (A/RES/61/106)*, 2006.

<sup>166</sup> Brasil, *Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009*, 2009.

<sup>167</sup> Brasil, *Decreto n.º 7.612, de 17 de novembro de 2011*, 2011.

<sup>168</sup> *Ibidem*, Artigo 4.º.

<sup>169</sup> Brasil, *PAC Cidades Históricas*, 2011.

<sup>170</sup> IPAC-BA, *Sítio na Internet “Monumenta”*, [2016].



O investimento do programa *Monumenta* abrange, além de obras, a capacitação de técnicos e a promoção de atividades económicas. Atualmente 26 cidades participam do programa, incluindo as analisadas nos casos de estudo, Olinda e Ouro Preto.<sup>171</sup>

### 3.6 Análise do quadro legal e regulamentar

Da análise do quadro legal e regulamentar português e brasileiro, constata-se que a exigência de condições de acessibilidade física prevalece. São poucos os princípios de acessibilidade física defendidos em documentos de referência internacionais que não estão vertidos na legislação de Portugal e do Brasil. A fundamentação teórica e a regulamentação luso-brasileira abrangem o espaço público, o edificado, o mobiliário e o equipamento, de uso público ou privado.

Observa-se, contudo, que algumas questões particulares poderiam ser implementadas, como por exemplo um maior número de lugares de estacionamento acessíveis próximos dos edifícios públicos e de locais de interesse turísticos, a forma do pavimento tátil em ilhas e áreas de refúgio de diferentes larguras,<sup>172</sup> a exigência de zonas de repouso a cada 300 metros.<sup>173</sup> Em situações em que o cumprimento das normas em vigor não é viável (*e.g.*, vias com inclinação acentuada), deveriam ser exigidas medidas compensatórias.

Em contrapartida, a acessibilidade sensorial ainda não está devidamente defendida e é incipiente a divulgação de formas eficientes para a sua concretização. Existem meios de comunicar a arquitetura e a paisagem, tais como a exploração tátil de reproduções à escala (Figura 4), de elementos originais (Figura 5) ou de modelos para exploração guiada (Figura 6).<sup>174</sup>

---

<sup>171</sup> *Ibidem*.

<sup>172</sup> Le Moniteur, *Cahier Pratique Le Moniteur des Travaux Publics et du Bâtiment*, 2011, proposta 16, p. 12.

<sup>173</sup> *Ibidem*, proposta 20, p. 14.

<sup>174</sup> Vieira e Pedro, *O direito à imagem do património*, 2012.



*Figura 4 – Lisboa, modelo tátil da Torre de Belém.  
Réplica do original comunica o edifício como um todo.  
(Fonte: fotografia da autora, 2012)*



*Figura 5 – Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos, Túmulo de Luís de Camões.  
Exploração tátil descreve elementos da arquitetura manuelina.  
(Fonte: fotografia da autora, 2012)*

*Figura 6 – Escultura “Guanabara”, de Alfredo Ceschiatti,  
Pinacoteca de São Paulo.  
Exploração guiada por áudio descreve a paisagem da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, através das formas do relevo da escultura da “índia Guanabara”.  
(Fonte: fotografia da autora, 2012)*



Foi demonstrado, numa análise comparativa das normas direcionadas para as pessoas com deficiência visual (CEA, DL 163/97 e ABNT 9050<sup>175</sup>), que as especificações estão direcionadas para facilitar a orientação espacial, com vista a assegurar a mobilidade, e que o direito à fruição do património não se encontra defendido, uma vez que, apesar de consagrado ao nível dos princípios e viável do ponto de vista técnico, não está totalmente transposto para normas legais e regulamentares.<sup>176</sup>

Entende-se que uma pessoa sem o sentido da visão tem o direito de ter a informação sobre a imagem do património, comunicada por recursos alternativos, uma vez que quando se trata de um património de reconhecido valor, a comunicação da sua imagem é tão importante

<sup>175</sup> *Ibidem*, Apêndice 1, 2 e 3.

<sup>176</sup> *Ibidem*, Discussão.

quanto os seus outros aspetos (*e.g.*, históricos ou técnico). Brandi defende que, apesar da instância histórica, a singularidade de uma obra de arte depende da sua *artisticidade*, e que esta característica, uma vez perdida, deixa apenas um destroço.<sup>177</sup>

No que se refere à publicidade dos recursos, alerta-se que o não reconhecimento da sua importância faz com que as ações implantadas sejam utilizadas por um número restrito de pessoas.

### 3.7 Notas conclusivas

Enquanto o edifício é sobretudo estático, o património urbano encontra-se em constante alteração, em virtude de fatores climáticos ou de necessidades várias que o uso e a evolução social impõem ao espaço público.

Este caráter estático do edifício e dinâmico do espaço público pode ter sido fundamental para a proteção diferenciada dos elementos desta ambiência e a tardia citação de alguns componentes urbanos como participantes da composição visual a se proteger.

Está consagrado e é indiscutível o valor do monumento isolado. Em contrapartida, o espaço público teve as suas características menos resguardadas, provavelmente em virtude da evolução dos meios de transporte, de ser plataforma de intercâmbio social, e de estar sujeito a alterações frequentes para assegurar a sua funcionalidade.

Nesta linha, foi referido que os novos pavimentos deveriam estar em harmonia com o conjunto, contudo não se encontrou referência à preservação do pavimento original, que, segundo Casaleiro e Santiago, é um elemento fundamental na definição do espaço urbano e estrutura de grande fragilidade aos processos de mudança e de evolução.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> Brandi, *Teoria do Restauro*, 2006 [1963], p. 5.

<sup>178</sup> Casaleiro e Santiago, *Os pavimentos na caracterização da imagem do núcleo intramuros romano-visigóticos da cidade de Évora*, 2001, p. 44.

As lacunas na legislação em relação à implantação da acessibilidade no património, tendo em consideração o que foi explícito na *Declaração Universal dos Direitos do Homem*<sup>179</sup> e nas *Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências*,<sup>180</sup> tratam-se, exclusivamente, de lapsos no campo normativo. A interpretação destes documentos deixa clara a sua finalidade em defesa do direito de acesso e de comunicação dos bens culturais a todos, sem distinções.

Por um lado, constata-se que vem sendo construído um ordenamento jurídico que traduz os direitos fundamentais reconhecidos pela sociedade moderna em normas, de forma digna e justa. Por outro lado, reconhece-se que alguns princípios tiveram concretização distinta, sendo exemplo o atraso na regulamentação, divulgação e implantação da acessibilidade sensorial, quando comparada com a acessibilidade física.

---

<sup>179</sup> ONU, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

<sup>180</sup> ONU, *Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities*, 1993.

## 4. PLANOS DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE

### 4.1 Notas introdutórias

Neste capítulo são descritos os planos de promoção da acessibilidade das cidades de Guimarães e Lisboa, em Portugal, e de Ouro Preto e Olinda, no Brasil. Na descrição são registadas as principais características dos planos, procurando destacar aspetos que possam contribuir para a definição das boas práticas.

Nos quatro casos, os planos têm como objetivo adaptar as cidades às atuais exigências de acessibilidade, contendo, para o efeito, programas de intervenção que identificam prioridades e organizam ações. Pretendem, assim, assegurar uma rápida adaptação do ambiente construído aos princípios de igualdade de oportunidades consagrados na lei.

No caso da cidade de Guimarães, o plano foi elaborado por uma empresa externa ao município, contratada para o efeito. Já no caso de Lisboa, o município criou um departamento próprio no qual foi elaborado o plano. Nas cidades de Ouro Preto e Olinda incidiram ações, do Governo Federal, para promover a acessibilidade.

## 4.2 Portugal

### 4.2.1 Guimarães

O *Plano de Promoção de Acessibilidade* de Guimarães foi lançado no final de 2010<sup>181</sup> e faz parte da primeira geração de planos com apoio do PNPA. A metodologia utilizada “(...) *consiste, essencialmente, no cruzamento do diagnóstico urbanístico e arquitetónico, com o diagnóstico social do município, em matéria de necessidades de Acessibilidade para Todos*”.<sup>182</sup>

Acrescenta-se que “(...) *a metodologia proposta assenta em quatro pilares principais, que são a Governância, a Participação, o Conhecimento e Sensibilização, e os Estudos a desenvolver em matéria de acessibilidade. Esta metodologia estratégica, que assenta nos quatro pilares principais apresentados, debruçar-se-á sobre as seguintes cinco áreas temáticas fundamentais em matéria de Acessibilidade para Todos: Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Design e Infoacessibilidade. Estas cinco áreas temáticas estão presentes nas três fases principais da elaboração do Plano: Levantamento/Diagnóstico, Estudos Técnicos – Versão Draft e Estudos Técnicos Versão Final*”.<sup>183</sup>

Entretanto, torna-se difícil definir os pontos fortes e fracos da metodologia utilizada para fomentar discussões futuras, pois o plano não se encontra disponível na Internet e apesar dos esforços não foi possível ter acesso a esta documentação, somente a uma síntese das ações desenvolvidas, sendo que se trata de uma publicação realizada pela empresa contratada pela Câmara Municipal de Guimarães.

Analisando o que foi disponibilizado, não se clarificam as fases que foram realizadas nem a forma como as três fases principais do plano

---

<sup>181</sup> CMG, *Lançamento do Programa “Guimarães para Todos”*, 2009.

<sup>182</sup> Teles e da Silva, *Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade de Guimarães – Síntese das Ações Desenvolvidas*, 2011, p. 19.

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 19.

apresentadas nesta *Síntese de Acções Desenvolvidas* se relacionam com os seus pilares, ou seja, por exemplo, não se esclarece em que fase e como decorreu a participação pública.

O que se constatou ter sido realizado foi somente o diagnóstico, divulgação dos objetivos do plano com apresentações públicas, além de ações que envolviam escolas e a prescrição de algumas soluções tipo.

Em relação à consulta pública, não foi disponibilizado o registo das solicitações dos munícipes ou instituições participantes, a forma de análise das mesmas, assim como a forma de incorporação das contribuições no plano ou em ações futuras.

No que se refere à metodologia utilizada,<sup>184</sup> são verificadas barreiras *in loco* e georreferenciadas. Com esta informação gera-se uma planta de diagnóstico de barreiras e de classificação de percursos, em que se observam a acessibilidade dos mesmos (Figura 7 e Figura 8).

A partir da relação entre os elementos urbanos listados na legenda do programa de Sistema de Informação Geográfica (SIG), e a sua localização, obtêm-se propostas de intervenções pontuais (Figura 9).

Consoante a largura da via propõe-se um perfil tipo que, segundo os autores, “(...) *não se apresenta como porção mágica que pode ser aplicada em série, nem resolve qualquer situação*”.<sup>185</sup>

---

<sup>184</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 75.



Figura 7 – Planta de diagnóstico de barreiras.  
(Fonte: Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade de Guimarães <sup>186</sup>)

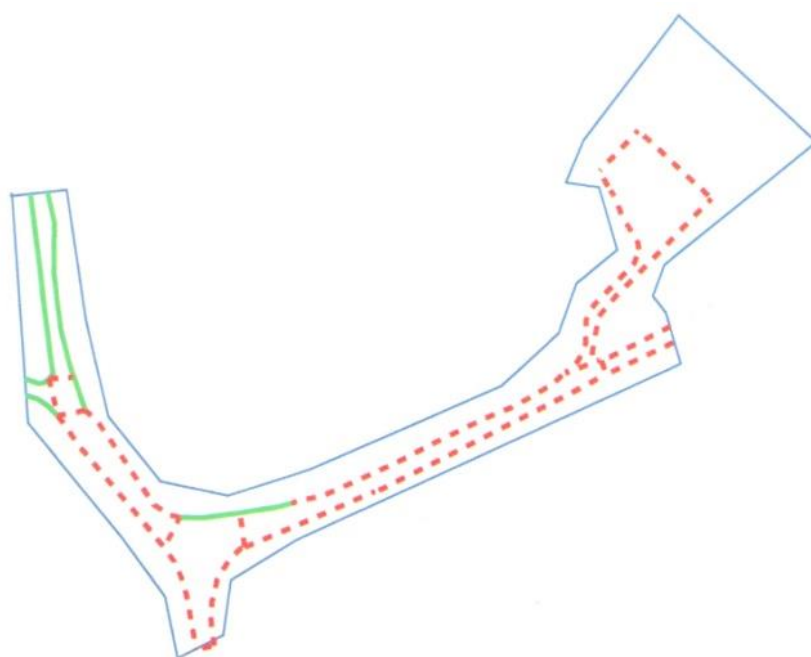


Figura 8 – Planta de classificação de percursos.  
(Fonte: Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade de Guimarães <sup>187</sup>)

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 114.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 115.



Figura 9 – Legendas do Plano Municipal de Acessibilidade.

(Fonte: Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade de Guimarães <sup>188</sup>)



Figura 10 – Propostas tipo para adaptação de arruamentos.

(Fonte: Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade de Guimarães <sup>189</sup>)



<sup>188</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>189</sup> Ibidem, p. 76.

Esta metodologia assemelha-se à fase inicial do *Plano de Acessibilidade para o Espaço Público de Lisboa* <sup>190</sup> dos anos de 1990. No que se refere ao espaço público, esta metodologia atende ao que é exigido para candidaturas aos apoios do *Eixo 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento*, do *Programa Operacional Potencial Humano* (POPH) do *Quadro de Referência Estratégico Nacional* (QREN). <sup>191</sup>

Salienta-se que a Nota Técnica n.º 1/UAIII/POPH/2010 <sup>192</sup> determina a facilidade de acesso aos planos, a publicidade destes documentos na íntegra teria fornecido elementos enriquecedores para a análise.

#### 4.2.2 Lisboa

No início dos anos de 1980 Lisboa publica seus primeiros editais para eliminação de barreiras arquitetónicas. <sup>193</sup> No final dos anos 90 foi desenvolvido o *Plano de Acessibilidade para o Espaço Público de Lisboa*, com colaboração do *Consorcio de Recursos per a la Integració de la Diversitat* (CRID), de Barcelona, e da Comissão Cidade Aberta, da Câmara Municipal de Lisboa (CML). <sup>194</sup>

Este plano previa o levantamento exaustivo dos elementos implantados no espaço público e das suas posteriores inserções em um sistema de informação geográfica. Permitiria, assim, determinar o custo para se tornar um trecho acessível, para tal haveria o cruzamento das informações sobre os elementos que seriam necessários alterar associando-o ao valor de cada ação, o que geraria o valor total de um trecho.

As fases iniciais de eliminação de barreiras deveriam intervir sobre dois principais eixos arteriais e um ribeirão, permitindo uma integração com os principais meios de transporte. As fases posteriores iriam

---

<sup>190</sup> Ramos, *Plano de Acessibilidade de Lisboa*, 2000.

<sup>191</sup> QREN-POPH, *Nota Técnica n.º 1/UAIII/POPH/2010*, 2010, Artigo 4.º.

<sup>192</sup> *Ibidem*.

<sup>193</sup> CML, *Editais n.º 141/81 e Edital n.º 142/81*.

<sup>194</sup> Ramos, *Plano de Acessibilidade de Lisboa*, 2000, p. 53.

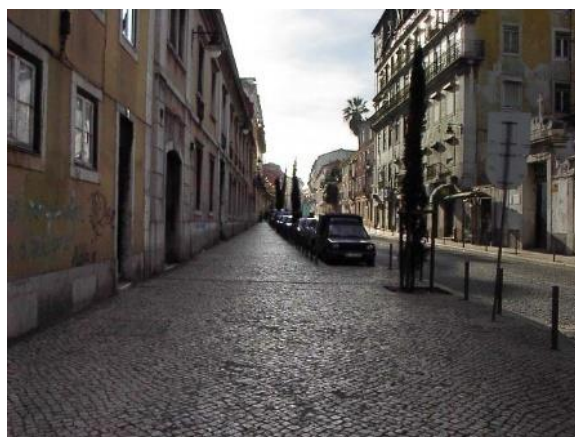
preenchendo os núcleos dos bairros, implementando a acessibilidade nos espaços remanescentes, conforme critérios pré-estabelecidos de prioridades.

Embora este plano tenha sido interrompido tal como proposto, o objetivo principal teve continuidade.

Destacam-se as experiências dos anos 90 do século passado, tais como a reabilitação na área da Avenida João XXI (Figuras 11 e 12) ou na Rua das Janelas Verdes (Figura 13), com adequação das calçadas e nivelamento nas faixas de atravessamento, assim como a realização do alinhamento de mobiliário urbano e arborização.



*Figuras 11 e 12 – Lisboa, Avenida João XXI.  
Área de repouso e passagem nivelada.  
(Fonte: fotografias da autora, 2003)*



*Figura 13 – Lisboa, Rua das Janelas Verdes.  
(Fonte: fotografia da autora, 2003)*

O *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa* <sup>195</sup> representa um passo em frente relativamente à versão anterior. Este plano tem o objetivo de definir estratégias de intervenção, segue um modelo de plano-processo

---

<sup>195</sup> CML, *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa* [V1], 2013, p. 15.

e versa sobre cinco áreas operacionais, sendo elas a via pública, os equipamentos municipais, a fiscalização de particulares, a articulação com a rede de transporte público e os desafios transversais.

Na sua fase inicial destaca-se a obtenção de financiamento externo através de três candidaturas aprovadas ao QREN/POPH/Rampa. O plano foi concebido tendo presente estas oportunidades e, portanto, integrou soluções concretas para estas candidaturas, mesmo antes das suas primeiras fases de desenvolvimento (fases 2 e 3).<sup>196</sup>

Com uma visão mais alargada que os outros planos analisados, o plano de Lisboa não se limita a atender a acessibilidade através de questões métricas que permitam a circulação de pessoas e respetivas estimativas de custo.

O *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa* reconhece as fragilidades de todos, e dos riscos de peões que compartilham espaços com veículos. Esta postura permitiu a utilização de uma base de dados sobre atropelamentos e, segundo os seus autores, “(...) a redução do número e da gravidade dos atropelamentos em Lisboa é uma das prioridades do Plano de Acessibilidade Pedonal”.<sup>197</sup>

Pedro Gouveia, arquiteto coordenador do plano, no *Depoimento para o curso livre sobrevivência rodoviária*<sup>198</sup> associa os atropelamentos a razões estruturais do espaço, considerando que eles não são meros acidentes. Acrescenta que há uma relação entre a configuração de ruas que induz o condutor a uma maior velocidade ou a consequente não utilização de uma passadeira devido à sua localização inadequada. Afirma que um terço das vítimas mortais e dos feridos graves dos atropelamentos de Lisboa é de idosos, alerta que as pessoas com mobilidade condicionada são mais vulneráveis, andam mais devagar ou possuem limitações visuais. Acrescenta que os centros das cidades não foram preparados para receber este “*dilúvio de carros*”, sendo que

---

<sup>196</sup> *Ibidem*, volume 1, p. 20.

<sup>197</sup> CML, *A Pé para a Escola... em Segurança!*, 2014, p. 7.

<sup>198</sup> Gouveia, *Depoimento para o curso livre sobrevivência rodoviária*, 2013.

quando na sua fundação não havia a segregação de modos nas vias, todos partilhavam o espaço, os que andavam a pé, ou a cavalo, eram zonas de coexistência.

A exemplo da complexidade da evolução desta questão, citada por Gouveia, relata-se que a Praça do Rossio foi delimitada por frades, anunciando os atuais problemas de circulação, situação representada por Degrand em 1837 (Figura 14).

*Figura 14 – Lisboa, placa central da Praça do Rossio fechada por “frades”.*

*(Fonte: Degrand, Litografia do Rossio. CML/GEO, 1837)*



Para compatibilizar os vários usos nas zonas de coexistência, Gouveia afirma que se necessita implantar um conjunto de ações a montante, sendo que inicialmente deve-se eliminar o tráfego de atravessamento e assegurar, através de medidas físicas, que as velocidades praticadas sejam reduzidas. Consequentemente, para esta área, o que vai determinar a velocidade usada pelos condutores é a existência de balizas restritivas para o trânsito de veículos. Os condutores terão, necessariamente, de abrandar, a velocidade é limitada por imposições físicas e não pela vontade própria do motorista.

A CML disponibiliza uma lista de documentos técnicos e esclarecedores sobre o processo de desenvolvimento do *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa*, assim como os atos administrativos vinculados a este processo.<sup>199</sup>

---

<sup>199</sup> CML, *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa* [5 volumes], 2013.



O *Mapa de Declividades da Rede Viária*, apresentado na Figura 15, elucidou que “(...) em quase três quartos da rede viária de Lisboa (74,3%) o declive é igual ou inferior a 5%, valor máximo definido na legislação”, isto significa que nesta cidade de sete colinas “Existem, portanto, 1.234,68 km de arruamentos sem qualquer problema ao nível da inclinação longitudinal”.<sup>200</sup>

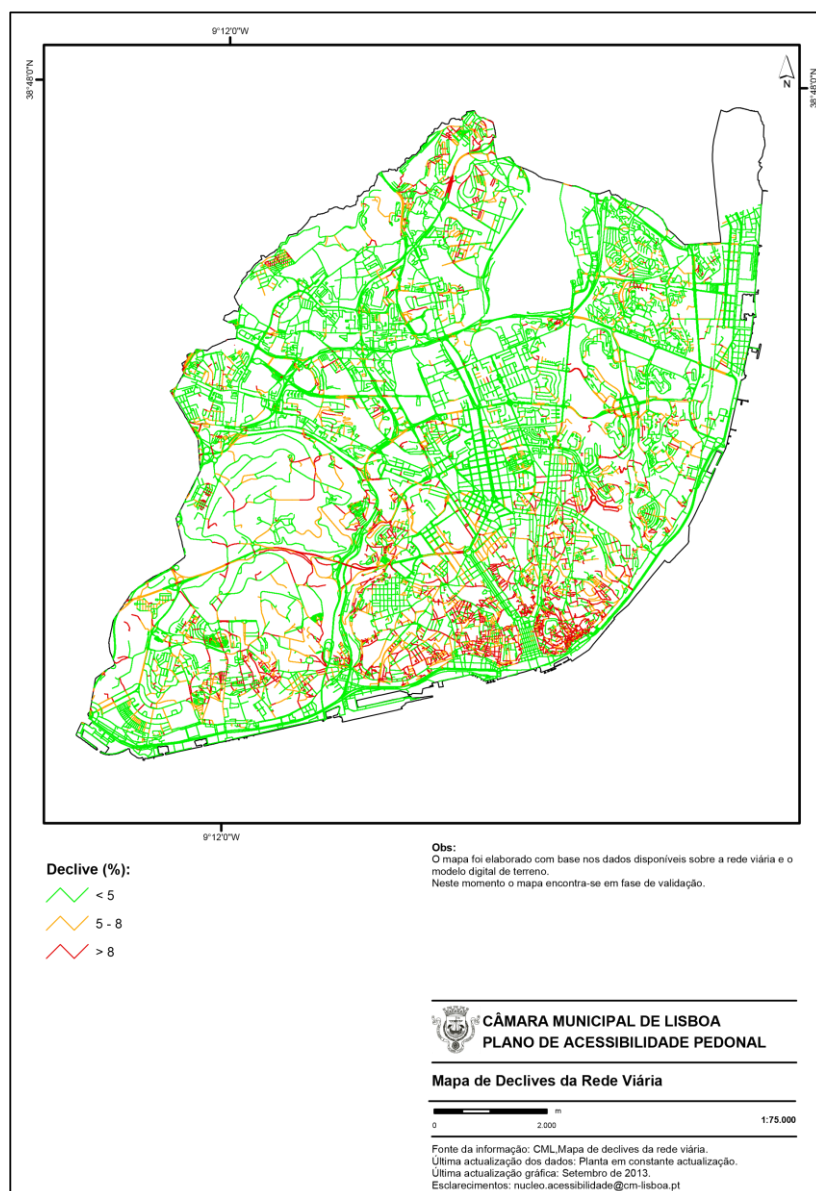


Figura 15 – Mapa de declividades da rede viária de Lisboa.  
(Fonte: CML<sup>201</sup>)

<sup>200</sup> CML, *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa [V. 1]*, 2013, p. 64.

<sup>201</sup> CML, *Mapa de Declividades da Rede Viária de Lisboa*, [2016].

Segundo os autores, os cinco princípios orientadores deste plano são: <sup>202</sup>

- I. Assumir um compromisso;
- II. Definir Prioridades;
- III. Fazer através dos Serviços;
- IV. Capacitar os Intervenientes;
- V. Não desperdiçar oportunidades.

Destacam-se os princípios I e V. A vontade política é indispensável para que um objetivo seja concretizado. Sem apoio e comprometimento, observa-se descontinuidade nos planos. Inserir a meta de não desperdiçar as oportunidades (princípio V) é realmente estratégico e potencializador dos seus objetivos. Beneficiam-se de todas as operações em curso, cientes de que os investimentos são limitados, expande-se a implantação da acessibilidade a todos os departamentos que atuam no espaço público, cumprindo-se a legislação de implementá-la. Neste documento afirma-se que *“Todos os dias se fazem planos, projetos e obras (pequenas e grandes, públicas e particulares) que podem eliminar barreiras sem custo adicional para a CML. É preciso preparar soluções que possam ser integradas nesses trabalhos. E aproveitar os projetos piloto como oportunidade de aprendizagem e demonstração”*. <sup>203</sup>

Acrescenta-se que a CML cita a perspectiva de Gunnarsson, em que para criar uma cidade amiga dos peões – *walking-friendly city* – torna-se necessário ter em conta os cinco princípios do acrónimo SPACE: <sup>204</sup>

- *Segurança* – criar a possibilidade de as pessoas andarem a pé sem sofrerem acidentes graves e sem sentirem medo;
- *Proximidade* – construir uma rede pedonal próxima, com trajetos alternativos e com distâncias curtas para a escola, serviços e locais de trabalho;

---

<sup>202</sup> CML, *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa [V. 1]*, 2013, p. 99.

<sup>203</sup> *Ibidem*.

<sup>204</sup> CML, *A Pé para a Escola... em Segurança!*, 2014, p. 33.

- *Acessibilidade e adaptação do ambiente* – criar uma rede pedonal acessível a todos, nomeadamente crianças, idosos e pessoas com mobilidade condicionada;
- *Conforto e conveniência* – criar condições para que o andar a pé seja uma atividade agradável e natural;
- *Estética do ambiente* – transformar os percursos pedonais e o andar a pé numa atividade cheia de experiências e oportunidades de usufruto da vida da cidade ou vila.

## 4.3 Brasil

### 4.3.1 Ouro Preto

Um diagnóstico de mobilidade urbana foi realizado pelo IPHAN<sup>205</sup>, foram apontados problemas como calçadas estreitas, ausência de sinalização adequada, carga e descarga sem regulamentação, trânsito de veículos pesados na área patrimonial, congestionamento de veículos na área central, onde se concentram as atividades comerciais e institucionais, estacionamento insuficiente e necessidade de melhoria do transporte coletivo.

Este diagnóstico alerta também para o fato da Praça Tiradentes ter-se tornado um espaço de grande circulação e de estacionamento de táxis, ônibus e veículos de carga.<sup>206</sup>

Para a praça central foi realizada uma proposta de implantação de calçadas mais largas e definição de espaços para circulação de pedestres e veículos no seu núcleo (Figura 16), sendo que algumas destas sugestões já foram realizadas (Figuras 17 e 18).

---

<sup>205</sup> *Ibidem*, p. 73 a 75.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 73. Além dos problemas relatados destacamos que o transporte local de micro-ônibus não é acessível, e que existe um descompasso entre o desgaste do espaço público e respetiva capacidade de sua manutenção.



Figura 16 – Ouro Preto, proposta de melhoria para a Praça Tiradentes. (Fonte: IPHAN <sup>207</sup>)



Proposta para a Praça Tiradentes. 2012. Acervo: Iphan.



Praça Tiradentes. 2012. Acervo: Iphan.



Proposta de melhoria urbanística da Praça Tiradentes (simulação sobre foto). 2012. Acervo: Iphan.

Figuras 17 e 18 – Ouro Preto, Praça Tiradentes com o alargamento da calçada.

(Fonte: Fotografias da autora, 2014)



Das propostas apresentadas pelo IPHAN, destacam-se a oferta de sistema de transporte de baixo impacto ambiental, qualificação dos espaços e vias públicas, a exemplo da proposta de melhoria urbanística do Largo da Casa dos Contos (Figura 19 e Figura 20).

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 74.



*Figura 19 – Ouro Preto, proposta de melhoria urbanística do Largo da Casa dos Contos.  
(Fonte: IPHAN <sup>208</sup>)*



*Figura 20 – Ouro Preto, Largo da Casa dos Contos.  
Situação documentada em 2014, ainda sem a implantação das melhorias propostas.  
(Fonte: fotografia da autora, 2014)*

Foi indicado a elaboração e implementação de um novo plano de circulação viário, dando prioridade ao pedestre, estabelecimento de nova política de estacionamento, dotação de infraestrutura de transporte por meio da implementação de planos inclinados, elevadores, escadas rolantes, com foco na acessibilidade, turismo e reapropriação social, implantação de ciclovias e pontos de intermodalidade, além de implementação de sinalização vertical e horizontal. <sup>209</sup>

Na revitalização da Rua São José, os melhoramentos não foram recebidos de forma pacífica, pois uma parte da população defendeu a cidade tal como ela se encontrava, exigindo que as modificações não fossem realizadas. Alegaram a preservação da imagem urbana e exigiram que os lugares de estacionamento fossem mantidos. Comparase o local na década de 1940 (Figura 21) e no decorrer das obras (Figura 22).

---

<sup>208</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 73.



Figura 21 – Ouro Preto, Rua São José na década de 1940.  
(Fonte: UOL notícias <sup>210</sup>)



Figura 22 – Ouro Preto, Rua São José em obras em 2011.  
(Fonte: IEPHA <sup>211</sup>)

Foi noticiado que “Cerca de 100 moradores e comerciantes de Ouro Preto (MG) foram às ruas nesta quinta-feira (30) para protestar contra a troca do calçamento da rua São José, a principal da cidade. Eles dizem que a substituição irá descaracterizar a via como patrimônio histórico”.

Na reportagem acrescenta-se que, segundo a lojista Marina Dobscha “O prefeito está aproveitando o trabalho da Sema para quebrar os passeios. A acessibilidade não será resolvida só com obras na rua São José. Isso é a desculpa para fazer da via um boulevard”. Por outro lado, “Gobbi [Secretário de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano] alega que comerciantes estão usando a argumentação sobre o patrimônio, mas a motivação seria interesse em vagas de estacionamento. «O alargamento para dar acessibilidade vai impossibilitar o estacionamento de carros na rua», disse”. <sup>212</sup>

Provavelmente este impasse tenha gerado uma discussão fervorosa devido ao fato de ser uma ação pontual. Caso estivesse ao mesmo tempo sendo resolvido os outros problemas elencados no relatório do IPHAN, a exemplo do estabelecimento de uma nova política de estacionamento

<sup>210</sup> Ibidem.

<sup>211</sup> IEPHA, Seminário debate acessibilidade e patrimônio, 2011.

<sup>212</sup> UOL Notícias, Moradores e comerciantes de Ouro Preto (MG) protestam contra "boulevard" na cidade, 2011.

e mobilidade, o problema dos lugares e da facilidade de acesso ao comércio seria compensado, dando segurança aos comerciantes.

Apenas foram realizadas algumas intervenções pontuais, como por exemplo na Rua São José (Figuras 23 e 24), não estando o uso e conservação do espaço público isento de dificuldades.



Figuras 23 e 24 – Ouro Preto, Rua São José.

*Imagens documentam a via após revitalização, com calçadas alargadas, ordenamento dos lugares de estacionamento, reserva de lugares e definição de áreas de carga e descarga.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2014)*

Destaca-se que houve licitação para contratação do Plano de Mobilidade Urbano de Ouro Preto, e não se encontram publicados documentos referentes a este processo. Os Planos de Mobilidade Urbano contemplam o plano de acessibilidade. Entre as muitas considerações negativas que foram elencadas neste processo <sup>213</sup>, a não apresentação do plano até 2015 fez com que este município perdesse verbas federais para sua implementação. <sup>214</sup>

Somado às características intrínsecas de uma cidade particularmente singular pelo seu desenvolvimento urbano vinculado à atividade mineradora em território acidentado, encontram-se calçadas que

---

<sup>213</sup> Álvares, Coelho e Souza, *Os desafios da mobilidade urbana nas cidades históricas: o contexto da elaboração do plano de mobilidade urbana da cidade de Ouro Preto – MG*, 2016.

<sup>214</sup> Souza, *Mobilidade urbana é discutida em Ouro Preto*, 2017.



necessitam de manutenção e adaptação e recorrente dificuldade em ajustar o acesso às edificações, devido à topografia e arquitetura locais.

#### 4.3.2 Olinda

O Plano de Acessibilidade do Sítio Histórico de Olinda<sup>215</sup> definiu rotas para os Largos da Sé e de São Bento e implantou acessibilidade no Largo do Varadouro e Parque do Carmo.

Constata-se o nivelamento das faixas de atravessamento (Figura 25 e Figura 26) e a implantação de piso tátil direcional e de alerta (Figura 27).

Houve a adequação de passeios (Figura 28), com substituição de pisos e foi promovida a sua regularidade, assim como a reestruturação de calçadas para uma largura confortável (Figura 29).

Alguns edifícios públicos implantaram rampas (Figura 30) e na via, em situações particulares, onde a acessibilidade não seria viável por causa da topografia, foram implantados corrimãos (Figura 31).



Figura 25 – Olinda, Av. da Liberdade.  
Faixa de travessia nivelada com piso tátil de alerta.  
(Fonte: fotografia da autora, 2017)



Figura 26 – Olinda, Ladeira da Sé.  
Faixa de travessia nivelada com piso tátil de alerta.  
(Fonte: fotografia da autora, 2017)

<sup>215</sup> IPHAN, *Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos*, 2014, p. 49.



*Figura 27 – Olinda, Praça do Carmo.  
Piso com contraste e com faixa tátil direcional e de alerta.  
(Fonte: fotografia da autora, 2017)*



*Figura 28 – Olinda, Rua Bispo Coutinho.  
Calçada uniforme e adequada ao fluxo de pedestres.  
(Fonte: fotografia da autora, 2017)*



*Figura 29 – Olinda, Quatro Cantos.  
(Fonte: fotografia da autora, 2017)*



*Figura 30 – Olinda, Mercado da Ribeira  
(Fonte: fotografia da autora, 2017)*



*Figura 31 – Olinda, Ladeira da Misericórdia.  
Corrimão oferece segurança e conforto na circulação pela escada.  
(Fonte: fotografia da autora, 2017)*

#### 4.4 Notas conclusivas

Constatou-se que, em ambos países, se encontra disponível pouca documentação sobre os planos de acessibilidade. A CML é a exceção. A falta de divulgação do conteúdo e metodologia dos planos dificulta a discussão e difusão de boas práticas.

No que se refere ao conteúdo, observa-se que há grande diferença dos planos apresentados. Reconhece-se que o significado do termo “*plano*” (*i.e.*, construção de ideias, que podem ou não ser postas em prática) justifica o verificado. O *Plano de Mobilidade Pedonal de Lisboa* é avançado, em termos de estratégias, quando comparado com os outros planos analisados.

Os planos são muito distintos, eles têm na sua base pressupostos diferenciados, o que evidencia que este termo é usado para identificar iniciativas distintas, seja um trabalho pontual que envolve um tipo de ação (*e.g.*, mapeamento de barreiras, a exemplo de um SIG) ou uma estratégia de intervenção (*e.g.*, *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa*).

Os exemplos também demonstram que o investimento numa equipa própria, que atua em articulação com os vários setores camarários, tem com consequência um trabalho contínuo e com resultados visíveis.

A melhoria das condições de acessibilidade pode ser prosseguida sem a elaboração de um plano específico, como exemplo de Ouro Preto, que apresentou um diagnóstico de mobilidade urbana que norteia as ações camarárias. A ausência de um plano não é, portanto, motivo ou justificativa para não se melhorar as condições urbanas, uma vez que há legislação que exige que o espaço público seja acessível. Acrescenta-se que o exemplo de Lisboa demonstra que a acessibilidade e a mobilidade urbana merecem uma abordagem mais abrangente, por exemplo, com a compreensão da razão dos atropelamentos.

Um plano de acessibilidade que atenda ao seu objetivo principal (*i.e.*, assegurar espaços acessíveis, confortáveis e seguros) deve estar



integrado com outras ações municipais, focando a revitalização do espaço público. Mostrou-se que não é possível resolver questões estruturais à escala urbana sem considerar a sobreposição dos seus problemas.

Uma solução de ordenamento do espaço, compatibilizando as necessidades dos peões com o fluxo viário e os acessos do metropolitano, foi usada em Lisboa na remodelação da Praça do Rossio (1997/2001, Figuras 32 e 33), coordenada pelo Arquiteto Rui Valada. Houve a adequação das calçadas e reorganização do sistema viário, o que permitiu o uso da calçada por um maior fluxo de pessoas, confortavelmente.



Figuras 32 e 33 – Lisboa, Praça do Rossio.  
Placa central com uniformização do mobiliário urbano. A largura do passeio lateral foi ajustada para a intensa circulação de peões.  
(Fonte: fotografias da autora, 2005)

Esta questão de integração de soluções encontra-se exemplificada no “Manual de Metodologias e Boas Práticas para a Elaboração de um Plano de Mobilidade Sustentável”.<sup>216</sup>

Observa-se que no Plano Municipal de Mobilidade da cidade belga de Namur, a acessibilidade foi assegurada através de um projeto que estrutura o espaço como um todo, com ordenamento do sistema viário,

---

<sup>216</sup> IMTT, *Manual de Metodologia e Boas Práticas para a Elaboração de um Plano de Mobilidade Sustentável*, 2011.



nova implantação de iluminação e mobiliário urbano, além de nivelamento do leito carroçável com a calçada (Figuras 34 e 35).



*Figuras 34 e 35 – Namur, Praça do Teatro, antes e depois da intervenção.*

*(Fonte: Manual de Metodologias e Boas Práticas para a Elaboração de um Plano de Mobilidade Sustentável <sup>217</sup>)*

Para concluir, há que se destacar que se verificou falta de manutenção nos exemplos brasileiros, fato que compromete a qualidade do espaço e pode gerar situações de risco, o que não se verifica no contexto português (Figuras 36 e 37).



*Figuras 36 e 37 – Exemplos de falta de manutenção nas de cidades históricas brasileiras.*

*(Fonte fotografias da autora, 2014 e 2017)*

---

<sup>217</sup> *Ibidem*, p. 51.

Página propositadamente deixada em branco.

## 5. PRÁTICAS EXEMPLARES DE ACESSIBILIDADE NO PATRIMÓNIO URBANO

### 5.1 Notas introdutórias

Neste capítulo apresentam-se exemplos meritórios de promoção da acessibilidade no património urbano na Europa, em Portugal e no Brasil.

Os exemplos foram selecionados por terem reconhecimento de organismos especializados, por serem galardoados, por serem ações pioneiras da UE ou por apresentarem soluções inovadoras em contextos complexos.

Primeiro descrevem-se exemplos de boas práticas, identificadas em vários países europeus, relacionados com aspetos organizativos (*i.e.*, associações, rotas, prémios, diretório de empresas) e também uma intervenção física.

Depois apresentam-se exemplos de boas práticas em Portugal que foram amplamente publicitados, alguns deles galardoados.

Em seguida, referem-se exemplos de boas práticas no Brasil, relevantes por serem projetos pioneiros neste contexto, sendo que alguns já foram implantados.

Para terminar destaca-se a importância do turismo acessível para a implantação de recursos de acessibilidade no espaço público.

## 5.2 Europa

Na União Europeia tem-se verificado uma evolução ao longo do tempo no modo como a exigência de acessibilidade é tratada nos documentos de referência (vd. 3.3). A maior relevância que a acessibilidade tem vindo a merecer tem-se refletido em diversas iniciativas, das quais se destacam os exemplos seguintes relacionados com o património urbano:

- 1) A *League of Historical and Accessible Cities* é uma associação de municípios e entidades reunidas para discussão e promoção de boas práticas.
- 2) As *Rutas accesibles* inclui todas as cidades espanholas inscritas na UNESCO, para as quais há sugestão de um percurso urbano acessível e listam-se dez monumentos a se visitar.
- 3) O prémio da UE *Access City Award* distingue cidades que investem em acessibilidade, e nos seus três primeiros anos reconheceu espaços patrimoniais.
- 4) O *Pantou*<sup>218</sup> é um diretório de empresas voltadas para o turismo acessível.
- 5) O *Plan Especial del Casco Histórico de Toledo: Safont e Recaredo* contém dois sistemas mecânicos que promovem o acesso ao núcleo histórico.

### 5.2.1 *League of historical and accessible cities*

A *League of Historical and Accessible Cities*<sup>219</sup> (LHAC) é um projeto piloto da *European Consortium of Foundations on Human Rights and Disability*, que visa promover a *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* em cidades históricas. Este

---

<sup>218</sup> PANTOU, Sítio na Internet “PANTOU Promoting Accessible Tourism in Europe”, [2017].

<sup>219</sup> LHAC, Sítio na Internet “League of Historical and Accessible Cities”, 2013.

consórcio foi galardoado, em 2014, como uma das cinco melhores iniciativas pelo *International Design for All Award*.

A LHAC foi criada em 2009 com o objetivo de promover soluções inovadoras que permitam dar acesso pleno ao património cultural e histórico, estimular o turismo e o desenvolvimento social da cidade, desenvolver projetos pilotos que sirvam de inspiração, permitir o intercâmbio de boas práticas e de conhecimento e servir de exemplo para a promoção da acessibilidade (Figura 38). Atualmente agrega 11 fundações e encontra-se em cinco países europeus: <sup>220</sup>

- Ávila (Espanha) – *Fundación ONCE (Organizacion Nacional de Ciegos de España)*;
- Lucca (Itália) – *Fondazione Banca Monte di Lucca*;
- Mulhouse (França) – *Fondation Réunica, Fondation de France e Centre Français des Fonds et Fondations*;
- Torino (Itália) – *Fondazione CRT Fondation Réunica, Fondation de France e Centre Français des Fonds et Fondations*;
- Viborg (Dinamarca) – *Realdania Foundation, Bevica Foundation, The Danish Disability Foundation e The Labour Market Holiday Fund*;
- Sozopol (Bulgária) – *Sozopol Foundation*.

Figura 38 – Cidade de Ávila no LHAC.  
(Fonte: Sítio LHAC <sup>221</sup>)



<sup>220</sup> LHAC, Sítio na Internet “League of Historical and Accessible Cities”, 2013.

<sup>221</sup> *Ibidem*.

### 5.2.2 Rutas Accesibles – Ciudades Patrimonio de la Humanidad

Em 1993 foi fundado na Espanha, o grupo *Ciudades Patrimonio de la Humanidad*. O seu objetivo é a atuação conjunta na defesa e promoção do património urbano. Entre as suas finalidades específicas, destaca-se o objetivo destas cidades serem um exemplo que contemple medidas favorecedoras da acessibilidade, combinadas com o respeito pelo património.<sup>222</sup>

A Comissão de Acessibilidade do grupo *Ciudades Patrimonio de la Humanidad*, *RUTAS ACCESIBLES*, disponibiliza informação sobre as cidades espanholas inscritas como Património da Humanidade, que “pretendem ser de todos e para todos”.<sup>223</sup>

As cidades integrantes são Alcalá de Henares, Ávila, Baeza, Cáceres, Córdoba, Cuenca, Ibiza/Eivissa, Mérida, Salamanca, San Cristóbal de la Laguna, Santiago de Compostela, Segóvia, Tarragona, Toledo e Úbeda.

Para cada uma das 15 cidades foi estabelecido um trajeto acessível e disponibilizadas referências sobre dez monumentos, incluindo informações históricas, contactos e recursos.

Esta ação permite programar um roteiro, desfrutando da cidade histórica e dos monumentos que se deseja visitar, ciente das facilidades e obstáculos que possam existir.

Para permitir a rota acessível os percursos são adaptados, assim como a envolvente dos monumentos.

O percurso se beneficia da topografia ao indicar o caminho mais confortável, informando o ponto de partida na cota mais alta (Figuras 39 e 40).

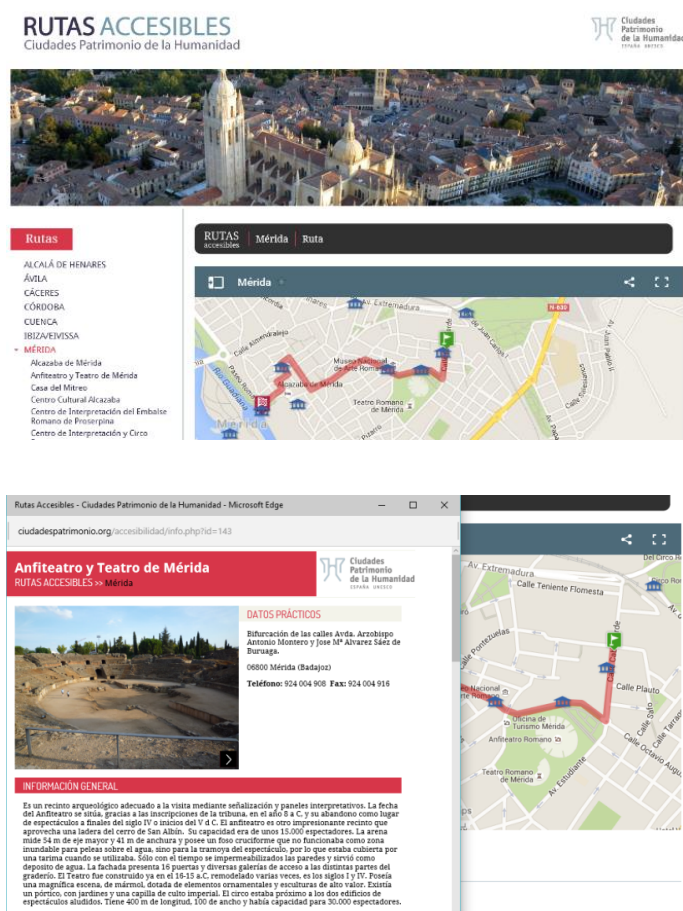
---

<sup>222</sup> Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España, *Estatuto del Grupo Ciudades patrimonio da la humanidad*, 2008, Artigo 6.º d.

<sup>223</sup> Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España, *Sítio na Internet “Rutas Accesibles”*, [2011].

Figuras 39 e 40 – Sítio Rutas Accesibles – Ciudades Patrimonio de la Humanidad.

(Fonte: Ciudades patrimonio <sup>224</sup>)



Na Universidade Pontifícia de Salamanca foi utilizada uma rampa móvel para proporcionar o acesso ao edifício. A acessibilidade à praça é assegurada através de um plano inclinado (Figuras 41 e 42).



Figuras 41 e 42 – Salamanca, Universidade Pontifícia.

(Fonte: fotografias da autora, 2015)

<sup>224</sup> *Ibidem.*



No núcleo de Segóvia também ocorreram intervenções para tornar os percursos contínuos e confortáveis, tais como pavimentos nivelados e uso de materiais locais, sem contudo prejudicar a imagem urbana (Figuras 43 e 44).



*Figuras 43 e 44 – Segóvia, faixas com pavimento uniforme.  
(Fonte: fotografias da autora, 2016)*

Em Mérida o clássico e o moderno encontram-se no palco e nos seus bastidores. O teatro romano dos anos 16-15 a.C. tem uma passarela em madeira que permite uma melhor acessibilidade física do público à plateia (Figuras 45 e 46).



*Figuras 45 e 46 – Mérida,  
Teatro Romano.*

*Passarelas promovem o acesso do público à plateia, que pode desfrutar de um edifício com mais de 2000 anos em pleno uso na sua função original.  
(Fonte: fotografias da autora, 2015).*



### 5.2.3 Access City Award, Ávila e Salzburgo

A *European Disability Strategy 2010-2020* <sup>225</sup>, na sua lista de ações para 2010-2015 <sup>226</sup>, determina a criação de um prémio que reconheça iniciativas exemplares de acessibilidade, sendo que elas devem garantir a igualdade de acesso, melhorando a qualidade de vida da população e que todos, independentemente da idade, mobilidade ou capacidade, possam usufruir dos recursos que as cidades podem oferecer.

Esta iniciativa obteve a apreciação de Andrea Bocelli. Em uma carta apoiando a iniciativa, Bocelli alerta para a importância da acessibilidade no contexto urbano a fim de permitir potencializar habilidades. Declara, *“Acredito também que os limites de cada pessoa, o que eles podem ser, devem ser considerados como uma oportunidade de crescimento. Ao invés de focalizar no conceito de “deficiência” (em si mesmo um tanto ambígua), eu prefiro evocar uma “cultura de habilidades”, que estimula a aceitação de dons e talentos próprios e permite que seja assegurado que o potencial pessoal seja expresso ao máximo. A fim de permitir que isso aconteça, é importante que o contexto urbano seja modelado de forma adequada, de acordo com uma série de práticas que favoreçam a acessibilidade”* (tradução livre). <sup>227</sup>

Desde a sua primeira edição já se registram mais de 350 candidaturas, sendo que nestes sete anos de existência foram destacadas duas cidades cujos núcleos históricos estão inscritos pela UNESCO na lista de Património Cultural: Ávila e Salzburgo (Quadro 7). A participação portuguesa foi reconhecida em 2017, quando a cidade do Funchal foi

---

<sup>225</sup> UE, *Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras*, 2010.

<sup>226</sup> UE, *Initial plan to implement the European Disability Strategy 2010-2020. List of Actions 2010-2015*, 2010, p. 17.

<sup>227</sup> Bocelli, *Letter by Andrea Bocelli supporting the ACA initiative*, 2016.

homenageada por promover a acessibilidade num contexto geográfico difícil.<sup>228</sup>

Ano	Cidade
2011	Ávila, Espanha (UNESCO – 1985, Cidade antiga de Ávila com igrejas extra-muralha)
2012	Salzburgo, Áustria (UNESCO – 1986, Núcleo histórico da cidade de Salzburgo)
2013	Berlin, Alemanha (UNESCO – 1990, Palácios e parques de Potsdam)
2014	Gotemburgo, Suécia
2015	Boras, Suécia
2016	Milão, Itália
2017	Chester, Inglaterra (homenagem à cidade do Funchal)

Quadro 7 – Cidades  
galardoadas pelo Access  
City Award.

(Fonte: desenvolvido pela  
autora, a partir de  
informações da Comissão  
Europeia<sup>229</sup>)

Ávila realizou diversas ações para permitir a fruição do seu património. O resultado é visível na qualidade do espaço público e no seu reconhecimento, tendo sido galardoada pelo prémio da Junta de Castilla y León, CERMI e Rainha Sofia de 2008 e destaque no *Access City Award* na sua primeira edição.

Ávila foi a primeira cidade do *Grupo de Cidades Patrimonio da Humanidade de Espanha* que trata do tema de acessibilidade do ponto de vista do turismo, com um projeto que nasce em 2005.<sup>230</sup> Entre os objetivos, almeja-se potenciar a aplicação da acessibilidade como meio para se conseguir cidades vivas e dinâmicas, além de permitir que todos possam desfrutar do encanto que oferecem as cidades patrimoniais, assim como dos seus bens e serviços.<sup>231</sup>

O centro de acolhimento especializado oferece ao visitante o *Guía de Recursos Accesibles de la Ciudad de Ávila*, publicado pelo *Ayuntamiento de Ávila*, que contém uma lista de alojamentos e restaurantes, monumentos e espaços culturais, e seus respetivos

<sup>228</sup> UE, Comissão Europeia, *European Commission rewards British city Chester for enhancing accessibility in its city life*, 2016.

<sup>229</sup> UE, Comissão Europeia, *Lista de notícias referentes ao “Access City Awards”*, [2017].

<sup>230</sup> Miguel – *La ciudad de Ávila*, 2008. p. 111.

<sup>231</sup> *Ibidem*, p. 113.

recursos. O guia também contém informações históricas e características relevantes dos principais monumentos. Insere-se neste guia um mapa com a localização dos locais apresentados e a localização dos lugares de estacionamento reservados (Figura 47). Todas estas informações também se encontram disponíveis na Internet.<sup>232</sup>

Figura 47 – Ávila, guia de recursos acessíveis e planta anexa.  
(Fonte: fotografia da autora, 2015)



No *Centro de Receção de Visitantes* estão expostos nove modelos táteis que representam as portas da fortificação e seus edifícios adjacentes. Encontram-se disponíveis textos informativos em Braille (Figuras 48 e 49).

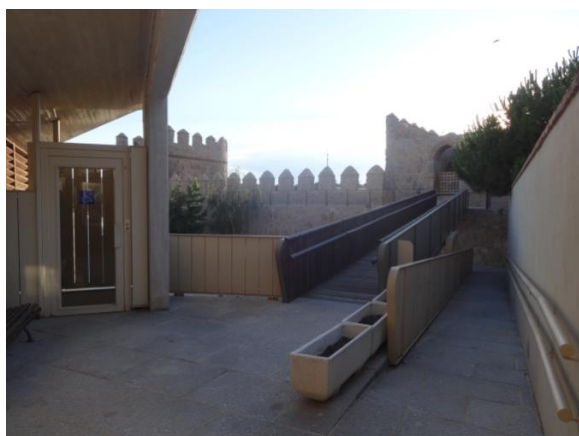


Figuras 48 e 49 – Ávila, recursos de acessibilidade sensorial.  
Modelo de uma das portas da muralha de Ávila e seus edifícios adjacentes.  
Texto em braille e planta tátil de localização.  
(Fonte: fotografias da autora, 2015)

<sup>232</sup> Ayuntamiento de Ávila, *Guía de recursos accesibles de la ciudad de Ávila*, 2015.

Uma parte da muralha encontra-se acessível a pessoas com mobilidade condicionada, tendo sido instalados uma rampa e um elevador (Figura 50).

O piso irregular em pedra foi tratado para mitigar as trepidações das cadeiras de rodas e promover um percurso mais confortável. Existe guarda-corpos em toda a área visitável da parte superior da muralha (Figura 51) e o acesso é controlado.



*Figura 50 – Ávila, conjunto de rampas e elevador para acesso à muralha.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2015)*



*Figura 51 – Ávila, parte superior da muralha.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2015)*

Para visitantes, a possibilidade de desfrutar do património urbano no período noturno é especialmente importante, tendo em consideração a temperatura que pode ser elevada no verão, muitas vezes desconfortável para caminhadas diurnas (Figuras 52 e 53).

Há uma valorização dos monumentos e destaque nos espaços de circulação através da iluminação. O espaço público permite uma circulação segura, com realce das faixas de passagem e de elementos de composição urbanos.

Ávila apresenta-se limpa, o que é uma situação especialmente acolhedora para pessoas com limitações visuais ou em cadeiras de rodas. Há diferenciação das áreas de circulação mediante barreiras físicas e diferenças de textura, assim como faixas uniformes e lineares para passagem.



Figuras 52 e 53 – Ávila, vista noturna.

(Fonte: fotografias da autora, 2015)

O ordenamento do estacionamento e do mobiliário urbano orientam a circulação (Figuras 54 e 55).



Figuras 54 e 55 – Ávila, espaços internos da muralha.

(Fonte: fotografias da autora, 2015)

Salzburgo apresenta informações referentes aos espaços comerciais e turísticos num guia disponível na Internet: *Salzburg without barriers*.<sup>233</sup>

Em relação ao seu espaço público, observa-se que as reabilitações têm incorporado a acessibilidade, sendo que existe um cuidado com os detalhes para permitir a mobilidade segura de pessoas com deficiência visual (Figuras 56 e 57). As intervenções estendem-se às áreas ajardinadas (Figura 58).

<sup>233</sup> Tourismus Salzburg GmbH, *Salzburg without barriers*, 2012.





*Figuras 56 e 57 – Salzburgo, travessia acessível e saliência de alerta e orientação.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2016)*



*Figura 58 – Salzburgo, rampa em jardim público.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2016)*

O projeto da área pedonal de Linzergasse com Cornelius-Reitsamer foi reconhecido em 2015 pelo Bauherrenpreis, o mais prestigiado prémio de arquitetura da Áustria.<sup>234</sup>

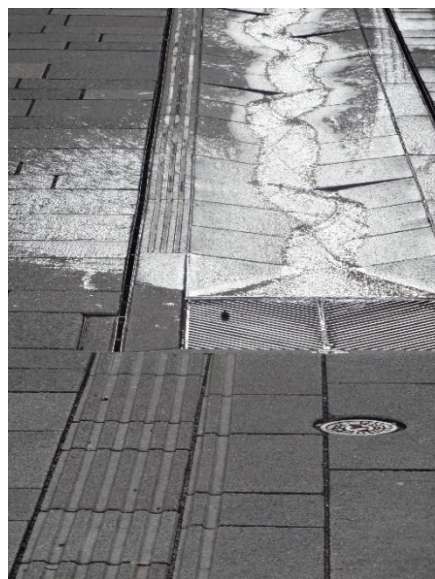
O acesso de veículos foi restringido e implantada orientação tátil no piso, com uso de recursos sensoriais (Figuras 59 e 60).

---

<sup>234</sup> Câmara Municipal de Salzburgo, *Bauherrenpreis 2015*, 2015.

*Figuras 59 e 60 –  
Salzburgo, área pedonal de  
Linzergerasse com Cornelius-  
Reitsamer.*

*(Fonte: fotografias da  
autora, 2016)*



As fontes possuem sensores que reconhecem a aproximação de pessoas. Além de serem marcos de orientação interligados por guias táteis, elas promovem a interação, especialmente aliciante para as crianças (Figura 61).

*Figura 61 – Salzburgo, área pedonal de  
Linzergerasse com Cornelius-Reitsamer.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2016)*



Várias soluções foram desenvolvidas com a participação de instituições, como por exemplo os recursos para a mobilidade de pessoas com limitações visuais (Figuras 62, 63 e 64).

São exemplos a analisar, tendo em consideração que não seriam permitidos pela legislação portuguesa ou brasileira, que determina a implantação de pisos táteis específicos. A solução austríaca, no que se refere aos pavimentos, é harmoniosa em relação aos materiais e possui custo reduzido, uma vez que não necessita de elementos específicos,



assim como possui uma durabilidade muito superior aos outros materiais cerâmicos ou de betão para uso em espaço público.



*Figura 62 – Salzburgo, sinalização tátil de alerta em pedra junto a escada.*

*Figura 63 – Salzburgo, sinalização tátil com pedras irregulares para indicar direção de percurso.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2016)*



*Figura 64 – Salzburgo, pavimento nivelado e controle de acesso de veículos.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2016)*

As faixas de pavimento uniforme são implantadas em áreas internas ou vias públicas (Figuras 65 e 66).



*Figuras 65 e 66 – Salzburgo, exemplos de faixas uniformes.*  
*(Fonte: fotografias da autora, 2016)*



Encontram-se disponíveis fontes de água potável, devidamente sinalizadas (Figuras 67 e 68).

Figuras 67 e 68 –  
Salzburgo, pontos de água  
potável encontram-se no  
espaço público.  
(Fonte: fotografias da  
autora, 2016)



#### 5.2.4 Pantou.org

O *Pantou*<sup>235</sup> é gerido por um grupo de agências em conjunto com a *European Network for Accessible Tourism* (ENAT), com apoio da Comissão Europeia.

Trata-se de um diretório de fornecedores de serviços comprometidos em promover o turismo acessível, disponibilizando na Internet os seus recursos. É apresentada uma lista de empresas, tais como agentes de turismo (*e.g.*, Portugal Acessível, Lisboa), ou espaços culturais, tais como museus ou parques (*e.g.*, Parques de Sintra – Monte da Lua, Sintra). Estas entidades inscrevem-se no diretório e ficam referenciadas, disponibilizando informações aos utilizadores que podem realizar buscas de acordo com as suas necessidades.

Sendo um guia de serviços voltado para o turismo acessível facilita a programação de uma viagem. São disponibilizadas informações de serviços, incluindo acomodação, restauração, lugares e atrações,

---

<sup>235</sup> PANTOU, *Sítio na Internet “PANTOU Promoting Accessible Tourism in Europe”*, [2017].

podendo ser filtradas pelas necessidades dos visitantes e o tipo de serviço desejado. Apesar da facilidade em divulgar serviços e produtos, há pouca adesão ao *Pantou*. No que diz respeito ao mercado português, a oferta conhecida é muito maior do que a inscrita no diretório. Encontram-se inscritas no Pantou as entidades portuguesas indicadas no Quadro 8. Observa-se que um diagnóstico padronizado dos recursos oferecidos daria maior credibilidade às informações disponibilizadas.

*Quadro 8 – Entidades portuguesas inscritas no Pantou.*

*(Fonte: quadro elaborada pela autora, a partir de informações disponíveis no sítio do diretório <sup>236</sup>)*

Casa do Lago Holliday Villa, Foz do Arelho	Parques de Sintra – Monte da Lua, Sintra
Access Azores, Ilha do Faial	Places4All, Porto
Azoresforall – Cresaçor, Ponta Delgada	Portugal Acessível, Lisboa
Fundação INATEL, Lisboa	Portuguese Accessible Heritage, Azeitão
Go Gal – Access Portugal, LDA, Vila Nova de Famalicão	Portuguese Down Syndrome Association, Lisboa
Mais que Cuidar, Lisboa	Real Abadia Congress e Spa Hotel, Alcobaça
Milacessos, Lisboa	Travels Unlimited, Matosinhos
OESTETUR, Caldas da Rainha	Villa Batalha Hotel, Batalha
Ortopedia Universo Sénior, Amora	Waterlily – Specialized tourism, Porto
Palácio da Lousã Boutique Hotel, Lousã	Wide Healthcare Services D.M.C., Lisboa

### 5.2.5 Plan Especial del Casco Histórico de Toledo

A cidade de Toledo não possui uma topografia favorável para implantação de acessibilidade, mas para compensar esta situação foram construídas duas infraestruturas urbanas, *Safont* e *Recaredo*, <sup>237</sup> que têm o objetivo de melhorar o acesso ao núcleo monumental. <sup>238</sup>

*Safont* (Figuras 69, 70 e 71), obra do arquiteto Rafael Moneo, é um conjunto de escadas rolantes que desenvolve-se até um miradouro, integra-se na paisagem em um complexo edifício encravado na

<sup>236</sup> *Ibidem.*

<sup>237</sup> Ayuntamiento de Toledo, *Plan Especial del Casco Histórico de La Ciudad de Toledo*, 1997.

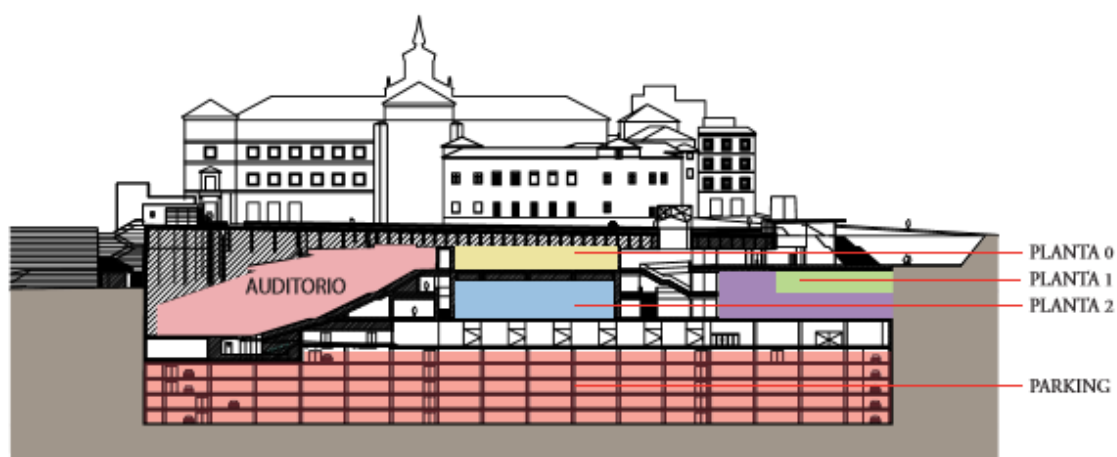
<sup>238</sup> Diário ABC.es., *Safont: La escalera mecánica llegará en mayo*, 2014.

topografia (Figura 72) e encontra-se associado ao *Palácio de Congressos de Toledo El Greco*.



Figuras 69, 70 e 71 – Toledo, Safont.  
Observa-se que a circulação interna foi articulada explorando a composição da envolvente.  
(Fonte: fotografias da autora, 2015)

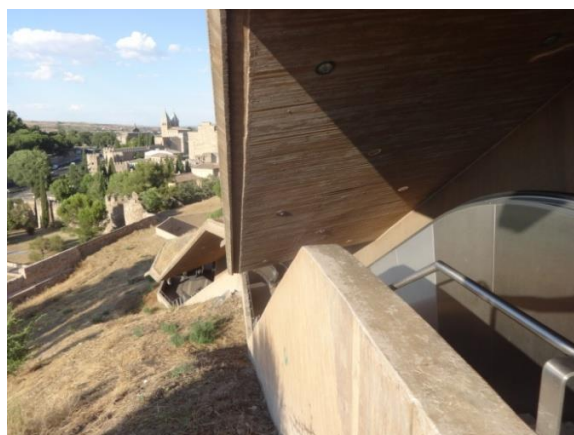
Figura 72 – Toledo, secção do Palácio de Congresso El Greco.  
(Fonte: Palácio de Congresso de Toledo, 2012 <sup>239</sup>)



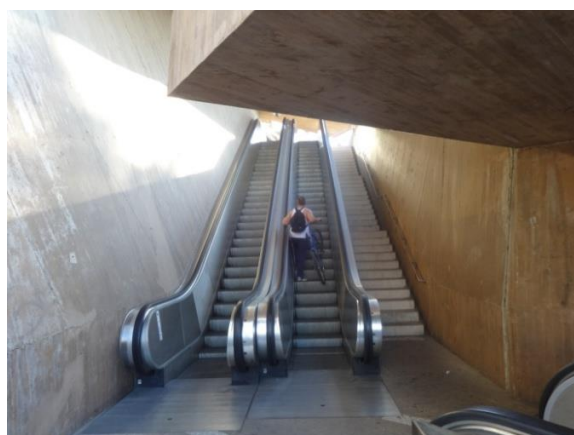
Outro acesso foi realizado através do *Paseo de Recaredo* (Figuras 73 e 74), em que a escada rolante atende a situações particulares, como por exemplo dos ciclistas (Figura 75). Além da implantação destas duas

<sup>239</sup> Palácio de Congreso de Toledo El Greco, *Plantas Gerais* [on-line], 2012.

infraestruturas urbanas, a estrutura viária do casco histórico foi hierarquizada de modo a favorecer o acesso pedonal.



*Figuras 73 e 74 – Toledo, Paseo de Recaredo.  
(Fonte: fotografias da autora, 2015)*



*Figura 75 – Toledo, Paseo de Recaredo.  
(Fonte: fotografia da autora, 2015)*

### 5.3 Portugal

Os requisitos de acessibilidade no espaço público estão consagrados na legislação nacional de 1997 e verifica-se progressivamente um reconhecimento da necessidade e das vantagens de se assegurar este direito fundamental.

Na aplicação deste princípio que assegura a igualdade de acesso, diversos projetos portugueses mereceram o reconhecimento internacional, nomeadamente o promovido pelo município da Lousã, a acessibilidade de Parques de Sintra e o percurso do Chiado ao Castelo de São Jorge, em Lisboa.

Destaca-se também o projeto do Castelo de Guimarães por garantir maior segurança num espaço onde existe registo de um acidente grave.

### 5.3.1 Plano Integrado de Soluções de Lousã Acessibilidade para Todos

Em 2009, o Município de Lousã iniciou o *Plano Integrado de Soluções de Lousã Acessibilidade para Todos*, com o apoio de vários parceiros, entre os quais se destaca a *Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã* (ARCIL).<sup>240</sup> Várias empresas e entidades participaram neste plano, tais como a empresa *ProAsolutionsPT*<sup>241</sup>, com a parte da requalificação urbana, a *Accessible Portugal*<sup>242</sup>, operadora de turismo, encarregada de formação profissional, do desenvolvimento de atividades culturais e de lazer e das ajudas técnicas para atividades desportivas, a ENAT que assumiu a Certificação do Destino e a consultoria da *Essentia*.<sup>243</sup>

A iniciativa *Lousã, Destino de Turismo Acessível* foi galardoada em 2010 com o *Prémio Europeu de Iniciativa Empresarial*, como “*melhor prática nacional de responsabilidade social das empresas*” e em 2012 com o prémio nacional na categoria de “*Qualidade do Serviço*”, concedido pelo Turismo de Portugal.

Pode-se comprovar o resultado da ação a seguir, em que se documenta o espaço público antes e depois da requalificação urbana (Figura 76).

---

<sup>240</sup> ARCIL, *Sítio na Internet* “ARCIL”, [2016].

<sup>241</sup> ProaSolutions, *Sítio na Internet* “PROASOLUTIONS.pt”, [2016].

<sup>242</sup> AccessiblePortugal, *Sítio na Internet* “AccessiblePortugal”, [2016].

<sup>243</sup> Essentia, *Sítio na Internet* “Essentia: Desenvolvimento e Gestão de projetos”, [2016].





Figura 76 – Lousã, requalificação urbana. Plano de Soluções Integradas de Acessibilidade para Todos da Lousã, antes e depois da intervenção.  
(Fonte: Accessible Tourism Destinations for All: a powerful tool for inclusion <sup>244</sup>)

### 5.3.2 Parques de Sintra – Monte da Lua

Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A. implementou recursos de acessibilidade nos seus parques, jardins e monumentos. Com a sua área inserida na Paisagem Cultural de Sintra (inscrita na Lista de Património da Humanidade em 1995), além de oferecer recursos para possibilitar a mobilidade, tais como a instalação de uma plataforma elevatória (Figura 77), disponibiliza informação na Internet, com mapas dos percursos e recursos disponíveis. <sup>245</sup>



Figura 77 – Projeto Parques de Sintra Acolhem Melhor. Plataforma permite a circulação de pessoas com mobilidade condicionada.  
(Fonte: Parques de Sintra Monte da Lua <sup>246</sup>)

<sup>244</sup> Rodrigues, *Accessible Tourism Destinations for All: a powerful tool for inclusion*, 2014, p. 35.

<sup>245</sup> Parques de Sintra Monte da Lua, *Projeto Parques de Sintra Acolhem Melhor* [on-line], 2017.

<sup>246</sup> *Ibidem*.

### 5.3.3 Acesso do Chiado ao Castelo de São Jorge, Lisboa

A Câmara Municipal de Lisboa implementou um percurso pedonal que liga o Chiado, a Baixa e o Castelo de São Jorge. O projeto do arquiteto Falcão de Campos integra um caminho que se desenvolve em espaços abertos, edifícios e elevadores públicos (Figura 78).

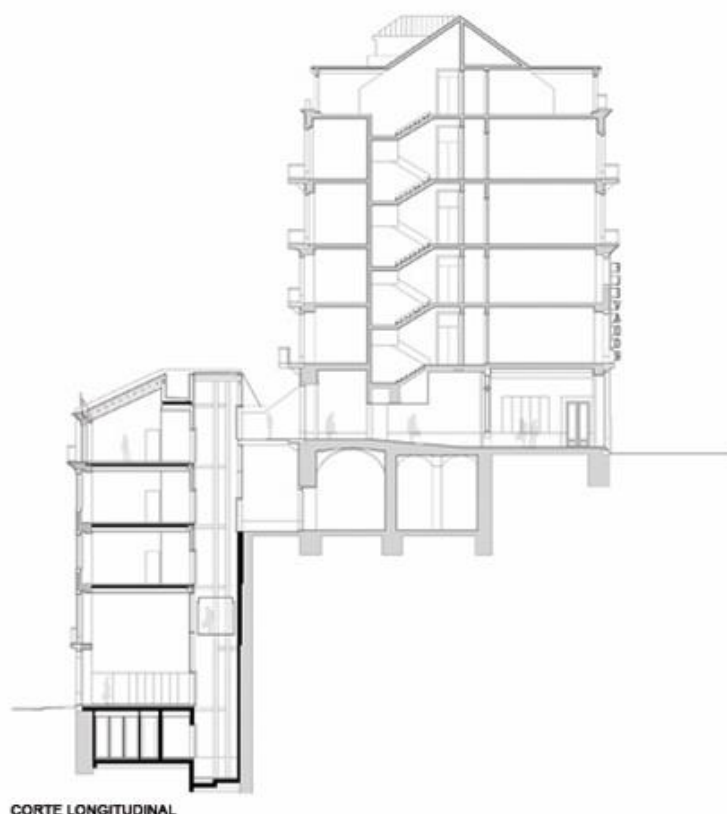
Além de permitir a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada e um percurso confortável para todos, esta ligação associa a requalificação urbana através de intervenções no espaço público e no edificado, valorizando toda a área envolvente (Figuras 79 e 80).<sup>247</sup>

O Percurso Pedonal da Baixa ao Castelo de São Jorge, em Lisboa, foi galardoado em 2014 pelo maior prémio de arquitetura ibérica.<sup>248</sup>

Figura 78 – Lisboa, percurso pedonal assistido da Baixa ao Castelo.

Corte longitudinal.

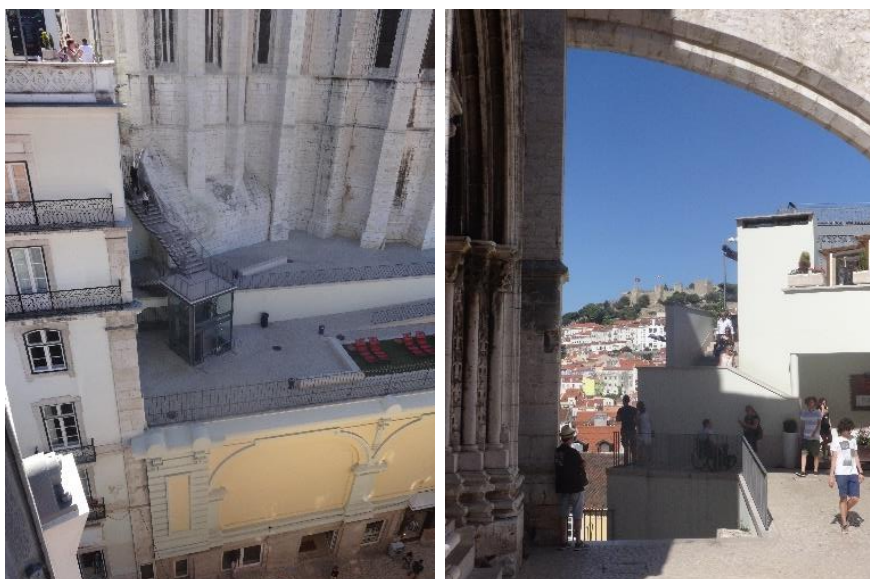
(Fonte: Falcão de Campos, Arquiteto. Projetos selecionados<sup>249</sup>)



<sup>247</sup> CML, *Acessibilidade ao Castelo distinguida internacionalmente* [on-line], 2014.

<sup>248</sup> Cardoso, *Percurso pedonal da Baixa ao Castelo de S. Jorge recebe maior prémio de arquitetura ibérico*, 2014.

<sup>249</sup> Falcão de Campos, *Sítio na Internet "Falcão de Campos Arquitecto"*, [2017].



Figuras 79 e 80 – Lisboa, acesso do Largo do Carmo à Baixa.

(Fonte: fotografias da autora, 2016)

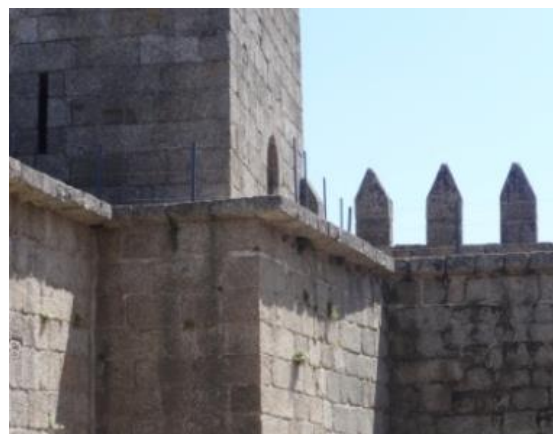
#### 5.3.4 Castelo de Guimarães

A intervenção “*Castelo de Guimarães: Instalação de infra-estruturas para o acolhimento e acesso aos visitantes*” realizada em 2015 pela equipa técnica da Direcção Regional da Cultura do Norte, tendo como coordenador e responsável do projeto o arquiteto Audemaro Coutinho da Rocha, não assegurou todos os requisitos necessários de implementação de acessibilidade física, uma vez que não permite o acesso de pessoas com mobilidade condicionada à parte superior da muralha, mas destaca-se por melhorar substancialmente o conforto e a segurança dos seus visitantes. A pertinência da ação é confirmada pelos relatos de quedas que surgiram na imprensa.<sup>250</sup>

Esta ação não interfere no património e na sua imagem, sendo que dependendo do ângulo de visão os novos elementos ficam completamente ocultos e a nova estrutura somente se apoia na edificação, com poucos pontos de fixação. Situação que pode ser confirmada pelo registro comparativo do local antes e depois da intervenção (Figuras 81 e 82).

<sup>250</sup> GMRtv, *Acidente. Turista cai no Castelo de Guimarães e fica gravemente ferida*, 2013.





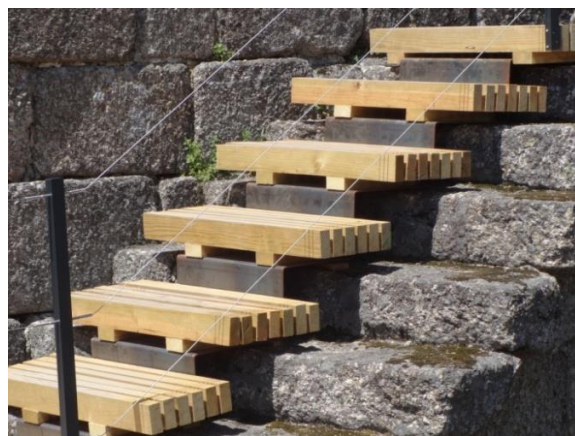
*Figuras 81 e 82 – Guimarães, muralha do castelo, antes e depois da intervenção.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2011 e 2015)*

O acesso à parte superior foi limitado a somente uma das escadas. Para a circulação segura, foi inserida uma nova estrutura sobreposta, com proteção lateral recuada do limite do patamar da muralha.

Tanto a escada como as faixas de passagem da parte superior da muralha produzem um percurso em pavimento uniforme.

Observa-se que a nova escada apresenta seus degraus uniformes, apesar das variações da base (Figuras 83 e 84).



*Figuras 83 e 84 – Guimarães, escada da muralha do castelo.*

*Intervenção perceptível somente na parte superior da muralha e detalhe de degraus.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2015)*

## 5.4 Brasil

O acesso aos bens culturais encontra-se defendido pela Constituição da República Federativa do Brasil e através de legislação específica (vd. 3.5). Para exemplificar ações que promovem a acessibilidade, foram destacados o projeto da cidade de Socorro, a intervenção que vem sendo realizada do Parque Nacional do Iguaçu e no Parque Marítimo de Fernando de Noronha.

### 5.4.1 Socorro Acessível

A cidade de Socorro, em São Paulo, foi galardoada com o Prémio Espanhol de Acessibilidade Rainha Sofia. O projeto *Socorro Acessível* teve início em 2005 com uma oferta de atividades de aventura adaptadas que posteriormente influenciou o sector público e outros serviços.

Segundo o Ministério de Turismo, houve um investimento em obras de infraestrutura na cidade, assim como uma cadência das empresas de comércio e serviços da região apoiando a iniciativa, sendo que atualmente quase todos os hotéis estão adaptados.<sup>251</sup>

Entre as mais de vinte atividades de aventura oferecidas em Socorro, dez já foram adaptadas (Figura 85).



*Figura 85 – Cidade de Socorro, atividade desportiva acessível.  
(Fonte: Ministério do Turismo <sup>252</sup>)*

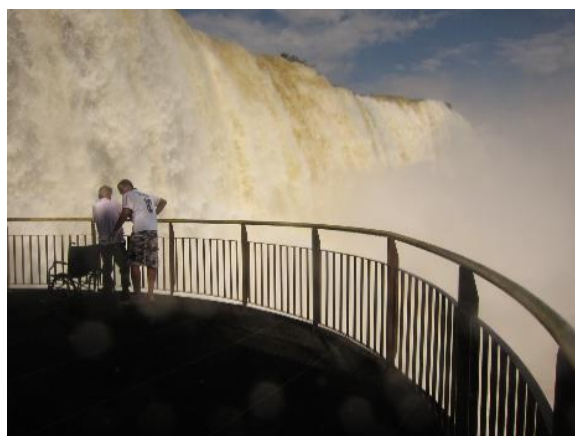
---

<sup>251</sup> Ministério do Turismo, *Turismo de aventura para todos*, 2016.

<sup>252</sup> *Ibidem*.

#### 5.4.2 Parque Nacional do Iguaçu

A acessibilidade física no património natural foi concretizada no Parque Nacional do Iguaçu. A empresa Cataratas do Iguaçu S.A., que administra o parque do lado brasileiro, implantou recursos de acessibilidade. Existem percursos confortáveis para pessoas com mobilidade condicionada nas trilhas e nas passarelas, situação que possibilita uma integração com a natureza e apreciação do património. Oferece-se também o transporte interno adaptado e um elevador que conecta a área superior de recepção e apoio aos percursos que avançam nas cataratas (Figuras 86 e 87).



Figuras 86 e 87 – Foz do Iguaçu, Parque Nacional do Iguaçu.

(Fonte: imagens cedidas pelo designer Renato Bispo)

Foi comparada a informação disponibilizada no sítio do parque brasileiro<sup>253</sup> com a disponibilizada pelo parque argentino,<sup>254</sup> observando-se que a informação argentina é mais clara sobre os recursos disponíveis. O sítio argentino possui um botão “*Informação ao Visitante / Acessibilidade*”, em que afirma que não há inclinações superiores a 6% e que todos os percursos e edifícios, assim como o transporte são acessíveis. Também é fornecido o comprimento das trilhas e o grau de dificuldade de cada uma, assim como o tempo médio do percurso. A informação sobre acessibilidade no sítio brasileiro

<sup>253</sup> Cataratas do Iguaçu S.A., *Sítio na Internet “Parque Nacional do Iguaçu, Br.”*, [2017].

<sup>254</sup> Iguazu Argentina, *Sítio na Internet “Parque Nacional Iguazu”*, [2017].

encontra-se dispersa, o que infelizmente é uma desvantagem, tendo em consideração que os recursos foram oferecidos, comprovando-se aqui a importância da publicidade dos recursos implantados e dos ainda não disponibilizados. Entretanto, em nenhum dos dois exemplos se obtêm material de apoio para planejar uma visita com o rigor das publicações europeias, tal como demarcação em planta dos lugares de estacionamento acessíveis ou a localização das casas de banho adaptadas, assim como o reconhecimento da falta de recursos para pessoas com dificuldades de audição, como se observa nas informações disponibilizadas sobre a acessibilidade de Ávila.

#### 5.4.3 Parque Marítimo de Fernando de Noronha

A administração da reserva de Fernando de Noronha está implantando percursos acessíveis para os locais estratégicos da ilha, sendo que já se encontram em funcionamento a Trilha do Golfinho e a Trilha do Mirante Dois Irmãos, o que fez com que a praia do Sancho se tornasse acessível (acessibilidade assistida). Há oferta de hospedagem adaptada, assim como os serviços também têm vindo a implementar melhorias neste sentido (Figura 88).



Figura 88 – Fernando de Noronha, trilha acessível.  
(Fonte: Gazeta do Povo<sup>255</sup>)

---

<sup>255</sup> Schonarth, *Trilhas abrem caminho em Fernando de Noronha*, 2012.

## 5.5 Turismo

Já em 2004 foi relatado que 75,3% da população alemã realizava viagens todos os anos, sendo que a taxa de pessoas com algum grau elevado de incapacidade que viaja é de 54,3%.<sup>256</sup> No caso de viagens de finais de semana, as taxas para os grupos formados por indivíduos com alguma limitação ou sem, são similares. Metade das pessoas com limitações precisa de acompanhante para as suas viagens. Este estudo acrescenta que 48,1% das pessoas inquiridas viajariam com maior frequência, caso os serviços fossem acessíveis.

O Departamento de Justiça americano afirma que os museus que investirem tempo e dinheiro para remover barreiras, realizarem exposições com *design* que contemplem a acessibilidade e promovam a comunicação dos seus programas podem atrair mais que 50 milhões de americanos com limitações físicas ou sensoriais e milhões de idosos *Baby Boomers*.<sup>257</sup>

Edward Steinfeld afirmou, nos anos 90 do século passado, que o “mercado grisalho” americano “(...) compra 60% de todos os automóveis fabricados nos EUA e é proprietário de 50% de todos os domicílios do país”. Considerando que grande parte das pessoas com limitações físicas ou sensoriais é de pessoas em idade avançada, este grupo é considerável para o mercado de turismo especializado.

Refere-se que 10% da economia mundial se deve ao turismo, direta ou indiretamente, representando 1 em cada 11 postos de trabalho.<sup>258</sup> Consequentemente, em muitos países a acessibilidade no património já tem sido explorada por empresas de turismo especializada. Estas empresas oferecem veículos adaptados, cadeiras de rodas elétricas, percursos acessíveis e profissionais preparados para acolher pessoas com limitações de motoras ou sensoriais, e seus acompanhantes.

---

<sup>256</sup> Alemanha, *Economic Impulses of Accessible Tourism for All*, 2004, p. 18.

<sup>257</sup> EUA, Departamento de Justiça, *Expanding Your Market: Maintaining Accessibility in Museums*, 2009.

<sup>258</sup> UNWTO, *Tourism Highlights*, 2016 Edition, 2016.

Transporte, hotelaria ou guia-turístico, tudo é pensado e adaptado à necessidade de um grupo. O diagnóstico realizado pelas empresas especializadas determina os melhores destinos para cada situação particular, evitando os contratempos e apresentando um programa atualizado e consciente das particularidades destes espaços face às limitações do cliente. Como exemplo, podemos citar *Accessible Madrid*<sup>259</sup> ou *Accessible Portugal*.<sup>260</sup>

Destaca-se a importância destas operadoras de turismo que vivenciam as necessidades dos visitantes e lapidam soluções. *Accessible Portugal* (Figura 89) é membro da *Comissão Técnica CT 144 – Serviços Turísticos*, órgão gerido pelo Turismo de Portugal. Esta Comissão recebeu o Prémio Normalização 2014, implementado pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ) “(...) *que se distingue pelo seu especial contributo para o desenvolvimento e promoção da Normalização Portuguesa, associado a um exemplo de Boas Práticas e evidenciando o cumprimento das Regras e Procedimentos da Normalização Portuguesa*”.<sup>261</sup>

A promoção do turismo acessível impulsiona a implantação de recursos no espaço público, no comércio, nos serviços e na indústria e, consequentemente, gera maiores oportunidades para todos, em efeito cascata, o que pode ser constatado no exemplo do Plano Integrado de Lousã (vd. 5.3.1), que associa a reabilitação urbana a uma oferta de atividades acessíveis.

---

<sup>259</sup> AccessibleMadrid, *Sítio na Internet “AccessibleMadrid”*, 2017.

<sup>260</sup> AccessiblePortugal, *Sítio na Internet “AccessiblePortugal”*, [2016].

<sup>261</sup> Portugal, Turismo de Portugal, *Comissão Técnica CT 144 – Serviços Turísticos recebe Prémio Normalização*, 2014.





Figura 89 – Lousã, destino de turismo acessível.

(Fonte: *Accessible Tourism Destinations for All: a powerful tool for inclusion* <sup>262</sup>)

Garcia elenca que o turismo acessível promove a qualidade de vida de residentes e visitantes, fortalece a posição competitiva do destino nos mercados turísticos, permite às autoridades turísticas intervir em vários níveis de ação, mobiliza as partes interessadas locais para um maior compromisso com os comportamentos em rede e normalmente aumenta as taxas de ocupação de turistas em baixa temporada. <sup>263</sup>

Ciente da necessidade de preservar a autenticidade dos destinos turísticos patrimoniais, torna-se evidente que “(...) há cada vez mais especialistas que ajudam a ultrapassar essas dificuldades de maneira sensível e criativa.” <sup>264</sup> A ENAT é uma rede que visa reunir atores do setor para partilhar suas experiências, promover uma maior tomada de consciência e compreensão da necessidade de acessibilidade em todas as áreas de viagens e turismo em toda a Europa, apoiar o desenvolvimento e a disseminação de boas políticas e boas práticas, desenvolver conhecimento e experiência sobre as questões de acessibilidade no domínio do turismo europeu. <sup>265</sup>

A ENAT desenvolveu em 2017 uma análise para a Comissão Europeia, com base em 15 casos de estudo sobre destinos acessíveis e concluiu

<sup>262</sup> Rodrigues, *Accessible Tourism Destinations for All: a powerful tool for inclusion*, 2014, p. 46.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>264</sup> Ambrose, I., Garcia, A., Papamichail, K., Veitch, C., *Manual de Gestão de Destinos Turísticos Acessíveis*, 2017, p. 53.

<sup>265</sup> ENAT, *Sítio na Internet “European Network for Accessible Tourism”*, [2017].

que “i) Os destinos que atraem o mercado de turismo acessível têm políticas claramente articuladas e uma abordagem estratégica que integra naturalmente a acessibilidade; ii) O apoio aos prestadores de serviços de turismo locais com programas de sensibilização e de formação, desempenha um papel central no desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis adequados às diversas necessidades dos consumidores; iii) A abordagem comercial de um destino ou empresa deve diferenciar-se de modo a atrair clientes para as ofertas específicas que lhes são relevantes.”<sup>266</sup>

A UNWTO também reconhece a importância do turismo acessível, seja pela sua importância social como pelo seu potencial de desenvolvimento económico. Para o efeito de se promover a difusão de conhecimento sobre este segmento, publica recomendações e disponibiliza documentação sobre ações exemplares. Destaca-se que na conferência de 2016, “*Turismo Accesible: Una apuesta empresarial estratégica*”, a empresa *Madrid Accesible* participou no painel de boas práticas.<sup>267</sup>

O resultado da valorização através da acessibilidade reflete-se no turismo. A Espanha, citada várias vezes com seu exemplo em acessibilidade, se encontra em terceiro lugar na lista de países mais visitados, ficando atrás de França e Estados Unidos.<sup>268</sup>

## 5.6 Notas conclusivas

O palimpsesto urbano agora “*reescreve*” cidades com a consciência de que os espaços que não se tornarem acessíveis serão utilizados por uma parcela cada vez menor da sociedade, provocando a discriminação das outras, e o conseqüente fracasso das suas funções.

---

<sup>266</sup> Ambrose, Garcia, Papamichail & Veitch, *Manual de Gestão de Destinos Turísticos Acessíveis*, 2017, p. 55.

<sup>267</sup> UNWTO, *Turismo Accesible: Una apuesta empresarial estratégica*, 2016.

<sup>268</sup> UNWTO, *Tourism Highlights, 2016 Edition*, 2016.



Na Europa tem vindo a ser adotadas várias iniciativas para promover a acessibilidade no espaço público patrimonial. Os numerosos exemplos identificados demonstram que o reconhecimento da sua importância é irreversível neste continente.

Existe um contexto acolhedor e ciente da necessidade de implantar a acessibilidade, seja por respeito às normas vigentes ou pela consciência que se trata de um mercado aliciante. Destaca-se que os três primeiros prémios do *Access City Award* incidiram em espaços patrimoniais, sendo eles Ávila, Salzburgo e Berlin.

Infelizmente, no Brasil, o atraso na requalificação das cidades retarda as iniciativas necessárias para alcançar um ambiente mais seguro e inclusivo. Observa-se a carência de adequação do espaço público às exigências de acessibilidade e segurança, sendo que nas cidades inscritas como património cultural a situação não é diferente. A isto soma-se uma frequente falta de manutenção.

As empresas europeias de turismo acessível participam ativamente no desenvolvimento de normas e partilham as suas experiências. No Brasil, a falta do produto “*cidade e património acessível*” prejudica o setor do turismo acessível. Não se identificou uma empresa brasileira especializada em pacotes turísticos acessíveis<sup>269</sup>, com visibilidade internacional, contrariamente ao que acontece com as empresas europeias.

O exemplo de Lousã permite-nos observar que um destino acessível se define além da requalificação urbana, envolve uma série de setores que precisam estar alinhados com as diretivas de acolhimento e com um conjunto de oportunidades cujo resultado é garantidamente reconhecível.

Em contraposição ao exemplo de Lousã, temos no Brasil a cidade de Socorro. O que impulsionou a tomada de consciência foi a oferta de

---

<sup>269</sup> ENAT, *Lonely Planet's Accessible Travel Guide*, 2015. Embora não esteja inserido neste guia, o mercado brasileiro pode contar com a empresa *Ricardo Shimosakai – Turismo Adaptado*.

atividades de aventura acessíveis, disponibilizadas pelo setor hoteleiro, colocando a cidade em evidência.

Por último, importa observar que, embora difundido o acesso ao conteúdo no contexto museológico, a acessibilidade sensorial ainda se encontra pouco difundida no espaço público, com raros exemplos de maquetes táteis e pouca literatura sobre o tema. Entre as cidades analisadas, somente Ávila dispõe deste recurso para comunicar seus valores patrimoniais na escala urbana.

Também não há o reconhecimento que as acessibilidades física e sensorial requerem intervenções distintas e geram, conseqüentemente, oportunidades diferenciadas.

## 6. CASOS DE ESTUDO

### 6.1 Notas introdutórias

Neste capítulo apresentam-se os resultados de uma análise empírica das condições de acessibilidade física e sensorial em quatro núcleos urbanos classificados como Património da Humanidade: Guimarães e Évora, em Portugal, e Olinda e Ouro Preto, no Brasil.

O objetivo foi caracterizar as condições de acessibilidade que existiam à data das visitas, identificar as ações que tenham sido adotadas para mitigar as barreiras à acessibilidade, e verificar se há facilidade de acesso à informação sobre recursos que a promovem.

A análise centrou-se nos aspetos seguintes: morfologia urbana, mobiliário urbano, iluminação, materiais, limpeza e manutenção, normas de trânsito, gestão do espaço público e integridade da imagem urbana.

A análise teve por base:

- 1) Entrevistas com técnicos municipais e recolha de documentação técnica (Guimarães <sup>270</sup> e Ouro Preto <sup>271</sup>);
- 2) Análise das informações obtidas no posto de turismo das quatro cidades;
- 3) Visitas de estudo durante as quais se realizou um levantamento fotográfico dos principais espaços públicos e das áreas reabilitadas;
- 4) Análise de documentação disponível referente às ações implantadas na área patrimonial;
- 5) Informação disponibilizada no sítio destas cidades.

---

<sup>270</sup> Câmara Municipal de Guimarães, em 14 de maio de 2012, com Arq. Filipe Fontes.

<sup>271</sup> Prefeitura de Ouro Preto, em julho de 2014, com Arq. Rodrigo Brogna.

## 6.2 Portugal

### 6.2.1 Guimarães

O núcleo patrimonial de Guimarães, além de possuir um conjunto urbano que regista técnicas de construção tradicionais, diversidade arquitetónica e estar ligado à formação da identidade nacional, com reconhecimento da UNESCO desde 2001, reúne espaços públicos redesenhados por Fernando Távora e Álvaro Siza.

Citado como um dos melhores exemplos de gestão urbana e de projecto em cidade histórica <sup>272</sup>, Guimarães tornou-se uma das mais importantes referências em termos de conservação do património urbano, tanto ao nível do método como dos resultados. <sup>273</sup> Há integração de edifícios e espaços públicos que testemunham séculos de tradição e colecionam prémios nacionais e internacionais. <sup>274</sup>

O Gabinete Técnico Local (GTL) da Câmara Municipal de Guimarães encontra-se encarregado de recuperar e gerir o núcleo patrimonial desde 1985. Com coordenação inicial de Fernando Távora e consultoria urbanística de Paulo Portas, <sup>275</sup> o GTL realizou intervenções nos principais espaços públicos, sendo que na área patrimonial os percursos principais e espaços conexos já se encontram reabilitados (Figura 90).

Os exemplos a seguir documentam algumas destas ações, sendo que inicialmente foram registradas três praças, com reabilitação nas décadas de 1980, 1990 e em 2009, a fim de se documentar e comparar formas de atuação em diferentes épocas, analisando a evolução da forma de se implementar a acessibilidade física.

---

<sup>272</sup> Aguiar, *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*, 2000, p. 17.

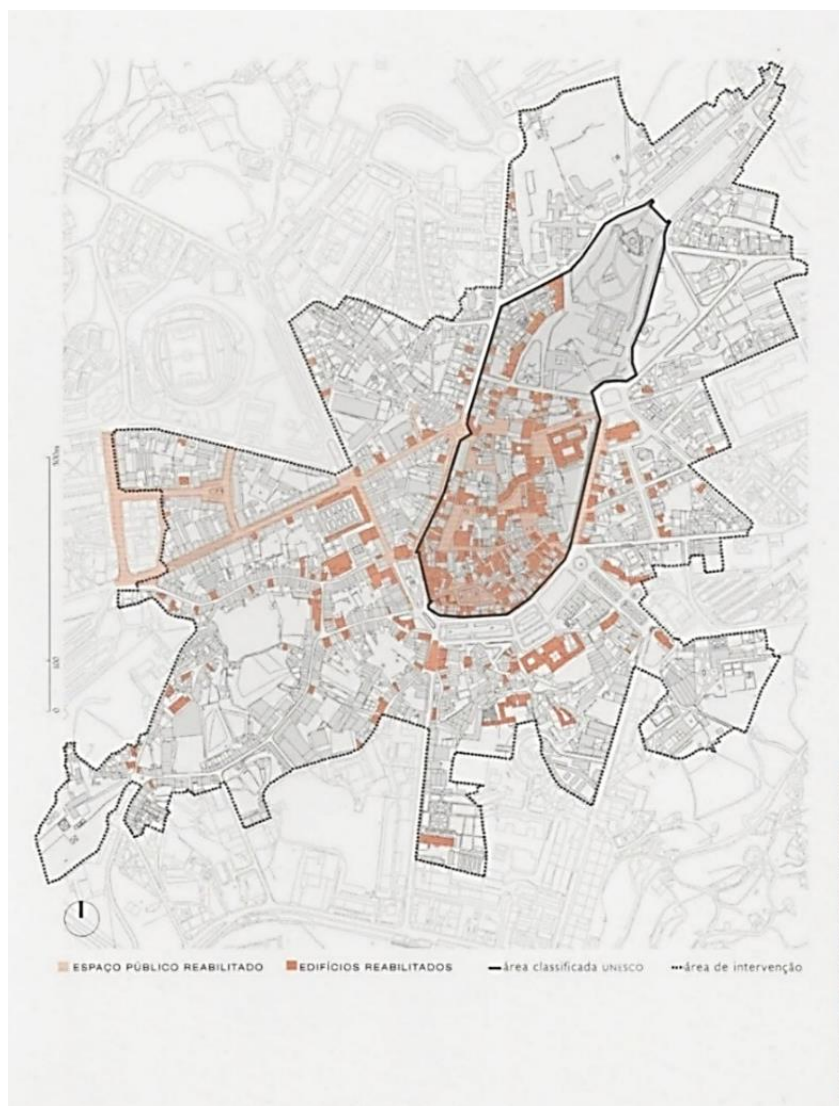
<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>274</sup> CMG, *Dossiê Concurso Europa Nostra 2004*, 2005, p. 4.

<sup>275</sup> Fernandes, *Guia de arquitectura de Guimaraes*, 2011, p. 35.

Figura 90 – Contribuição para a conservação e engrandecimento do Património Cultural.

(Fonte: Dossiê Concurso Europa Nostra 2004 <sup>276</sup>)



O Largo Condessa do Juncal conhece a sua forma atual em 1961 através do Plano de Urbanização de David Moreira da Silva. <sup>277</sup> Na reabilitação realizada por Távora nos anos de 1980, foram implantados pavimentos contínuos e uniformes na área perimetral da praça e calçadas adjacentes, que permitem uma circulação confortável, em contraposição ao pavimento irregular da via e do núcleo da praça.

Há composição de áreas sombreadas e espaços ensolarados. Foi realizado o ordenamento do sistema viário e dos lugares de estacionamento (Figuras 91, 92 e 93).

<sup>276</sup> CMG, *Dossiê Concurso Europa Nostra 2004*, 2005, p.7.

<sup>277</sup> Fernandes, *Guia de arquitetura de Guimaraes*, 2011, p. 52.



*Figuras 91, 92 e 93 – Guimarães, Largo Condessa do Juncal.*

*Projeto de reabilitação urbana realizado pelo Arquiteto Fernando Távora.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2012)*



A reabilitação do Largo dos Laranjais data do final dos anos de 1990. Este espaço contém vários níveis interligados e pavimento uniforme. A circulação de veículos e de pedestres é realizada sem desníveis e separada por obstáculos (Figuras 94 e 95).



*Figuras 94 e 95 – Guimarães, Largo dos Laranjais.*

*Projeto da Arq. Margarida Morais, 1999.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2012)*



O Largo Martins Sarmento Carmo, reabilitado em 2009, possui rampas de acesso associadas às escadas, faixas de travessia acessíveis, pavimento uniforme, áreas de repouso e uma fonte que propicia referência sensorial (Figuras 96, 97 e 98).



*Figuras 96, 97 e 98 – Guimarães, Largo Martins Sarmento Carmo.*

*Projeto do Arq. Miguel Frazão, do Grupo de Trabalho Local.  
(Fonte: fotografias da autora, 2012)*



No núcleo urbano o acesso de veículos é restrito, o que permite que as vias, muitas delas estreitas, sejam confortáveis para o fluxo diário de pedestres e agradáveis aos turistas, permitindo o usufruto do espaço.

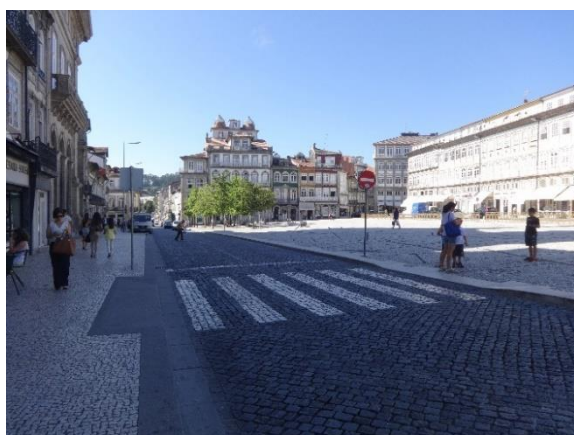
Os percursos em áreas sombreadas com pavimento regular proporcionam conforto no seu uso, existindo oferta de estacionamento devidamente ordenado próximo da área patrimonial (Figuras 99 e 100).

A promoção da acessibilidade e as intervenções que promovem uma maior segurança não se restringem ao perímetro reconhecido pela UNESCO. Na área de transição e na envolvente também foram realizadas intervenções (Figuras 101 e 102).



*Figuras 99 e 100 – Guimarães, Rua de Santa Maria e acesso lateral à CM de Guimarães.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2012)*



*Figuras 101 e 102 – Guimarães, área exterior ao perímetro definido pela UNESCO.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2015)*

Existem recursos que podem ser utilizados para promover a acessibilidade sensorial, como exemplo referem-se representações de fachadas de edifícios (Figura 103) e “*espigueiros*” (Figura 104), artesanatos encontrados no comércio local. Nos “*espigueiros*” destaca-se o uso de materiais correspondentes ao do objeto real (i.e., pedra e madeira), com rica informação tátil.

Pode-se referir também as reproduções de edifícios apresentadas na exposição “*As memórias de Guimarães*”, do artista Rodrigo de Jesus Salgado Pinto (Figura 105).





Figura 103 – Guimarães, artesanato local.  
Representação de fachada de edifício.



Figura 104 – Guimarães, artesanato local.  
Representação de “espigueiro”.  
(Fonte: fotografias da autora, 2012)



Figura 105 – Exposição “As memórias de Guimarães”.  
Obras do artista Rodrigo de Jesus Salgado Pinto,  
apresentadas em exposição realizada de 4 a 20 de maio de  
2012, em Guimarães.  
(Fonte: fotografias da autora, 2012)

A equipa do GTL prima pelos detalhes nos elementos construtivos. As tampas das caixas de visita são revestidas com o material do pavimento, assim como são realizadas discretas aberturas para captação de água pluvial, em cantaria. Destaca-se o armário técnico revestido em mármore, com a planta do núcleo histórico gravada em baixo relevo, instalado no Largo do Toural (Figuras 106 e 107).

Figuras 106 e 107 –  
Guimarães, mobiliário  
técnico.  
(Fonte: fotografias da  
autora, 2012)



Existe estacionamento para bicicletas e bebedouros, como se ilustra com os exemplos situados próximos do Paço dos Duques de Bragança (Figuras 108 e 109).



*Figuras 108 e 109 – Guimarães, bebedouro e estacionamento de bicicletas.  
(Fonte: fotografias da autora, 2012)*

O espaço público apresenta-se limpo e não foram observados locais com necessidade de manutenção ou áreas com situações das quais decorresse risco para os utilizadores, em especial para crianças ou pessoas com deficiência visual.

O espaço público da área classificada pela UNESCO é quase todo acessível, tendo as praças e largos sido reabilitados, segundo a legislação em vigor. Apenas algumas situações pontuais necessitam de ser revistas, por exemplo a falta de lancis rebaixados em alguns pontos, o que interrompe o percurso acessível (Figura 110).



*Figura 110 – Guimarães, passagem de peões.  
Exemplo de lancil que ainda não  
foi adequada às normas atuais.  
(Fonte: fotografia da autora, 2012)*

Há monumentos com recursos de acessibilidade física e sensorial sem divulgar seu investimento nos seu sítio ou pela CM. Por exemplo, no Paço dos Duques de Bragança há documentação em *Braille* (Figura 111) e recursos para melhorar a acessibilidade física, tais como rampa móvel (Figura 112) e elevador (Figura 113) que possibilita a circulação vertical a todos visitantes, e no sítio deste monumento nada a este respeito se encontra divulgado.<sup>278</sup>

Figura 111 – Guimarães, Paço dos Duques de Bragança.  
Documento de apoio aos visitantes com necessidades especiais sensoriais com imagem em relevo do edifício e texto informativo em *braille*.  
(Fonte: fotografia da autora, 2012)



Figura 112 – Guimarães, Paço dos Duques de Bragança.  
Entrada do monumento com rampa móvel.  
Figura 113 – Guimarães, Paço dos Duques de Bragança.  
Elevador interno que permite acesso de pessoas com mobilidade reduzida a todos os pisos visitáveis.  
(Fonte: fotografias da autora, 2012)



O guia turístico disponibilizado pela CM de Guimarães é de fácil acesso,<sup>279</sup> contém informações históricas sobre os monumentos e um mapa da área turística, mas sem informações sobre o percurso acessível. No sítio da CM de Guimarães (Figura 114 e Figura 115) não se encontram disponíveis informações sobre os percursos acessíveis ou os recursos de acessibilidade implantados. Quando se procura por

<sup>278</sup> Paço dos Duques, *Sítio na Internet* “Paço dos Duques”, [2014].

<sup>279</sup> CMG, *Guimarães guia da cidade*, 2015.



“Acessibilidade”, são listados vários artigos, mas não há informação sobre os recursos acessíveis que permitam uma visita inclusiva.

Apenas no sítio *VisitPortugal* se pode obter informações sobre percursos acessíveis e facilidades de acesso aos monumentos com a disponibilização do mapa com o itinerário acessível.<sup>280</sup>



Figura 114 – Sítio da Câmara Municipal de Guimarães.  
(Fonte: Câmara Municipal de Guimarães<sup>281</sup>)

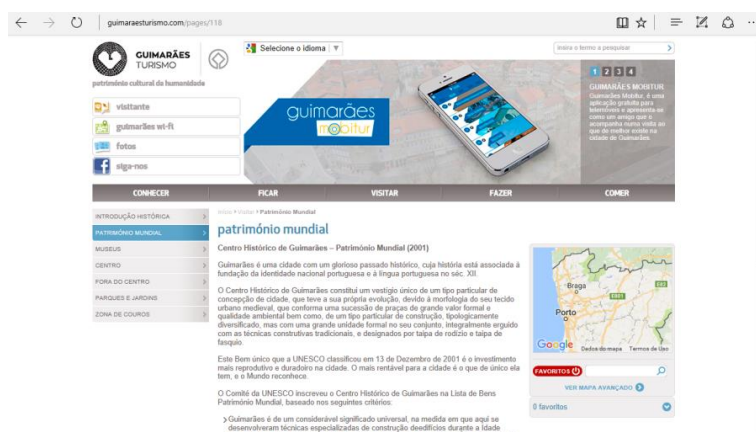


Figura 115 – Sítio do Turismo de Guimarães.  
(Fonte: Turismo de Guimarães<sup>282</sup>).

No Capítulo 4 foi analisado o *Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade de Guimarães*, e no Capítulo 5 foi descrita a intervenção do Castelo de Guimarães, completando a análise apresentada.

<sup>280</sup> Turismo de Portugal, *VisitPortugal [Guimarães – Itinerário Acessível]*, [2017].

<sup>281</sup> CMG, *Sítio na Internet “Município de Guimarães”*, [2016].

<sup>282</sup> CMG, *Sítio na Internet “Guimarães Turismo”*, [2016].

### 6.2.2 Évora

Évora contém no seu coração um templo romano, uma importante catedral medieval, largos e praças de dois mil anos de história. Foi residência de reis e nobres, e sua universidade data do século XVI. Possui, também, o maior conjunto de monumentos nacionais, depois de Lisboa, e encontra-se inscrita como Património da Humanidade pela UNESCO desde 1986.

Assim como Guimarães, Évora possui um reconhecido percurso de gestão urbana, “(...) surgindo ambas de novo pioneiras na fundação de uma nova visão, mais social, do papel do património urbano no quadro do novo contexto político, conseguindo afirmar-se (mais uma vez) como os melhores exemplos de gestão urbana e de projecto em cidade histórica, perante o furacão das mudanças de um país que recuperava 50 anos de vida livre perdida.”<sup>283</sup>

No que se refere à acessibilidade, sua topografia permite a implantação de percurso acessíveis e encontra-se documentado a seguir que este objetivo faz parte da sua política de reabilitação.

Figura 116 – Évora, folheto “Percurso Acessível”.

(Fonte: Folheto fornecido no Posto de turismo de Évora, 2015)



<sup>283</sup> Aguiar, A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares, 2000, p. 17.

Em 2015, no Posto de Turismo de Évora foi disponibilizado um mapa com um percurso acessível, indicando as suas características, a localização dos principais monumentos e informação sobre a forma de acesso (Figura 116). Na época, era a única informação referente à acessibilidade disponível.

Atualmente este mapa foi substituído por um percurso acessível que pode ser obtido no site *VisitPortugal*.<sup>284</sup> Neste documento é indicado um trajeto com trechos acessíveis e parcialmente acessíveis, embora o critério para esta divisão não seja explícito. É também descrito o itinerário de acesso aos monumentos e são identificadas as barreiras ou as facilidades de cada ponto turístico relevante. Por exemplo:

*“Iniciando o primeiro percurso, siga pela acessível Rua 5 de Outubro para chegar à Sé (8), um dos monumentos mais icónicos da cidade com as suas duas torres assimétricas. A catedral gótica, a maior em Portugal, tem degraus, desníveis e barreiras, seja na entrada ou no interior, que tornam a visita difícil a pessoas com mobilidade reduzida. Voltando à Rua 5 de Outubro e ao Largo do Marquês de Marialva, segue-se em direção ao antigo Palácio da Inquisição, hoje Fórum Eugénio de Almeida (10), um espaço cultural parcialmente acessível. Muito próximo, o Templo Romano, um dos monumentos mais importantes da cidade, com uma envolvente acessível, e o Museu de Évora (9), com espaços adaptados a pessoas com mobilidade reduzida e serviços de apoio disponíveis a pessoas com incapacidade visual.”*<sup>285</sup>

Comparando-se o percurso apresentado (Figura 117) com o mapa das intervenções realizadas (Figura 118), observa-se que grande parte do itinerário foi traçado pelas áreas públicas reabilitadas, como por exemplo, o acesso da Praça do Giraldo à Igreja de São Francisco.

---

<sup>284</sup> Turismo de Portugal, *VisitPortugal [Évora – Accessible Tour]*, [2017].

<sup>285</sup> *Ibidem*.



Figura 117 – Mapa do itinerário acessível de Évora.

(Fonte: Turismo de Portugal <sup>286</sup>)



Figura 118 – Évora, planta com as áreas reabilitadas.

Localização das intervenções de reabilitação mais significativas no núcleo histórico.

(Fonte: CME <sup>287</sup>)

<sup>286</sup> Turismo de Portugal, *Mapa itinerário acessível de Évora*, [2017].

<sup>287</sup> CME, *Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora*, 2017, p. 23.

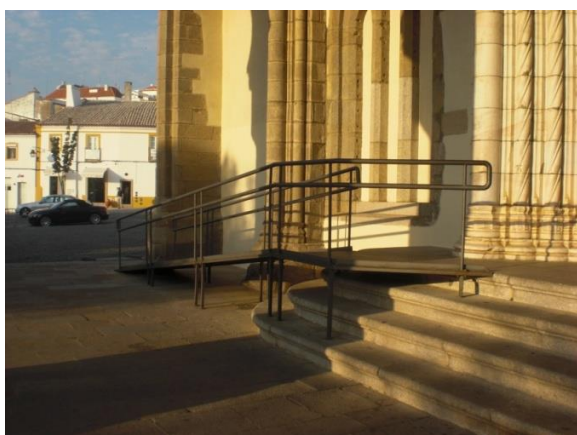


No espaço público, embora com pavimentos irregulares, as passeadeiras são rebaixadas e são reservados lugares de estacionamento (Figuras 119 e 120).



*Figuras 119 e 120 – Évora, guia rebaixada e lugar de estacionamento reservado.  
(Fonte: fotografias da autora, 2011)*

Constata-se que em alguns edifícios de uso público foram implantados recursos para melhorar o acesso. Por exemplo da Igreja de São Francisco possui uma rampa instalada junto da sua entrada principal (Figura 121). A estrutura da rampa encontra-se apoiada na escada, sem danificar a cantaria (Figura 122).



*Figura 121 – Évora, rampa de acesso da Igreja de São Francisco.  
Figura 122 – Évora, detalhe da estrutura da rampa.  
(Fonte: fotografias da autora, 2011)*

Facilidade que se observa em outros edifícios públicos, com rampas para vencer desníveis junto da entrada principal (Figuras 123 e 124).





Figuras 123 e 124 – Évora, rampas na entrada de edifícios públicos.

(Fonte: fotografias da autora, 2015)

Regista-se que nos espaços públicos intervencionados foram definidos locais de permanência e há faixas de circulação pedonal com pavimentos uniforme, facilitando a circulação e a legibilidade do espaço (Figuras 125 e 126).



Figuras 125 e 126 – Évora, Praça de Sertório.

Exemplos de faixa regular para circulação de pedestres.

(Fonte: fotografias da autora, 2015)

Destaca-se que na *Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora*, em discussão na Câmara (julho de 2017), nas ações e objetivos é prevista a “*Melhoria das condições de mobilidade urbana, designadamente no que concerne à promoção da denominada*

*mobilidade suave (a pé, de bicicleta, etc...) e à eliminação de barreiras arquitetónicas (...).”*<sup>288</sup>

Entretanto, apesar das diversas medidas adotadas que reforçam o caráter acolhedor da cidade, a Câmara Municipal não divulga estes recursos (Figura 127), e nem faz menção ao projeto implementado pelo Turismo de Portugal, situação idêntica a observada em Guimarães.

Apenas no sítio *VisitPortugal* se pode obter informações sobre percursos acessíveis e facilidades de acesso aos monumentos (Figura 128).



Figura 127 – Sítio da Câmara Municipal de Évora.  
(Fonte: Câmara Municipal de Évora<sup>289</sup>)

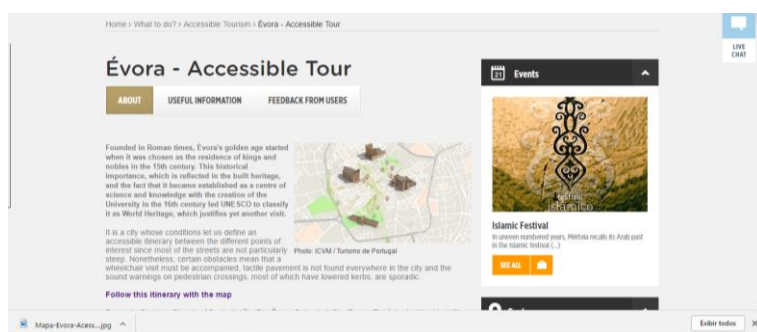


Figura 128 – Sítio VisitPortugal.  
(Fonte: Turismo de Portugal<sup>290</sup>)

<sup>288</sup> CME, *Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora*, 2017, p. 20.

<sup>289</sup> CME, *Sítio na Internet “Câmara Municipal de Évora”*, [2013].

<sup>290</sup> Turismo de Portugal, *VisitPortugal [Évora – Accessible Tour]*, [2017]



Destaca-se que no calçamento pé de moleque das cidades de Ouro Preto e Diamantina houve a instalação, no final do século XIX, de uma faixa de pedras largas e regulares, a fim de promover uma circulação mais confortável para os peões (Figura 130). Em Ouro Preto ainda observam-se exemplares desta intervenção, designada de “*Capistrana*”, por ter sido implantada na época da presidência do Conselheiro João Capistrano Bandeira de Melo.<sup>292</sup>



Figura 130 – Ouro Preto, Rua do Tiradentes em 1875.

(Fonte: Dom Pedro II e a fotografia no Brasil<sup>293</sup>)

As vias com grandes inclinações impediam até a utilização de carroças, e a liteira era o único recurso das famílias abastadas, estando presente no saguão de todas as casas ricas.<sup>294</sup>

A exploração do ouro entra em decadência e Ouro Preto sofre seu primeiro abandono, com declínio populacional e económico, e um segundo, com a transferência da capital do Estado para Belo Horizonte. As funções administrativas foram deslocadas para a nova cidade projetada e construída em território eleito pelas condições topográficas acolhedoras.

A topografia acidentada de Ouro Preto não é favorável à fácil implantação da acessibilidade. Sem uma muralha para criar um sistema radial de circulação, Ouro Preto desenvolveu-se reforçando seus eixos

---

<sup>292</sup> Santos Filho, *Calçamento das Ruas de Tiradentes: Notas Históricas*, 2013.

<sup>293</sup> Vasquez, *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*, 1985 [Fotografia de Guilherme Liebenau, Rua do Tiradentes, 1875].

<sup>294</sup> Burton, *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*, 1977, p. 88.



lineares iniciais de circulação, o que torna a sua realidade pitoresca, mas difícil de adaptar às exigências atuais, uma vez que grande parte da circulação tem seu trajeto pela praça principal do núcleo histórico.

A Prefeitura de Ouro Preto, por sua vez, tem considerado a acessibilidade nas suas intervenções. Na Rua São José foi alargada a calçada, reduzido o número de lugares de estacionamento, implantadas rampas e delimitadas áreas de embarque e desembarque (Figuras 131 e 132). Mas as dificuldades encontradas ainda são muitas, por exemplo a diferença da cota entre a entrada das edificações e as calçadas (Figura 133) e a inclinação acentuada das vias que dificultam a circulação, chegando em alguns locais a justificar a colocação de corrimão (Figura 134).



*Figuras 131 e 132 – Ouro Preto, Rua de São José após reabilitação.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2014)*



*Figura 133 – Ouro Preto, desnível no acesso aos edifícios.*

*Figura 134 – Ouro Preto, ladeira com corrimão.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2014)*

Apesar das dificuldades, o Museu da Inconfidência possui um acesso lateral através de rampa e é disponibilizada uma cadeira de rodas para visitantes (Figuras 135 e 136).



Figuras 135 e 136 – Ouro Preto, Museu da Inconfidência.  
Acesso lateral com rampa e cadeira de rodas disponível para apoio de visitantes.  
(Fonte: fotografias da autora, 2014)

No sítio do Turismo de Ouro Preto não foi encontrada informação para planejar a visita de pessoas com necessidades especiais (Figura 137), nem empresas especializadas de turismo acessível.

No Capítulo 4 foi apresentado o plano realizado pelo IPHAN para Ouro Preto (vd. 4.3.1), completando a informação referente a este caso de estudo.

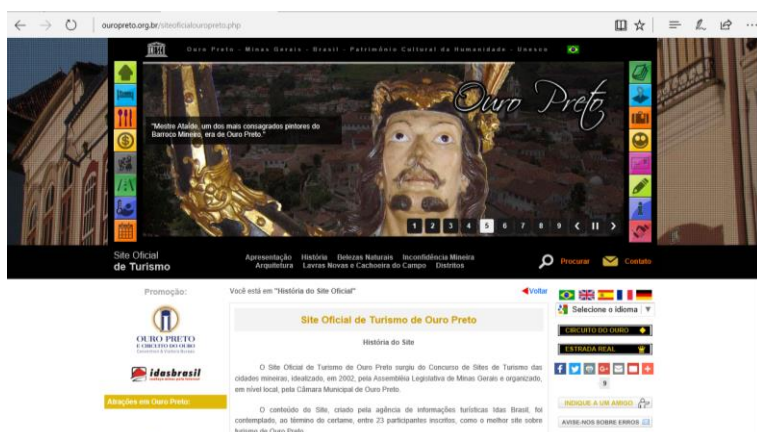


Figura 137 – Sítio de turismo de Ouro Preto.  
(Fonte: Idas Brasil <sup>295</sup>)

<sup>295</sup> IDAS Brasil LTDA – Site oficial de turismo de Ouro Preto. [2015].

### 6.3.2 Olinda

Olinda foi uma das primeiras vilas brasileiras, tendo sido fundada em 1535 e é a segunda cidade brasileira inscrita na Lista de Património da Humanidade. Durante o período colonial, Olinda teve grande importância política e económica, o que se reflete na herança que ainda ostenta, sendo que “(...) ao final do século XVI, a vila sede da capitania era próspera, inclusive na época comparada a uma Lisboa Pequena.”<sup>296</sup>

Parte do seu património foi destruído por um incêndio durante a invasão holandesa, em 1654 a vila foi elevada à cidade e lentamente reconstruída, com seus edifícios religiosos ampliados e enriquecidos, mas manteve o seu desenho urbano, “garantindo assim a unidade e escala da ocupação quinhentista.”<sup>297</sup> Olinda possui um admirável conjunto urbano que promoveu seu reconhecimento pela UNESCO, em 1982.

Embora os percursos acessíveis tenham sido implantados com a estruturação de dois trechos que integram a área patrimonial (Figuras 138 e 139), há falta de informação no que se refere ao seu projeto, e comunicação ao público. Não se encontra uma planta ou descrição das vias acessíveis. Também não se verificou, *in loco* ou pela internet, a disponibilização de recursos de acessibilidade sensorial.

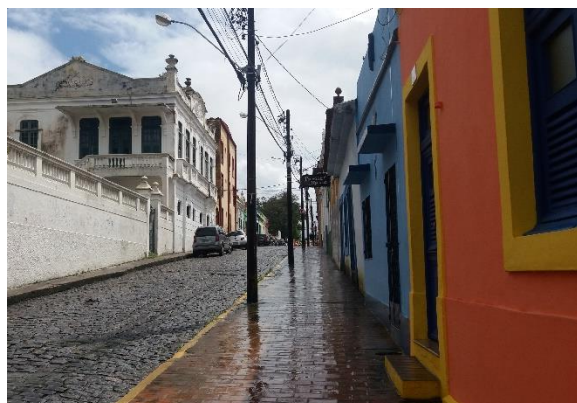
Apesar de ter recebido intervenções recentes, observa-se em alguns locais que não houve o cabeamento subterrâneo da rede elétrica.

---

<sup>296</sup> Mattoso, *Património de origem portuguesa no mundo – América do Sul*, p. 142.

<sup>297</sup> *Ibidem*.





*Figuras 138 e 139 – Olinda, nivelamento de passagem e calçadas assimétricas.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2017)*

A dificuldade de acesso ao edificado, assim como em Ouro Preto, ainda se encontra por solucionar. Pontualmente, existem rampas de acesso a edifícios públicos, tais como a rampa da Igreja do Carmo e as rampas do Mosteiro de São Bento (Figuras 140 e 141).



*Figuras 140 e 141 – Olinda, Igreja do Carmo e Mosteiro de São Bento.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2017)*

No edifício da Caixa D'Água de Olinda,<sup>298</sup> recentemente requalificado, foi instalado um elevador panorâmico e os espaços interiores foram revitalizados para promover ações ligadas à cultura e turismo (Figura 142).

<sup>298</sup> Edifício singular por ser pioneiro em estilo moderno com uso de blocos vazados “cobogós”, de 1936. Autoria do arquiteto Luís Nunes.



Figura 142 – Olinda, elevador no Edifício da Caixa de Água.

(Fonte: Prefeitura Municipal de Olinda <sup>299</sup>)



Destaca-se que no núcleo de Olinda se encontram trechos de pavimento de pedras irregulares tipo “*cabeça de negro*” (Figuras 143 e 144), o que permite um registo da paisagem urbana ainda não adequado à modernização realizada através da pavimentação de pedras regulares de paralelepípedos.



Figuras 143 e 144 – Olinda, pavimento “*cabeça de negro*”.

(Fonte: fotografias da autora, 2017)

---

<sup>299</sup> Prefeitura Municipal de Olinda, *Revitalização do Alto da Sé* [on-line], S.D.

O guia turístico disponibilizado pela Prefeitura de Olinda (Figura 145) não informa sobre os recursos de acessibilidade física, ou qualquer outra informação referente à acessibilidade no seu patrimônio, assim como não elenca os serviços especializados.

No Capítulo 4 foi apresentado o plano de acessibilidade de Olinda (vd. 4.3.2), completando a informação referente a este caso de estudo.



Figura 145 – Guia turístico de Olinda.  
(Fonte: Sítio da Prefeitura de Olinda<sup>300</sup>)

## 6.4 Análise comparativa

### 6.4.1 Acessibilidade física

Existem diferentes níveis de investimento na reabilitação urbana nos dois países, sendo que no Brasil ainda se constata uma carência de ações no espaço público, o que dificulta a implementação da acessibilidade.

As intervenções das cidades analisadas no Brasil limitam-se a algumas ações pontuais, tais como a substituição de revestimentos de pavimento, mas não envolve, por exemplo, o mobiliário urbano. Em Olinda verifica-se que a rede elétrica ainda não é toda subterrânea, e há falta de manutenção nas calçadas. Expõem-se situações de desrespeito à legislação, tais como degraus e obstáculos nas calçadas. Consequentemente, a implementação da acessibilidade requer um

<sup>300</sup> Prefeitura Municipal de Olinda, Sítio na Internet “Olinda Prefeitura Municipal – Guia Turístico”, [2016].

investimento maior porque tem que se realizar um trabalho de base em todo espaço público. Em Ouro Preto é necessário realizar um estudo do sistema viário, coordenação de lugares de estacionamento, ajuste da largura das calçadas e melhor iluminação pública. Acrescenta-se a falta de manutenção do espaço, o que gera situações de risco de quedas.

Soluções para promover a acessibilidade física que foram adotadas em Guimarães e Évora não seriam possíveis de ser aplicadas em Ouro Preto ou Olinda, nomeadamente as de controlo de acesso à área patrimonial. O coração de Ouro Preto é o polo estruturador da sua mobilidade, de difícil implantação de desvio e integrante do sistema de vias estruturais, enquanto Guimarães preserva parte de seu património urbano resguardado do trânsito intenso, protegido por sua muralha e por vias radiais.

Salienta-se que ações de controlo de acesso de veículos resolve o conflito entre veículos e pedestres, assim como as dificuldades existentes de não se ter calçadas adequadas em vias estreitas (muitas vezes resultantes da inexistência de calçada na época da fundação). Solução somente encontrada nas cidades portuguesas.

Com o exemplo de Guimarães, pode-se constatar que numa base que já tenha projetos de qualidade, a inserção da acessibilidade física faz-se com poucas adaptações e com obstáculos facilmente ultrapassáveis.

*Figura 146 – Guimarães, exemplo de integração.*

*Como resultado da qualidade urbana, verifica-se a participação de todos no espaço público.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2012)*



O projeto do Largo da Condessa do Juncal, dos anos de 1980, apresenta percursos confortáveis mesmo antes da exigência da implantação da acessibilidade. A cidade já possui um contexto acolhedor e com manutenção exemplar do seu espaço público patrimonial, necessita-se apenas de pequenos ajustes e respetiva promoção dos seus recursos (Figura 146).

Em nenhuma das cidades se constatou o uso de piso podotátil no espaço público da área inscrita pela UNESCO.

#### *6.4.2 Acessibilidade sensorial*

No que se refere à acessibilidade sensorial, nenhuma das cidades analisadas disponibiliza recursos para comunicar o património urbano. Não há maquetes, descrições ou outros recursos de comunicação da imagem do património.

#### *6.4.3 Acessibilidade à informação*

Nos sítios das Câmaras Municipais das cidades analisadas não há informação sobre os recursos de acessibilidade disponíveis, os percursos acessíveis ou a forma de obter apoio para programar uma visita em que a acessibilidade seja uma expectativa necessária a ser atendida.

Somente para as cidades portuguesas foram disponibilizados mapas com o percurso acessível no sítio *VisitPortugal*.

A sinalização informativa, que deve ser discreta e indicar as rotas e itinerários pedonais,<sup>301</sup> também não se encontra implantada de forma contínua.

---

<sup>301</sup> Junca, *Accesibilidad universal en cascos históricos: panorámica general, tendencias y análisis en Castilla y León*, 2008, p. 93.

## 6.5 Notas conclusivas

Embora com a mesma matriz de urbanismo, as cidades analisadas possuem características distintas de formação, de desenvolvimento e de função. A comparação evidencia que as condições de acessibilidade física são diferentes, mas a acessibilidade sensorial e a comunicação dos recursos estão no mesmo estágio (Quadro 9).

Quadro 9 – Comparação dos recursos disponíveis, por caso de estudo.

(Fonte: desenvolvido pela autora, a partir da análise)

	Acessibilidade física	Acessibilidade sensorial	Comunicação dos recursos pela Internet
<b>Évora</b>	Apresenta um percurso acessível. São realizadas soluções pontuais e implantação da acessibilidade nos novos projetos.	Não disponibiliza recursos.	Disponibiliza mapa de percurso acessível no Posto de Turismo e no site <i>Visitportugal</i> .
<b>Guimarães</b>	Apresenta um percurso acessível. São realizadas soluções pontuais e implantação da acessibilidade nos novos projetos.	Não disponibiliza recursos.	Disponibiliza mapa de percurso acessível no site <i>Visitportugal</i> .
<b>Ouro Preto</b>	São realizadas soluções pontuais e implantação da acessibilidade nos novos projetos.	Não disponibiliza recursos.	Não disponibiliza informação.
<b>Olinda</b>	Apresenta um percurso acessível. São realizadas soluções pontuais e implantação da acessibilidade nos novos projetos.	Não disponibiliza recursos.	Não disponibiliza informação.

Os casos de estudo evidenciaram que, mesmo nas intervenções em que assegurar condições de acessibilidade não é a prioridade, quando estas são realizadas cumprindo as exigências regulamentares atuais, se contribui significativamente para melhorar a mobilidade de todos (*e.g.*, Guimarães).

Não obstante, os progressos verificados nos casos de estudo, as intervenções de promoção da acessibilidade são ainda tímidas. Quando comparadas com a oferta de recursos de acessibilidade física e sensorial noutras cidades (*e.g.*, Ávila), verifica-se uma clara desvantagem das cidades de Portugal e do Brasil.

A comparação dos casos de estudo com as melhores práticas de outros países permite também constatar que o problema da falta da acessibilidade no contexto luso-brasileiro não reside na matriz do urbanismo português.

Naturalmente que um plano, como o realizado por Cerdá para Barcelona, num terreno com pendentes pouco acentuadas, é mais receptivo à implantação de acessibilidade física do que a realidade resultante de um desenvolvimento espontâneo em território acidentado, como o de Ouro Preto.

Porém, foi observado que em cidades com topografia pouco favorável se encontram processos avançados de implantação de acessibilidade (e.g., Toledo). Assim, pode-se afirmar que o “*urbanismo de encosta*” ou a implantação de núcleos urbanos em sítios de difícil acesso não impede a melhoria das condições de acessibilidade ao património urbano.

Também na oferta de turismo acessível se verificam diferenças acentuadas. Por exemplo, o governo alemão disponibiliza informações através da *Internet*, em 30 idiomas, inclusive em Português, de forma competente, clara e interativa (Figura 147 e figura 148).



Figura 147 – Sítio do Conselho Nacional de Turismo Alemão.

Exemplo de atividade com recurso sensorial e informações de apoio ao visitante.

(Fonte: Sítio do Conselho Nacional de Turismo Alemão <sup>302</sup>)

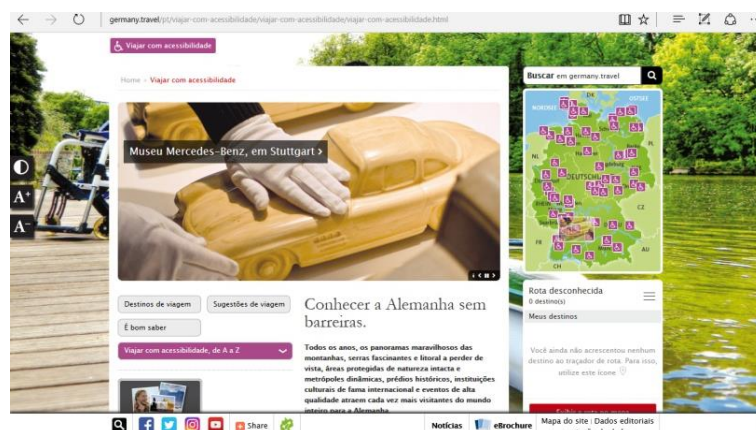


Figura 148 – Livreto “Simplesmente. Viajar”.

Guia turístico da Alemanha, em português, com informações disponíveis para se planear uma viagem.

(Fonte: Sítio do Conselho Nacional de Turismo Alemão <sup>303</sup>)



<sup>302</sup> German National Tourist Board, *Sítio na Internet “Conhecer a Alemanha sem Barreiras”*, [2017].

<sup>303</sup> *Ibidem.*

Página propositadamente deixada em branco.



## 7. RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS

### 7.1 Notas introdutórias

Neste capítulo apresentam-se recomendações de boas práticas para promover a acessibilidade física e sensorial e a comunicação dos recursos implantados nos espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais. As recomendações estão organizadas em três secções:

- Acessibilidade física;
- Acessibilidade sensorial;
- Acessibilidade à informação.

Esta divisão em secções segue as *Áreas Fundamentais para a Igualdade de Participação* da ONU, apresentadas nas *Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência* <sup>304</sup>.

As recomendações tiveram como base a conjugação dos resultados obtidos nas fases precedentes do estudo. Estas recomendações pretendem contribuir tanto para a eliminação das barreiras existentes como para a prevenção de novas barreiras.

Embora as recomendações estejam organizadas numa lista dividida em secções, as intervenções devem concretizá-las de forma integrada.

### 7.2 Acessibilidade física

Para além do cumprimento das normas em vigor, para promover a acessibilidade física nos espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais, deve ter-se em consideração as recomendações apresentadas em seguida.

---

<sup>304</sup> ONU, *Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities*, 1993.

1. O declive do terreno e a largura dos passeios devem ser os aspetos determinantes para decidir o traçado dos percursos acessíveis.

*Zonas com declives acentuados serão sempre dificilmente acessíveis. Calçadas estreitas, mesmo sem obstáculos, serão sempre inacessíveis.*

## ACESSIBILIDADE FÍSICA

*Adequar à topografia*



Figura 149 – Ouro Preto.  
Calçada estreita em via com  
inclinação acentuada.  
(Fonte: fotografia da autora, 2014)



Figura 150 – Ouro Preto.  
A inclinação acentuada da via  
induziu os peões a utilizarem a  
escada e ao seu encerramento da  
circulação de veículos.  
(Fonte: fotografia da autora, 2014)

## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Adequar à topografia

2. Nos locais com inclinação acima do adequado para percursos acessíveis, devem ser previstas soluções compensatórias.

*Por exemplo, mais lugares de estacionamento reservado, maior oferta de transporte especializado, ou a implantação de meios mecânicos.*

Figura 151 – Lisboa, elevador de Santa Justa.

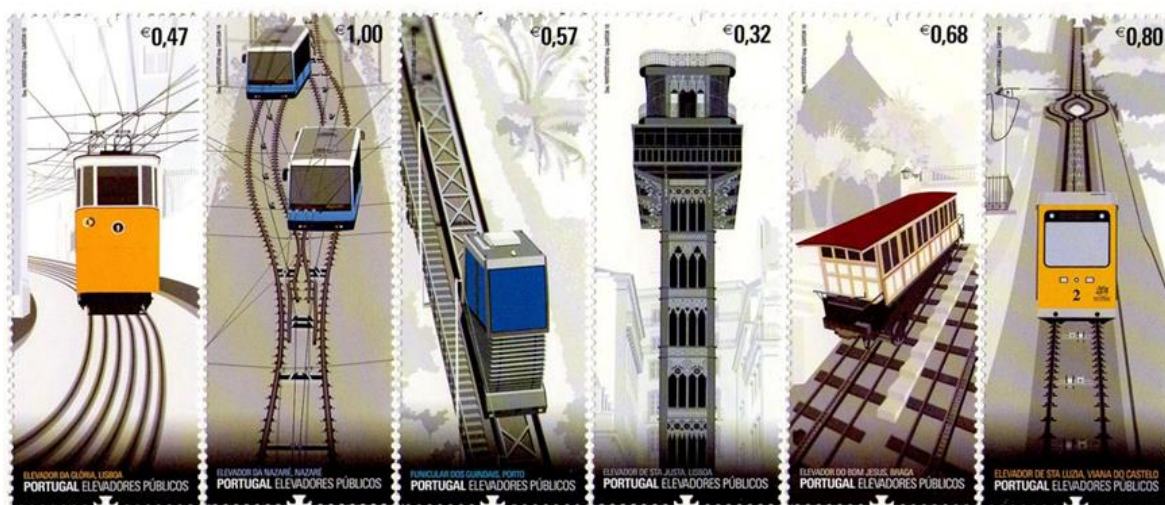
(Fonte: fotografia da autora, 2003)



Figura 152 – Selos da série Elevadores Públicos de Portugal.

Elevador da Glória, Elevador de Nazaré, Funicular dos Guindas, Elevador de Santa Justa, Elevador do Bom Jesus e Elevador de Santa Luíza.

(Fonte: Selos CTT, série Elevadores Públicos de Portugal, 2010)





3. O traçado dos percursos acessíveis deve ter em consideração as capacidades dos diferentes tipos de utilizadores.

*Uma pessoa com limitações visuais pode vencer desníveis, contrariamente a uma pessoa em cadeira de rodas. Neste caso o piso tátil indica o percurso mais curto e as pessoas com mobilidade reduzida são orientadas para um percurso de menor declividade.*



Figura 153 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara.

*O acesso do público em geral ao edifício é realizado pela menor distância por escadas. Há um elevador que permite acesso para pessoas com mobilidade reduzida, em um percurso paralelo.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2011)*



Figura 154 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara.

*Sempre que possível os percursos são reunidos.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2011)*

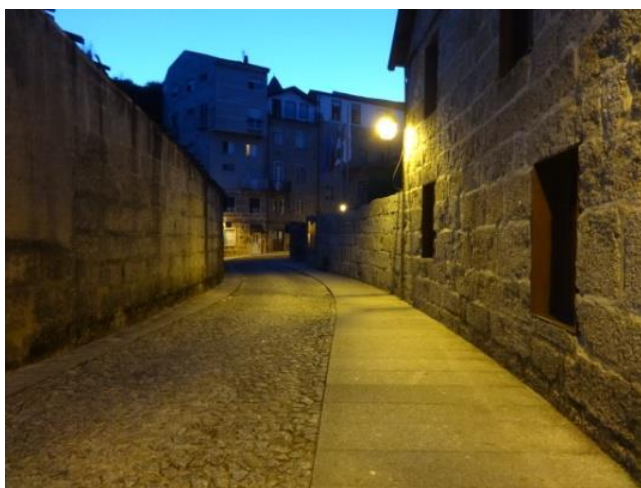
#### **ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Garantir regularidade, largura, continuidade e desobstrução*

4. Devem existir faixas de pavimento regular que facilitem a circulação das pessoas, com largura mínima que cumpra as normas em vigor.

*Figura 155 – Guimarães, faixa uniforme no pavimento.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2015)*



*Figura 156 – Évora, faixa uniforme no pavimento.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2015)*



5. Os percursos acessíveis devem ser contínuos e interligados.

**ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Garantir regularidade, largura, continuidade e desobstrução*



*Figura 157 – Toledo, continuidade da faixa uniforme no pavimento.  
(Fonte: fotografia da autora, 2015)*



*Figura 158 – Ávila, percursos interligados.  
(Fonte: fotografia da autora, 2016)*

#### ACESSIBILIDADE FÍSICA

*Garantir regularidade, largura, continuidade e desobstrução*

6. Em vias de trânsito intenso, na impossibilidade de existirem duas calçadas com largura adequada, deve optar-se por favorecer uma delas.

*Em locais de trânsito reduzido ou controlado, pode optar-se pelo nivelamento da via com a calçada, favorecendo o acesso às edificações dos dois lados da via.*

Figura 159 – Guimarães, calçadas assimétricas.

(Fonte: fotografia da autora, 2013)



Figura 160 – Olinda, calçadas assimétricas.

(Fonte: fotografia da autora, 2017)





7. Devem existir locais de descanso, pelo menos, a cada 300 metros.<sup>305</sup>

*Algumas pessoas (e.g., idosas ou com problemas cardíacos) podem ter dificuldade em percorrer percursos sem interrupções. As áreas de descanso também permitem a sociabilização e a fruição do espaço patrimonial.*

**ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Garantir regularidade, largura, continuidade e desobstrução*



Figura 161 – Évora, Praça de Sertório.

Área de descanso.

(Fonte: fotografia da autora, 2011)



Figura 162 – Lisboa, área de descanso.

(Fonte: fotografia da autora, 2003)



Figura 163 – Évora, área de descanso.

(Fonte: fotografia Eduardo Gageiro<sup>306</sup>)

<sup>305</sup> Le Moniteur, *Cahier Pratique Le Moniteur des Travaux Publics et du Bâtiment*, 2011, proposta 20, p. 14.

<sup>306</sup> Saramago, *Évora Património da Humanidade*, S.D.



## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Garantir regularidade, largura, continuidade e desobstrução

## 8. A utilização dos espaços e a disposição do mobiliário deve ser regulada e fiscalizada.

*O espaço ordenado facilita a leitura do ambiente, a orientação e a mobilidade. O mobiliário pode obstruir os percursos acessíveis ou ser perigoso para as pessoas com visão reduzida.*

Figura 164 – Guimarães, passagem assegurada pelo ordenamento do uso.

(Fonte: fotografia da autora, 2015)



Figura 165 – Lisboa, ordenamento do mobiliário urbano.

(Fonte: fotografia da autora, 2003)



Figura 166 – Salamanca, passagem assegurada pelo ordenamento do uso.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)



9. Devem ser previstas áreas sombreadas.

*Áreas sombreadas propiciam uma circulação mais agradável, beneficiando de temperatura mais amena e proteção da radiação solar direta.*

**ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Assegurar segurança e conforto*



*Figura 167 – Guimarães, passeio com sombreamento.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2012)*



*Figura 168 – Águeda's Umbrella Sky Project.*

*(Fonte: Architectural Digest <sup>307</sup>)*

---

<sup>307</sup> Mafi, *14 of the Most Beautiful Streets in the World* [on-line], 2016.

## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Assegurar segurança e conforto

10. Devem ser utilizadas fontes e elementos naturais para amenizar o microclima local.

*A informação sonora e tátil auxilia na orientação. A temperatura amena e um nível de humidade adequado proporcionam conforto e bem-estar.*

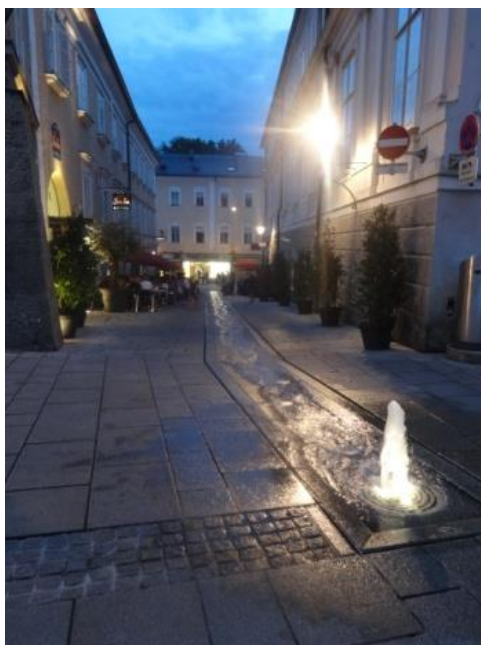
Figura 169 – Guimarães, fonte em praça arborizada.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)



Figura 170 – Salzburgo, fonte implantada em espaço público.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)





11. Deve ser assegurada iluminação adequada, em particular nos locais com desníveis ou obstáculos.

*A iluminação permite valorizar o património, facilita a orientação, promove segurança no uso normal e inibe a criminalidade.*

#### **ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Assegurar segurança e conforto*



*Figura 171 – Salamanca, iluminação uniforme na circulação e destacada nos monumentos.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2015)*



*Figura 172 – Segóvia, iluminação diferenciada salienta marcos urbanos.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2016)*

## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Assegurar segurança e conforto

### 12. A prioridade deve ser a eliminação de situações de risco.

*Por exemplo, a análise dos locais onde ocorrem atropelamentos, a substituição de materiais inadequados que geram reflexos ou propiciam queda por escorregamento, a falta de manutenção ou desníveis sem alerta.*

Figura 173 – A reflexão dos revestimentos dificulta a orientação.

*O pavimento polido é mais propício para quedas devido a maior possibilidades de escorregamento, e o brilho pode dificultar a leitura do espaço.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2003)*



Figura 174 – Escadaria sem manutenção.

*(Fonte: fotografia da autora, 2014)*



13. Em locais com saliências, a circulação deve ser desviada, para proteger as pessoas de choques.

## ACESSIBILIDADE FÍSICA

*Evitar choques*

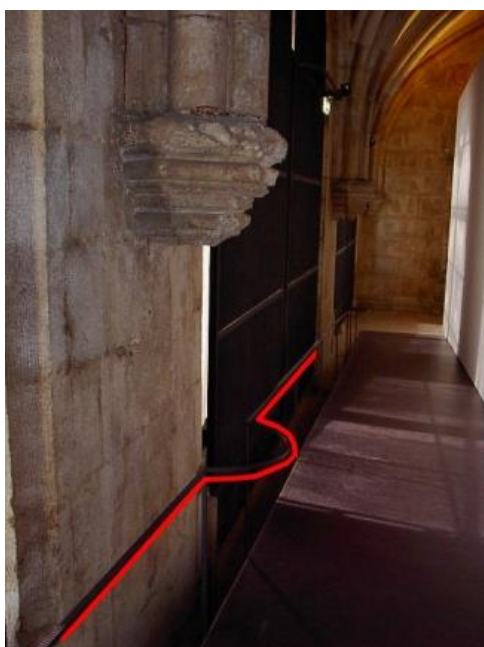
*O desvio forçado é mais seguro que o alerta por pavimento tátil, pois algumas pessoas não estão atentas à sinalização podotátil. Alerta-se que as colisões ocorrem normalmente na cabeça.*



*Figura 175 – Salamanca, projeções sobre a via pública.*

*Saliências não protegidas à altura da cabeça são potencialmente perigosas no caso de choque.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2015)*



*Figura 176 – Lisboa, Museu de Arqueologia.*

*Projeção sobre o percurso protegida, obrigando os peões a desviar-se.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2015, editada)*



## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Evitar choques

### 14. Devem ser evitados cantos retos e elementos protuberantes.

*Os cantos retos são potencialmente mais agressivos em caso de queda do que os cantos boleados ou chanfrados.*

Figura 177 – Degrau com focinho em esquina viva.

(Fonte: fotografia da autora, 2012)



Figura 178 – Brno, degrau com focinho facetado.

Paragem de autocarro e acesso por rampa e escada.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)



15. Quando possível, os desníveis devem ser vencidos com planos inclinados.

*Os planos inclinados permitem vencer pequenos desníveis, integrando o espaço e evitando-se a utilização de rampas, que em algumas situações podem exigir a implantação de corrimão.*

**ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Vencer desníveis*



*Figura 179 – Salamanca, acesso à praça por inclinação de pavimento.*

*A inclinação do plano permitiu o acesso ao local, de forma suave e discreta.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2015)*



*Figura 180 – Évora, concordância de pavimento.*

*Para vencer um pequeno desnível no acesso da edificação utiliza-se a continuidade do nível do piso com a concordância dos planos.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2016)*

## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Vencer desníveis

### 16. A topografia do terreno deve ser aproveitada para criar percursos acessíveis.

*Em muitas situações, a continuidade do plano no nível da entrada à cota mais próxima soluciona o acesso para a entrada dos edifícios.*

Figuras 181 e 182 – Lisboa, Rua Vitória.

Adaptação da entrada da Igreja da Vitória (antes e depois).

(Fonte: Arquivo Arq. Falcão de Campos, S.D.)



Figura 183 – Exemplo de acesso que não tira proveito da topografia.

(Fonte: fotografia da autora, 2018)



17. Podem existir faixas inclinadas associadas às escadas, para facilitar a circulação de bicicletas ou carrinhos.

## ACESSIBILIDADE FÍSICA

*Vencer desníveis*

*As escadas devem cumprir as normas de acessibilidade. As faixas inclinadas podem não cumprir as normas de acessibilidade relativas a rampas, porque mesmo nesse caso a experiência mostra que elas são utilizadas.*



Figura 184 – Telc, faixa inclinada associada à escada.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)



Figura 185 – Amsterdão, faixa inclinada associada à escada.

(Fonte: fotografia da autora, 2002)



## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Vencer desníveis

18. Devem existir rampas para vencer mesmo os pequenos desníveis, e, sempre que possível, protegidas lateralmente para evitar quedas.

*O corrimão facilita a circulação de pessoas em cadeiras de rodas e promove a segurança.*

Figura 186 – Lisboa, entrada da capela do Museu dos Azulejo.  
(Fonte: fotografia da autora, 2013)

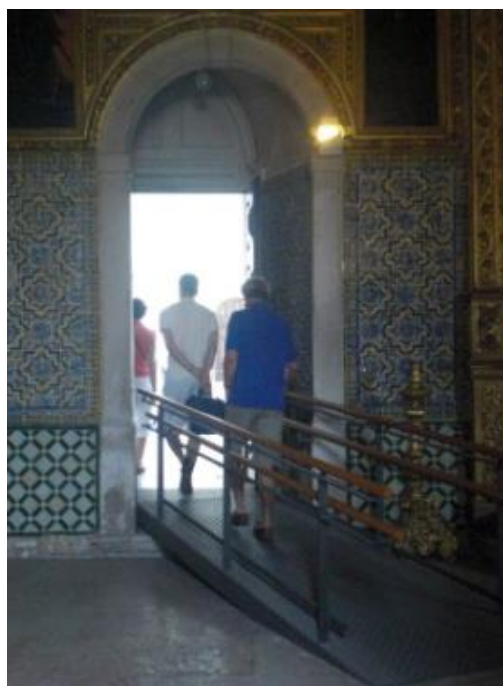


Figura 187 – Salzburgo, rampa em jardim público.  
(Fonte: fotografia da autora, 2016)



19. Sempre que possível, devem ser conjugadas escadas com rampas.

*Embora as rampas sejam utilizadas pela maioria das pessoas, algumas preferem usar as escadas.*

**ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Vencer desníveis*



Figura 188 – Salzburgo, rampa associada à escada.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)



Figura 189 – Toledo, rampa associada à escada.

(Fonte: fotografia da autora, 2015)



Figura 190 – Salamanca, rampa associada à escada.

(Fonte: fotografia da autora, 2015)



## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Vencer desníveis

20. Devem existir corrimãos em escadas e rampas. Os corrimãos devem ser duplos, para atender às necessidades de crianças e pessoas com baixa estatura.

*A observação do uso do espaço público evidência a utilidade do corrimão duplo.*

Figura 191 – Escada sem corrimão duplo.

*A circulação é mais lenta, necessitando o apoio pelas grades.*  
(Fonte: fotografia da autora, 2012)



Figura 192 – Lisboa, Museu do Azulejo. Rampa com corrimão duplo. Alturas adequadas para diferentes estaturas e habilidades.

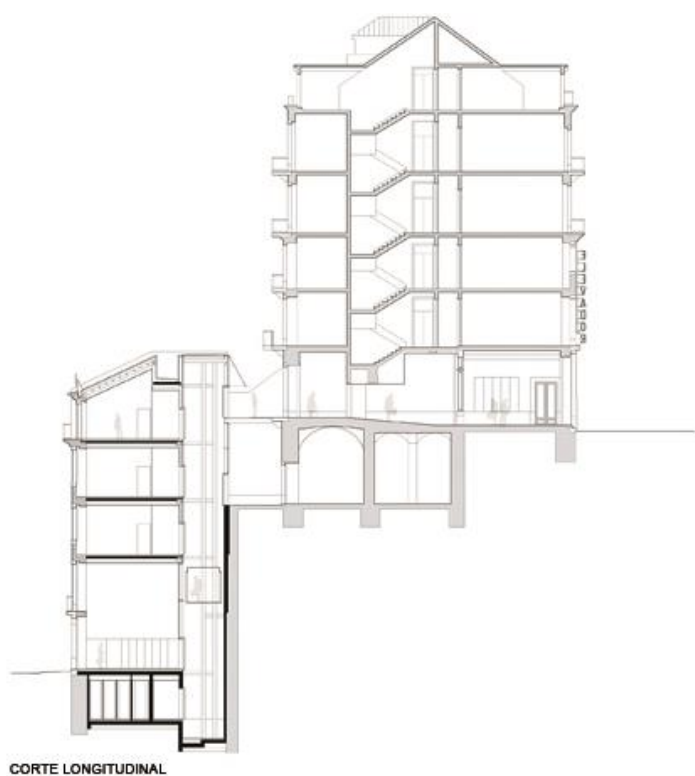
(Fonte: fotografia da autora, 2011)



21. Nos percursos de uso intenso, em que não seja viável assegurar a acessibilidade devido à topografia, devem existir meios mecânicos para vencer desníveis.

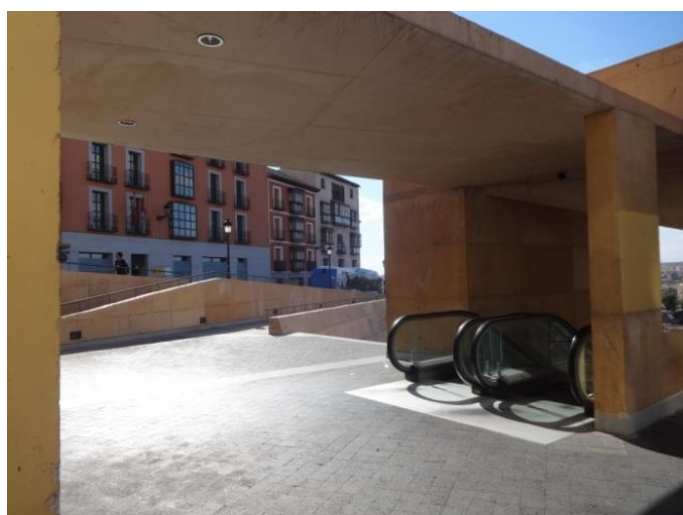
## ACESSIBILIDADE FÍSICA

*Vencer desníveis*



*Figura 193 – Lisboa, percurso pedonal assistido da Baixa ao Castelo.*

*(Fonte: Falcão de Campos, arquiteto, 2009 <sup>308</sup>)*



*Figura 194 – Toledo, escadas rolantes.*

*Embora a escada-rolante não componha o percurso acessível, esta solução atende a grande parte da população e, neste exemplo, encontra-se conjugada com elevadores.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2015)*

<sup>308</sup> Campos, *Percurso pedonal assistido da Baixa ao Castelo de São Jorge, edifício de acolhimento*, 2009.

## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Evitar quedas

22. Nos percursos inclinados e nas rampas, a superfície dos pavimentos deve evitar o risco de escorregamento e queda.

*Alerta-se para o uso de pedras polidas, potencialmente perigosas na circulação.*

Figura 195 – Aveiro, rampa com pavimento em tiras de madeira.  
(Fonte: fotografia da autora, 2011)



Figura 196 – Lisboa, acesso à Torre de Belém em chapa texturada.  
(Fonte: fotografia da autora, 2011)



## 23. Os desníveis devem ser protegidos para evitar quedas.

*O risco agrava-se para as pessoas com limitações visuais que podem considerar que estão diante de um degrau, e não de um desnível elevado.*

### ACESSIBILIDADE FÍSICA

*Evitar quedas*



Figura 197 – Lisboa, proteção de desnível.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)



Figura 198 – Salzburgo, proteção de desnível.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)



## **ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Evitar quedas*

24. Os locais elevados devem ser protegidos com guardas. As guardas não devem possuir elementos que permitam a escalada ou passagem de crianças.

*Figura 199 – Ávila, área visitável da muralha.*

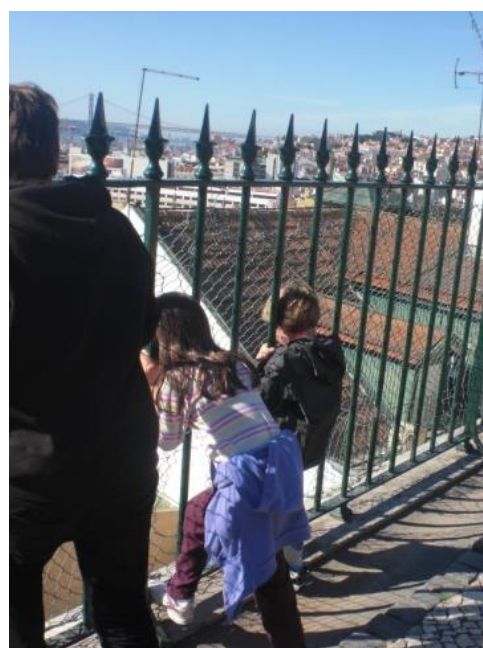
*(Fonte: fotografia da autora, 2015)*



*Figura 200 – Lisboa, Miradouro de Santa Catarina (do Adamastor).*

*Proteção de grade com uma tela, evitando a passagem de crianças.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2012)*



25. Em situações de risco de queda, deve ser ponderada a necessidade de impedir o uso inadequado de elementos do espaço público.

*São frequentes os relatos de acidentes decorrentes de comportamentos de risco no uso dos espaços públicos, como por exemplo sentar ou subir em muros altos para tirar fotos e “selfies”.*



Figura 201 – Salamanca, barreira que impede o uso do guarda-corpo como banco.

(Fonte: fotografia da autora, 2015)



Figura 202 – Lisboa, Castelo de São Jorge.

*Utilização inadequada de guarda-corpo.*

(Fonte: fotografia da autora, 2015)



Figura 203 – Brno, Castelo de Spilberk.

*Utilização inadequada de guarda-corpo: um grupo de visitantes fica de pé sobre um guarda-corpo com desnível de aproximadamente 4 metros.*

(Fonte: fotografia da autora, 2015)



## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Compatibilizar com acesso viário

26. Sempre que viável, o horário de circulação de veículos automóveis deve ser limitado, promovendo-se, em alternativa, a mobilidade suave.

*A restrição de trânsito em vias específicas é uma forma de promover a boa fruição dos espaços, incentivar o uso pedonal e reduzir a poluição sonora.*

Figura 204 – Guimarães, via com restrição de horário.

(Fonte: fotografia da autora, 2015)



Figura 205 – Aveiro, via com restrição de horário.

(Fonte: fotografia da autora, 2011)



Figura 206 – Guimarães, estacionamento de bicicletas.

(Fonte: fotografia da autora, 2012)



27. Devem existir lugares de estacionamento reservados ou destinados ao desembarque de passageiros a, no máximo, 50 metros de monumentos e equipamentos urbanos.

*A facilidade gerada pelo transporte individual auxilia no acesso a edifícios de uso público, compensando as limitações de acessibilidade (e.g., local em que seja inviável se implantar percursos acessíveis ou que não se tenha disponível o transporte público).*



## **ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Compatibilizar com acesso viário*

*Figura 207 – Évora, lugar de estacionamento reservado.  
(Fonte: fotografia da autora, 2011)*



*Figura 208 – Ávila, lugar de estacionamento reservado.  
(Fonte: fotografia da autora, 2015)*

## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Prever sinalização tátil

28. Quando as faixas de circulação de pessoas e de veículos são niveladas, devem ser separadas com barreiras físicas.

Figura 209 – Guimarães, Largo dos Laranjais. Marcação da via partilhada.

(Fonte: fotografia da autora, 2012)



Figura 210 – Ávila, marcação da via partilhada.

(Fonte: fotografia da autora, 2015)



Figura 211 – Salzburgo, marcação da via partilhada.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)

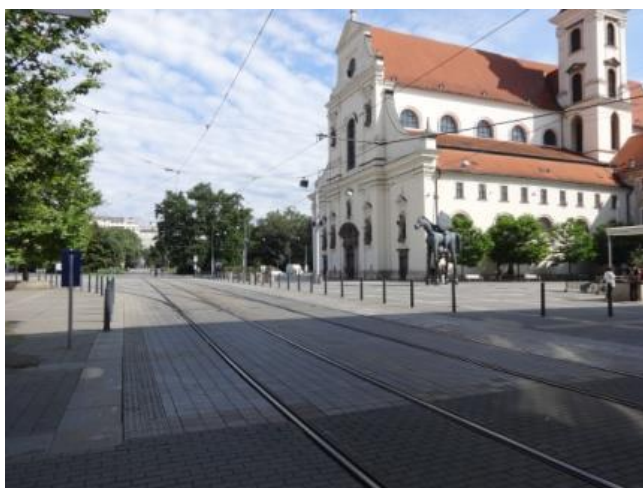




29. Quando as faixas de circulação de pessoas e de veículos são niveladas e o trânsito de veículos é intenso ou inclui meios de transporte coletivo, a transição deve ser assinalada com uma banda podotátil.

#### ACESSIBILIDADE FÍSICA

*Prever sinalização tátil*



*Figuras 212 e 213 – Brno, vias sem desníveis assinaladas com pavimento tátil.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2016)*



*Figura 214 – Bratislava, vias sem desníveis assinaladas com pavimento tátil.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2016)*



## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Prever sinalização tátil

### 30. O escoamento da água nas áreas de passagem deve ser assegurado.

*Em dias de chuva, a acumulação de água pode provocar o escorregamento, além de ser desagradável caminhar em poças de água.*

Figura 215 – Évora, sarjeta junto a passadeira.

Pretende-se assegurar um bom escoamento da água da chuva.

(Fonte: fotografia da autora, 2011)



Figura 216 – Salzburgo, sarjeta junto a passadeira.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)



31. Devem ser adotados pavimentos táteis que se integrem na imagem urbana do património.

## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Prever sinalização tátil

*Existe uma ampla gama de pavimentos táteis, pelo que devem ser seleccionados aqueles que causem e menor interferência na composição da imagem do património urbano.*

Figura 217 – Salzburgo, exemplos de pavimento tátil.

(Fonte: Blinden-Leitsystem – Taktilen Leitsystem <sup>309</sup>)



Figura 218 – Dinamarca, exemplos de pavimento tátil.

(Fonte: Accessible urban spaces – a challenge for urban designers <sup>310</sup>)



<sup>309</sup> Câmara Municipal de Salzburgo, *Blinden-Leitsystem – Taktilen Leitsystem*, 2017.

<sup>310</sup> Deichmann, *Accessible urban spaces – a challenge for urban designers*, 2004.



## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Prever sinalização tátil

### 32. A continuidade da orientação tátil nas faixas de travessia deve ser assegurada.

*Pretende-se conduzir o peão com limitações visuais para os semáforos e evitar a sua circulação fora da faixa de travessia.*

Figuras 219 e 220 – Brno e Bratislava, orientação tátil nas passagens de peões.  
(Fonte: fotografias da autora, 2016)



33. Nos locais de elevado valor cultural as disposições regulamentares devem ser aplicadas com flexibilidade.

*Os objetivos podem ser atingidos sem prejudicar a imagem urbana.*

**ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Assegurar a autenticidade*

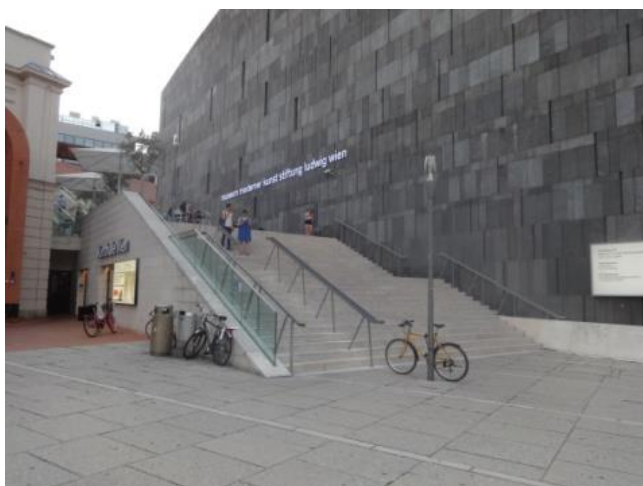


Figura 221 – Viena, espaçamento desigual entre corrimãos.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)



Figura 222 – Salzburgo, faixa de orientação em baixo relevo.

*O pavimento em pedra possui ranhuras que permitem a orientação.*

(Fonte: fotografia da autora, 2016)

## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Assegurar a autenticidade

34. Os pavimentos com evidências históricas devem ser mapeados e preservados, protegendo a fisionomia e o enquadramento do património urbano.

*Podem ser preservadas situações particulares, mesmo que constituam barreiras à acessibilidade, como forma de registar marcos históricos. A circulação acessível deve ser assegurada por percursos alternativos.*

Figura 223 – Ouro Preto, pavimento irregular.

*O pavimento irregular é marco histórico e elemento de composição do ambiente urbano.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2014)*



Figura 224 – Paraty, pavimento irregular.

*A irregularidade do pavimento é marco histórico. O local é sujeito à inundação pela ação das marés.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2004)*





35. Sempre que o material possuir valor histórico, arqueológico ou estético, devem ser criadas rampas e escadas por adição (sobrepostas).

*Solução que possibilita que a intervenção seja reversível.*

#### **ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Assegurar a autenticidade*

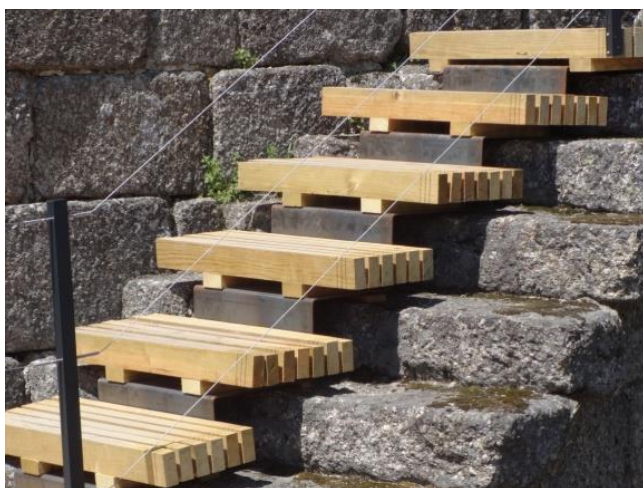


Figura 225 – Guimarães, Castelo de Guimarães.

*Escada sobreposta implantada a quando da instalação de infraestruturas para o acolhimento e acesso dos visitantes, pela Direcção Regional da Cultura do Norte.*  
(Fonte: fotografia da autora, 2015)



Figura 226 – Évora, Igreja de São Francisco. Rampa sobreposta.  
(Fonte: fotografia da autora, 2011)



Figura 227 – Madrid, Palácio de Cristal. Rampa sobreposta.  
(Fonte: fotografia da autora, 2016)

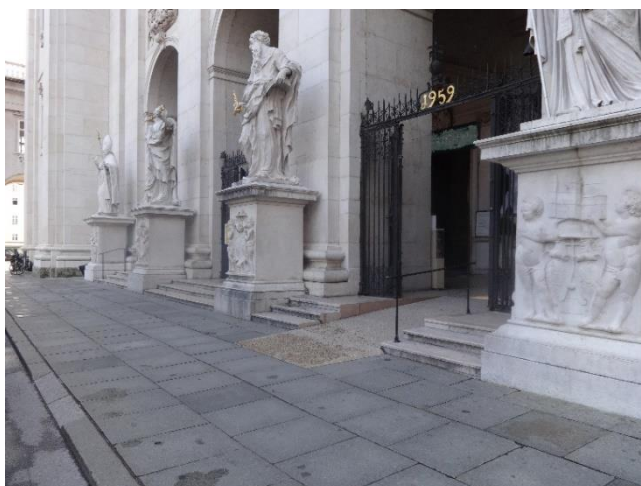
## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Assegurar a autenticidade

36. Quando o material não possuir valor patrimonial, podem ser criadas rampas e escadas por subtração de elementos.

*Trata-se de uma solução que pode ser tecnicamente mais simples e ter um custo menor que a implantação de um novo elemento sobreposto.*

Figuras 228 e 229 – Salzburgo, rampa associada à escada.  
(Fonte: fotografias da autora, 2016)



Observa-se a inclinação das laterais da rampa, que criam planos contínuos para evitar que as pessoas possam tropeçar ou ferir-se nos cantos.



Figura 230 – Ávila, rampa associada à escada.  
(Fonte: fotografia da autora, 2015)



37. Deve existir informação sobre as condições de acessibilidade física, atualizada periodicamente e apresentada de acordo com padrões internacionais.

#### ACESSIBILIDADE FÍSICA

Disponibilizar informação e sinalização

Figura 231 – Lisboa, itinerário acessível de Belém.

(Fonte: visitportugal<sup>311</sup>)



<sup>311</sup> Turismo de Portugal, VisitPortugal [Itinerário acessível de Lisboa – Belém], 2013.



## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Disponibilizar informação e sinalização

### 38. O percurso acessível não deve ser sinalizado, a menos que seja diferente do percurso principal.

*As pessoas com mobilidade reduzida podem facilmente perceber o percurso mais confortável quando ele se encontra associado ao percurso principal. Deve-se restringir a informação visual a fim de não alterar o carácter do espaço público patrimonial.*

Figura 232 – Universidade de Utrecht.

*A rampa é facilmente identificada e permite o acesso de todos pela entrada principal do edifício histórico. A sinalização da rampa no pavimento ou a colocação de placas somente iria acrescentar informação visual que pode prejudicar a imagem urbana.*

(Fonte: fotografia da autora, 2002)



Figura 233 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara, acesso sinalizado.

*Uma vez que existe um elevador alternativo à escada e o seu reconhecimento não é imediato, o percurso acessível deve ser indicado.*

(Fonte: fotografia da autora, 2010)



Figura 234 – Coimbra, Mosteiro de Santa Clara.

*A sinalização de percurso acessível é realizada de forma discreta, mas facilmente identificada. Permite que cada visitante escolha a opção que lhe é mais confortável.*

(Fonte: fotografia da autora, 2010)



39. Deve ser instalado mobiliário urbano adequado às necessidades de diferentes visitantes.

*A acessibilidade e o design for all devem estar presentes em todas as escalas de projeto, inclusive na escolha do mobiliário urbano, permitindo a autonomia de um maior número de pessoas.*

**ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Prever as necessidades de diferentes utilizadores*



*Figura 235 – Lisboa, fonte de água potável.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2011)*



*Figura 236 – Lisboa, mesas de jogos em praça, Janelas Verdes.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2011)*



#### ACESSIBILIDADE FÍSICA

Prever as necessidades de diferentes utilizadores

40. Deve ser assegurada uma visita acolhedora e segura para as crianças.

*A oferta de atividades para as crianças promove o seu interesse pelo património. Quando as crianças não têm atividades apropriadas, usam todas as oportunidades para explorar as suas habilidades, muitas vezes em situações de risco.*

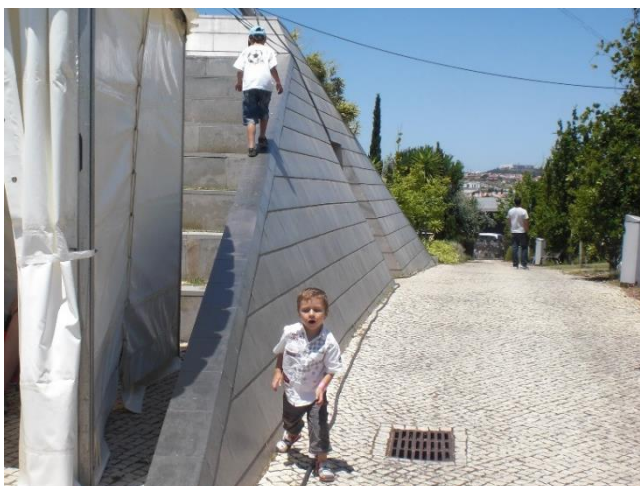
Figuras 237 e 238 – Guimarães, fonte e zona de recreio.  
(Fonte: fotografias da autora, 2011)



Figura 239 – Oeiras, Parque dos Poetas.

Arquitetura permite a escalada, criando situações de risco para crianças.

(Fonte: fotografia da autora, 2011)



41. Devem existir atividades para todos os visitantes, independente das suas capacidades.

*A oferta de atividades acessíveis potencializa o interesse pelo destino e prolonga o período de permanência. Pelo contrário, a falta de atividades acessíveis promove exclusão e isolamento.*

#### ACESSIBILIDADE FÍSICA

*Garantir articulação, manutenção e a fiscalização*



Figura 240 – Lousã, atividades acessíveis.

(Fonte: imagem de Folheto promocional de destino de turismo acessível de Lousa <sup>312</sup>)



Figura 241 – Atividades acessíveis na cidade de Socorro.

*Bicicletas adaptadas.*

(Fonte: Hotel Fazenda Campo dos Sonhos <sup>313</sup>)

<sup>312</sup> Garcia, *Accessible Tourism Destinations for All: a powerful tool for inclusion*. 2014.

<sup>313</sup> Campo dos Sonhos, *Sítio na Internet “Hotel Fazenda Campo dos Sonhos”*, [2017].



## ACESSIBILIDADE FÍSICA

Garantir articulação, manutenção e a fiscalização

### 42. Os percursos acessíveis devem ser objeto de vistoria e manutenção frequentes.

*A falta de manutenção pode originar situações de risco para as pessoas, pode criar barreiras para pessoas com mobilidade reduzida, e desvaloriza a imagem do conjunto.*

Figura 242 – Falta de manutenção no percurso acessível.

(Fonte: fotografia da autora, 2017)



Figura 243 – Falta de manutenção.

Escada com degraus sem continuidade na frente de monumento histórico, criando situação de risco para todos os utilizadores.

(Fonte: fotografia da autora, 2014)



Figura 244 – Guimarães, percurso acessível.

A boa manutenção propicia segurança.

(Fonte: fotografia da autora, 2014)



### 43. O uso espaço público deve ser fiscalizado.

*A utilização indevida pode criar barreiras à acessibilidade (e.g., o estacionamento irregular gera vários problemas para circulação).*

#### **ACESSIBILIDADE FÍSICA**

*Garantir articulação, manutenção e a fiscalização*



*Figura 245 – Veículo mal estacionado.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2012)*



*Figura 246 – Lisboa, espaço com uso ordenado.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2016)*



### 7.3 Acessibilidade sensorial

A acessibilidade sensorial permite a fruição da imagem às pessoas com limitações visuais, possibilitando que também elas desfrutem da herança cultural presente no património urbano.

Sentir a ambiência é uma experiência rica e única, mas que fica incompleta se não compreender a imagem de núcleos urbanos patrimoniais repletos de obras singulares que lhes conferem um excecional valor.

Para comunicar a imagem do património aos que não podem reconhecê-la pela visão, pode-se utilizar a exploração tátil e a narrativa.

Na promoção da acessibilidade sensorial de espaços públicos patrimoniais, deve ter-se em consideração as recomendações descritas em seguida.

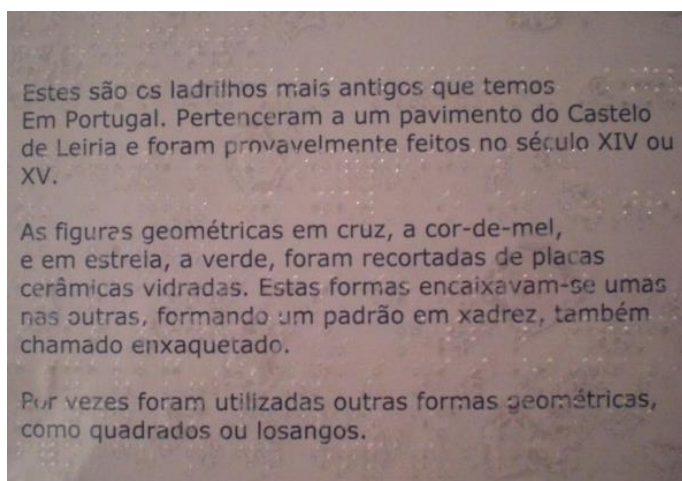
Observa-se que alguns exemplos apresentados são de comunicação de obras de arte, pois a museologia tem-se mostrado pioneira no desenvolvimento de recursos que podem ser adaptados para a comunicação da imagem dos núcleos urbanos.

1. Toda a informação em *Braille* deve estar também disponível em texto impresso.

*A experiência tátil pode ser compartilhada por todos os visitantes.*

## ACESSIBILIDADE SENSORIAL

*Prever diferentes formatos de acesso à informação*



*Figura 247 – Informação tátil disponível no Museu do Azulejo.*

*Texto referente à representação, disponível em Braille e impresso. (Fonte: fotografia da autora, 2012)*



*Figura 248 – Mapa tátil da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Texto referente à representação tátil, disponível em Braille e impresso. (Fonte: fotografia da autora, 2012)*

## ACESSIBILIDADE SENSORIAL

Prever diferentes formatos de acesso à informação

2.

A imagem do património pode ser comunicada através de imagens impressas em relevo.

Figura 249 – Exemplo de imagem em relevo.

Guião do Paço dos Duques de Bragança, impressão em relevo.

(Fonte: fotografia da autora, 2012)



Figura 250 – Exemplo de imagem em relevo.

Material elaborado pela ONCE do Centro Santiago Apostólico de Pontevedra, galardoado com o Primeiro Premio na modalidade “Materiais didáticos Adaptados” do “XIX Concurso de investigación educativa sobre experiencias escolares” de 2005.

Relevo em polímero.

(Fonte: fotografia da autora, 2012)



### 3. Devem ser disponibilizados modelos para exploração tátil.

#### ACESSIBILIDADE SENSORIAL

Prever diferentes formatos de acesso à informação

*Os modelos comunicam a imagem do património às pessoas que não podem ver através da exploração tátil. Os modelos podem representar a situação atual ou realidades apagadas pelo tempo.*

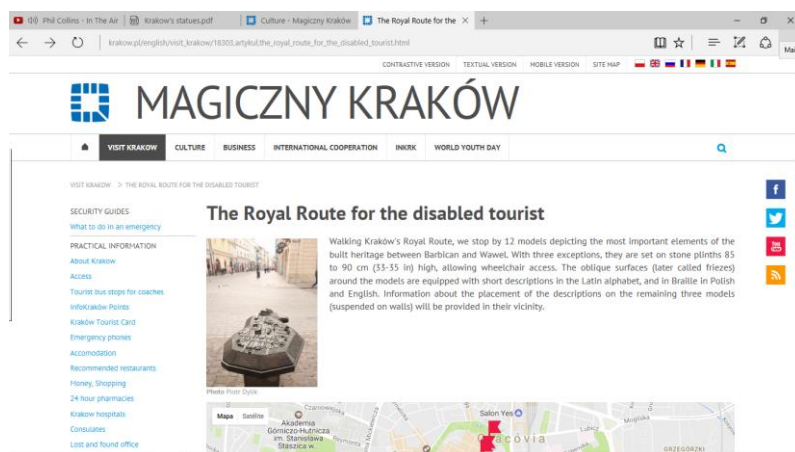


Figura 251 – Cracóvia, rota de modelos táteis.  
(Fonte: Magiczny Krak <sup>314</sup>)

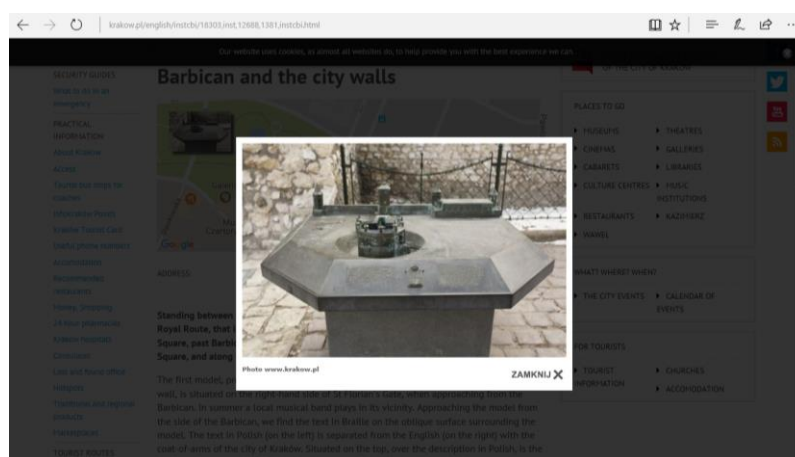


Figura 252 – Modelo tátil de baluarte e muralhas.  
(Fonte: Magiczny Krak <sup>315</sup>)

<sup>314</sup> Câmara Municipal de Cracóvia, *The Royal Route for the disabled tourist* [Magiczny Krakow], 2016.

<sup>315</sup> *Ibidem*.

#### ACESSIBILIDADE SENSORIAL

Adequar o suporte e o nível de informação do modelo

#### 4. Podem ser aproveitados objetos existentes para proporcionar explorações táteis.

*Embora as situações não sejam as mais adequadas, observa-se que vários elementos podem conter informações para implementar um percurso urbano sensorial, e pode tirar-se proveito das situações existentes para a exploração tátil.*

Figuras 253 e 254 – Mérida, porta do Museu Nacional Romano.

Detalhe em relevo da planta do coliseu e do teatro romanos.

A tecnologia de scan em 3d permite realizar réplicas de objetos existentes e adaptá-los para posições mais confortáveis para exploração tátil.

(Fonte: fotografias da autora, 2015)



Figura 255 – Guimarães, baixo-relevo com representação do mapa do núcleo histórico.

Este elemento é um armário técnico, que se encontra oculto por esta estrutura em mármore associada a um banco.

(Fonte: fotografia da autora, 2012)





5. Podem ser adaptados objetos de artesanato e de arte locais para comunicar o património.

*Uma vez que muitas vezes os recursos são limitados e o desenvolvimento de materiais específicos pode requerer um período longo, pode-se comunicar a arquitetura através de objetos existentes.*

**ACESSIBILIDADE SENSORIAL**

*Adequar o suporte e o nível de informação do modelo*



Figura 256 – Guimarães, artesanato local, espigueiro.  
(Fonte: fotografia da autora, 2015)

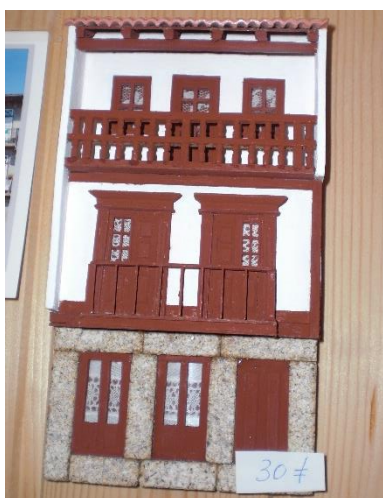


Figura 257 – Guimarães, artesanato local.  
Representação de edifício do núcleo histórico de Guimarães.  
(Fonte: fotografia da autora, 2015)



Figura 258 – Guimarães, modelos de edifícios representado por artista local.  
(Fonte: fotografia da autora, 2015)

#### ACESSIBILIDADE SENSORIAL

Adequar o suporte e o nível de informação do modelo

6. Podem ser previstos diferentes modelos para comunicar informação de conjunto ou de pormenor.

*Assim como no projeto, cada escala no modelo tem sua função.*

*Figuras 259 e 260 – Viena, modelos táteis do Palácio de Schönbrunn.*

*A representação foi dividida no modelo que apresenta a implantação do Schönbrunn, jardins e edifício anexos e o edifício principal foi apresentado isolado da sua envolvente.*

*(Fonte: fotografias da autora, 2016)*



7. A informação inserida no modelo deve ser selecionada, de modo a facilitar a sua leitura tátil.

*O modelo pode simplificar, alterar, adaptar ou a distorcer o original para transmitir as características mais importantes da sua imagem.*

#### ACESSIBILIDADE SENSORIAL

*Adequar o suporte e o nível de informação do modelo*



*Figuras 261 e 262 – Escultura “Guanabara” e postal da Bahia da Guanabara.*

*Exploração da escultura “Guanabara”, de Alfredo Ceschiatti, é guiada por áudio e descreve a paisagem da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, fazendo um paralelismo das sinuosidades do corpo nu da Índia que repousa com as formas do relevo. Neste exemplo transmite-se informações materiais e imateriais, relatando a lenda indígena que deu origem ao nome do sítio.*

*(Fonte: fotografia da autora, Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2012 e postal antigo do Rio de Janeiro, S.D.)*

#### ACESSIBILIDADE SENSORIAL

*Garantir o acesso, segurança, higiene e conforto no uso dos modelos*

8. Deve estar garantida a facilidade de circulação em torno do modelo e o alcance a todos os seus elementos.

*O pavimento deve ser uniforme, seguro e permitir alcançar todos os elementos do modelo.*

Figura 263 – Aachen, catedral em modelo tátil.

*Recurso instalado ao lado do monumento.*

*(Fonte: fotografia de José Aguiar, 2012)*



Figura 264 – Lisboa, Torre de Belém em modelo tátil.

*Recurso instalado ao lado do monumento. A base do modelo permite a aproximação de cadeiras de rodas.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2012)*





9. Nos modelos não devem existir cantos retos, arestas vivas ou elementos contundentes e devem ser asseguradas áreas de aproximação adequadas.

*A experiência tátil deve ser gratificante e não comportar qualquer risco.*

#### ACESSIBILIDADE SENSORIAL

*Garantir o acesso, segurança, higiene e conforto no uso dos modelos*



Figura 265 – Cracóvia, modelo do mapa do núcleo histórico. A superfície oblíqua tem uma breve descrição Braille em polonês e em inglês. O formato da base permite a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas.

(Fonte: Magiczny Krak <sup>316</sup>)



Figura 266 – Cracóvia, modelo de baluarte e muralha.

(Fonte: Magiczny Krak <sup>317</sup>)



Figura 267 – Cracóvia, modelo do Cloth Hall.

(Fonte: Magiczny Krak <sup>318</sup>)

<sup>316</sup> Câmara Municipal de Cracóvia, *The Old City with the Royal Route* [Magiczny Krakow], 2016.

<sup>317</sup> Câmara Municipal de Cracóvia. *Barbican and the city walls* [Magiczny Krakow], 2016.

<sup>318</sup> Câmara Municipal de Cracóvia, *The Cloth Hall* [Magiczny Krakow], 2016.



#### ACESSIBILIDADE SENSORIAL

*Garantir o acesso, segurança, higiene e conforto no uso dos modelos*

10. Os modelos de exploração tátil, quando instalados em espaços abertos, não devem ter uma forma que permite a acumulação de água.

*O toque na água parada, provavelmente aquecida, é desagradável e deixa as mãos sujas.*

Figura 268 – Viena, modelo do Palácio de Schönbrunn.

(Fonte: fotografia da autora, 2016)



Figura 269 – Lisboa, modelo da Torre de Belém.

(Fonte: fotografia da autora, 2012)



Figura 270 – Cracóvia, modelo do Cloth Hall.

(Fonte: fotografia da autora, 2018)



11. Os recursos táteis devem ser objeto de uma higienização regular.

*Quando os modelos táteis têm aberturas, deve ser prevista forma de limpeza do seu interior.*

**ACESSIBILIDADE SENSORIAL**

*Garantir o acesso, segurança, higiene e conforto no uso dos modelos*



Figura 271 – Lisboa, modelo da Torre de Belém.

*As aberturas permitem que sejam inseridos objetos.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2012)*



Figura 272 – Interior do modelo da Torre de Belém.

*(Fonte: fotografia da autora, 2012)*

## ACESSIBILIDADE SENSORIAL

Garantir o acesso, segurança, higiene e conforto no uso dos modelos

## 12. Os materiais utilizados nos modelos devem ser robustos e ter um toque agradável.

*Os materiais utilizados nos modelos não devem ser abrasivos para as mãos ou desagradáveis ao toque por estarem muito frios ou quentes. Os modelos em metal, quando ao estão ar livre, aquecem no verão e tornam-se gelidos no inverno.*<sup>319</sup>

Figura 273 – Lisboa, modelo da Torre de Belém.

(Fonte: fotografia da autora, 2012)



Figura 274 – Ávila, modelo de parte da muralha e edifícios adjacentes.

O material (madeira) e a localização num espaço interior permitem uma exploração tátil agradável, mas a exploração do modelo está limitado ao horário de atendimento do recinto em que se encontra instalado.

(Fonte: fotografia da autora, 2015)



<sup>319</sup> Peter Colwell, *Maquetas para pessoas com deficiência visual*, 2009.

13. Devem ser criados roteiros de visita com exploração tátil, utilizando-se de recursos locais, com áudio descrição de fácil acesso (Internet) ou de presença.

*Objetos, detalhes construtivos, ornamentos ou simples texturas podem acrescentar informações a um percurso.*

#### **ACESSIBILIDADE SENSORIAL**

*Garantir o acesso, segurança, higiene e conforto no uso dos modelos*



*Figura 275 – Mérida, detalhe da arquitetura romana em alto-relevo, exposto em via pública.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2015)*



*Figura 276 – Guimarães, mapa em baixo relevo, exposto em via pública.*

*(Fonte: fotografia da autora, 2012)*



## ACESSIBILIDADE SENSORIAL

Aproveitar as potencialidades das novas tecnologias

# 14. A descrição e localização dos recursos acessíveis deve estar disponível na Internet em texto, imagem, ou outro formato.

Figura 277 – Magiczny Krakow.

Está disponível na Internet uma descrição do recurso acompanhada de um mapa que indica a sua localização.

(Fonte: Magiczny Krakow <sup>320</sup>)

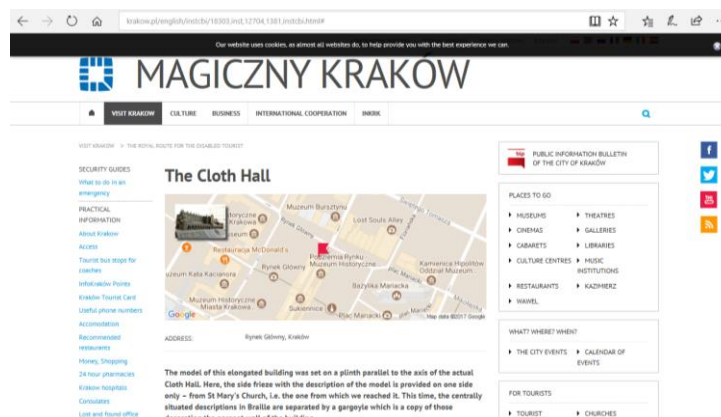
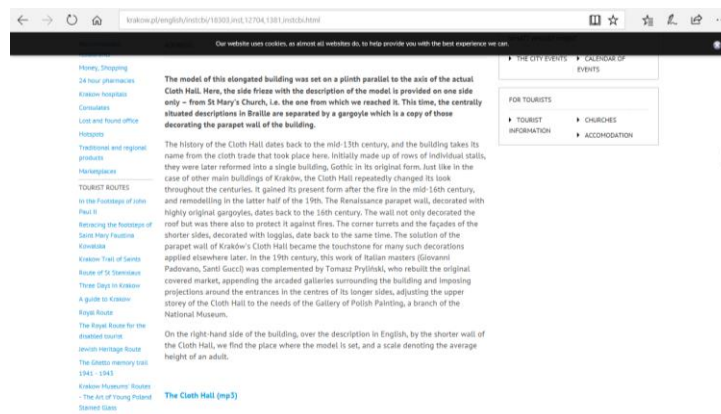


Figura 278 – Magiczny Krakow.

A informação está também disponível num arquivo áudio.

(Fonte: Magiczny Krakow <sup>321</sup>)



<sup>320</sup> Câmara Municipal de Cracóvia, *The Cloth Hall* [Magiczny Krakow], 2016.

<sup>321</sup> *Ibidem*.



15. Deve ser disponibilizado um “Cityguide” com orientação e descrição do ambiente.

*Através de wify ou por GPRS (General Packet Radio Service) é hoje possível receber nos smartphones informações em tempo real sobre os lugares percorridos.*

#### ACESSIBILIDADE SENSORIAL

*Aproveitar as potencialidades das novas tecnologias*



Figura 279 – Soest, “Cityguide”.

*Aplicação que orienta o utilizar e deteta automaticamente quando se está próximo de uma atração turística, lendo em voz alta textos que descrevem o local.*

*(Fonte: germany.travel <sup>322</sup>)*

<sup>322</sup> German National Tourist Board, *Sítio na Internet “Conhecer a Alemanha sem Barreiras [Soest]”, [2017].*

## ACESSIBILIDADE SENSORIAL

*Prever, quando se justificar, o atendimento especializado*

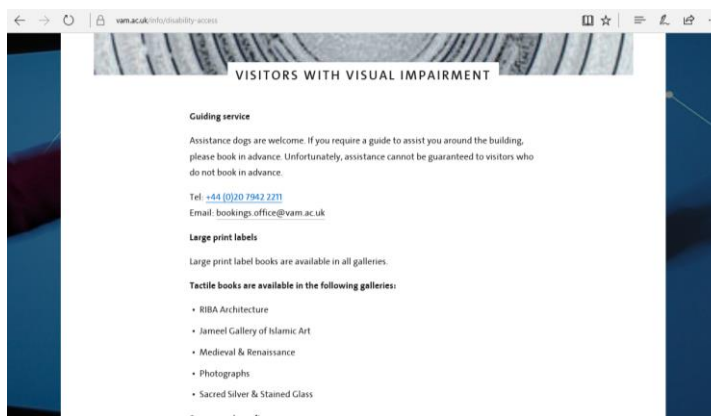
16. Sempre que a procura o justificar, devem ser previstas visitas com guias especializados no atendimento de pessoas com necessidades especiais.

*O apoio na visita com guias e equipamentos apropriados permite uma visita segura e confortável.*

Figura 280 – Cadeira de rodas especial para locais inacessíveis.  
(Fonte: Rome and Italy <sup>323</sup>)



Figura 281 – Recursos para visitantes com limitações visuais.  
(Fonte: Victoria and Albert Museum <sup>324</sup>)



<sup>323</sup> Rome and Italy, *Itália Acessível*, [2017].

<sup>324</sup> Victoria and Albert Museum, *Disability & access*, [2017].

## 7.4 Acessibilidade à informação

O acesso à informação é determinante para o planeamento antecipado da visita a um núcleo urbano patrimonial, bem como para a orientação dos visitantes enquanto ela decorre.

O conhecimento das características do núcleo urbano, das barreiras existentes e dos recursos que foram adotados permite escolher os locais que despertam mais interesse e seleccionar os percursos mais adequados para os visitar, face às capacidades de cada visitante.

Assim, é essencial que a informação seja fiável e o acesso seja fácil. O recurso às novas tecnologias da informação e comunicação vem facilitar a concretização destes objetivos.

Na comunicação de informação de núcleos urbanos patrimoniais, deve ter-se em consideração as recomendações descritas em seguida.

## ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO

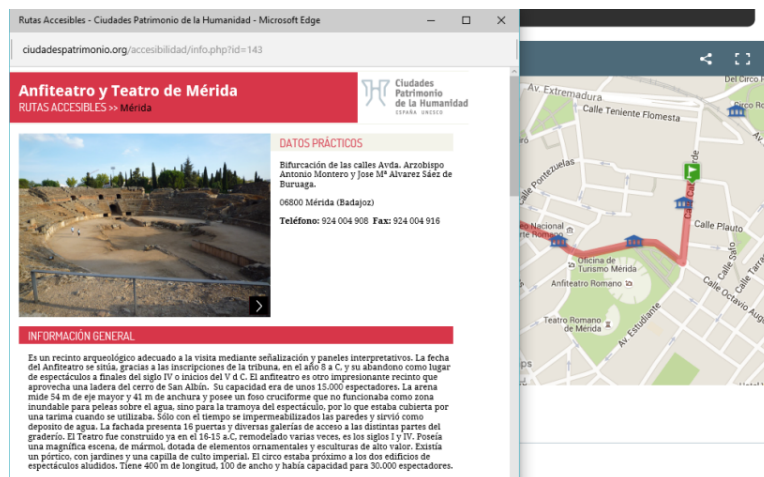
Aproveitar as potencialidades das novas tecnologias

1.

Nos sítios da Internet dos locais turísticos deve existir informação sobre as condições de acesso que permita planear a visita.

Figura 282 – Sítio Rutas Accesibles – Ciudades Patrimonio de la Humanidad.

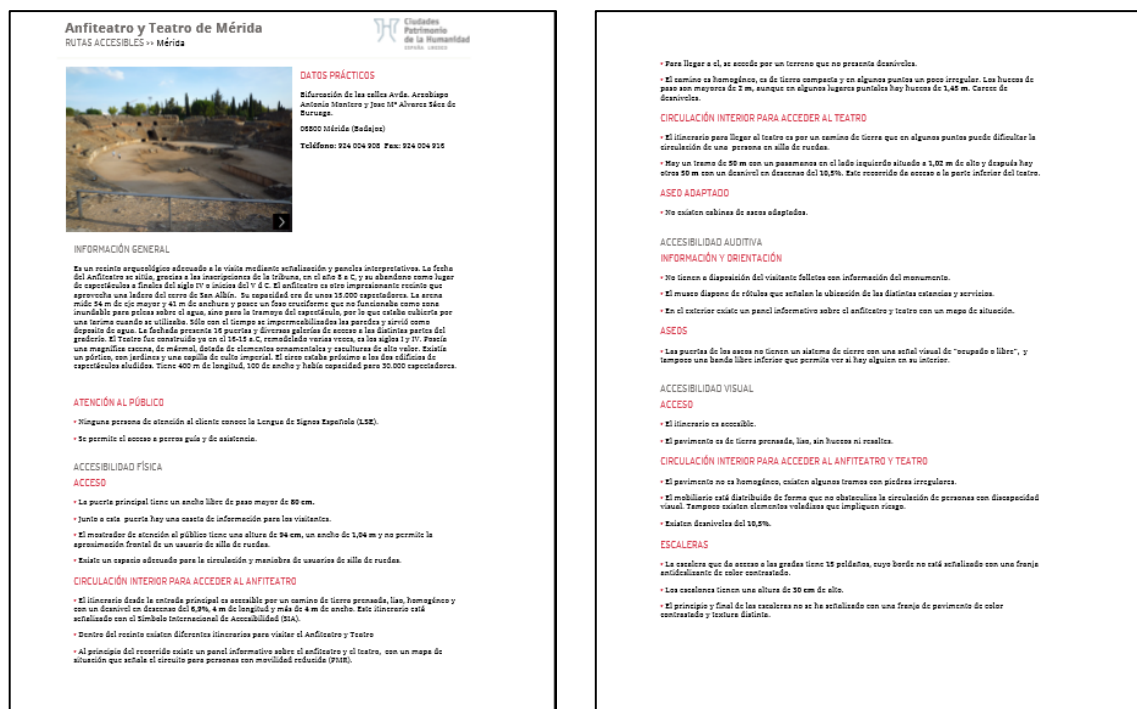
(Fonte: Rutas Accesibles <sup>325</sup>)



Figuras 283 e 284 – Informação de acessibilidade do teatro e anfiteatro de Mérida.

Informação impressa a partir da caixa de informação do monumento.

(Fonte: Rutas Accesibles <sup>326</sup>)



<sup>325</sup> Ciudades Patrimonio de la Humanidad, *Sítio na Internet “Rutas Accesibles”*, [2011].

<sup>326</sup> *Ibidem*.

2. Devem existir aplicações para telemóvel (*Apps*), ou outros recursos interativos, para comunicar as características do património e orientar durante a visita.

## ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO

Aproveitar as potencialidades das novas tecnologias



Figura 285 – App Segóvia para todos.

App de uso livre, oferece recursos de acessibilidade sensorial, em guia oficial da cidade, com áudio descrição e vídeos com legenda de signos.

(Fonte: Segovia App Side <sup>327</sup>).



Figura 286 – Guia multimídia oficial de Ávila.

App adaptado com recursos para pessoas com necessidades especiais de audição e visão.

(Fonte: GVAM Guías Interactivas <sup>328</sup>)

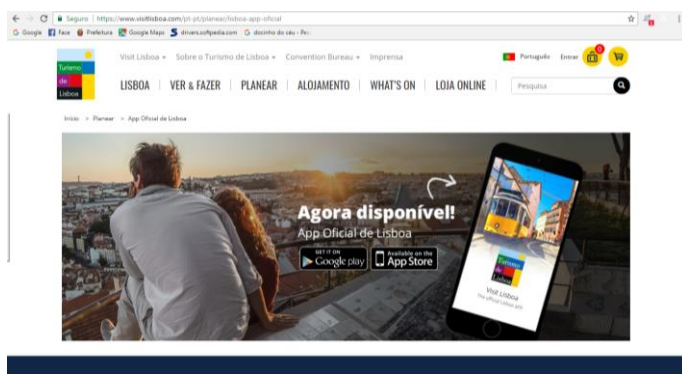


Figura 287 – Guia multimédia oficial de Lisboa.

(Fonte: Turismo de Lisboa <sup>329</sup>)

<sup>327</sup> Turismo de Segóvia, app "Segovia para todos", [2015].

<sup>328</sup> Turismo de Ávila, *Oficial Multimedia guide of Ávila*, [2015].

<sup>329</sup> Turismo de Portugal, *Guia multimídea oficial de Lisboa*, S.D.



## **ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO**

*Utilizar vários formatos para  
comunicar informação*

3.

Os sítios e as *Apps* devem:

- Utilizar vários formatos para comunicar a informação;
- Conter textos com redação clara, em formato acessível e disponível em vários idiomas;
- Conter mapas com legendas claras e esclarecedoras dos conceitos utilizados;
- Indicar os critérios adotados na classificação dos níveis de acessibilidade, caso não adotem conceitos internacionalmente uniformizados.



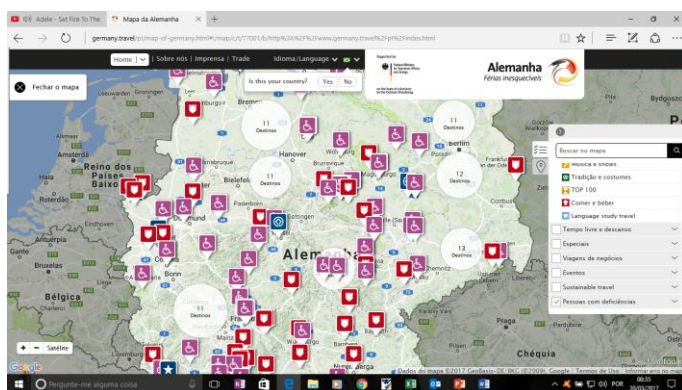
Figura 288 – Sítio Museu do Azulejo.  
(Fonte: Museu do Azulejo <sup>330</sup>)



Figuras 289 e 290 – Sítio Germany travel.

Germany.travel é o sítio de promoção turística alemão, toda a informação encontra-se disponível em trinta idiomas. Apresenta-se uma secção específica “Viajar com Acessibilidade”. As atrações são georreferenciadas, com informações dos espaços acessíveis, permitindo selecionar atrações e definir um roteiro.

(Fonte: Germany.travel <sup>331</sup>)



<sup>330</sup> Museu do Azulejo, *Visita ao Museu Nacional do Azulejo – Aplicação móvel – APP com língua gestual*, 2017.

<sup>331</sup> German National Tourist Board, *Sítio na Internet “Conhecer a Alemanha sem Barreiras [index]”*, [2017].

## ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO

Descrever o património e as condições de acesso

4.

Os sítios e as Apps devem caraterizar o património urbano, indicar a localização dos monumentos e equipamentos públicos e descrever os ambientes.

Figura 291 – Sítio Rutas Accesibles – Ciudades Patrimonio de la Humanidad.

(Fonte: Rutas Accesibles <sup>332</sup>)

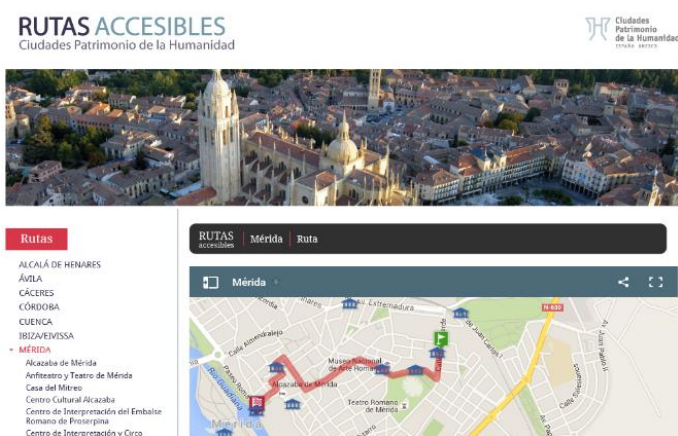
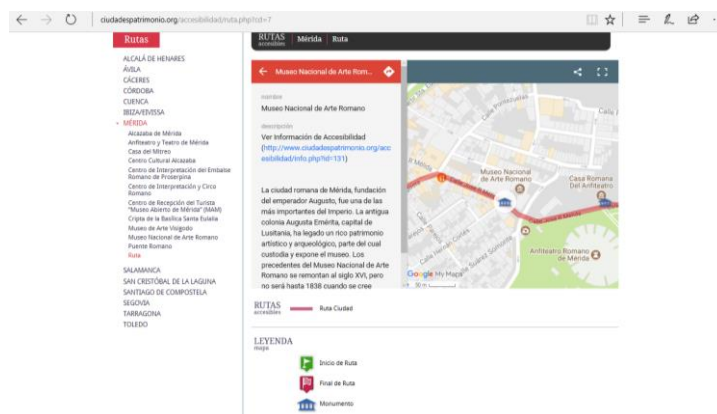


Figura 292 – Sítio Rutas Accesibles – Informação de Mérida, Museo Nacional de Arte Romano.

(Fonte: Rutas Accesibles <sup>333</sup>)



<sup>332</sup> Ciudades Patrimonio de la Humanidad, *Sítio na Internet “Rutas Accesibles”*, [2011].

<sup>333</sup> *Ibidem*.

5. Os sítios e as *Apps* devem descrever as condições de acesso, nomeadamente as seguintes:

- Diferentes opções de percurso;
- Percursos urbanos acessíveis, com distâncias e inclinações (permitem avaliar a capacidade de completar um percurso);
- Meios de transporte, trajetos, condições de acessibilidade, locais de embarque, tempo entre paragens, periodicidade e custo;
- Localização dos lugares de estacionamento reservados e de instalações sanitárias acessíveis;
- Serviços especializados (caso existam);
- Condições de acesso a eventos e festas (caso existam).

**ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO**

*Descrever o património e as condições de acesso*

Figura 293 – San Marino, mapa de percursos acessíveis.  
(Fonte: San Marino, hospitality without barriers. Guide to accessible tourism, 2000 <sup>334</sup>)

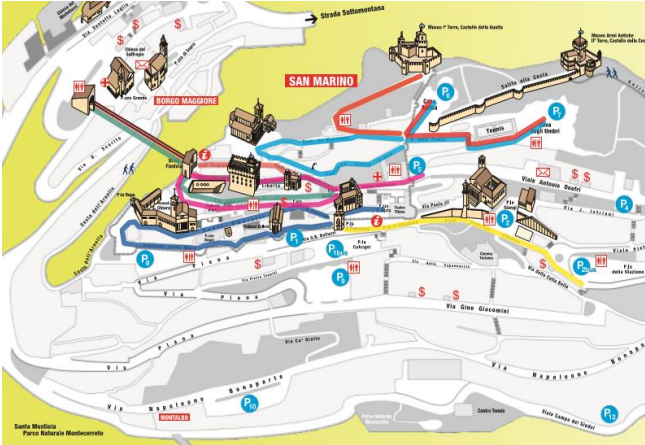


Figura 294 – San Marino, legenda dos percursos.  
(Fonte: San Marino, hospitality without barriers. Guide to accessible tourism, 2000 <sup>335</sup>)

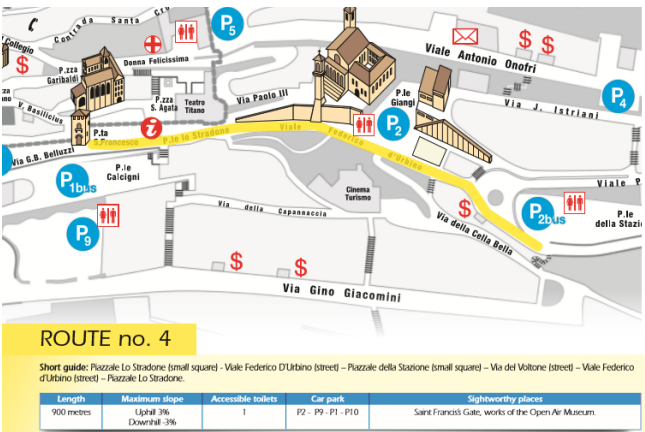
SHORT GUIDE OF THE ROUTES IN THE OLD TOWN

Route	Length	Maximum slope	Accessible toilets	Car park	Sightworthy places
ROUTE NO. 1	500 metres	Uphill 21% (20 m) Downhill -19% (50 m)	no	P Cable car, Borgo Maggiore	Public Palace, Liberty Square and Statue of Liberty, Basilica of Saint Marinus, Church of Saint Peter
ROUTE NO. 2	780 metres	Uphill 14% Downhill -12%	2	P Cable car, Borgo Maggiore	Crossbowmen's Quarry, Liburnians' Garden, Open Air Museum, State Museum, Garibaldi Square, Public Palace, Liberty Square and Statue of Liberty
ROUTE NO. 3	1000 metres	Uphill 17% Downhill -16%	3	P9 - P8 - P1 - P10	Saint Francis Gate, Open Air Museum, Cliff Gate, State Library, State Museum, Liburnians' Garden, Titano Theatre
ROUTE NO. 4	900 metres	Uphill 3% Downhill -3%	1	P2 - P9 - P1 - P10	Saint Francis Gate, Open Air Museum
ROUTE NO. 5	900 metres	Uphill 12% Downhill -14%	3	P5	New Walls Gate, Open Air Museum, Garibaldi Square, State Museum, Liburnians' Garden, Crossbowmen's Quarry, Liberty Square and Statue of Liberty
ROUTE NO. 6	600 metres	Uphill 17% Downhill -16%	1	P7 - P8	Cliff Gate, Basilica of Saint Marinus and Church of Saint Peter, Public Palace, Liberty Square and Statue of Liberty
ROUTE NO. 6 extension	700 metres	Uphill 21% Downhill -21%	1	P6 - P7	Fratta Gate, First tower

SHORT GUIDE OF THE ROUTES AROUND THE TERRITORY OF SAN MARINO

Route	Description
ROUTE NO. 7	Short guide: Museum of Rural Culture and Traditions "Casa di Fabbrica" – Montecchio Park – Consorzio Vini Tipici della Repubblica di San Marino (Consortium of Local Wines)

Figura 295 – Rota 4 do guia de turismo acessível de San Marino.  
(Fonte: San Marino, hospitality without barriers. Guide to accessible tourism, 2000 <sup>336</sup>)



ROUTE no. 4

Short guide: Piazzale Lo Stradone (small square) - Viale Federico D'Urbino (street) – Piazzale Lo Stradone.

Length	Maximum slope	Accessible toilets	Car park	Sightworthy places
900 metres	Uphill 3% Downhill -3%	1	P2 - P9 - P1 - P10	Saint Francis Gate, works of the Open Air Museum

<sup>334</sup> Consorzio San Marino, *San Marino, hospitality without barriers*, 2000, p. 18.  
<sup>335</sup> *Ibidem*, p. 20.  
<sup>336</sup> *Ibidem*, p. 38.



6. A informação apresentada nos sítios e *Apps* deve ser atualizada com regularidade. Os formatos eletrónicos conferem grande facilidade na atualização de conteúdos.

## ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO

*Manter a informação atualizada*



Figura 296 – Tur4all Portugal.  
(Fonte: [accessibleportugal](http://accessibleportugal.com) <sup>337</sup>)



Figurer 297 – The most popular  
sights for 2017.  
(Fonte: German National Tourist  
Board <sup>338</sup>)

<sup>337</sup> AccessiblePortugal, *Sítio na Internet “AccessiblePortugal”*, [2016].

<sup>338</sup> German National Tourist Board, *The most popular sights for 2017!*, 2017.

## ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO

Prever, quando se justificar, o atendimento especializado

7.

A avaliação e a colaboração de utilizadores de serviços especializados potencializa o alcance de um projeto e permite a difusão da informação em larga escala.

Figura 298 – Questões “A Better World for Wheels on Google”.

(Fonte: Google, Local Guides <sup>339</sup>)



Figura 299 – “A Better World for Wheels on Google Maps”.

(Fonte: Google, Local Guides <sup>340</sup>)



<sup>339</sup> Google, Local Guides, *How to answer wheelchair accessibility questions*, 2017.

<sup>340</sup> Google, Local Guides, *A Better World for Wheels on Google Maps*, 2017.

## 7.5 Notas conclusivas

As recomendações de boa prática apoiam intervenções que visam tornar o património urbano acessível, sem prejudicar a sua autenticidade.

No que se refere à *acessibilidade física*, as recomendações foram identificadas a partir dos muitos bons exemplos encontrados, correspondendo, em parte, ao cumprimento de exigências legais. Porém, as recomendações relacionadas com a orientação de pessoas com limitações visuais e com a preservação da autenticidade do património, não se encontram vertidas na regulamentação, nem presentes nos casos de estudo.

Também se encontram por aprofundar os meios de compensação a adotar nos locais em que a topografia não permite a acessibilidade física (*e.g.*, exigir um número maior de vagas reservadas ou maior disponibilização de transporte público acessível para as áreas de inclinações acentuadas).

Quanto à *acessibilidade sensorial*, as recomendações basearam-se na experiência em contexto museológico ou em exemplos de países fora do contexto luso-brasileiro. Nos casos de estudo analisados, nenhuma das cidades apresentou recursos de acessibilidade sensorial, o que tem impedido a divulgação dos valores patrimoniais para as pessoas com limitações visuais. Observou-se também que há pouco debate sobre esta questão.

Relativamente à *acessibilidade à informação*, as recomendações também tiveram como base exemplos de países fora do contexto luso-brasileiro, por não serem identificados nesse contexto casos meritórios.

Salienta-se que as recomendações devem ser adaptadas caso-a-caso porque cada situação é única, o que é especialmente relevante nos espaços públicos com elevado valor.

## 8. VALIDAÇÃO

### 8.1 Notas introdutórias

Neste capítulo apresentam-se os resultados obtidos na fase de validação das recomendações de boa prática.

A validação decorreu em setembro e outubro de 2017 através da consulta a um painel de especialistas em acessibilidade.

Primeiro descreve-se o método de consulta dos especialistas e a validação das recomendações de boa prática.

Depois apresentam-se uma análise dos principais resultados obtidos, tanto para o conjunto das recomendações como para cada uma delas.

Em seguida explica-se como foram incorporados os comentários dos especialistas.

Para terminar destacam-se algumas considerações sobre o processo de validação.

## 8.2 Consulta de especialistas

Com base nas recomendações de boa prática foi elaborado um inquérito por questionário através do qual se perguntou o grau de importância atribuído a cada recomendação de boa prática, na escala seguinte: “*Nada importante*”, “*Pouco importante*”, “*Importante*” e “*Muito importante*” (Anexo 2).

O questionário foi enviado a um painel constituído por 15 especialistas. Foram seleccionados especialistas de diversas áreas (*i.e.*, acessibilidade física, sensorial, comunicação) com atividade no sector público e/ou privado (*e.g.*, ensino, investigação, projeto, consultoria).

Foram recebidas respostas, dentro do prazo, de 11 especialistas (Quadro 10). A nota curricular de cada especialista é apresentada no Anexo 3.

### Portugal

Ana Garcia  
Armando Ferreira Fernandes  
Patrícia Roque Martins  
Pedro Appleton  
Peter Colwell

### Brasil

Alba Nelida de Mendonça Bispo  
Fernanda Nascimento Corghi  
Jean Pierre de Moraes Crete  
Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins  
Maria Regina M. Lopes Silva  
Rodrigo César Brogna

Quadro 10 – Painel de especialistas em acessibilidade

As respostas recebidas foram inseridas numa folha de cálculo, mas não foram identificados os especialistas respondentes. A cada nível de importância da escala foi atribuída uma pontuação: “*Nada importante*” = 1 ponto, “*Pouco importante*” = 2 pontos, “*Importante*” = 3 pontos e “*Muito importante*” = 4 pontos. Em seguida, foram calculadas as pontuações médias de cada uma das recomendações de boa prática (Anexo 4).

Findo o prazo para a receção dos questionários, a folha de cálculo foi remetida a cada um dos especialistas com a indicação de qual das colunas correspondia às suas respostas, para que, caso desejado, ele pudesse retificar a sua resposta.



Como complemento, introduziram-se pequenas retificações na redação das recomendações de boa prática, atendendo ao grau de importância atribuído pelos especialistas, bem como aos respectivos comentários.

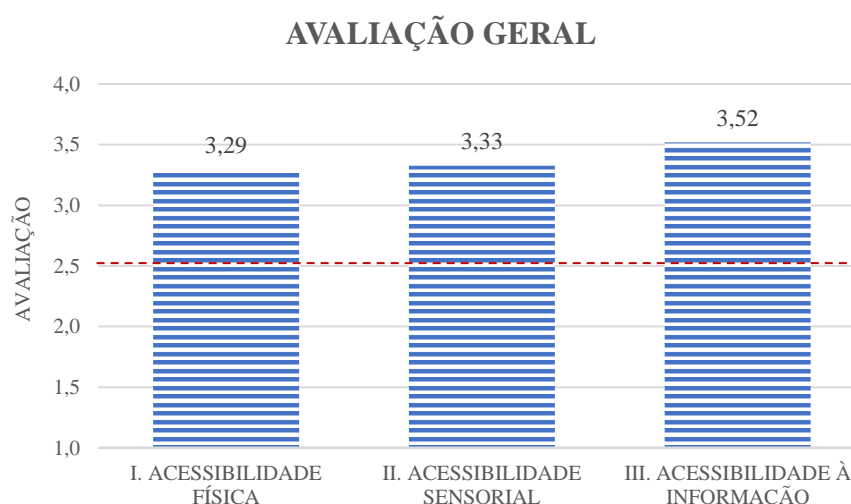
Para concluir, a versão final das recomendações de boa prática foi enviada a todos os especialistas que responderam ao questionário. Foi perguntado se as recomendações eram aprovadas ou se alguma alteração adicional deveria ainda ser considerada (*i.e.*, “*As boas práticas encontram-se aprovadas*” ou “*As boas práticas encontram-se aprovadas com ressalvas para as questões n.º: \_\_.*”

As recomendações de boa prática resultantes da validação são apresentadas no Capítulo 7 e resumidas no Anexo 1.

### 8.3 Avaliação geral

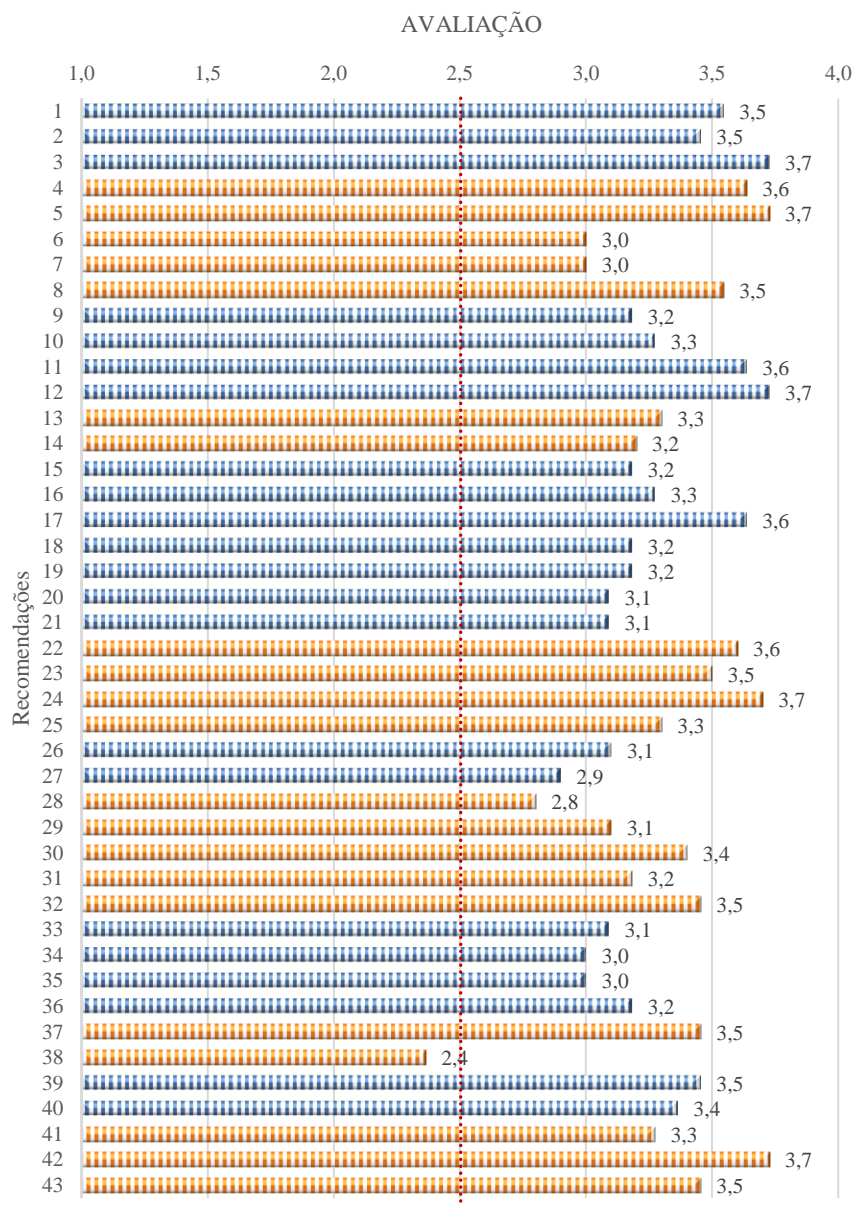
A avaliação geral das recomendações por grupos temáticos mostrou que todos os grupos obtêm uma pontuação superior a três pontos (Quadro 11).

Quadro 11 – Avaliação geral, por tema.  
(Fonte: desenvolvido pela autora)



As pontuações médias para as recomendações sobre a Acessibilidade Física, Acessibilidade Sensorial e Acessibilidade à Informação são apresentadas, respetivamente nos Quadros 12, 13 e 14.

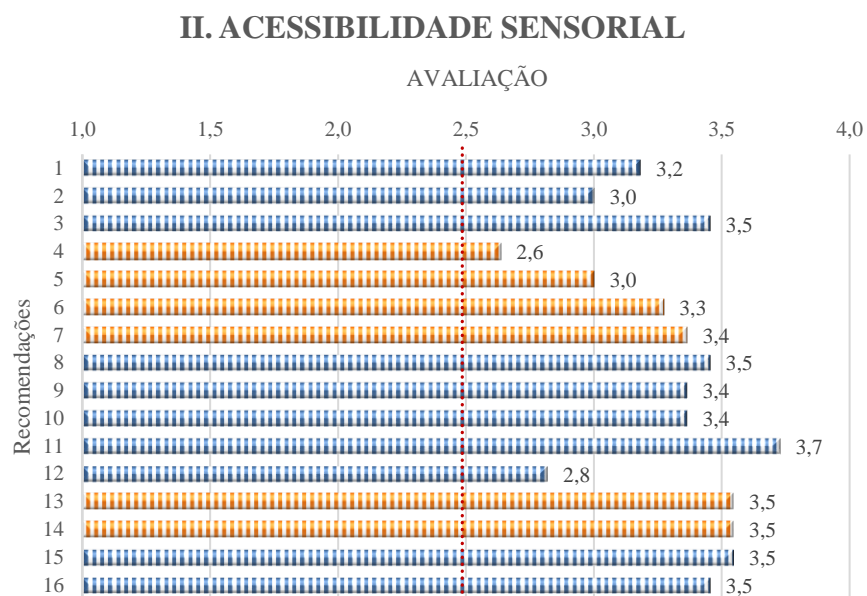
## I. ACESSIBILIDADE FÍSICA



Quadro 12 – Avaliação das questões de Acessibilidade Física.  
(Fonte: desenvolvido pela autora))

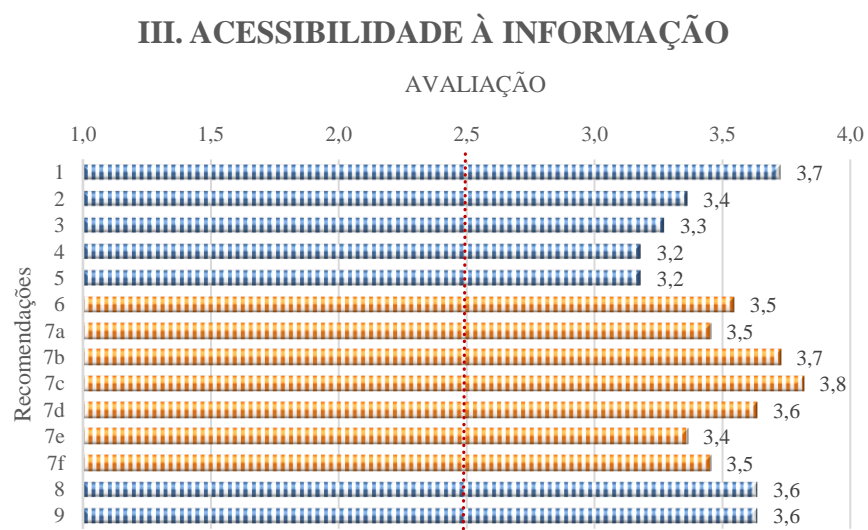
Quadro 13 – Avaliação das questões de Acessibilidade Sensorial.

(Fonte: desenvolvido pela autora)



Quadro 14 – Avaliação das questões de Acessibilidade à Informação.

(Fonte: desenvolvido pela autora)



## 8.4 Situações particulares

Na consulta aos especialistas (Anexo 2) algumas recomendações obtiveram uma avaliação de “*Nada importante*” ou de “*Pouco importante*”.

Para todas as recomendações que não foram aprovadas consensualmente, o respetivo texto foi aperfeiçoado para melhor evidenciar a sua pertinência. As observações dos especialistas apoiaram a reformulação das recomendações. Após as alterações as recomendações foram reenviadas para os especialistas para nova análise, sendo solicitado um novo parecer.

Para ilustrar este processo, apresentam-se três exemplos em que a recomendação de boa prática inicial foi ajustada, tendo em consideração o contributo dos especialistas.

### 8.4.1 Acessibilidade física – Recomendação n.º 6

A redação original da recomendação era a seguinte:

*“Na impossibilidade de existirem duas calçadas com largura adequada, deve optar-se por favorecer uma delas.”*

Apesar da pontuação final ser positiva, dois especialistas consideraram que a questão não era importante. O especialista 6 justificou a sua reprovação:

*“Quando não há espaço para duas calçadas com largura suficiente deve-se considerar a opção via partilhada com uma só cota, porque a calçada estreita demais não ajuda o peão em circulação nem quem pretende entrar nos prédios e estabelecimentos.”*

Assim, a redação da recomendação foi alterada e passou a estar acompanhada de uma observação complementar:

*“Em vias de trânsito intenso, na impossibilidade de existirem duas calçadas com largura adequada, deve optar-se por favorecer uma delas.*

*Em locais de trânsito reduzido ou controlado, pode optar-se pelo nivelamento da via com a calçada, favorecendo o acesso às edificações dos dois lados da via.”*

#### **8.4.2 Acessibilidade física – Recomendação n.º 38**

A redação original era a seguinte:

*“O percurso acessível não deve ser sinalizado, a menos que seja diferente do percurso principal.”*

Três especialistas avaliaram como *“Nada Importante”* e um como *“Pouco Importante”*. Assim, a recomendação passou a estar acompanhada da observação complementar seguinte:

*“As pessoas com mobilidade reduzida podem facilmente perceber o percurso mais confortável quando ele se encontra associado ao percurso principal. Deve-se restringir a informação visual a fim de não alterar o carácter do espaço público patrimonial.”*

Esta recomendação de boa prática foi inserida com o intuito de evitar o *ruído* na imagem do património. Isto é defendido na Carta de Atenas de 1931,<sup>341</sup> no item *III – A valorização dos monumentos*.

#### **8.4.3 Acessibilidade sensorial – Recomendação n.º 1**

A redação original era a seguinte:

*“Toda a informação apresentada em texto impresso deve estar também disponível em Braille.”*

Um especialista comentou o seguinte:

*“Quando existe apenas uma publicação impressa faz sentido disponibilizar a mesma em braille, mas quando existem várias*

---

<sup>341</sup> Sociedade das Nações, *Carta de Atenas*, 1931.



*publicações, algumas serão volumosas e para especialistas, e não justifica disponibilizar TUDO em braille.”*

Assim, a redação da recomendação foi alterada e passou a estar acompanhada de uma observação complementar:

*“Toda a informação em Braille deve estar também disponível em texto impresso.*

*A experiência tátil pode ser compartilhada por todos os visitantes”*

A observação justifica-se porque no modelo tátil de um monumento visitado se constatou que só havia informação em *Braille*, e os responsáveis pelo património não souberam responder o que lá estava escrito.

## 8.5 Notas conclusivas

A generalidade das recomendações de boa prática foi considerada pelos especialistas como importante ou muito importante.

As recomendações que levantaram dúvidas foram aperfeiçoadas incorporando os comentários dos especialistas.

As versões aperfeiçoadas das recomendações foram remetidas aos especialistas que as aprovaram.

As imagens ilustrativas e os comentários que acompanham as recomendações ajudam a elucidar o alcance e a pertinência das recomendações.

As avaliações e os comentários dos especialistas foram fundamentais para o desenvolvimento das recomendações de boa prática.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 9.1 Síntese dos resultados

#### *Normas legais e regulamentares*

As medidas que promovem a acessibilidade física no espaço público estão vertidas em normas legais e regulamentares de Portugal e do Brasil. Contudo, alguns aspetos merecem maior desenvolvimento.

Em contrapartida, a acessibilidade sensorial ainda não está devidamente defendida e é incipiente a divulgação técnica de formas para a sua concretização.

A comunicação dos recursos de acessibilidade implantados também não é exigida. Informação precisa e de fácil acesso é fundamental para auxiliar as pessoas que dependem destes recursos

#### *Planos de promoção da acessibilidade*

A informação obtida sobre os planos de acessibilidade permitiu verificar que estes são muito distintos: desde o simples mapeamento de barreiras, a uma estratégia integrada de intervenção apoiada por uma equipa especializada.

Verificou-se também que a promoção da acessibilidade pode ser prosseguida sem a elaboração de um plano. A ausência de um plano não é, portanto, justificação para não se melhorarem as condições de acessibilidade.

#### *Práticas exemplares de promoção da acessibilidade*

Na Europa, existem numerosos exemplos de práticas exemplares de promoção da acessibilidade física e sensorial em espaços patrimoniais. Quando comparadas com as cidades patrimoniais portuguesas e brasileiras, verifica-se que nestas ainda se têm um longo caminho a percorrer.

### *Condições de acessibilidade em Portugal e no Brasil*

Nos casos de estudo de Portugal, observaram-se intervenções de reabilitação urbana qualificadas, mas em que a acessibilidade não foi implantada de forma contínua, e nos trajetos em que foi realizada, esta informação não se encontra suficientemente divulgada.

Nos casos de estudo do Brasil, registou-se um atraso na reabilitação urbana e consequentemente na implantação da acessibilidade. As intervenções de promoção da acessibilidade são ainda pontuais e existem situações de falta de manutenção adequada, o que compromete a segurança do espaço.

### *Recomendações de boa prática*

A análise empírica de práticas exemplares e de casos de estudo baseou a definição das recomendações de boa prática para promover a acessibilidade física e sensorial nos espaços públicos patrimoniais. Essas recomendações foram validadas por um painel de especialistas.

Assim, pode concluir-se que foi verificada a hipótese do estudo e atingido o seu objetivo geral.

## **9.2 Limitações do estudo**

O estudo abordou apenas a acessibilidade física, sensorial e à informação nos espaços públicos patrimoniais. Não foram tida em consideração as necessidades especiais das pessoas com limitações auditivas ou intelectuais.

Além dos casos de estudo analisados, existem muitos exemplos que merecem ser estudados, mas não era viável realizar mais visitas de estudo.

A falta de documentação sobre a acessibilidade sensorial e a dificuldade de acesso à documentação dos planos municipais de acessibilidade limitou a análise nestas vertentes e prejudicou a desejável consolidação dos conhecimentos.

### 9.3 Discussão dos resultados

#### *O direito a desfrutar do património cultural*

Os espaços públicos patrimoniais analisados foram consolidados num período histórico em que as pessoas com algum tipo de limitação eram, na maioria dos casos, excluídas da vida social. Tratava-se de uma sociedade que ignorava os direitos das pessoas que não se enquadravam nos padrões ditos *normais*.

Porém, de uma postura inicial de exclusão e depois de assistencialismo, evoluiu-se para o reconhecimento do direito à integração plena das pessoas com necessidades especiais. Isto significa que atualmente se entende que todas as pessoas devem poder desfrutar do património cultural.

#### *Integração das intervenções*

A prática mostra que os melhores resultados são obtidos quando a acessibilidade é promovida de forma integrada com outras ações de qualificação dos espaços e não simplesmente com uma ação para traçar percursos acessíveis.

Neste sentido, um plano de acessibilidade terá maior possibilidade de sucesso se for conjugado com outras ações municipais. Deve procurar-se coordenar percursos acessíveis com trajetos de mobilidade suave, linhas transporte coletivo, ordenamento e controle do estacionamento, oferta de serviços e locais de lazer acessíveis, e facilidade de acesso à informação.

#### *Adaptação caso-a-caso*

Foster, nos anos 90 do século passado, afirmava que cada edifício ou local histórico apresenta as suas oportunidades e limitações.<sup>342</sup>

As recomendações de boa prática resultaram da generalização das práticas adotadas em diversas cidades europeias, portuguesas e

---

<sup>342</sup> Foster, *Access to the historic environment: Meeting the Needs of Disabled People*, 1997.

brasileiras. A sua aplicação prática carece, portanto, de uma adaptação caso-a-caso, porque cada situação é única. Esta constatação evidencia a importância de projetistas que potenciem as oportunidades e ultrapassem as limitações do espaço público de cada núcleo urbano patrimonial.

#### *A intervenção dos arquitetos*

Reconhece-se que, de forma geral, a promoção da acessibilidade no espaço urbano, não tem estado no centro das atenções dos projetistas. Pessegueiro afirma que *“Em boa verdade, enquanto a proporção da população com incapacidades tem vindo a aumentar, assim como as pessoas idosas em todo o mundo e em especial na Europa, a profissão de arquiteto tem sido lenta a dar-se conta das implicações urbanas que esta realidade exige”*.<sup>343</sup>

#### *As iniciativas da União Europeia*

Em Portugal, as iniciativas da União Europeia têm impulsionado a tomada de consciência sobre a importância da acessibilidade para assegurar a igualdade de direitos. Um exemplo deste facto é o *Regulamento dos Produtos de Construção*, da Comunidade Europeia, que estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção, e que inclui a acessibilidade na utilização como um requisito básico.<sup>344</sup>

#### *Apesar das melhorias, ainda há muito por fazer*

Em Portugal, os vários regulamentos, planos e programas de promoção da acessibilidade traduziram-se em inegáveis progressos nesta matéria. Porém, as pessoas com limitações físicas ou sensoriais continuam a encontradas barreiras e dificuldades tanto nas ruas como no próprio Parlamento.<sup>345</sup> É pois necessário continuar o trabalho de promoção da acessibilidade com redobrado empenho.

---

<sup>343</sup> Pessegueiro, *Projetar Para Todos*, 2014, p. 20.

<sup>344</sup> UE, *Regulamento n.º 305/2011*, 2011.

<sup>345</sup> RTP Notícias, *Deputado do bloco de esquerda cai na inauguração de plataforma para deficientes no Parlamento* [07 Out, 2016], 2016.



### *Não há barreiras tecnicamente inultrapassáveis*

Os exemplos analisados no estudo evidenciam que existe conhecimento e tecnologia para resolver as barreiras à acessibilidade. Algumas soluções são mais complexas e dispendiosas (*e.g.*, meios mecânicos), mas a maioria são intervenções simples e económicas (*e.g.*, as faixas contínuas em vias com pavimentos irregulares).

### *Barreiras atitudinais e económicas*

Os princípios de igualdade estão legalmente consagrados. Existem bons exemplos de promoção da acessibilidade o que confirma a capacidade dos profissionais. O “*mercado grisalho*” é o que mais cresce nos países desenvolvidos.

Portanto, entende-se que as barreiras à acessibilidade que persistem são sobretudo justificadas por questões atitudinais e limitações económicas.

### *Um desafio aos profissionais*

Assegurar condições de acessibilidade nos espaços públicos patrimoniais, sem prejudicar a sua integridade, é um desafio para todos os profissionais que intervêm no espaço construído. Os exemplos recolhidos no estudo comprovam que com conhecimento e criatividade é viável encontrar soluções para este desafio.

## 9.4 Linhas de desenvolvimento futuro

O estudo permitiu, a par da sua contribuição específica para o desenvolvimento do tema, identificar outras áreas de trabalho que necessitam de investigação, nomeadamente as que se referem em seguida:

- 1) Tem vindo a ser promovida a acessibilidade física nos espaços públicos patrimoniais, sendo a remoção das barreiras assegurada pelo cumprimento das normas legais e regulamentares. Porém, interessa estudar as medidas compensatórias a adotar quando não é técnica ou

economicamente viável cumprir o disposto nas normas legais e regulamentares.

- 2) A acessibilidade sensorial não está vertida nas normas legais e regulamentares e é incipiente a divulgação de formas eficientes para a sua concretização. Portanto, interessa estudar como comunicar a imagem dos espaços públicos patrimoniais, e discutir uma eventual alteração das normas legais e regulamentares.
- 3) As tecnologias da informação e da comunicação abrem novas possibilidades para, em tempo real, informar as pessoas sobre os percursos acessíveis e comunicar conteúdos. Assim, interessa estudar como utilizar essas tecnologias para promover a acessibilidade física e sensorial.
- 4) As recomendações de boa prática foram baseadas num conjunto limitado de práticas exemplares e casos de estudo. A análise de novas situações permitirá aperfeiçoar e completar as recomendações já definidas.

## REFERÊNCIAS

### Publicações

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas – **NBR 9050:2004**  
**Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e**  
**equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas – **NBR 9050:2015**  
**Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e**  
**equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

AENOR – **AENOR y Fundación ONCE lideran la primera norma**  
 **europea de accesibilidad del entorno construido** [Nota de  
imprensa]. Madrid: AENOR, 14-10-2016. Disponível em  
<[https://www.aenor.es/Documentos/Comercial/Archivos/NOTAPREN\\_Tabla\\_AEN\\_12366\\_1.pdf](https://www.aenor.es/Documentos/Comercial/Archivos/NOTAPREN_Tabla_AEN_12366_1.pdf)> (acesso em julho de 2017).

AGUIAR, José – **A experiência de reabilitação urbana do GTL de**  
**Guimarães: estratégia, método e algumas questões**  
**disciplinares**. S.L: CMG, S.D. Disponível em  
<[http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer\\_file/document/837/470419.pdf](http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer_file/document/837/470419.pdf)>  
<<http://www.bmw.de/EN/Service/publications,did=29680,render=renderPrint.html>> (acesso em julho de 2017).

AGUIAR, José – Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos. (Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Évora). Évora: UE-LNEC, 1999.

ALEMANHA, Federal Ministry of Economics and Labour – **Economic**  
**Impulses of Accessible Tourism for All**. Berlin: BMWI, 2004.  
Disponível em  
<<http://www.bmw.de/EN/Service/publications,did=29680,render=renderPrint.html>> (acesso em outubro de 2016).

ALEMANHA, German National Tourist Board (GNTB) – *Germany.travel - Soest*. [multimedia]. Disponível em  
<<http://www.germany.travel/pt/viajar-com-acessibilidade/viajar-com-acessibilidade/sugestoes-de-viagem/soest.html>> (acesso em julho de 2017).

ALMEIDA, Jaime F. – **Elevadores, ascensores e funiculares de Portugal**. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2010. [Edição do Clube dos Colecionadores dos Correios].

ÁLVARES, P. M. F.; COELHO, P. P.; SOUZA, H. A. de – **Os desafios da**  
 **mobilidade urbana nas cidades históricas: o contexto da**  
 **elaboração do plano de mobilidade urbana da cidade de Ouro**  
 **Preto – MG**. Disponível em

<<http://www.fau.ufal.br/evento/pluris2016/files/Tema%203%20-%20Mobilidade%20e%20Transportes/Paper643.pdf>> (acesso em junho de 2017)

AMBROSE, I., GARCIA, A., PAPAMICHAIL, K., VEITCH, C. – **Manual de Gestão de Destinos Turísticos Acessíveis**. Lisboa: Turismo de Portugal, 2017. Disponível em <<http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/all-for-all/Documents/manual-de-gestao-de-destinos-turisticos-acessiveis-pt.pdf>> (acesso em julho de 2017).

ANED, Academic Network of European Disability Experts – **National accessibility requirements and standards for products and services in the European single market: overview and examples**. Utrecht: ANED, 2013.

ARAÚJO, António de – **Cidadãos Portadores de Deficiência. O seu lugar na Constituição da República**. Coimbra: Editora Coimbra, 2001.

AYUNTAMIENTO DE ÁVILA – **Guía de Recursos Accesibles de la Ciudad de Ávila**, 2015. Disponível em <<http://www.avila.es/articles/accesibilidad/item/2304-guia-de-recursos-accesibles>> (acesso em outubro de 2016).

AYUNTAMIENTO DE TOLEDO – **Plan Especial del Casco Historio de La Ciudad de Toledo**. Toledo: Ayuntamiento de Toledo, 1998. Disponível em <<http://www.ayto-toledo.org/urbanismo/pecht/pecht.asp>> (acesso em outubro de 2016).

BOCELLI, Andrea – **Letter by Andrea Bocelli supporting the ACA initiative**. S.L.: UE, 2016. Disponível em <[file:///C:/Users/drivi/AppData/Local/Packages/Microsoft.Microso ftEdge\\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Bocelli's%20lette r%20EN%20Final.pdf](file:///C:/Users/drivi/AppData/Local/Packages/Microsoft.Microso%20ftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Bocelli's%20letter%20EN%20Final.pdf)> (acesso em julho de 2017)

BRANDI, Cesare – **Teoria do Restauro**. Amadora: Edições Orion, 2006 (1ª edição de 1963).

BRASIL, Assembleia Nacional Constituinte – **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoC ompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoC ompilado.htm)> (acesso em outubro de 2016)

BRASIL, Ministério da Cultura, IPHAN – **Instrução Normativa N.º 01 de 25 de novembro de 2003** [Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme específica]. Brasília, IPHAN, 2003. Publicado no Diário Oficial da União de 26/11/2003 (n.º 230, Seção 1, pág. 67). Disponível em <[http://www.lex.com.br/doc\\_18708796\\_INSTRUCAO\\_NORMAT IVA\\_N\\_1\\_DE\\_25\\_DE\\_NOVEMBRO\\_DE\\_2003.aspx](http://www.lex.com.br/doc_18708796_INSTRUCAO_NORMAT IVA_N_1_DE_25_DE_NOVEMBRO_DE_2003.aspx)> (acesso em outubro de 2016).

BRASIL, Ministério do Planejamento – **PAC Cidades Históricas**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2011. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/comunidade-cidada/pac-cidades-historicas>> e <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>> (acesso em outubro de 2016).

BRASIL, Ministério Público Federal – **Termo de Ajustamento de Conduta**, 2004. Disponível em <[http://www.prsp.mpf.mp.br/prdc/sala-de-imprensa/noticias\\_prdc/TAC%20MPF%20e%20ABNT%20-%202004\\_2.pdf](http://www.prsp.mpf.mp.br/prdc/sala-de-imprensa/noticias_prdc/TAC%20MPF%20e%20ABNT%20-%202004_2.pdf)> (acesso em maio de 2017).

BRASIL, Presidência da República – **Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004** [Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República, 2004. DOU de 3.12.2004. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)> (acesso em outubro de 2016).

BRASIL, Presidência da República – **Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009** [Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007]. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm)> (acesso em outubro de 2016).

BRASIL, Presidência da República – **Decreto n.º 7.612, de 17 de novembro de 2011** [institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite]. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm)> (acesso em outubro de 2016).

BRASIL, Presidência da República – **LEI Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012** [Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República, 2012. DOU de 4.1.2012. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm)> (acesso em setembro de 2017).

BURTON, Richard – **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

CÂMARA MUNICIPAL DE CRACÓVIA – **Barbican and the city walls** [on-line] Cracóvia: Magiczny Krakow, 2016. Disponível em

<<http://www.krakow.pl/english/instcbi/18303,inst,12688,1381,instcbi.html>> (acesso em julho de 2017).

**CÂMARA MUNICIPAL DE CRACÓVIA – The Cloth Hall** [on-line]

Cracóvia: Magiczny Krakow, 2016. Disponível em

<<http://www.krakow.pl/english/instcbi/18303,inst,12704,1381,instcbi.html>> (acesso em julho de 2017).

**CÂMARA MUNICIPAL DE CRACÓVIA – The Old City with the Royal**

**Route** [on-line] Cracóvia: Magiczny Krakow, 2016. Disponível em

<<http://www.krakow.pl/english/instcbi/18303,inst,12701,1381,instcbi.html>> (acesso em julho de 2017).

**CÂMARA MUNICIPAL DE CRACÓVIA – The Royal Route for the**

**disabled tourist** [on-line] Cracóvia: Magiczny Krakow, 2016.

Disponível em

<[http://www.krakow.pl/english/visit\\_krakow/18303,artykul,the\\_royal\\_route\\_for\\_the\\_disabled\\_tourist.html](http://www.krakow.pl/english/visit_krakow/18303,artykul,the_royal_route_for_the_disabled_tourist.html)> (acesso em julho de 2017).

**CÂMARA MUNICIPAL DE SALZBURGO – Bauherrenpreis 2015.**

Salzburgo: CM de Salzburgo, 2015. Disponível em

<[http://www.stadt-salzburg.at/internet/bildung\\_kultur/altstadt\\_und\\_tourismus/historische\\_stadt/linzer\\_gasse\\_340746/bauherrenpreis\\_2015\\_433551.htm](http://www.stadt-salzburg.at/internet/bildung_kultur/altstadt_und_tourismus/historische_stadt/linzer_gasse_340746/bauherrenpreis_2015_433551.htm)> (acesso em outubro de 2016).

Informações sobre o projeto disponíveis em

<[http://www.stadt-salzburg.at/pdf/linzer\\_gasse\\_\\_2013\\_und\\_2014\\_.pdf](http://www.stadt-salzburg.at/pdf/linzer_gasse__2013_und_2014_.pdf)> (acesso em outubro de 2016).

**CÂMARA MUNICIPAL DE SALZBURGO – Blinden-Leitsystem –**

**TaktilenLeitsystem.** Salzburgo: CM de Salzburgo, 2017.

Disponível em

<[http://www.stadt-salzburg.at/internet/leben\\_in\\_salzburg/behinderung/serviceleistungen/blinden\\_leitsystem\\_taktilen\\_leitsystem/blinden\\_leitsysteme\\_im\\_oeffentlichem\\_raum\\_362369.htm](http://www.stadt-salzburg.at/internet/leben_in_salzburg/behinderung/serviceleistungen/blinden_leitsystem_taktilen_leitsystem/blinden_leitsysteme_im_oeffentlichem_raum_362369.htm)> (acesso em outubro de 2016).

**CAMPOS, Falcão de – Percurso pedonal assistido da Baixa ao Castelo de São Jorge, edifício de acolhimento** [on-line]. Lisboa, 2009.

Disponível em <<http://www.falcaodecampos.pt/index.php?/proj-selecionada/acesso-ao-castelo---elevadores-/#>> (acesso em julho de 2017).

**CARDOSO, Joana Amaral – Percurso pedonal da Baixa ao Castelo de S.**

**Jorge recebe maior prémio de arquitectura ibérico** [on-line]. *In*

Público, 4 de Julho de 2014. Disponível em

<<https://www.publico.pt/2014/07/04/culturaipsilon/noticia/percurso-pedonal-da-baixa-ao-castelo-de-s-jorge-recebe-maior-premio-de-arquitectura-iberico-1661617>> (acesso em outubro de 2016).

**CARTOGRAFIA PORTUGUESA – Planta da cidade de Ouro Preto,**

*Gravure de Giesecke & Devrient, Leipzig*, 1888. Disponível em

<[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart542317.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart542317.jpg)> (acesso em outubro de 2012).



- CASALEIRO, Francisco; SANTIAGO, Luis Branco – **Os Pavimentos na Caracterização da Imagem do Núcleo Intramuros Romano – Visigóticos da Cidade de Évora**. Évora, Universidade de Évora, 2001. [Trabalho apresentado na disciplina de Metodologias da Conservação Urbana, do quinto Curso de Mestrado em Recuperação do Património, Professores José Aguiar e Nuno Lopes].
- CEN, Comité Europeu de Normalização – **Guidelines for Sustainable Development of Historic and Cultural Cities – Qualicities**. Bruxelas: CEN, 2011. Disponível em <[https://standards.cen.eu/dyn/www/f?p=204:35:0:::FSP\\_SURR\\_WI:36035&cs=1E0D30FA24F71F80D66056B90D489B80E](https://standards.cen.eu/dyn/www/f?p=204:35:0:::FSP_SURR_WI:36035&cs=1E0D30FA24F71F80D66056B90D489B80E)> (acesso em outubro de 2016).
- CIAM, Congresso Internacional da Arquitetura Moderna – **Carta de Atenas**. Atenas: CIAM, 1933. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>> (acesso em julho de 2017).
- CIUDADES PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD DE ESPAÑA – **Estatuto del Grupo Ciudades patrimonio da la humanidad**. Ávila: Ciudades Patrimonio de la Humanidad, 2017. Disponível em <<http://www.ciudadespatrimonio.org/recursos/estatutos.pdf>> (acesso em julho de 2017).
- CIUDADES PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD DE ESPAÑA – **Guía de Buenas Prácticas de Accesibilidad para los Recursos Turísticos de las Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España**, 2014. Disponível em <[http://ciudadespatrimonio.org/publicaciones/1417646783\\_GUABUENASPRCTICASTurismoyPatrimonioAccesiblenoviembre2014.pdf](http://ciudadespatrimonio.org/publicaciones/1417646783_GUABUENASPRCTICASTurismoyPatrimonioAccesiblenoviembre2014.pdf)> (acesso em julho de 2017).
- CIUDADES PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD DE ESPAÑA – **Rutas Accesibles [Córdoba]**, 2011. Disponível em <<http://www.ciudadespatrimonio.org/accesibilidad/ruta.php?cd=4>> (acesso em julho de 2017).
- CIUDADES PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD DE ESPAÑA – **Rutas Accesibles [Santiago de Compostela]**, 2011. Disponível em <<http://www.ciudadespatrimonio.org/accesibilidad/ruta.php?cd=10>> (acesso em julho de 2017).
- CME, Câmara Municipal de Évora – **Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora**. Évora: CME, 2017. Disponível em <<http://www.cm-evora.pt/pt/site-viver/Habitar/ordenamento-do-territorio/destaques/Documents/ORU%20CHE%202017.pdf>> (acesso em julho de 2017).
- CMG, Câmara Municipal de Guimarães – **Gabinete Técnico Local da Cidade de Guimarães – Dossiê Concurso Europa Nostra 2004**. Guimarães: CMG, 2005.

- CMG, Câmara Municipal de Guimarães – **Guimarães guia da cidade**.  
Guimarães: CMG, 2015. Disponível em  
<[http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer\\_file/document/4054/GUIA\\_DA\\_CIDADE\\_v\\_2015.pdf](http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer_file/document/4054/GUIA_DA_CIDADE_v_2015.pdf)> (acesso em outubro de 2016).
- CMG, Câmara Municipal de Guimarães – **Lançamento do Programa “Guimarães para Todos”**. Guimarães: CMG, 2009. Disponível em  
<[http://www.cm-guimaraes.pt/frontoffice/pages/991?news\\_id=599](http://www.cm-guimaraes.pt/frontoffice/pages/991?news_id=599)> (acesso em outubro de 2016).
- CML, Câmara Municipal de Lisboa – **A Pé para a Escola... em Segurança!** [Aplicação dos princípios de acessibilidade e desenho inclusivo às estratégias de segurança rodoviária nas escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico]. Lisboa: CML, 2014. Disponível em  
<<http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt/documentos/1411142468E9eFV0iu4Eo57RI2.pdf>><http://www.cm-lisboa.pt/viver/mobilidade/acessibilidade-pedonal/plano-de-acessibilidade-pedonal>> (acesso em outubro de 2016).
- CML, Câmara Municipal de Lisboa – **Acessibilidade ao Castelo distinguida internacionalmente** [on-line]. CML: Lisboa, 2014. Disponível em  
<<http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/acessibilidade-ao-castelo-distinguida-internacionalmente>> (acesso em outubro de 2016).
- CML, Câmara Municipal de Lisboa – **Edital n.º 141/81** [Eliminação de barreiras arquitectónicas para deficientes, aprovado na Assembleia Municipal de Lisboa de 23 de julho de 1981]. Lisboa: CML, 1981.
- CML, Câmara Municipal de Lisboa – **Edital n.º 142/81** [Eliminação de barreiras arquitectónicas para deficientes, aprovado na Assembleia Municipal de Lisboa de 23 de julho de 1981]. Lisboa: CML, 1981.
- CML, Câmara Municipal de Lisboa – **Mapa de Declividades da Rede Viária de Lisboa**. [2016]. Disponível em  
<<http://www.cm-lisboa.pt/viver/mobilidade/acessibilidade-pedonal/ferramentas/mapas>> (acesso em outubro de 2016).
- CML, Câmara Municipal de Lisboa – **Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa** [5 Volumes, Pedro Homem de Gouveia (Coordenador)]. Lisboa: CML, 2013. Disponível em  
<<http://www.cm-lisboa.pt/viver/mobilidade/acessibilidade-pedonal/plano-de-acessibilidade-pedonal>> (acesso em outubro de 2016).
- CML, Câmara Municipal de Lisboa – **Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa** [Volume 1, Objetivos e Enquadramento]. Lisboa: CML, 2013. Disponível em  
<[http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Mobilidade/Modos\\_Suaves/Acessibilidade\\_Pedonal/Documentos/Plano\\_de\\_Acessibilidades/Plano\\_Acessibilidade\\_Vol\\_1\\_Objectivos\\_Enquadramento\\_V9DEZ2013.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Mobilidade/Modos_Suaves/Acessibilidade_Pedonal/Documentos/Plano_de_Acessibilidades/Plano_Acessibilidade_Vol_1_Objectivos_Enquadramento_V9DEZ2013.pdf)> (acesso em outubro de 2016).

- COLWELL, Peter – **Maquetas para pessoas com deficiência visual**. Lisboa: notas pessoais, 2009.
- CONSORCIO DE TOLEDO, **Plan Especial del Casco Histórico de Toledo**, 1998. Disponível em <http://www.consorcio.toledo.com/mcomunicacion/planespecial.asp> (acesso em julho de 2017).
- CONSORZIO SAN MARINO, *San Marino, hospitality without barriers*. San Marino: Consorzio San Marino, 2000. Disponível em <http://sanmarinoforall.com/detail.asp?c=1&p=0&id=352> (acesso em julho de 2017).
- DEICHMANN, Jacob – **Accessible urban spaces – a challenge for urban designers** [Paper presented to Walk21-V Cities for People, The Fifth International Conference on Walking in the 21st Century, June 9-11, 2004, Copenhagen, Denmark].
- DIARIO ABC.es. [on-line] – **Safont: La escalera mecánica llegará em mayo**. S.L.: Diario ABC.es, 26-03-2014. Disponível em <http://www.abc.es/toledo/20140326/abcp-safont-escalera-llega-mayo-20140326.html> (acesso em outubro de 2016).
- ENAT, European Network for Accessible Tourism – **Lonely Planet's Accessible Travel Guide**. S.L.: ENAT, 2015. Disponível em <http://www.accessibletourism.org/?i=enat.en.news.1910> (acesso em julho de 2017).
- EUA, Departamento de Justiça – **Expanding Your Market: Maintaining Accessibility in Museums**. D.L.: Departamento de Justiça, 2009. Disponível em [https://www.ada.gov/business/museum\\_access.pdf](https://www.ada.gov/business/museum_access.pdf) (acesso em outubro de 2016).
- EuCAN – **Conceito Europeu de Acessibilidade para Administrações**. Luxemburgo: EuCAN, 2008. Disponível em <http://www.eca.lu/index.php/documents/eucan-documents/8-2008-eca-para-administracoes/file>. (acesso em julho de 2017).
- EuCAN – **Design for All em progresso, da teoria à prática ECA 2013**. Luxemburgo: EuCAN, 2013. Disponível em <http://www.eca.lu/index.php/documents/eucan-documents/41-eca-2013-portuguese/file> (acesso em outubro de 2016).
- EuCAN – **Design for All in Tourist Destinations ECA 2017**. Luxemburgo: EuCAN, 2017. Disponível em <http://www.eca.lu/index.php/documents/eucan-documents/45-destinations-for-all-eca-2017/file> (acesso em julho de 2017).
- EuCAN – **European concept for accessibility** [1996]. Doorn: CCPT, 1996. Disponível em <http://www.eca.lu/index.php/documents/eucan-documents/14-1996-european-concept-for-accessibility-1996/file> (acesso em outubro de 2016).

EuCAN – **Technical Assistance Manual**. Luxemburgo: EuCAN, 2003.  
Disponível em <<http://www.eca.lu/index.php/documents/eucan-documents/13-2003-european-concept-for-accessibility-2003/file>> (acesso em outubro de 2016).

FERNANDES, Eduardo – Guia de arquitectura de Guimarães, Guimarães: Argumentum Edições, 2011.

FERREIRA, Oscar Luís – **Patrimônio Cultural e Acessibilidade. As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005**. Brasília: Faculdade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011. [Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo]. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9381>> (acesso em outubro de 2016).

FONTES, A. Cerejeira; RIBEIRO, Paulo; OLIVEIRA, Maria Manuel; MENDES, José F. G. – **Acessibilidade pedonal em espaço público exterior – requalificação do centro urbano de Guimarães**. Brasília: Universidade de Brasília – Faculdade de Arquitetura e Urbana, 2012. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/23493>> (acesso em julho de 2017).

FOSTER, Lisa – **Access to the historic environment: Meeting the Needs of Disabled People**. York: Donhead, 1997.

GEHRING, Antonieta Bonani – Acessibilidade e mobilidade no sítio histórico de Olinda: desafios contemporâneos. In 1.º Congresso internacional de ergonomia aplicada [Blucher Engineering Proceedings, vol. 3 n.º 3]. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/engineeringproceedings/conaerg2016/7068.pdf>> (acesso em julho de 2017).

GERMAN NATIONAL TOURIST BOARD, **The most popular sights for 2017!**. Frankfurt: German National Tourist Board, 2017. Disponível em <<http://www.germany.travel/en/towns-cities-culture/top-100/germany-travel-attractions.html>> (acesso em outubro de 2017).

GMRtv [on-line] – **Acidente. Turista cai no Castelo de Guimarães e fica gravemente ferida**. Guimarães: Guimarães TV, 2-1-2013. Disponível em <<http://www.gmr.tv/atualidade/13927-acidente-turista-cai-no-castelo-de-guimaraes-e-fica-gravemente-ferida>> (acesso em outubro de 2016).

GOOGLE, Local Guides – **A Better World for Wheels on Google Maps**, 2017. Disponível em <<https://www.blog.google/products/maps/better-world-wheels-google-maps/>> (acesso em setembro de 2017).

GOOGLE, Local Guides – **How to answer wheelchair accessibility questions**, 2017. Disponível em

<[http://www.gstatic.com/local/guides/other/accessibility/accessibility\\_en-US.pdf](http://www.gstatic.com/local/guides/other/accessibility/accessibility_en-US.pdf)> (acesso em setembro de 2017).

GOUVEIA, Pedro Homem – **Depoimento para o curso livre sobrevivência rodoviária** [vídeo]. Lisboa: CML, 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9I16650W0wI>> (acesso em outubro de 2016).

HALL, Edward T. – **A dimensão oculta**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1986.

HISTORIC ENGLAND – **Streets for All: East Midlands**. S.L., Historic England, 2006. Disponível em <<https://www.historicengland.org.uk/images-books/publications/streets-for-all-east-midlands/>> (acesso em julho de 2017).

IAB-RJ, Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento Rio de Janeiro – **Concurso Projeto Rio-Cidade: edital e anexos**. Rio de Janeiro: IAB-RJ, 1993.

ICOMOS, International Council on Monuments and Sites – **Carta de Washington** [Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, Toledo, 1986, ratificada em 1987]. Washington: ICOMOS, 1987.

ICOMOS, International Council on Monuments and Sites – **Interpretación y Presentación de Sitios de Patrimonio Cultural**. Quebec: International Council on Monuments and Sites, 2008.

ICOMOS, International Council on Monuments and Sites – **Carta de Veneza** [Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios]. Veneza: International Council on Monuments and Sites, 1964. [II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, adotada pelo ICOMOS em 1965].

ICOMOS, International Council on Monuments and Sites Comité Nacional Austrália – **Carta de Burra**, 1980.

IEPHA, Instituto Estadual Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – **Seminário debate acessibilidade e patrimônio** [on-line]. Disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/1017-iephamg-informa-seminario-debate-acessibilidade-e-patrimonio>> (acesso em fevereiro de 2016).

IMTT, Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres – **Manual de Metodologia e Boas Práticas para a Elaboração de um Plano de Mobilidade Sustentável**. Moita: IMTT, 2011. Disponível em <<http://www.imtt.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/MobilidadeeTransportes/DocumentosReferencia/Documents/ManualTramo.pdf>> (acesso em outubro de 2016).

EUROPEAN INSTITUTE FOR DESIGN AND DISABILITY – **Stockholm Declaration**. Estocolmo: EIDD, 2004. Disponível em <[http://dfaeurope.eu/wp-content/uploads/2014/05/Stockholm-Declaration\\_portuguese.pdf](http://dfaeurope.eu/wp-content/uploads/2014/05/Stockholm-Declaration_portuguese.pdf)> (acesso em outubro de 2016).

INSTITUTO MUITO ESPECIAL – **Acessibilidade ao meio físico de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida** [Estudos de acessibilidade para as cidades brasileiras – Rio de Janeiro]. S.L: Instituto Muito Especial, S.D.

IPHAN – **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos** [Cadernos Técnicos, 9, Sandra Bernardes Ribeiro (organização)]. Brasília: IPHAN, 2014.

JUNCA, José Antonio – **Accesibilidad universal en cascos históricos: panorámica general, tendencias y análisis en Castilla y León**, [Actas Jornadas de Accesibilidad Universal al Patrimonio]. Ávila, 2008.

JUNTA DE CASTILLA y LEÓN – **Carta de Monumentos Para Todos de Castilla y León**, 2010. Disponível em <<http://www.jcyl.es/jcyl/patrimoniocultural/monumentosparatodos/accesible/carta.html>> (acesso em julho de 2017).

KÜHL, Beatriz Mugayar – **Notas sobre a Carta de Veneza**. In Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. São Paulo. Vol. 18, n.º 2 (jul./dez. de 2010), pp. 287-320. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142010000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000200008&lng=pt&nrm=iso)> (acesso em outubro de 2016).

LE MONITEUR – **Cahier Pratique Le Moniteur des Travaux Publics et du Bâtiment. 40 points-clés. Accessibilité de la Voirie et des Espaces Puplics**. [8 avril 2011 – Le Moniteur n. 5602 – Cahier détaché n. 2]. Paris, 2011

MACE, Ronald L.; MUELLER, James L.; STORY, Molly Follette – **The Universal Design File. Designing. Designing for People of All Ages and Abilities**. Carolina do Norte: The Center for Universal Design, 1998. Disponível em <[https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs\\_p/pudfiletoc.htm](https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs_p/pudfiletoc.htm)> (acesso em agosto de 2017).

MAFI, Nick – **14 of the Most Beautiful Streets in the World**. In Architectural Digest, publicado em 30/11/2016 (online) – Disponível em <<https://www.architecturaldigest.com/gallery/most-beautiful-streets-in-the-world>> (acesso em agosto de 2017).

MARTINS, Patrícia Roque – **A Inclusão pela Arte: Museus e Públicos com Deficiência Visual** [Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia]. Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Lisboa. 2008.

METELLO, Francisco Cabral – **Manual de Acessibilidade e Mobilidade**. Lisboa: Letras e Conceitos LDA, 2010.



- MATTOSO, José (Direção); MATIAS, Maria Fernanda (Coordenação do projeto) – **Património de origem portuguesa no mundo – América do Sul**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010 [2.<sup>a</sup> edição].
- MIGUEL, Rosa M. Jiménez de – **La Ciudad de Ávila** [In Actas Jornadas de Accesibilidad Universal al Patrimonio]. Ávila: 2008.
- MINEIRO, Clara (coordenação) – **Museus e Acessibilidade** [Coleção Temas de Museologia]. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.
- MINISTÉRIO DO TURISMO – **Turismo de aventura para todos**. Brasília: MTur, 23-9-2016. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7119-turismo-de-aventura-para-todos.html>> (acesso em julho de 2017).
- MUSEU DO AZULEJO – **Visita ao Museu Nacional do Azulejo – Aplicação móvel – APP com língua gestual**, Lisboa: Museu do Azulejo, 2017. Disponível em <<http://www.museudoazulejo.gov.pt/pt-PT/ExposAct/Eventos/ContentDetail.aspx?id=1702>> (acesso em outubro de 2016).
- NEVES, Josélia – **Imagens que se ouvem – Guia de Audiodescrição**. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria e Instituto do Cinema e Audiovisuais, 2011.
- OMS, Organização Mundial de Saúde – **Health topics > Disabilities**. Genebra: OMS, 2017. Disponível em <<http://www.who.int/topics/disabilities/en/>> (acesso em setembro de 2017).
- OMS, Organização Mundial de Saúde – **International classification of impairments, disabilities and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease**. Genebra: OMS, 1980.
- OMS, Organização Mundial de Saúde – **International classification of functioning, disability and health: ICF**. Genebra: OMS, 2001.
- OMS, Organização Mundial de Saúde – **Towards a Common Language for Functioning, Disability and Health** [WHO/EIP/GPE/CAS/01.3]. Genebra: OMS, 2002.
- ONU, Organização das Nações Unidas – **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>> (acesso em outubro de 2016).
- ONU, Organização das Nações Unidas – **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Opcional (A/RES/61/106)**. Nova Iorque: ONU, 2006. Disponível em <<https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on->

the-rights-of-persons-with-disabilities.html> (acesso em outubro de 2016).

ONU, Organização das Nações Unidas – **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>> (acesso em julho de 2017).

ONU, Organização das Nações Unidas – **Declaration on the Rights of Disabled Persons**. Nova Iorque: ONU, 1975. Disponível em <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/RightsOfDisabledPersons.aspx>> (acesso em julho de 2017).

ONU, Organização das Nações Unidas – **Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities**. Nova Iorque: ONU, 1993. Disponível em <<http://www.un.org/esa/socdev/enable/dissre00.htm>> (acesso em julho de 2017).

ONU, Organização das Nações Unidas – **The International Year of Disabled Persons**. Nova Iorque: ONU, 1981. Disponível em <<http://www.un.org/esa/socdev/enable/disiydp.htm>> (acesso em julho de 2017).

ONU, Organização das Nações Unidas – **United Nations Decade of Disabled Persons (A/RES/39/26)**. Nova Iorque: ONU, 1984. Disponível em <<http://www.un.org/documents/ga/res/39/a39r026.htm>> (acesso em julho de 2017) (acesso em julho de 2017).

PALÁCIO DE CONGRESOS DE TOLEDO EL GRECO, **Plantas Gerais** [on-line]. Toledo: Palácio de Congresos de Toledo El Greco, 2012. Disponível em <[http://www.pctoledo.es/pdf/palacio\\_congresos\\_toledo\\_plantas\\_generales.pdf](http://www.pctoledo.es/pdf/palacio_congresos_toledo_plantas_generales.pdf)> (acesso em setembro de 2017).

PALLASMAA, Juhani – **Os olhos da pele: a arquitetura dos sentidos**. Porto Alegre (Br): Bookman, 2011.

PARQUES DE SINTRA MONTE DA LUA – **Projeto Parques de Sintra Acolhem Melhor** [on-line]. Sintra: Parques de Sintra – Monte da Lua, 2017. Disponível em <<https://www.parquesdesintra.pt/planear-a-sua-visita/acessibilidades/sobre-o-projeto/>> (acesso em julho de 2017).

PESSEGUEIRO, Mário – **Projetar Para Todos**. Porto: Vida Económica Editorial. SA, 2014.

PMO, Prefeitura Municipal de Olinda – **Programas e ações**. Disponível em <<http://www.olinda.pe.gov.br/programas-e-acoas/revitalizacao-do-alto-da-se>> (acesso em junho de 2016).

PORTUGAL, Assembleia da República – **Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008** [Aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a

Sociedade, Convenção de Faro, 27.10.2005]. Diário da República, 1.<sup>a</sup> série — N.º 177 — 12 de setembro de 2008. Disponível em <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/453874/details/maximized>> (acesso em julho de 2017).

PORTUGAL, Assembleia da República – **Resolução da Assembleia da República n.º 132/2012** [Recomenda ao Governo o desenvolvimento de uma estratégia integrada que promova o “*Turismo acessível*” ou “*Turismo para todos*” em Portugal]. Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série. N.º 203 (19 de outubro de 2012) p. 5932. Disponível em <<https://dre.pt/application/file/a/192363>> (acesso em junho de 2016).

PORTUGAL, Leis e Decretos. **Decreto-Lei n.º 123/97**, de 22 de maio [Normas técnicas sobre a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública]. Diário da República, Série I-A, N.º 118 (22 de maio de 1997), p. 2540-2544.

PORTUGAL, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – **Decreto-Lei n.º 163/2006** [Aprova normas técnicas sobre acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais]. Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série. N.º 152 (8 de agosto de 2006) pp. 5670-5689. Disponível em <<https://dre.pt/application/file/a/538559>> (acesso em junho de 2016).

PORTUGAL, Presidência da República – **Decreto do Presidente da República n.º 71/2009** [Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em Nova Iorque em 30 de março de 2007]. Diário da República, 1.<sup>a</sup> série. N.º 146 (30 de julho de 2009) p. 4875. Disponível em <<https://dre.pt/application/file/a/493121>> (acesso em junho de 2016).

PORTUGAL, Presidência da República – **Decreto do Presidente da República n.º 72/2009** [Ratifica o Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado em Nova Iorque em 30 de março de 2007]. Diário da República, 1.<sup>a</sup> série. N.º 146 (30 de julho de 2009) p. 4875. Disponível em <<https://dre.pt/application/file/a/493129>> (acesso em junho de 2016).

PORTUGAL, Presidência da República – **Lei n.º 9/89**, de 2 de maio [Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência], 1989.

PORTUGAL, Presidência do Conselho de Ministros – **Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2007** [Plano Nacional para Promoção da Acessibilidade – PNPA]. Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série. N.º 12 (17 de janeiro de 2007) pp. 366-377. Disponível em <<https://dre.pt/application/file/a/522743>> (acesso em junho de 2016).

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA – **Revitalização do Alto da Sé** [on-line]. Disponível em <<http://www.olinda.pe.gov.br/programas-e-acoas/revitalizacao-do-alto-da-se>> (acesso em junho de 2017).

QREN-POPH, Quadro de Referência Estratégico Nacional-Programa Operacional Potencial Humano – **Nota Técnica n.º 1/UAI/POPH/2010** [Orientações técnicas para candidaturas a iniciar em 2010]. Portugal: POPH, 2010. Disponível em <[http://www.poph.qren.pt/upload/docs/noticias/Concursos\\_Candidaturas/2010/Nota\\_Tecnica\\_1UAI2010.pdf](http://www.poph.qren.pt/upload/docs/noticias/Concursos_Candidaturas/2010/Nota_Tecnica_1UAI2010.pdf)> (acesso em outubro de 2016).

QREN-POPH, Quadro de Referência Estratégico Nacional-Programa Operacional Potencial Humano – **Programa Rampa** [Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade, inserido no Programa Operacional Potencial Humano]. Lisboa: QREN-POPH, 2010. Disponível em <<http://www.poph.qren.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=490&newsID=1883>> (acesso em outubro de 2016).

RAMOS, Joaquim – **Plano de Acessibilidade de Lisboa**. In Encontro internacional “*Autonomia e Acessibilidade: Fazer uma Cidade para Todos*”. Lisboa, 4 e 5 de dezembro de 2000, Parque das Nações.

RODRIGUES, Ana Maria Marquis Garcia – **Accessible Tourism Destinations for All: A Powerful Tool for Inclusion**. Jaén: 2014. [Dissertação de mestrado].

ROME AND ITALY, **Itália Acessível**. Roma: Rome and Italy, [2017]. Disponível em <<http://www.romeanditaly.com/pt-br/turismo-para-deficientes-fisicos/>> (acesso em julho de 2017).

ROUSSEAU, Jean-Jacques – **O Contrato Social**. Rio de Janeiro: Ediouro, S.D. (1ª edição de 1762).

RTP Notícias [on-line] – **Deputado do bloco de esquerda cai na inauguração de plataforma para deficientes no Parlamento**. Lisboa: RTP, 07 Out 2016. Disponível em <n952403. [https://www.rtp.pt/noticias/politica/deputado-do-be-cai-na-inauguracao-de-plataforma-para-deficientes-no-parlamento\\_n952403](https://www.rtp.pt/noticias/politica/deputado-do-be-cai-na-inauguracao-de-plataforma-para-deficientes-no-parlamento_n952403)> (acesso em julho de 2017).

RUFINONI, Manoela Rossinetti– **Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano**. In Gustavo Giavannoni. Textos Escolhidos. Beatriz Mugayar Kühl [org.]. São Paulo: Artes&Ofícios, 2013.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos – **Calçamento das Ruas de Tiradentes: Notas Históricas** [on-line]. Tiradentes: Instituto Histórico-geográfico de Tiradentes, 2013. Disponível em <[http://ihgt.blogspot.com.br/2013/04/calçamento-das-ruas-de-tiradentes\\_12.html](http://ihgt.blogspot.com.br/2013/04/calçamento-das-ruas-de-tiradentes_12.html)> (acesso em outubro de 2016).

- SARAMAGO, José – **Évora Património da Humanidade**. Évora: Câmara Municipal de Évora, S.D. [fotografias de Eduardo Gageiro].
- SCHONARTH, João Pedro – **Trilhas abrem caminho em Fernando de Noronha** [on-line]. In *Gazeta do Povo*, 6 de dezembro de 2012. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/turismo/trilhas-abrem-caminho-em-fernando-de-noronha/>>. (acesso em julho de 2017).
- SITTE, Camillo – **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Editora Ática, 1992 (1ª edição – Viena, 1889).
- SNRIPD – **Acessibilidade Exemplos em Portugal**. Lisboa: SNRIPD, 1999.
- SOCIEDADE DAS NAÇÕES, Escritório Internacional dos Museus – **Carta de Atenas**. Atenas: Serviço Internacional de Museus, 1931.
- SOUZA, Francielle de – **Mobilidade urbana é discutida em Ouro Preto** [on-line]. In *OuroPreto.com.br*, 17-05-2015. Disponível em <<http://www.ouropreto.com.br/noticia/1029/mobilidade-urbana-e-discutida-em-ouro-preto-francielle-de-souza>> (acesso em julho de 2017).
- TÁVORA, Fernando – **Da organização do espaço**. Porto: FAUP Publicações, 2008.
- TELES, Paula; DA SILVA, Pedro Ribeiro – **Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade de Guimarães – Síntese das Ações Desenvolvidas**. Porto: Mobilidade Paula Teles Unipessoal, 2011.
- THE CENTER FOR UNIVERSAL DESIGN – **Principles of Universal Design**. Carolina do Norte: Center for Universal Design, 1997. Disponível em <[https://www.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about\\_ud/udnonenglishprinciples.html](https://www.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about_ud/udnonenglishprinciples.html)><[http://www.design.ncsu.edu/cud/univ\\_design/princ\\_c\\_overview.htm](http://www.design.ncsu.edu/cud/univ_design/princ_c_overview.htm) - princ> (acesso em março de 2017).
- TOURISMUS SALZBURG GMBH – **Salzburg without barriers**. Salzburgo: Tourismus Salzburg Gmbh, 2012. Disponível em <[http://www.salzburg.info/bdb07\\_service/mmb\\_stadtfuehrer.pdf](http://www.salzburg.info/bdb07_service/mmb_stadtfuehrer.pdf)> (acesso em outubro de 2016).
- TURISMO DE ÁVILA, **Oficial Multimedia guide of Ávila** [multimédia]. Madrid, GVAM Guías Interactivas, 2015. Disponível em <<https://play.google.com/store/apps/details?id=avila.gvam>> (acesso em julho de 2017).
- TURISMO DE PORTUGAL – **Comissão Técnica CT 144 – Serviços Turísticos recebe Prémio Normalização 2014** [on-line]. Lisboa, Turismo de Portugal, S.D. Disponível em <<http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/Pages/Qualidade.aspx>> (acesso em outubro de 2016).

- TURISMO DE PORTUGAL – **Guia multimídia oficial de Lisboa** [multimídia]. Lisboa: Turismo de Lisboa, S.D.. Disponível em <<https://www.visitlisboa.com/pt-pt/planear/lisboa-app-oficial>> (acesso em julho de 2017).
- TURISMO DE PORTUGAL – **Mapa itinerário acessível de Lisboa - Belém**. Disponível em <[https://www.visitportugal.com/sites/www.visitportugal.com/files/Mapa-Itinerario-acessivel-Lisboa\\_Belem.jpg](https://www.visitportugal.com/sites/www.visitportugal.com/files/Mapa-Itinerario-acessivel-Lisboa_Belem.jpg)> (acesso em junho de 2017).
- TURISMO DE PORTUGAL – **Mapa itinerário acessível de Évora**. Disponível em <<https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/evora-itinerario-acessivel>> (acesso em junho de 2017).
- TURISMO DE PORTUGAL – **VisitPortugal [Évora – Accessible Tour]**. Disponível em <<https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/evora-itinerario-acessivel>> (acesso em julho de 2017).
- TURISMO DE PORTUGAL – **VisitPortugal [Guimarães – Itinerário Acessível]**. Disponível em <<https://www.visitportugal.com/pt-pt/destinos/porto-e-norte/348367>> (acesso em julho de 2018).
- TURISMO DE PORTUGAL – **Programa “All for All: Portuguese Tourism”** [on-line]. Lisboa: Turismo de Portugal, 2016. Disponível em <<http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/all-for-all/Pages/all-for-all.aspx>> (acesso em outubro de 2016).
- TURISMO DE SEGÓVIA – **App Segovia para todos** [multimídia]. Madrid, GVAM Guías Interactivas, 2015. Disponível em <<http://www.gvam.es/que-ver-en-segovia/#features>> (acesso em julho de 2017).
- UE, Comissão Europeia – **Access City Award 2017** [on-line]. Bruxelas: UE, 2017. Disponível em <<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=7986&furtherPubs=yes>> (acesso em julho de 2017).
- UE, Comissão Europeia – **Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras**. [COM (2010) 636 final]. Bruxelas, UE, 2010. Disponível em <<http://www.igfse.pt/upload/docs/2015/estrategiaeuropeiaDeficiencia20102020.pdf>> (acesso em outubro de 2016).
- UE, Comissão Europeia – **European Accessibility Act** [Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the approximation of the laws, regulations and administrative provisions of the Member States as regards the accessibility requirements for products and services COM/2015/0615 final – 2015/0278 (COD)]. Bruxelas: UE, 2015. Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM%3A2015%3A615%3AFINhttp://ec>



europa.eu/social/main.jsp?catId=1202&langId=en> (acesso em outubro de 2016).

UE, Comissão Europeia – **European Commission rewards British city Chester for enhancing accessibility in its city life** [on-line]. Bruxelas: UE, 2016. Disponível em <<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=2682&furtherNews=yes>> (acesso em junho de 2017).

UE, Comissão Europeia – **European Disability Strategy 2010-2020: A Renewed Commitment to a Barrier-Free Europe – Initial plan to the European Disability Strategy 2010-2020. List of Actions 2010-2015**. Bruxelas: UE, 2010. Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=SEC:2010:1324:FIN:en:PDF>> (acesso em outubro de 2016).

UE, Comissão Europeia – **Lista de notícias referentes ao “Access City Awards”** [on-line]. Disponível em <<http://ec.europa.eu/social/search.jsp?pager.offset=0&langId=en&searchType=null&mode=advancedSubmit&order=null&mainCat=0&subCat=0&subCat=0&year=0&country=0&city=0&advSearchKey=access%20city%20awards>> (acesso em outubro de 2016).

UE, Comissão Europeia – **M/420 Standardization mandate to CEN, CENELEC AND ETSI in support of European accessibility requirements for procurement in the built environment**. Bruxelas: UE, 2007. Disponível em <<http://ec.europa.eu/growth/tools-databases/mandates/index.cfm?fuseaction=search.detail&id=392#>> (acesso em outubro de 2016).

UE, Comissão Europeia – **M/473 Standardization mandate to CEN, CENELEC AND ETSI to include “Design for All” in relevant Standardization initiatives**. Bruxelas: UE, 2010. Disponível em <<http://ec.europa.eu/growth/tools-databases/mandates/index.cfm?fuseaction=search.detail&id=461#>> (acesso em outubro de 2016).

UE, Comissão Europeia – **Mapping and Performance Check of the Supply of Accessible Tourism Services (220/PP/ENT/PPA/12/6491) Final Report**. Bruxelas: UE, 2015. Disponível em <[http://www.accessibletourism.org/resources/2015-04-02-eu-supply-study-final\\_report.pdf](http://www.accessibletourism.org/resources/2015-04-02-eu-supply-study-final_report.pdf)> (acesso em outubro de 2016).

UE, Comissão Europeia – **Access City Award 2017 Special Mention for continued commitment to Accessibility in difficult circumstances: Funchal (Portugal)** [on-line]. Disponível em <<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=1170&videoId=2775http://ec.europa.eu/social/search.jsp?pager.offset=0&langId=en&searchType=null&mode=advancedSubmit&order=null&mainCat=0&subCat=0&subCat=0&year=0&country=0&city=0&advSearchKey=access%20city%20awards>> (acesso em setembro de 2017).

UE, Comité Económico e Social Europeu – **Parecer sobre “O papel da EU no sector urbano”** [ces 1084-1996\_ac\_pt]. Bruxelas: UE, 1996. Disponível em <[https://dm.eesc.europa.eu/EESCDocumentSearch/Pages/opinionsresults.aspx?k=\(documentlanguage:PT\)>](https://dm.eesc.europa.eu/EESCDocumentSearch/Pages/opinionsresults.aspx?k=(documentlanguage:PT)>) (acesso em outubro de 2016).

UE, Comité Económico e Social Europeu – **Parecer sobre “Para uma evolução equilibrada do meio urbano: Desafios e oportunidades”**. Bruxelas: UE, 2009. Disponível em <[http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:OJ.C\\_.2009.077.01.0123.01.POR&toc=OJ:C:2009:077:TOC](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:OJ.C_.2009.077.01.0123.01.POR&toc=OJ:C:2009:077:TOC)> (acesso em julho de 2017).

UE, Parlamento Europeu e Conselho da Europa – **Regulamento n.º 305/2011, de 9 de março de 2011**. [Estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção e revoga a Diretiva 89/106/CEE do Conselho Texto relevante para efeitos do EEE]. Estrasburgo: UE, 2011. Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011R0305&qid=1476627512026&from=PT>> (acesso em outubro de 2016).

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – **Recomendações de Nairobi**. [Recomendación relativa a la salvaguardia de los conjuntos históricos y su función en la vida contemporánea, Actas de la Conferencia General 19.ª reunión Nairobi, 26 de octubre – 30 de noviembre de 1976, anexo 1, p. 141-149] Nairobi: UNESCO, 1976.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – **Recommendation concerning the Most Effective Means of Rendering Museums Accessible to Everyone**. Paris: UNESCO, 1960. Disponível em <[http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL\\_ID=13063&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.htmlhttp://portal.unesco.org/en/ev.phpURL\\_ID=48857&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=13063&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.htmlhttp://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)> (acesso em julho de 2017).

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – **Recommendation on the Historic Urban Landscape**. Viena: UNESCO, 2011. Disponível em <[http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL\\_ID=48857%26URL\\_DO=DO\\_TOPIC%26URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=48857%26URL_DO=DO_TOPIC%26URL_SECTION=201.html)> (acesso em julho de 2017).

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – **Vienna Memorandum** [World Heritage and Contemporary Architecture – Managing the Historic Urban Landscape]. Viena: UNESCO, 2005. Disponível em <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-47-2.pdf>> (acesso em julho de 2017).

- UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – **World Heritage List 1992-2017** [on-line]. Viena: UNESCO, 2017. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list>> (acesso em julho de 2017).
- UNWTO, World Tourism Organization – **History** [on-line]. Madrid: UNWTO, 2010. Disponível em <<http://www2.unwto.org/content/history-0>> (acesso em outubro de 2016).
- UNWTO, World Tourism Organization – **Recommendations on Accessible Tourism**. Madrid: UNWTO, 2013. Disponível em <[http://www.accessibletourism.org/resources/accessibilityen\\_2013\\_unwto.pdf](http://www.accessibletourism.org/resources/accessibilityen_2013_unwto.pdf)> (acesso em outubro de 2016).
- UNWTO, World Tourism Organization – **San Marino Declaration on Accessible Tourism**. San Marino: UNWTO, 2014. Disponível em <<http://www.accessibletourism.org/resources/sanmarinodeclarationonaccessibletourismfinal1.pdf>> (acesso em outubro de 2016).
- UNWTO, World Tourism Organization – **Tourism Highlights, 2016 Edition** [on-line]. Madrid: UNWTO, 2016. Disponível em <<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418145>> (acesso em outubro de 2016).
- UNWTO, World Tourism Organization – **Turismo Accesible: Una apuesta empresarial estratégica**. Madrid: UNWTO, 2016. Disponível em <<http://ethics.unwto.org/event/turismo-accesible-una-apuesta-empresarial-estrategica>> (acesso em outubro de 2016).
- UNWTO, World Tourism Organization – **World Tourism Day – Promotion Universal Accessibility** [on-line]. Madrid: UNWTO, 27-9-2016. Disponível em <<http://wtd.unwto.org/content/27-september-world-tourism-day-0>> (acesso em outubro de 2016).
- UNWTO, World Tourism Organization – **WTD 2016 Official Message by UNWTO Secretary-General Taleb Rifai** [vídeo]. Madrid: UNWTO, 15-6-2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mpqsVwjzf5I&list=PLC648CE68AB900757&index=12>> (acesso em outubro de 2016).
- UOL Notícias [on-line] – **Moradores e comerciantes de Ouro Preto (MG) protestam contra “boulevard” na cidade**. Belo Horizonte: UOL Notícias, 30-06-2011. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/06/30/moradores-e-comerciantes-de-ouro-preto-mg-protestam-contradescaracterizacao-da-cidade.htm>> (acesso em fevereiro de 2016).
- V&A – Victoria and Albert Museum, **Disability & access** [on-line]. Londres: V&A, 2017. Disponível em <<https://www.vam.ac.uk/info/disability-access>> (acesso em setembro de 2016).

VASQUEZ, Pedro – **Dom Pedro II e a fotografia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho [Instituto Nacional da Fotografia], 1985.

VIEIRA, Adriana; AGUIAR, José; PEDRO, João Branco – **O que os olhos não veem mas o coração sente: O reconhecimento do espaço arquitetônico por invisuais**. In Espaços Narrados, a Construção dos Múltiplos Territórios da Língua Portuguesa [Seminário Internacional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, de 29 de outubro a 1 de novembro de 2012]. São Paulo: Editora FAUUSP, 2012.

VIEIRA, Adriana; PEDRO, João Branco – **O direito à imagem do patrimônio**. [2º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, Belo Horizonte-MG (Brasil), 19 a 21 de novembro de 2012 – Desafios e perspectivas]. Belo Horizonte-MG: UFMG/MACPS e IEDS, 2012. Disponível em <<https://www.academia.edu/4073083>> (acesso em outubro de 2016).

## Sítios de Internet

THE CENTER FOR UNIVERSAL DESIGN – **The Center for Universal Design**. 2008. Disponível em  
<[https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about\\_ud/about\\_ud.htm](https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/about_ud/about_ud.htm)  
> (acesso em julho de 2017).

ACCESSIBLEMADRID – **AccessibleMadrid**. 2017. Disponível em  
<<http://www.accessiblemadrid.com/en>> (acesso em julho de 2017).

ACCESSIBLEPORTUGAL – **AccessiblePortugal**. [2016]. Disponível em  
<<http://www.accessibleportugal.com/pt>> (acesso em outubro de 2016).

ARCIL, Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã – **ARCIL**. Disponível em  
<<http://arcil.org.pt/old>> (acesso em outubro de 2016).

CAMPO DOS SONHOS – **Hotel Fazenda Campo dos Sonhos**. Disponível em  
<<http://www.campodossinhos.com.br/aventuras/triciclos-e-quadriciclos/>><http://www.campodossinhos.com.br/> (acesso em julho de 2017).

CATARATAS DO IGUAÇU S.A. – **Parque Nacional do Iguaçu, Br.**  
[2017] Disponível em  
<<http://www.cataratasdoiguacu.com.br/portal/paginas/paginas.aspx?idpagina=289>> (acesso em julho de 2017).

CIUDADES PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD DE ESPAÑA – **RUTAS ACCESIBLES** [2011]. Disponível em  
<<http://www.ciudadespatrimonio.org/accesibilidad/index.php>>  
(acesso em outubro de 2016).

CME, Câmara Municipal de Évora – **Câmara Municipal de Évora**. 2013. Disponível em  
<<http://www.cm-evora.pt/pt/Paginas/home.aspx>> (acesso em outubro de 2016).

CMG, Câmara Municipal de Guimarães – **Guimarães Turismo**. Disponível em  
<<http://www.guimaraesturismo.com/pages/118>> (acesso em julho de 2017).

CMG, Câmara Municipal de Guimarães – **Município de Guimarães**. Disponível em  
<[http://www.cm-guimaraes.pt/frontoffice/pages/1057?search\\_desktop=acessibilidade](http://www.cm-guimaraes.pt/frontoffice/pages/1057?search_desktop=acessibilidade)>  
(acesso em outubro de 2016).

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO, Ministério dos Negócios Estrangeiros – **Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa**. Disponível em  
<<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso->

patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-de-influencia-portuguesa/rede-whpo> (acesso em outubro de 2016).

ENAT, European Network for Accessible Tourism – **European Network for Accessible Tourism**. Disponível em  
<[http://www.accessibletourism.org/?i=enat.en.who\\_we\\_are](http://www.accessibletourism.org/?i=enat.en.who_we_are)>  
(acesso em julho de 2017).

ESSENTIA – **Essentia: Desenvolvimento e Gestão de projetos**. Disponível em  
<<http://www.essentia.pt>> (acesso em outubro de 2016).

EUROPEAN INSTITUTE FOR DESIGN AND DISABILITY – **Design for all Europe**, 2017. Disponível em  
<<http://dfaurope.eu/what-is-dfa/dfa-resources/>> (acesso em julho de 2017).

FALCÃO DE CAMPOS – **Falcão de Campos – Arquitecto**. Disponível em  
<[www.falcaodecampos.pt/index.php?/equipamento/percurso-assistido-ao-castelo](http://www.falcaodecampos.pt/index.php?/equipamento/percurso-assistido-ao-castelo)> (acesso em outubro de 2016).

GERMAN NATIONAL TOURIST BOARD – **Conhecer a Alemanha sem Barreiras**. Disponível em  
<<http://www.germany.travel/pt/viajar-com-acessibilidade/viajar-com-acessibilidade/viajar-com-acessibilidade.html>> (acesso em julho de 2017).

IDAS BRASIL LTDA – **Site oficial de turismo de Ouro Preto**. 2015. Disponível em  
<<http://ouopreto.org.br/>> (acesso em julho de 2017).

IGUAZU ARGENTINA – **Parque Nacional Iguazú** [2017]. Disponível em  
<<http://www.iguazuargentina.com/accesibilidad>> (acesso em julho de 2017).

IPAC-BA, Instituto do Patrimônio Artístico da Bahia – **Monumenta**. [2016]. Disponível em  
<<http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/monumenta>> (acesso em outubro de 2016).

LHAC – **League of Historical and Accessible Cities**. 2013. Disponível em  
<<http://www.lhac.eu>> (acesso em outubro de 2016).

PAÇO DOS DUQUES – **Paço dos Duques**. 2014. Disponível em  
<<http://pduques.culturante.pt/pt-PT/castelo/plantascast/ContentDetail.aspx>> (acesso em outubro de 2016).

PANTOU – **PANTOU Promoting Accessible Tourism in Europe**. Disponível em  
<<https://pantou.org/about-pantou>> (acesso em setembro de 2017).

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA – **Igrejas**. Disponível em  
<<http://www.olinda.pe.gov.br/guia-turistico/igrejas>> (acesso em outubro de 2016).



PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA – **Olinda Prefeitura Municipal – Guia Turístico**. Disponível em <<http://www.olinda.pe.gov.br/guia-turistico/monumentos#.WX10WrpFydt>> (acesso em julho de 2017).

PROASOLUTIONS – **PROASOLUTIONS.pt**. Disponível em <<http://www.proasolutions.pt>> (acesso em outubro de 2016).

TURISMO DE PORTUGAL – **Turismo Acessível**. Disponível em <<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao1/Pages/turismoacessivel.aspx>> (acesso em outubro de 2016).

UNWTO, World Tourism Organization – **UNWTO Publications**. Disponível em <<http://www2.unwto.org/publications/>> (acesso em julho de 2017).

Página propositadamente deixada em branco.

# ANEXO 1

## SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES DE BOA PRÁTICA

### Acessibilidade física

#### *Adequar à topografia*

1. O declive do terreno e a largura dos passeios devem ser os aspetos determinantes para decidir o traçado dos percursos acessíveis.
2. Nos locais com inclinação acima do adequado para percursos acessíveis, devem ser previstas soluções compensatórias.
3. O traçado dos percursos acessíveis deve ter em consideração as capacidades dos diferentes tipos de utilizadores.

#### *Garantir regularidade, largura, continuidade e desobstrução*

4. Devem existir faixas de pavimento regular que facilitem a circulação das pessoas, com largura mínima que cumpra as normas em vigor.
5. Os percursos acessíveis devem ser contínuos e interligados.
6. Em vias de trânsito intenso, na impossibilidade de existirem duas calçadas com largura adequada, deve optar-se por favorecer uma delas.
7. Devem existir locais de descanso, pelo menos, a a cada 300 metros.
8. A utilização dos espaços e a disposição do mobiliário deve ser regulada e fiscalizada.

#### *Assegurar segurança e conforto*

9. Devem ser previstas áreas sombreadas.
10. Devem ser utilizadas fontes e elementos naturais para amenizar o microclima local.
11. Deve ser assegurada iluminação adequada, em particular nos locais com desníveis ou obstáculos.
12. A prioridade deve ser a eliminação de situações de risco.

### *Evitar choques*

13. Em locais com saliências, a circulação deve ser desviada, para proteger as pessoas de choques.

14. Devem ser evitados cantos retos e elementos protuberantes.

### *Vencer desníveis*

15. Quando possível, os desníveis devem ser vencidos com planos inclinados.

16. A topografia do terreno deve ser aproveitada para criar percursos acessíveis.

17. Podem existir faixas inclinadas associadas às escadas, para facilitar a circulação de bicicletas ou carrinhos.

18. Devem existir rampas para vencer mesmo os pequenos desníveis, e, sempre que possível, protegidas lateralmente para evitar quedas.

19. Sempre que possível, devem ser conjugadas escadas com rampas.

20. Devem existir corrimãos em escadas e rampas. Os corrimãos devem ser duplos, para atender às necessidades de crianças e pessoas com baixa estatura.

21. Nos percursos de uso intenso, em que não seja viável assegurar a acessibilidade devido à topografia, devem existir meios mecânicos para vencer desníveis.

### *Evitar quedas*

22. Nos percursos inclinados e nas rampas, a superfície dos pavimentos deve evitar o risco de risco de escorregamento e queda.

23. Os desníveis devem ser protegidos para evitar quedas.

24. Os locais elevados devem ser protegidos com guardas. As guardas não devem possuir elementos que permitam a escalada ou passagem de crianças.

25. Em situações de risco de queda, deve ser ponderada a necessidade de impedir o uso inadequado de elementos do espaço público.

### *Compatibilizar com acesso viário*

26. Sempre que viável, o horário de circulação de veículos automóveis deve ser limitado, promovendo-se, em alternativa, a mobilidade suave.

27. Devem existir lugares de estacionamento reservados ou destinados ao desembarque de passageiros a, no máximo, 50 metros de monumentos e equipamentos urbanos.

### *Prever sinalização tátil*

28. Quando as faixas de circulação de pessoas e de veículos são niveladas, devem ser separadas com barreiras físicas.

29. Quando as faixas de circulação de pessoas e de veículos são niveladas e o trânsito de veículos é intenso ou inclui meios de transporte coletivo, a transição deve ser assinalada com uma banda podotátil.

30. O escoamento da água nas áreas de passagem deve ser assegurado.

31. Devem ser adotados pavimentos táteis que se integrem na imagem urbana do patrimônio.

32. A continuidade da orientação tátil nas faixas de travessia deve ser assegurada.

### *Assegurar a autenticidade*

33. Nos locais de elevado valor cultural, as disposições regulamentares devem ser aplicadas com flexibilidade.

34. Os pavimentos com evidências históricas devem ser mapeados e preservados, protegendo a fisionomia e o enquadramento do patrimônio urbano.

35. Sempre que o material possuir valor histórico, arqueológico ou estético, devem ser criadas rampas e escadas por adição (sobrepostas).

36. Quando o material não possuir valor patrimonial, podem ser criadas rampas e escadas por subtração de elementos.

### *Disponibilizar informação e sinalização*

37. Deve existir informação sobre as condições de acessibilidade físicas, atualizada periodicamente e apresentada de acordo com padrões internacionais.

38. O percurso acessível não deve ser sinalizado, a menos que seja diferente do percurso principal.

### *Prever as necessidades de diferentes utilizadores*

39. Deve ser instalado mobiliário urbano adequado às necessidades de diferentes visitantes.

40. Deve ser assegurada uma visita acolhedora e segura para as crianças.

*Garantir articulação, manutenção e a fiscalização*

41. Devem existir atividades para todos os visitantes, independente das suas capacidades.
42. Os percursos acessíveis devem ser objeto de vistoria e manutenção frequentes.
43. O uso espaço público deve ser fiscalizado.



## Acessibilidade sensorial

### *Prever diferentes formatos de acesso à informação*

1. Toda a informação em *Braille* deve estar também disponível em texto impresso.
2. A imagem do património pode ser comunicada através de imagens impressas em relevo.
3. Devem ser disponibilizados modelos para exploração tátil.

### *Adequar o suporte e o nível de informação do modelo*

4. Podem ser aproveitados objetos existentes para proporcionar explorações táteis.
5. Podem ser adaptados objetos de artesanato e de arte locais para comunicar o património.
6. Podem ser previstos diferentes modelos para comunicar informação de conjunto ou de pormenor.
7. A informação inserida no modelo deve ser selecionada, de modo a facilitar a sua leitura tátil.

### *Garantir o acesso, segurança, higiene e conforto no uso dos modelos*

8. Deve estar garantida a facilidade de circulação em torno do modelo e o alcance a todos os seus elementos.
9. Nos modelos não devem existir cantos retos, arestas vivas ou elementos contundentes e devem ser asseguradas áreas de aproximação adequadas.
10. Os modelos de exploração tátil, quando instalados em espaços abertos, não devem ter uma forma que permita a acumulação de água.
11. Os recursos táteis devem ser objeto de uma higienização regular.
12. Os materiais utilizados nos modelos devem ser robustos e ter um toque agradável.
13. Devem ser criados roteiros de visita com exploração tátil, utilizando-se de recursos locais, com áudio descrição de fácil acesso (Internet) ou de presença.

### *Aproveitar as potencialidades das novas tecnologias*

14. A descrição e localização dos recursos acessíveis deve estar disponível na Internet em texto, imagem, ou outro formato.

15. Devem ser disponibilizados “*Cityguides*” com indicações de orientação durante a visita e a descrição dos ambientes.

*Prever, quando se justificar, o atendimento especializado*

16. Sempre que a procura o justificar, devem ser previstas visitas com guias especializados no atendimento de pessoas com necessidades especiais.

## Acessibilidade à informação

### *Aproveitar as potencialidades das novas tecnologias*

1. Nos sítios da Internet dos locais turísticos, deve existir informação sobre as condições de acesso que permita planear a visita.
2. Devem existir aplicações para telemóvel (*Apps*), ou outros recursos interativos, para comunicar as características do património e orientar durante a visita.

### *Utilizar vários formatos para comunicar informação*

3. Os sítios e as *Apps* devem:
  - Utilizar vários formatos para comunicar a informação;
  - Conter textos com redação clara, em formato acessível e disponível em vários idiomas;
  - Conter mapas com legendas claras e esclarecedoras dos conceitos utilizados;
  - Indicar os critérios adotados na classificação dos níveis de acessibilidade, caso não adotem conceitos internacionalmente uniformizados.

### *Descrever o património e as condições de acesso*

4. Os sítios e as *Apps* devem caracterizar o património urbano, indicar a localização dos monumentos e equipamentos públicos, e descrever os ambientes.
5. Os sítios e as *Apps* devem descrever as condições de acesso, nomeadamente as seguintes:
  - Diferentes opções de percurso;
  - Percursos urbanos acessíveis, com distâncias e inclinações (permitem avaliar a capacidade de completar um percurso);
  - Meios de transporte, trajetos, condições de acessibilidade, locais de embarque, tempo entre paragens, periodicidade e custo;
  - Localização dos lugares de estacionamento reservados e de instalações sanitárias acessíveis;
  - Serviços especializados (caso existam);
  - Condições de acesso a eventos e festas (caso existam).

### *Manter a informação atualizada*

6. A informação apresentada nos sítios e Apps deve ser atualizada com regularidade. Os formatos eletrónicos conferem grande facilidade na atualização de conteúdos.

7. A avaliação e a colaboração de utilizadores de serviços especializados potencializa o alcance de um projeto e permite a difusão da informação em larga escala.

## ANEXO 2

### QUESTIONÁRIO



#### **Recomendações de boa prática para promover a acessibilidade nos espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais**

Car@ especialista,

O meu nome é Adriana Vieira, sou arquiteta e doutoranda na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL). Estou a realizar um estudo de doutoramento que visa identificar e sistematizar formas de atuação que promovam a acessibilidade física e sensorial no espaço público de núcleos urbanos patrimoniais, respeitando a sua autenticidade. Com os resultados do estudo espero apoiar intervenções que melhorem o uso e a fruição dos espaços públicos patrimoniais e consequentemente contribuir para a sua valorização.

O estudo envolve a realização de um inquérito a especialista em acessibilidade de Portugal e do Brasil, e gostaria de contar com a sua participação. Para o efeito peço que responda ao questionário anexo onde procuro conhecer a sua opinião sobre as recomendações de boa prática que identifiquei com base na análise de casos de estudo. Quando terminar por favor devolva o questionário para o email [adriana.vieira.arq@gmail.com](mailto:adriana.vieira.arq@gmail.com).

Toda a informação recolhida será tratada de forma confidencial. Se tiver questões sobre este estudo, pode contactar-me através do mesmo endereço de email.

Desde já agradeço o seu contributo e deixo os melhores cumprimentos,

Adriana Vieira

Arquiteta | Doutoranda da FAUL



## I. ACESSIBILIDADE FÍSICA

A *acessibilidade física* permite às pessoas com limitações físicas aceder e movimentar-se nos espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais. Por favor indique a importância de cada uma das recomendações seguintes.

Adequar à topografia	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
1. O declive do terreno e a largura dos passeios devem ser os aspetos determinantes para decidir o traçado dos percursos acessíveis. (Zonas com declives acentuados serão sempre dificilmente acessíveis)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Nos locais com inclinação acima do adequado, deve ser previstas soluções compensatórias. (Por exemplo, mais lugares de estacionamento reservados, maior oferta de transporte especializado, ou a implantação de meios mecânicos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. O traçado dos percursos deve ter em consideração as capacidades dos diferentes tipos de utilizadores. (Uma pessoa com baixa acuidade visual pode vencer desníveis, contrariamente a uma pessoa em cadeira de rodas. Neste caso o piso tátil indica o percurso mais curto e as pessoas em cadeira de rodas são orientadas para um percurso de menor declividade)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Garantir regularidade, largura, continuidade e desobstrução</b>	<b>Nada importante</b>	<b>Pouco importante</b>	<b>Importante</b>	<b>Muito importante</b>
4. Devem existir faixas de pavimento regular que facilitem a circulação das pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Os percursos acessíveis devem ser contínuos e interligados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Na impossibilidade de existirem duas calçadas com largura adequada, deve optar-se por favorecer uma delas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Devem existir locais de descanso a cada 300 metros. (Algumas pessoas – e.g., idosos ou com problemas cardíacos – podem ter dificuldade em percorrer longos percursos sem interrupções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. A utilização dos espaços e a disposição do mobiliário deve ser regulada. (O espaço ordenado facilita a leitura do ambiente e a orientação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Assegurar segurança e conforto</b>	<b>Nada importante</b>	<b>Pouco importante</b>	<b>Importante</b>	<b>Muito importante</b>
9. A prioridade deve ser a eliminação de situações de risco. (Propiciam uma circulação mais agradável, beneficiando de temperatura mais amena e proteção da radiação solar direta)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Devem ser utilizadas fontes e elementos naturais para amenizar o microclima local. (A informação sonora e tátil auxilia na orientação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Deve ser assegurada iluminação adequada, em particular nos locais com desníveis ou obstáculos. (A iluminação permite valorizar o espaço, facilita a orientação, promove segurança no uso normal e inibe a criminalidade)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>





12. A prioridade deve ser a eliminação de situações de risco. (Por exemplo, locais onde ocorre atropelamentos, materiais inadequados, falta de manutenção ou desníveis sem alerta)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Evitar choques</b>	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
13. Em locais com saliências, a circulação deve ser desviada, para proteger as pessoas de choques.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Devem ser evitados cantos retos e elementos protuberantes. (Os cantos retos são potencialmente mais agressivos em caso de queda do que os cantos bolados ou chanfrados)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Vencer desníveis</b>	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
15. Quando possível, os desníveis devem ser vencidos com planos inclinados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. A topografia do terreno deve ser aproveitada para criar percursos acessíveis. (Em muitas situações, a continuidade do plano no nível da entrada à cota mais próxima soluciona o acesso para a entrada dos edifícios)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Devem existir rampas alternativas a escadas, para facilitar a circulação de idosos, bicicletas e carrinhos de bebé. (Mesmo que a rampa não atenda às normas, a experiência mostra que ela é utilizada)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Devem existir rampas para vencer mesmo os pequenos desníveis, e protegidas lateralmente para evitar quedas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Sempre que possível, devem ser conjugadas escadas com rampas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Devem existir corrimãos em escadas e rampas. Os corrimãos devem ser duplos, para atender as necessidades de crianças e pessoas com baixa estatura.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Nos percursos de uso intenso, devem existir meios mecânicos para vencer desníveis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Evitar quedas</b>	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
22. Nos percursos inclinados a superfície dos pavimentos deve evitar o risco de risco de escorregamento e queda.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Os desníveis devem ser protegidos para evitar quedas. (O risco agrava-se para as pessoas com baixa visão que podem considerar que estão diante de um degrau, e não de um desnível elevado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Os locais elevados devem ser protegidos com guardas. As guardas não devem possuir elementos que permitam a escalada ou passagem de crianças.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Em situações de risco de queda, deve ser ponderada a necessidade de impedir o uso de elementos do espaço público (e.g., sentar ou subir em muros).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



Compatibilizar com acesso viário	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
26. Sempre que viável, o horário de circulação de veículos automóveis deve ser limitado, promovendo-se, em alternativa, a mobilidade suave. <small>(A restrição de trânsito em vias específicas nos núcleos urbanos é uma forma eficiente para facilitar o uso pedonal e a fruição do espaço)</small>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Devem existir lugares de estacionamento reservados a menos de 50 metros de monumentos e equipamentos urbanos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prever sinalização tátil	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
28. Nos espaços partilhados ou com nivelamento entre a calçada e as vias de circulação de veículos, as faixas de circulação de pessoas e de veículos devem ser separadas com barreiras físicas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Nos espaços partilhados ou com nivelamento entre a calçada e as vias de circulação de veículos, a transição deve ser assinalada com uma banda para reconhecimento tátil.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. O escoamento da água nas áreas de passagem deve ser assegurado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31. Devem ser adotados pavimentos táteis que se integrem na imagem urbana.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. A continuidade da orientação tátil nas faixas de travessia deve ser assegurada. <small>(Pretende-se conduzir o peão com baixa acuidade visual para os semáforos)</small>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar a autenticidade	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
33. Os pavimentos com valor histórico devem ser mapeados. Nos locais de elevado valor cultural, as disposições regulamentares devem ser aplicadas com flexibilidade. <small>(Os objetivos podem ser atingidos sem prejudicar a imagem urbana)</small>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34. Podem ser preservadas situações particulares, mesmo que constituam barreiras à acessibilidade, como forma de registar marcos históricos. <small>(A circulação acessível deve ser assegurada por percursos alternativos)</small>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35. Sempre que o material possuir valor patrimonial, devem ser criadas rampas e escadas por adição (sobrepostas).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36. Quando o material não possuir valor patrimonial, podem ser criadas rampas e escadas por subtração de elementos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilizar informação e sinalização	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
37. Deve existir informação sobre as condições de acessibilidade físicas, atualizada periodicamente e apresentada de acordo com padrões internacionais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38. O percurso acessível não deve ser sinalizado, a menos que seja diferente do percurso principal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



<b>Prever as necessidades de diferentes utilizadores</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39. Deve ser instalado mobiliário urbano adequado às necessidades de diferentes visitantes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40. Deve ser assegurada uma visita acolhedora e segura para as crianças. (Quando elas não têm brinquedos, usam todas as oportunidades de exploração de suas habilidades, muitas vezes em situações de risco)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Garantir articulação, manutenção e a fiscalização</b>	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
41. Deve-se ofertar atividades para todos os visitantes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42. Os percursos acessíveis devem ter vistoria e manutenção frequente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43. O uso espaço público deve ser fiscalizado. (A utilização indevida pode criar barreiras à acessibilidade – e.g., o estacionamento irregular gera vários problemas para circulação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## II. ACESSIBILIDADE SENSORIAL

A *acessibilidade sensorial* permite a fruição às pessoas com limitações visuais da imagem dos espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais. Por favor indique a importância de cada uma das recomendações seguintes.

<b>Prever diferentes formatos de acesso à informação</b>	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
1. Toda a informação apresentada em texto impresso deve estar também disponível em Braille.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. A imagem do património deve ser comunicada através de imagens impressas em relevo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Devem ser disponibilizados modelos para exploração tátil. (Os modelos podem representar a situação atual ou realidades apagadas pelo tempo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Adequar o suporte e o nível de informação do modelo</b>	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
4. Podem ser aproveitados objetos existentes para colocar mapas táteis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Podem ser adaptados objetos de artesanato e de arte locais para comunicar o património.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Podem ser previstos diferentes modelos para comunicar informação de conjunto ou de pormenor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. A informação inserida no modelo deve ser selecionada, de modo a facilitar a sua leitura tátil. (O modelo pode simplificar, alterar, adaptar ou a distorcer o original para transmitir as características mais importantes da imagem visual)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



Garantir o acesso, segurança, higiene e conforto no uso dos modelos	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
8. Devem estar garantida a facilidade de circulação em torno do modelo tátil, e garantido o alcance a todos os seus elementos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Não devem ser usados cantos retos ou arestas contundentes nas áreas de aproximação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Os modelos, quando colocados em espaços abertos, não devem acumular água.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Os recursos táteis devem ser objeto de uma higienização regular.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Os modelos expostos não devem ser desagradáveis ao toque por estarem muito frios ou quentes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Devem ser criados roteiros de visita com exploração tátil, utilizando-se de recursos locais, com áudio descrição de fácil acesso (Internet) ou de presença.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aproveitar as potencialidades das novas tecnologias	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
14. Os documentos em Braille devem estar disponíveis na internet em texto acompanhados da respetiva descrição em arquivo de som.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Devem ser disponibilizados “Cityguides” com indicações de orientação durante a visita e a descrição dos ambientes. <small>(Através de wifi ou por GPRS (General Packet Radio Service) é hoje possível receber nos smartphones informações em tempo real sobre os lugares percorridos)</small>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prever, quando se justificar, o atendimento especializado	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
16. Sempre que a procura o justificar, devem ser previstas visitas com guias especializados no atendimento de pessoas com necessidades especiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### III. ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO

A *acessibilidade à informação* é determinante para o planeamento antecipado da visita a um núcleo urbano patrimonial, bem como para a orientação dos visitantes enquanto ela decorre. Por favor indique a importância de cada uma das recomendações seguintes.

Aproveitar as potencialidades das novas tecnologias	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
1. Nos sítios da Internet dos locais turísticos, deve existir informação sobre as condições de acesso que permita planejar a visita.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



2. Devem existir aplicações para telemóvel (Apps), ou outros recursos interativos, para comunicar as características do património e orientar durante a visita.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Utilizar vários formatos para comunicar informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Os sítios e as Apps devem conter textos com redação clara, em formato acessível e disponível em vários idiomas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Os sítios e as Apps devem conter mapas com legendas claras esclarecedoras dos conceitos utilizados. Não estando os conceitos internacionalmente uniformizados devem ser indicados os critérios adotados na classificação dos níveis de acessibilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Descrever o património e as condições de acesso</b>	<b>Nada importante</b>	<b>Pouco importante</b>	<b>Importante</b>	<b>Muito importante</b>
6. Os sítios e as Apps devem caracterizar o património urbano, indicar a localização dos monumentos e equipamentos públicos, e descrever os ambientes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Os sítios e as Apps devem descrever as condições de acesso, nomeadamente as seguintes:				
– Diferentes opções de percurso;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
– Percursos urbanos acessíveis, com distâncias e inclinações (permitem avaliar a capacidade de completar um percurso);	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
– Meios de transporte, trajetos, condições de acessibilidade, locais de embarque, tempo entre paragens, periodicidade e custo;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
– Localização dos lugares de estacionamento reservados e de instalações sanitárias acessíveis;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
– Serviços especializados (caso existam);	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
– Condições de acesso a eventos e festas (caso existam).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>Manter a informação atualizada</b>	<b>Nada importante</b>	<b>Pouco importante</b>	<b>Importante</b>	<b>Muito importante</b>
8. A informação apresentada nos sítios e Apps deve ser atualizada com regularidade. Os formatos eletrónicos conferem grande facilidade na atualização de conteúdos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. A avaliação e a colaboração de utilizadores de serviços especializados potencializa o alcance de um projeto e permite a difusão da informação em larga escala	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Caso pretenda, deixe alguns comentários adicionais: [Clique aqui para introduzir texto.](#)

Muito obrigada pelo seu contributo!



## ANEXO 3

### AVALIAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DE BOA PRÁTICA

#### Respostas

##### I. ACESSIBILIDADE FÍSICA

Adequar à topografia		Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
1	O declive do terreno e a largura dos passeios devem ser os aspetos determinantes para decidir o traçado dos percursos acessíveis.		4	4	3	4	4	3	4	4	3	2	4	3,55
2	Nos locais com inclinação acima do adequado, devem ser previstas soluções compensatórias.		3	4	4	3	3	3	4	4	3	4	3	3,45
3	O traçado dos percursos deve ter em consideração as capacidades dos diferentes tipos de utilizadores.		4	4	3	3	4	4	4	4	4	4	3	3,73
Garantir regularidade, largura, continuidade e desobstrução		Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
4	Devem existir faixas de pavimento regular que facilitem a circulação das pessoas.		3	4	3	4	4	4	4	4	3	3	4	3,64
5	Os percursos acessíveis devem ser contínuos e interligados.		4	4	3	4	3	4	4	4	4	4	3	3,73
6	Na impossibilidade de existirem duas calçadas com largura adequada, deve optar-se por favorecer uma delas.		3	4	2	3	3	1	4	4	3	3	3	3,00
7	Devem existir locais de descanso a cada 300 metros.		2	4	3	3	3	3	3	4	2	3	3	3,00
8	A utilização dos espaços e a disposição do mobiliário deve ser regulada.		2	4	4	3	4	4	4	4	3	4	3	3,55

Assegurar segurança e conforto													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
9	Devem ser previstas áreas sombreadas.	3	4	4	3	2	4	4	3	2	3	3	3,18
10	Devem ser utilizadas fontes e elementos naturais para amenizar o microclima local.	3	4	4	3	3	4	4	2	2	4	3	3,27
11	Deve ser assegurada iluminação adequada, em particular nos locais com desníveis ou obstáculos.	3	4	4	3	4	4	4	4	4	3	3	3,64
12	A prioridade deve ser a eliminação de situações de risco.	3	4	4	4	3	4	4	4	4	3	4	3,73
Evitar choques													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
13	Em locais com saliências, a circulação deve ser desviada, para proteger as pessoas de choques.	3	4	3	3	3	4	4	4	2	-	3	3,30
14	Devem ser evitados cantos retos e elementos protuberantes.	2	4	4	3	2	3	4	3	3	-	4	3,20
Vencer desníveis													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
15	Quando possível, os desníveis devem ser vencidos com planos inclinados.	3	4	3	3	3	3	4	4	2	3	3	3,18
16	A topografia do terreno deve ser aproveitada para criar percursos acessíveis.	4	4	3	4	3	3	3	4	2	3	3	3,27
17	Devem existir rampas alternativas a escadas, para facilitar a circulação de idosos, bicicletas e carrinhos de bebé.	3	4	3	3	4	4	4	4	3	4	4	3,64
18	Devem existir rampas para vencer mesmo os pequenos desníveis, e protegidas lateralmente para evitar quedas.	3	4	3	2	3	4	3	4	3	3	3	3,18
19	Sempre que possível, devem ser conjugadas escadas com rampas.	3	4	2	3	4	3	4	4	2	3	3	3,18
20	Devem existir corrimãos em escadas e rampas. Os corrimãos devem ser duplos, para atender as necessidades de crianças e pessoas com baixa estatura.	2	4	3	2	3	4	3	4	3	3	3	3,09
21	Nos percursos de uso intenso, devem existir meios mecânicos para vencer desníveis.	2	4	3	3	3	3	3	4	3	2	4	3,09

Evitar quedas													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
22	Nos percursos inclinados a superfície dos pavimentos deve evitar o risco de risco de escorregamento e queda.	4	4	4	3	3	4	4	4	3	-	3	3,60
23	Os desníveis devem ser protegidos para evitar quedas.	3	4	4	3	3	4	4	3	3	-	4	3,50
24	Os locais elevados devem ser protegidos com guardas. As guardas não devem possuir elementos que permitam a escalada ou passagem de crianças.	3	4	4	3	4	4	4	4	3	-	4	3,70
25	Em situações de risco de queda, deve ser ponderada a necessidade de impedir o uso de elementos do espaço público (e.g., sentar ou subir em muros).	2	4	3	3	3	4	4	4	3	-	3	3,30
Compatibilizar com acesso viário													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
26	Sempre que viável, o horário de circulação de veículos automóveis deve ser limitado, promovendo-se, em alternativa, a mobilidade suave.	3	3	4	3	2	3	4	2	4	-	3	3,10
27	Devem existir lugares de estacionamento reservados a menos de 50 metros de monumentos e equipamentos urbanos.	2	4	2	3	3	3	3	4	2	-	3	2,90
Prever sinalização tátil													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
28	Nos espaços partilhados ou com nivelamento entre a calçada e as vias de circulação de veículos, as faixas de circulação de pessoas e de veículos devem ser separadas com barreiras físicas.	1	4	2	3	4	1	4	4	2	-	3	2,80
29	Nos espaços partilhados ou com nivelamento entre a calçada e as vias de circulação de veículos, a transição deve ser assinalada com uma banda para reconhecimento tátil.	3	4	3	3	4	1	4	4	2	-	3	3,10
30	O escoamento da água nas áreas de passagem deve ser assegurado.	1	4	4	3	3	4	4	4	3	-	4	3,40
31	Devem ser adotados pavimentos táteis que se integrem na imagem urbana.	3	4	3	3	4	2	4	4	2	4	2	3,18
32	A continuidade da orientação tátil nas faixas de travessia deve ser assegurada.	3	4	4	3	4	3	3	4	3	4	3	3,45

Assegurar a autenticidade													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
33	Os pavimentos com valor histórico devem ser mapeados. Nos locais de elevado valor cultural, as disposições regulamentares devem ser aplicadas com flexibilidade.	3	3	3	3	3	2	3	4	3	4	3	3,09
34	Podem ser preservadas situações particulares, mesmo que constituam barreiras à acessibilidade, como forma de registar marcos históricos.	4	3	3	3	3	2	3	3	3	2	4	3,00
35	Sempre que o material possuir valor patrimonial, devem ser criadas rampas e escadas por adição (sobrepostas).	3	3	2	3	2	3	4	3	2	4	4	3,00
36	Quando o material não possuir valor patrimonial, podem ser criadas rampas e escadas por subtração de elementos.	3	4	2	2	3	3	4	4	3	4	3	3,18
Disponibilizar informação e sinalização													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
37	Deve existir informação sobre as condições de acessibilidade físicas, atualizada periodicamente e apresentada de acordo com padrões internacionais.	3	4	3	3	3	4	4	4	3	3	4	3,45
38	O percurso acessível não deve ser sinalizado, a menos que seja diferente do percurso principal.	1	4	2	3	3	3	3	1	1	2	3	2,36
Prever as necessidades de diferentes utilizadores													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
39	Deve ser instalado mobiliário urbano adequado às necessidades de diferentes visitantes.	3	4	3	2	3	4	4	4	3	4	4	3,45
40	Deve ser assegurada uma visita acolhedora e segura para as crianças.	2	4	3	3	4	3	4	4	3	3	4	3,36
Garantir articulação, manutenção e a fiscalização													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
41	Deve-se ofertar atividades para todos os visitantes.	2	4	3	3	2	4	4	4	3	4	3	3,27
42	Os percursos acessíveis devem ter vistoria e manutenção frequente.	4	4	4	4	3	4	4	4	3	4	3	3,73
43	O uso espaço público deve ser fiscalizado.	3	4	2	4	3	4	4	4	4	4	2	3,45

## II. ACESSIBILIDADE SENSORIAL

Prever diferentes formatos de acesso à informação													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
1	Toda a informação apresentada em texto impresso deve estar também disponível em Braille.	2	3	3	3	3	2	4	4	3	4	4	3,18
2	A imagem do património deve ser comunicada através de imagens impressas em relevo.	3	3	2	3	3	2	3	3	3	4	4	3,00
3	Devem ser disponibilizados modelos para exploração tátil.	2	4	3	3	3	4	4	3	4	4	4	3,45
Adequar o suporte e o nível de informação do modelo													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
4	Podem ser aproveitados objetos existentes para colocar mapas táteis.	2	3	3	2	2	3	3	2	2	4	3	2,64
5	Podem ser adaptados objetos de artesanato e de arte locais para comunicar o património.	2	4	3	2	2	4	4	3	2	4	3	3,00
6	Podem ser previstos diferentes modelos para comunicar informação de conjunto ou de pormenor.	2	4	3	3	3	4	4	3	3	4	3	3,27
7	A informação inserida no modelo deve ser selecionada, de modo a facilitar a sua leitura tátil.	4	4	3	2	3	4	4	4	2	4	3	3,36
Garantir o acesso, segurança, higiene e conforto no uso dos modelos													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
8	Devem estar garantida a facilidade de circulação em torno do modelo tátil, e garantido o alcance a todos os seus elementos.	2	4	3	3	3	4	4	4	3	4	4	3,45
9	Não devem ser usados cantos retos ou arestas contundentes nas áreas de aproximação.	4	4	4	3	3	4	4	3	2	2	4	3,36
10	Os modelos, quando colocados em espaços abertos, não devem acumular água.	4	4	3	3	2	4	4	3	2	4	4	3,36
11	Os recursos táteis devem ser objeto de uma higienização regular.	4	4	4	3	3	4	4	4	3	4	4	3,73
12	Os modelos expostos não devem ser desagradáveis ao toque por estarem muito frios ou quentes.	2	4	2	3	3	4	4	2	2	2	3	2,82
13	Devem ser criados roteiros de visita com exploração tátil, utilizando-se de recursos locais, com áudio descrição de fácil acesso (Internet) ou de presença.	4	4	3	3	3	3	4	4	4	4	3	3,55

Aproveitar as potencialidades das novas tecnologias													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
14	Os documentos em Braille devem estar disponíveis na internet em texto acompanhados da respetiva descrição em arquivo de som.	4	4	3	3	3	4	4	4	3	4	3	3,55
15	Devem ser disponibilizados “Cityguides” com indicações de orientação durante a visita e a descrição dos ambientes.	4	4	3	3	3	3	4	4	4	4	3	3,55
Prever, quando se justificar, o atendimento especializado													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
16	Sempre que a procura o justificar, devem ser previstas visitas com guias especializados no atendimento de pessoas com necessidades especiais.	3	4	3	3	2	4	4	4	3	4	4	3,45



### III. ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO

Aproveitar as potencialidades das novas tecnologias													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
1	Nos sítios da Internet dos locais turísticos, deve existir informação sobre as condições de acesso que permita planear a visita.	4	4	4	4	3	4	4	4	3	4	3	3,73
2	Devem existir aplicações para telemóvel (Apps), ou outros recursos interativos, para comunicar as características do património e orientar durante a visita.	3	4	4	2	2	3	4	4	4	4	3	3,36
3	Utilizar vários formatos para comunicar informação.	3	4	3	3	2	4	4	4	2	4	3	3,27
4	Os sítios e as Apps devem conter textos com redação clara, em formato acessível e disponível em vários idiomas.	3	4	4	2	2	4	4	4	2	3	3	3,18
5	Os sítios e as Apps devem conter mapas com legendas claras esclarecedoras dos conceitos utilizados. Não estando os conceitos internacionalmente uniformizados devem ser indicados os critérios adotados na classificação dos níveis de acessibilidade.	4	4	3	2	3	3	4	4	2	3	3	3,18
Descrever o património e as condições de acesso													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
6	Os sítios e as Apps devem caracterizar o património urbano, indicar a localização dos monumentos e equipamentos públicos, e descrever os ambientes.	4	4	3	3	4	3	4	4	3	4	3	3,55
7a	Os sítios e as Apps devem descrever as condições de acesso, nomeadamente as seguintes: – Diferentes opções de percurso;	3	4	3	3	3	4	4	4	3	4	3	3,45
7b	– Percursos urbanos acessíveis, com distâncias e inclinações (permitem avaliar a capacidade de completar um percurso);	4	4	4	3	3	4	4	4	4	4	3	3,73
7c	– Meios de transporte, trajetos, condições de acessibilidade, locais de embarque, tempo entre paragens, periodicidade e custo;	4	4	4	4	3	4	4	4	4	4	3	3,82
7d	– Localização dos lugares de estacionamento reservados e de instalações sanitárias acessíveis;	4	4	3	4	4	3	4	4	3	4	3	3,64
7e	– Serviços especializados (caso existam);	3	4	3	3	2	4	4	4	3	4	3	3,36
7f	– Condições de acesso a eventos e festas (caso existam).	4	4	2	3	3	4	4	4	3	4	3	3,45

Manter a informação atualizada													
	Especialista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Média
8	A informação apresentada nos sítios e Apps deve ser atualizada com regularidade. Os formatos eletrónicos conferem grande facilidade na atualização de conteúdos.	4	4	3	4	3	4	4	4	3	3	4	3,64
9	A avaliação e a colaboração de utilizadores de serviços especializados potencializa o alcance de um projeto e permite a difusão da informação em larga escala.	3	4	3	4	4	4	4	4	3	3	4	3,64

## Comentários

### ***Especialista 6***

*É muito difícil escolher entre "importante" e "muito importante". Evitei a opção simples que é escrever sempre "muito importante". Uma breve explicação de minhas escolhas potencialmente polémicas.*

#### *Seção I*

*Pergunta 6 – quando não há espaço para duas calçadas com largura suficiente deve-se considerar a opção via partilhada com uma só cota, porque a calçada estreita demais não ajuda o peão em circulação nem quem pretende entrar nos prédios e estabelecimentos.*

*Perguntas 28 e 29 – vias partilhadas devem ser espaços partilhados e não dois espaços que porventura têm a mesma cota. Se nestas vias indicamos qual o espaço do peão e qual o espaço das viaturas, voltamos a criar passeios com largura insuficiente.*

#### *Seção II*

*Pergunta 1 Quando existe apenas uma publicação impressa faz sentido disponibilizar a mesma em braille, mas quando existem várias publicações, algumas serão volumosas e para especialistas, e não justifica disponibilizar TUDO em braille.*

*Pergunta 2 – a realidade é que nem todas imagens de património podem ser reproduzidas em relevo de uma forma comunicativa (ser fácil de interpretar).*

### ***Especialista 8***

*Questão 10 – Creio que fontes e obstáculos baixos possam representar riscos quando não estão bem sinalizados. Um dos principais problemas é a colocação errada do piso podotátil pelos profissionais e até mesmo a má leitura do piso podotátil pelos usuários. Temo acidentes por fontes e outros equipamentos de pouca altura que estejam próximos à rota*

*acessível, então penso que esta categoria teria que ser regularizada para não se tornar um elemento de choque, necessariamente.*

*Questão 23 – Acredito que todos os desníveis devam ser sinalizados, mas protegidos, não necessariamente.*

*Questão 26 – Mas e se durante a restrição for necessário o uso de um veículo automotivo, devido à impossibilidade de outro meio de locomoção, como a cadeira de rodas, para uma pessoa com mobilidade reduzida? Então teria de haver concessões de uso por exemplo?*

*Questão 27 – Se possível vagas mais próximas do que os 50 metros, por exemplo, logo nas entradas (se possível, principais) dos equipamentos culturais.*

*Questão 38 – Acredito que a pintura seja um fator determinante no Brasil para se criar uma cultura de acessibilidade, pois uma rampa na calçada ainda não simboliza uma limitação de uso do carro, por exemplo. Então acredito, que uma das formas de criar acessibilidade seja o contraste ou outros meios restritivos que coibam o uso.*

*Acessibilidade Sensorial:*

*1 – Braille ou outros recursos digitais, como QR code, bengala digital, e recursos de TI que informem ao usuário informações específicas por meio de mediação tecnológica (vi que colocou nas questões seguintes).*

*4 – Acredito que os mapas táteis devem ser preferencialmente colocados no sentido da rota acessível, ou seja, o usuário que lê o mapa, sai para o percurso na direção que leu, evitando, por exemplo, que fazer um giro de 90 ou 180 graus. Considero este o fato mais importante. De qualquer maneira, minha experiências com as pessoas de baixa visão ou cegas que conheço tem sido pouco eficiente no sentido da utilização dos mapas. Um dos motivos é porque eles não acham os mapas, e quando acham, se não tiver som, eles não se localizam nos mapas, mas reconheço que não sou a melhor profissional para passar esta visão.*

## ANEXO 4

### PAINEL DE ESPECIALISTAS

#### Especialistas de Portugal

##### *Ana Garcia*

Presidente da ACCESSIBLE PORTUGAL – Associação de promoção do Turismo Acessível em Portugal. Membro da Direção da ENAT no período 2016-2020, sendo a representante legal desta organização em Portugal.

Consultora especialista do Projeto BRENDAIT – *Building a Regional Network for the Development of Accessible and Inclusive Tourism* (2015 a 2017) – projeto financiado pela Comissão Europeia e desenvolvido em oito municípios da Região Oeste: Torres Vedras, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Nazaré, Batalha, Alcobaça e Caldas da Rainha.

Membro do Júri da *Portugal Ventures* em projetos de investimento de Turismo Acessível, Consultora do Turismo de Portugal para diversos trabalhos, nomeadamente a elaboração dos Guias de Boas Práticas de Acessibilidade na Hotelaria (2012), Guia de Boas Práticas de Acessibilidade no Turismo Ativo (2013) e Guia de Boas Práticas de Acessibilidade à Comunicação em Monumentos, Palácios e Museus (2017), Coautora do *Handbook* para Gestores de Destinos de Turismo Acessível (Turismo de Portugal, IP, 2017, autoria da ENAT);

Perita da TC228/WG14 – Norma ISO *Accessible Tourism* – representante do IPQ no Grupo de Trabalho (2017); Perita da Comissão Europeia (*European Commission – DG Enterprise and Industry – Tourism Policy Unit*) em trabalhos e estudos sobre Turismo Acessível para Todos, nomeadamente no grupo de trabalho *Seniors Tourism Initiative “Europe, Best Destination for Seniors”* (2013-2014), em representação da ENAT. Consultora contratada para o estudo da

Comissão Europeia “*Mapping skills and training needs to improve accessibility in tourism services*”. Seleccionada para Membro do *Board da EULSTIB – European Union Low Season Tourism Initiative Board*, 2015-2016, “*Towards and age-friendly tourism*” (*European Commission – DG Growth, Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SME’s*), em representação da ENAT.

Formadora da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), para os Dirigentes do Património classificado pela UNESCO: “*Património, Acessibilidade e Inclusão*” e para os quadros técnicos da Rede Portuguesa de Museus: “*Museus, Acessibilidade e Inclusão*”- 2014; Formadora certificada pelo IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, ministrando com frequência a UFCD 7297 – “*Turismo Inclusivo – Oportunidades e Desafios*”. Vogal da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização para a Qualidade no Turismo (CT 144) Turismo de Portugal, IP., com especial assento na Sub Comissão 8 – Turismo Acessível; Membro do Conselho Consultivo da Provedoria Municipal da Lousã, do Cidadão com Incapacidade, Membro do Júri do Prémio “*Acesso Cultura*” 2016;

Diversos prémios nacionais e internacionais atribuídos, como reconhecimento do trabalho efetuado, em especial, em 2010, *European Enterprise Awards*, pelo desenvolvimento do trabalho de internacionalização do projeto Lousã, Destino de Turismo Acessível.

### ***Armando Alberto Ferreira Fernandes***

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade da Corunha, Escola Técnica Superior de Arquitetura (2017), Doutorando em Cidades e Culturas Urbanas, Centro de Estudos Avançados FE (2013) Universidade de Coimbra, Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo (2011) – Escola Superior Gallaecia, Docente assistente desde 2011 na Escola Superior Gallaecia, Formador (CAP) desde 1992 na área de CAD/CAM e Informática Aplicada, Diretor desde 1993 na AAFF e CADMEDIA- empresas especializadas em Modelação e



Visualização 3D, Promotor da Galarq (2012) – Portal de Informação em Arquitetura e Urbanismo.

### ***Patrícia Roque Martins***

Doutorada em Belas-Artes (2015), mestre em Museologia e Museografia (2008) e licenciada em História, variante de História da Arte pela Universidade de Lisboa (2001). Atualmente é investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» da Faculdade de Letras da Universidade do Porto onde desenvolve o projeto de pós-doutoramento “A Representação da Deficiência na Coleções da DGPC: discurso, identidades e sentido de pertença”, com uma Bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia, com o acolhimento da Universidade do Porto e da Direção-Geral do Património Cultural. Colaborou com a Casa-Museu Anastácio Gonçalves e com o Museu Calouste Gulbenkian-Coleção Fundador na produção e concetualização de materiais educativos para pessoas com deficiência visual (2012). Foi membro fundador da Acesso Cultura (2013). Organizou o Encontro Internacional “A Representação da Deficiência em Museus, Imaginários e Identidades” (2017). Tem desenvolvido atividades de formação profissional sobre as acessibilidades e a deficiência para profissionais de museus e estudantes de museologia. Tem participado em conferências, em Portugal e no estrangeiro, e publicado artigos da especialidade.

### ***Pedro Appleton***

Nascido em Lisboa (1970), graduado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, em 1993, e com mestrado em Conservação e Restauro de Edifícios do Instituto Português de Tecnologia (IST). Colaborou com a *Exxon* e em várias práticas de *design* antes de integrar a equipe do atelier PROMONTORIO. Trabalhou na produção de cinema e teatro amador. Nos últimos anos esteve envolvido com o tema de *universal design* e acessibilidade, sendo que lecionou e serviu em vários corpos e jurados como

especialista da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral. Atuou em vários júris em representação da Ordem dos Arquitetos, incluindo o prêmio de arquitetura Conde de Oeiras. Na PROMONTORIO, Pedro Appleton concentrou-se em estratégias de sustentabilidade do projeto e de projeto ambiental, implementadas, entre outras, no internacionalmente aclamado Fluviário de Mora.

### ***Peter Colwell***

Trabalha no campo de deficiência visual cerca de 25 anos, em diversas entidades e funções. Atualmente é técnico de acessibilidade na ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, e as suas funções incluem ministrar formação sobre atendimento, elaborar documentos sobre boas práticas em termos de acessibilidade e dar conselhos aos arquitetos e *designers* que pretendem criar espaços e serviços mais acessíveis.

## Especialistas do Brasil

### ***Alba Nelida de Mendonca Bispo***

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco e mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN. Atualmente é professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei.

### ***Fernanda Nascimento Corgi***

Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Artes Aplicadas e do Programa interdepartamental de pós-graduação interdisciplinar *stricto sensu* em artes, urbanidades e sustentabilidade da Universidade Federal de São João del-Rei. Doutora em Engenharia Civil (2014 – Universidade de Campinas) na área de concentração de Saneamento e Ambiente. Mestre em Geografia na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial. Arquiteta e Urbanista (2005). Atualmente é membro do Laboratório de Arquitetura e Urbanismo Social e do Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Trabalho. Coordena as atividades do Grupo de Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística e o Escritório de práticas projetuais alternativas. Trabalha com planejamento e gestão do território, governança socioambiental, prevenção de riscos socioambientais, cartografia social, Plano Diretor Participativo, acessibilidade, urbanismo sustentável e desenho de projeto participativo. Atuou no Laboratório de estudos em redes técnicas e sustentabilidade sócioambiental onde integrou equipes de Capacitação de agentes ambientais, Gestão de Resíduos Sólidos (Região Metropolitana de Campinas) e Programas de Estágios Docentes voltados à Ecologia Aplicada à Engenharia.

### ***Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins***

Licenciatura em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), onde concluiu Mestrado e Doutorado. Em 2005 obteve o

título de Livre-Docente. É Professora Titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Presidente da Comissão de Cultura e Extensão da FAU-USP. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP de março 2009 a junho de 2013. Coordenou o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos – FAUUSP de 2003 a 2009. Ex-conselheira no Conselho de Habitação do Município de São Paulo (2003-2007); membro da *Red Iberoamericana de Investigadores Sobre Globalización y Territorio*, desde 1998.

### ***Jean Pierre de Moraes Crete***

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas Costeiros e Marinho da Universidade Santa Cecília (2016). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Campinas (2010) e pós-graduação Lato Sensu em Planejamento de Cidades (2016). Servidor público concursado na Prefeitura Municipal de Santos, membro do Conselho Municipal de Habitação – CMH e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU.

### ***Maria Regina Marques Lopes Silva***

Assistente Social da Fundação Dorina Nowill para Cegos especializada em Deficiência Visual, atualmente exercendo função nas áreas de Educação Inclusiva e Reabilitação.

### ***Rodrigo César Brogna***

Arquiteto e Urbanista, formado em 1998 pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos e doutorando em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Com 19 anos de experiência na profissão, atuou como Arquiteto e Urbanista da Prefeitura de Ouro Preto, como docente na Universidade Federal de Ouro Preto e como autônomo.